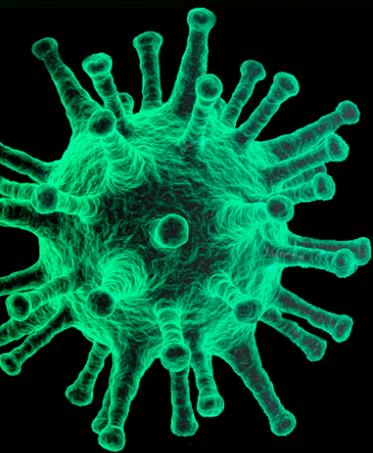


# RELIGIÃO EM TEMPOS DE COVID - 19: Vírus, biopoder e vida



## **EdUENF:**

Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

### **Conselho Editorial:**

Leonardo Rogério Miguel; Maura Cunha; Sérgio Arruda de Moura;  
Claudia Lopes Prins; Roberto Trindade F. Junior; Ana Bianca Rocha Miranda

### **Capa, Projeto gráfico e diagramação:**

Maycon Lima Aguiar

© Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**\*Os capítulos são de inteira responsabilidade dos autores.**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

R382	Religião em tempos de Covid-19 : vírus, biopoder e vida [recurso eletrônico] / organização de Fábio Py e Emerson Sena. – Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2022. 212 p. Ebook Formato: PDF. ISBN : 978-65-87726-13-7.  1. Covid-19 (Doença) e Religião. 2. Religião e Política. 3. Biopoder. 4. Covid 19 (Doença) – Aspectos Politicos. 5. Bolsonaro, Jair – 1955-. I. Sena, Emerson (Org).
------	---

CDD : 322.1

# **RELIGIÃO EM TEMPOS DE COVID - 19: Vírus, biopoder e vida**

Fábio Py e Emerson Sena  
(organizadores)



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>01 COVID-19 E RELIGIÃO: um estado de arte por ser feito</b> Emerson Sena e Fábio Py	<b>09</b>
<b>02 COVID-19, BIPODER E CAMPO CRISTÃO: CNBB, católicos e evangélicos reacionários</b> Emerson Sena	<b>31</b>
<b>03 PANDEMIA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: religião como serviço essencial em disputa</b> Olivia Bandeira e Brenda Carranza	<b>57</b>
<b>04 PANDEMIA E O GENOCÍDIO DE POVOS NEGROS E INDÍGENAS NO BRASIL</b> Raimundo C. Barreto Jr.	<b>81</b>
<b>05 BOLSONARO E CRISTOFACISMO BRASILEIRO NA PÁSCOA DE 2020</b> Fábio Py	<b>101</b>
<b>06 EVANGELICISMO IMIGRANTE NA PANDEMIA: posições de Igrejas Evangélicas nos Estados Unidos</b> Rodrigo Serrão e João Chaves	<b>121</b>
<b>07 MORTE SANTA NOS TEMPOS DO CORONAVÍRUS: Santa Morte, a Santa Salubre</b> Kate Kingsbury e R. Andrew Chesnut	<b>139</b>
<b>08 LIDERANÇA RELIGIOSA NA POLÍTICA: Rio de Janeiro do bispo-prefeito nos tempos da pandemia COVID-19</b> Joana Bahia	<b>167</b>
<b>09 CRISE PROGRAMÁTICA E MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA: uma interpretação sociológica do bolsonarismo</b> Roberto Dutra e Nelson Lellis	<b>187</b>
<b>10 AUTORAS E AUTORES</b>	<b>211</b>



# APRESENTAÇÃO

Fábio Py e Emerson Sena

O livro pretende trazer ao público leitor uma discussão profunda e qualificada sobre algumas das relações entre COVID-19 e as expressões religiosas mais hegemônicas no Brasil, México e EUA.

Iniciamos o livro com um capítulo propondo um debate sobre o estado da arte sobre a COVID e as diferentes aproximações de comunidades que experimentam o impacto biológico-social da doença. Propomos, com base em literatura internacional, a noção de que a devastação da COVID-19 não é a de uma pandemia, mas, sim, de uma sindemia, pela configuração relacional entre a doença e seu amplo embate social, se descreve a COVID-19 como uma sindêmica hecatombe sociobiológica. Após essa breve apresentação sobre o “estado da arte provisório sobre religião e a COVID” escrita pelos organizadores do livro, se passa aos materiais mais específicos dessa apresentação.

O segundo capítulo foi escrito por Emerson Sena e é intitulado “Sindemia de COVID-19, biopoder e campo cristão: CNBB, católicos e evangélicos reacionários”, e traz, enquanto proposta, o mapeamento das reações do setor cristão conservador a sindemia de COVID-19. Mostra as principais forças religiosas do cristianismo institucional e suas relações contraditórias em jogo.

O terceiro capítulo, intitulado “Pandemia no Brasil e na América Latina: religião como serviço essencial em disputa”, foi escrito por Olívia Bandeira e Brenda Carranza. Nele, as pesquisadoras traçam uma comparação do cenário brasileiro com demais povos da América Latina no que diz respeito ao papel de lideranças cristãs, sobretudo evangélicas, na crise política e informativa a partir das demandas religiosas que atinge o Brasil em comparação com outros países latino-americanos.

Na sequência, o pesquisador Raimundo Barreto escreve “A Pandemia da COVID-19 e o genocídio de povos negros e indígenas no Brasil”. Ele parte de relatórios jornalísticos, relatos, estatísticas e literatura crítica sobre raça e racismo no Brasil, percebendo como fundamenta-se a densa “divisão racial e as disparidades econômicas foram exacerbadas pelo impacto devastador da pandemia sobre uma grande parcela do povo brasileiro, focando particularmente como a pandemia amplia e intensifica o genocídio de negros e indígenas brasileiros”. Raimundo Barreto reconhece a importância negativa da figura do presidente, Jair Messias Bolsonaro, no aprofundamento da crise sindêmica.

Em seguida, Fábio Py reutiliza o conceito de cristofascismo (da teóloga alemã Dorothee Solle) para pensar, a partir da Páscoa de 2020, o estado profundamente biopolítico da gestão bolsonarista. O título de sua contribuição é: “Bolsonaro e seu cristofascismo brasileiro no período da Páscoa de 2020”.

O quinto capítulo, escrito pelos americanistas Rodrigo Serrão e João Chaves, é intitulado de “Evangelismo imigrante na pandemia: posições de igrejas evangélicas nos Estados Unidos”. Os estudiosos buscam apontar uma compreensão do evangelicalismo latino-americano em relação aos seus compromissos políticos e teológicos, principalmente aqueles praticados no contexto de diáspora. Eles perguntam, a partir dos sermões postados nas redes sociais em março, abril e maio de 2020, “como igrejas de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos reagiram às políticas e a retórica de Trump e Bolsonaro”.

No capítulo seguinte, “Santa Morte nos tempos de coronavírus”, Kate Kingsburg e R. Andrew Chesnut destacam a religião em tempos de pandemia como um mecanismo de enfrentamento – sob o foco da Santa Morte – nos tempos do coronavírus e da festividade típica do México.

Depois de tratar da Santa Morte e do coronavírus, no oitavo capítulo do livro as pesquisadoras Renata Siuda-Ambroziak e Joana Bahia nos brindam com uma reflexão sobre a atividade do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, nas estratégias de enfrentamento da crise sindêmica. O capítulo assinado pelas pesquisadoras é intitulado de “Liderança religiosa na política: Rio de Janeiro do bispo-prefeito nos tempos de pandemia COVID-19”.

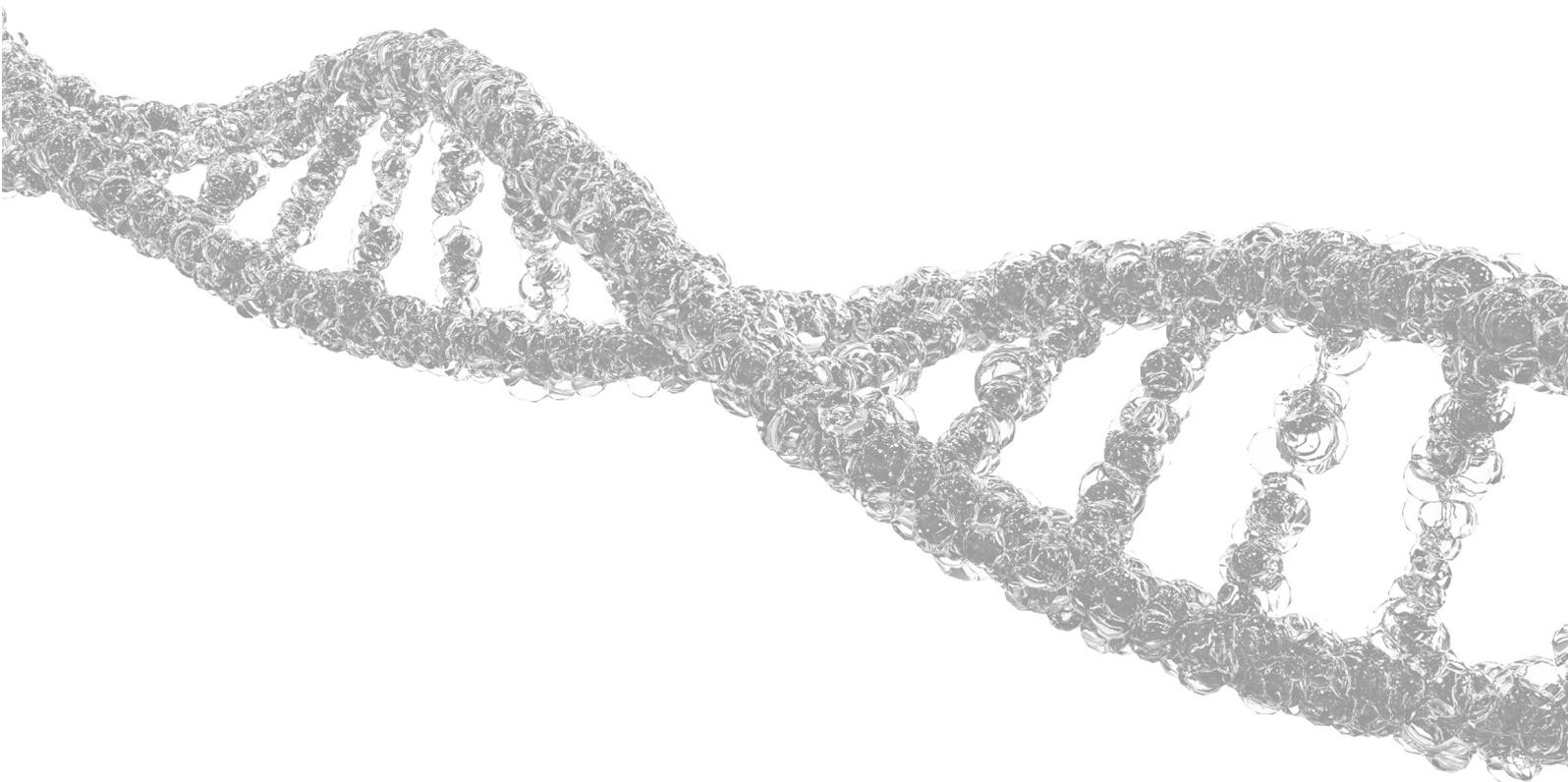
No nono capítulo, “Crise programática e moralização da política: uma interpretação sociológica do bolsonarismo”, de Roberto Dutra e Nelson Lellis, ambos escrevem sobre o ímpeto da gestão Bolsonaro de causar crises constantes e uma moralização da política a partir da leitura do cristianismo fundamentalista das corporações evangélicas.

Com esse capítulo, fechamos o livro. Convidamos todos e todas à leitura.

# 01 COVID-19 E RELIGIÃO:

um estado de arte por ser feito

Emerson Sena  
e Fábio Py



# CAPÍTULO 1

## COVID-19 E RELIGIÃO:

### Um estado de arte por ser feito

Emerson Sena e Fábio Py

Estamos num terreno movediço, que desliza o tempo todo. Política, religião e saúde tornam-se imbricadas, embora dimensões distintas. A intensidade do sofrimento causado pelo novo coronavírus nos deu a possibilidade de pensar essas três dimensões partir da ideia de uma rede ou trama em movimento, mais do que por fatores ou elementos individuais somados um por um. As dicotomias rígidas, tão em moda no mundo ocidental – natureza versus cultura, política versus religião –, não nos dão uma boa chave de compreensão para um problema multifacetado, multissistêmico e multidimensional. Por outro lado, escolher um ponto de partida é sempre uma operação delicada, um ponto frágil permanente no meio de uma imensa rede de fios entrelaçados, um rizoma que, ao ser seccionado, precisará ser olhado em múltiplas direções. Vamos arbitrar uma partida para entender como as religiões têm lidado com a sindemia da COVID-19 e ela começará a partir da linha do tempo em que o vírus é descoberto e avança pelo mundo e entra no Brasil. Tentaremos trazer um pouco de luz para as conceituações mais comuns sobre o que é, a extensão, duração, origem e problemas que envolvem o Sars-CoV-2, o mais novo membro da família dos coronavírus, e que causa uma devastadora doença social-política que mata, mutila, sequela milhares há mais de um ano. A causa da COVID-19, terrível doença biopolítica, precisa ser redimensionada em outro quadro reflexivo que articule biologia, política e religião.

Antes de continuar, algumas palavras sobre os vírus. Em termos gerais, os vírus não são formas de vida propriamente dita, são filamentos de ácido ribonucleico ou desoxirribonucleico, são seres muito pequenos, como cápsulas com algumas camadas, invisíveis a olho nu e acompanham os seres humanos desde seus albores no planeta terra. Sua forma de reprodução se dá pela entrada em células humanas, por variadas formas de contato (sexo sem proteção, sangue, respiração, secreções etc.). Ao entrar no corpo humano, ligam-se às células através de proteína. A partir da entrada celular, atravessando as membranas que medeiam as células e o ambiente onde elas vivem, os vírus mudam sua programação e as fazem replicar cada vez mais clones de si próprios. Há um tempo de incubação antes de os sintomas mais comuns se manifestarem e nesse tempo, eles se espalham pelo organismo humano. Órgãos e sistemas humanos são infectados, reagem com anticorpos – daí surgem os sintomas –, mas

podem não conseguir controlar a infecção e serem levados à exaustão e à falência: ocorrem as mortes e as sequelas. Há vírus mais letais e menos letais, mais transmissíveis e menos transmissíveis. O vírus da raiva, por exemplo, transmitido por mordidas e arranhões de animais silvestres ou domésticos contaminados, possui altíssima letalidade, matando rápido aqueles que não se vacinam a tempo. Em geral, o tratamento para muitas doenças viróticas é difícil e leva tempo para ser desenvolvido (a AIDS é um exemplo).

Em alguns casos, as vacinas são das poucas medidas efetivas para combatê-los, seja para o sarampo, paralisia infantil ou poliomielite, seja para o novo coronavírus. As vacinas são produzidas por tecnologias testadas e seguras (testes pré-clínicos e clínicos, grupos mais homogêneos com testes de placebo e sem placebo etc.) para suscitar a reação de defesa do corpo humano, caso os vírus entrem. A permanência de doenças virais ou sua difícil erradicação entre nós se dá porque são um emaranhado de fios inseparáveis: política pública, informação, medidas sanitárias e não-sanitárias, organização socioeconômica, desinformação, resistências religiosas e não-religiosas às medidas gerais e específicas de combate, enfim, uma densa malha. Por isso, poucas doenças virais foram completamente erradicadas entre os seres humanos, dentre elas, a varíola, uma das doenças mais antigas causadas por vírus (milhares de anos). O feito se deu a partir de uma campanha longuíssima de vacinação e controle coordenada em escala global e local pela Organização Mundial de Saúde.

Voltando ao caso do novo coronavírus, quando adentra no corpo humano por vias aéreas (nariz, boca e rosto) infecta as células respiratórias. Na maioria dos casos, não provoca sintomas, mas, em um certo número de organismos (aproximadamente 20%), ele os causa. 1 a 2% dos infectados desenvolvem uma pneumonia viral de difícil combate que os leva à morte. Esse, e outros vírus, seguem a dinâmica virótica de mutação: quanto mais passa de um indivíduo para outro, em forma massiva e sem controle, mais desenvolve mudanças em sua estrutura que o habilitam a colonizar melhor as células humanas e se reproduzirem.

A propagação do novo coronavírus se dá por contato próximo de indivíduo para indivíduo que, ao respirar, tossir, cantar, falar (sem máscara ou proteção), emite pequenas gotas contaminadas que podem infectar diretamente outro indivíduo ou podem cair sobre superfícies de objetos em geral. Sem saberem, os indivíduos, ao tocarem essas superfícies e levarem suas mãos ao nariz, boca e face, podem se contaminar. Por enquanto, em torno de 10 a 15 dias, o Sar-CoV-2 fica incubado. Após esse período, ele se manifesta numa faixa de indivíduos suscetíveis com toda virulência. Por ser de fácil transmissão e contágio, e com impactos severos, caso não controlado por medidas sanitárias e não sanitárias combinadas, coordenadas e em massa, a doença do novo coronavírus se tornou um dos maiores problemas mundiais. As vacinas, que foram produzidas em tempo muito curto por grandes laboratórios, estão em amplo uso, mais nos países ricos e menos nos países pobres (resolver o problema da desigualdade social é crucial), têm eficácia, mas é preciso atentar que os vacinados podem transmitir o novo coronavírus, daí a importância de medidas mais amplas e não-farmacológicas, como: máscaras, distanciamento e isolamento social, medidas de apoio

socioeconômico etc. Nesse e noutros casos de doenças viróticas, sempre foi importante promover a proteção – como no caso da AIDS, com a camisinha, por exemplo.

Mas, não dá para entender a dinâmica virótica sem a sociedade, as políticas de saúde pública e de informação, aos governos, as estruturas de saúde e de economia (para ajudar os mais vulneráveis), enfim, o todo em que vivemos. Por isso precisamos abrir uma trilha de conceitos teóricos para compreender a maneira como as religiões se posicionam diante da hecatombe provocada intencionalmente que estamos vivendo, a COVID-19. Para tanto, iniciemos com os conceitos de sindemia, biopolítica e biopoder.

## COVID-19 não é pandemia, é sindemia

Um trecho traduzido livremente da revista *The Lancet*, uma das mais prestigiadas revistas científicas internacionais de ciências, nos dá a dimensão da importância de reconceituar a doença do novo coronavírus como sindemia:

A consequência mais importante de ver a COVID-19 como uma sindemia é sublinhar suas origens sociais. A vulnerabilidade dos cidadãos mais velhos; comunidades étnicas negras, asiáticas e minoritárias, e trabalhadores-chave, geralmente mal pagos e com menor proteção de bem-estar, aponta para uma verdade até agora mal reconhecida, ou seja, que não importa o quão eficaz um tratamento ou uma vacina possam ser, a busca de uma solução puramente biomédica para a COVID-19 falhará. A menos que os governos concebam políticas e programas para inverter profundas disparidades, as nossas sociedades nunca estarão verdadeiramente seguras [...] (HORTON, 2020).

O conceito de sindemia originou-se dos estudos de antropologia da saúde dos anos 1990, especificamente de Merril Singer (2009), para entender a maneira como enfermidades surgem, afetam a sociedade e os indivíduos ao mesmo tempo, mas se prolongam no tempo-espço e envolvem uma malha densa, pesada e multiforme: AIDS, diabetes e obesidade mórbida, tuberculose, lepra e muitas outras enfermidades. Nessa malha é impossível entender a enfermidade se a isolamos em fatores, se a separamos em gavetas, “cada um no seu quadrado”.

A sindemia só pode ser entendida e enfrentada com eficácia, se entendemos a doença como uma malha apertada em que pobreza, desigualdade social e racial, organização do espaço urbano, organização econômica da sociedade, geografia, vacinas, variações e mutações viróticas, educação e informação, gestão coordenada em rede, apoio social e econômico, ou sua ausência, entram em sinergia. Em termos mais amplos, qualquer elemento biológico ou genético existe em interação ou em sinergia com os seres humanos, seu corpo individual e social, sistemas religiosos, políticos e econômicos, a cidade e seu modo de organização e os governos. Biologia e sociedade são distintas, mas formam uma rede única.

A forçada convivência entre ambientes selvagens e urbanos gerou muitas possibilidades de adaptações de vírus naturais em espécies como morcegos para os seres humanos; a partir de pontes, espécies domesticadas comerciais, como aves em geral, porcos, vacas. O mercado de Wuhan, cidade superpopulosa com 11 milhões de moradores, na província de Hubei, China, tem sido apontado como epicentro da sindemia de COVID-19. Mas, voltou à voga, a desconfiança de que tenha sido um vírus que escapou acidentalmente de laboratório, o que a China contesta. De um modo ou de outro, a nova doença, resultado dessa intercambialidade entre o animal e o humano, é tão mortal e produz tanto problema porque, na verdade, o modo como as cidades e a vida social em todo mundo está sendo organizada pelo capitalismo financeiro transnacional – desigualdade social, pobreza e miséria, favelas e periferias amontoadas – favorece a devastação impiedosa dos biomas e da natureza. Os coronavírus compõem uma família de vírus comuns em alguns animais, mas, nos anos 1960, tempo da primeira manifestação da família coronavírus, houve sete variedades que passaram aos seres humanos, algumas com forte potencial de adoecimento, pois desencadeiam complicações variam de um resfriado a infecções respiratórias graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (Mers) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) e a Sars-CoV-2, causadora do COVID-19. As gripes com origem em aves confinadas para abate – por exemplo, a H5N8 – podem reemergir. Vírus incontáveis podem saltar de ambientes selvagens destruídos, ganhar amplitude, em especial entre as frentes mais violentas da expansão capitalista, forçando a convivência entre animais selvagens, animais domésticos e seres humanos. Trata-se de se preparar para novas sindemias que virão num tempo cada vez mais breve. O modo como o capitalismo se organiza e organiza o mundo tornará mais frequente as sindemias. É questão não de décadas, mas de anos curtos.

Em finais de 2020, a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), foi conduzida por um grupo de 22 cientistas que revisaram as evidências sobre a relação entre a expansão de doenças infecciosas transmitidas de animais para pessoas e a biodiversidade (GIRARDI, 2020). 70% das doenças emergentes no mundo, como ebola e zika, e quase todas as sindemias (influenza, HIV/AIDS e COVID-19) são causadas por vírus que infectavam animais selvagens. Por conta da nossa organização social e econômica destrutiva e desigual, haverá, segundo cálculos, novas doenças em breve, além das possíveis mutações do novo coronavírus, pois cepas e variantes ocorrem pelo mundo, identificadas em lugares como o Inglaterra (Alpha), Brasil (Gamma), África do Sul (Beta), Índia (Delta) (LIMA, 2021). Elas mudaram de nome – letras do alfabeto grego – para evitar xenofobia, mas a dinâmica virótico-social é idêntica: quando mais o vírus circula nos corpos em massa e sem controle, mais surgem variantes e cepas. No entanto, dois tipos são importantes, as de interesse e as de preocupação. As primeiras portam mudanças significativas que não se sabe se pioram a sindemia e as últimas trazem mudanças que as fazem dominantes e causam potencialmente mais prejuízos: maior transmissibilidade, maior facilidade para penetrar nas células humanas e se replicar etc. Por enquanto, ainda não há evidências de que as variantes surgidas sejam mais letais.

Mas, sabemos que:

A rápida destruição de habitats de vida selvagem por meio do desmatamento e da agricultura industrial é responsável pelo surgimento de três em cada quatro novas doenças infecciosas. Isso inclui vírus zoonóticos como a gripe aviária, SARS, MERS, Ebola e provavelmente a COVID-19, contra a qual o mundo continua lutando há mais de um ano desde seu surgimento<sup>1</sup>.

Está em clara luz que o governo federal promoveu o desprezo pela ciência e por medidas sanitárias recomendadas por questões ideológicas (teorias da conspiração) e interesses econômicos imediatos (empresários e indústrias farmacêuticas doadoras de campanha eleitoral em 2018) e a falta de apoio social e econômico aos mais afetados econômica e socialmente. Inicialmente, não havia previsão de auxílio emergencial, depois o governo propôs algo em torno de 200 reais e, após pressão nacional, o Congresso aumentou para 600 reais, em média. A estratégia de exposição de toda população ao vírus para que, apesar das mortes, se adquira imunidade de rebanho, coletiva ou natural, piora a sindemia e contribui para a difusão de narrativas falsas, sem base, nos meios religiosos e não-religiosos: cloroquina cura, tratamento precoce existe e postulados que foram derrubados pela ciência e criticados por amplo conjunto de cientistas e especialistas. Por isso, é importante mudar a compreensão da doença como uma vingança do planeta, o ódio de um demônio, um imenso azar, diante do qual nada podemos fazer. Soma-se a esse trágico painel, a ideia de doença como castigo divino, algo inevitável ou irrefreável, algo ligado aos planos astrais ou às dívidas cármicas de vidas passadas. Essas ideias aumentam o fatalismo – a crença que a morte é destino inevitável – e o misticismo – a postura mágico-religiosa que se espalharam por muitas religiões e provocam sérios danos. A malha, com isso, fica mais apertada, vira uma gaiola de aço e fazem as sindemias mais mortais e prejudiciais.

A constante promoção de cloroquina, ivermectina hidroxicloroquina, elixires e compostos, vitaminas, rezas e orações por muitos governos, por exemplo, o de Bolsonaro (Brasil) e o de Nicolás Maduro (Venezuela), mostra um grave problema biopolítico: ideais abstratos equivocados ao lado de concretos e terrenos interesses materiais (verbas governamentais de propaganda, concessão de rádio e TV, aumento indireto de compras de fármacos inúteis e prejudiciais para o caso da COVID-19). Max Weber mostrou como as ideias, valores e interesses materiais concretos caminham lado a lado, em uma relação de afinidade profunda. Por outro lado, o biopoder atravessa a vida de cada indivíduo e vida coletiva (dimensão das relações sociais) e a desorganiza, subordina, obscurece e destrói em virtude ideias abstratas e marcadas por visões religiosas reacionárias. Os vírus, um organismo encapsulado por DNA ou RNA, parasitas de células, só “vivem” para isso. Nem forma de vida os cientistas consideram-nos. Seu combate e controle, da vacina às medidas urbanísticas e socioeconômicas, é uma questão biopolítica (GHIRALDELLI, 2020 a; 2020b).

1 - Disponível em : <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2021/06/05/revertendo-o-efeito-domino-da-destruicao-da-natureza.htm> Acesso em 13 maio 2022.

A ideia de fusão entre vírus e política, no caso governos e políticos, é defendida pelo filósofo Paulo Ghiraldelli (2020a) a partir de uma boa proposta hermenêutica: os quadrinhos de ficção (enquanto quadro de compreensão, como no caso das ficções de Stan Lee, um dos artistas e criadores do universo ficcional da Marvel). O poder hermenêutico da ficção ajuda-nos a entender as dinâmicas da realidade que mistura extrema-direita política, vírus e religião conservadora-reacionária em faces muito concretas: a atuação virótica, anarcocapitalista do presidente Jair Bolsonaro e seu séquito familiar e o rizoma bolsonarista de figuras cristãs (católicas e evangélicas e espíritas) com muita influência digital, como Padre Paulo Ricardo, Bernard Küster, Silas Malafaia e Divaldo Franco, respectivamente, dois católicos, um pentecostal e um espírita.

Uma pausa para conceituações, rápidas: quando dizemos conservadores, estamos nos referindo aos grupos para os quais o sentimento diante do estado das coisas é o de conformação, aceitação ou avaliação positiva. Quando dizemos reacionárias, nos remetemos a grupos para os quais o sentimento diante do estado geral é o ressentimento e a vingança, numa busca de tentar voltar atrás, retornar a um suposto tempo melhor no passado. Quando dizemos anarcocapitalista, nos referimos à mistura da suposta liberdade absoluta para falar e agir acoplados à cultura e a estrutura do capitalismo transnacional-financeiro contemporâneo.

Há uma mistura letal entre a visão eugenista de purificar a nação – baseada na ideia de vida abstrata da pátria cristã, a suposta ordem natural da doença, a autonomia do indivíduo – e sua (falsa) liberdade absoluta, e o neoliberalismo em ascensão desde os anos 1990. Em países onde a fusão “vírus e governo” atua firme, como no Brasil, a mortalidade e impactos mais cruéis recaem sobre os mais vulneráveis socioeconomicamente: desempregados trabalhadores em busca de emprego, trabalhadores em ocupações precarizadas, povos indígenas, minorias sociais (mulheres negras) e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores). No Brasil, por exemplo, morrem mais negros do que brancos, moradores da periferia em relação àqueles do centro e cidades. Morre-se mais em cidades que deram mais de 50% de votos no segundo turno ao presidente bolsovirótico e motoristas, pedreiros, domésticas em relação ao total (setores mais empobrecidos) (RIBEIRO, 2021; CATANHÊDE, 2021; KLINTOWITZ et al, 2021; LORENZ et al, 2021). Pequenos lojistas comerciantes, empresários, produtores também sofreram grandes perdas com as medidas restritivas que, no Brasil, iam e vinham aos trancos e barrancos. Assim, notamos duas frentes opostas se debatendo em termos biopolíticos. Uma frente do governo federal, contra *lockdown* e medidas de isolamento, recusando ou negligenciando o uso de máscaras e aquisição de vacinas, estimulando o uso de remédios ineficazes. Enquanto isso, outra frente se move em sentido contrário, composta por muitos governos estaduais e municipais. No meio da dança macabra, a religião hegemônica reacionária exerceu um papel fundamental de legitimação das toscas ideias do governo federal de imunidade de rebanho ou coletiva e desprezo da ciência e das medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social.

Por outro lado, escorado nesses setores, a máquina bolsonarista liderada pelo presidente, extrai legitimidade política de amplo setor religioso com base na ideia de democracia representativa. A ideia desses amplos segmentos religiosos reacionários é a de representar a vontade de uma nação cristã, mas de um tipo peculiar de cristianismo, bélico, fechado, dogmático, excludente. Uma gnose reacionária (SENA DA SILVEIRA, 2018). Quando falamos religião reacionária, temos em mente que, apesar da imensa variedade e diversidade de expressões religiosas, inclusive dentro dos mundos católico e evangélico-protestante, é possível ver uma poderosa hegemonia. Uma hegemonia reacionária porque reagem de forma violenta contra o mundo moderno e, em especial, a Nova República e a Constituição de 1988, e tentam estabelecer uma outra ordem, ideal, mas excludente dos diferentes, da alteridade, dos que pensam e vivem de modo diverso deles, os reacionários. O núcleo central pode ser expresso em três ideias: moralismo familiar restrito, liberdade individual contrarregras e livre-mercado neoliberal.

Aqui entram as noções de biopoder e biopolítica, extraídas inicialmente de Michel Foucault (2008a; 2008b) e complementada por pensadores do pós-operaísmo italiano ou anarquistas, como Antônio Negri e Michael Hardt (2016). O poder não é coisa, nem objeto, mas relações entre indivíduos e grupos, e seu fluxo e devir. Na modernidade capitalista, a partir do século XIX, o centro da disputa do poder político deslocou-se para o exercício sobre a vida nua, biológica, tanto individual, quanto coletiva. A biopolítica é o exercício político sobre a vida, de forma mais igualitária ou mais elitista, mais fraterna e justa socialmente ou mais injusta, desprezível e desigual, racista e excludente.

Ao longo do tempo, as expressões religiosas ficam encharcadas com a biopolítica e passaram a exercer sobre a vida, uma gestão ou orientação que se dá como relações em fluxo. Elas podem exercer uma biopolítica coadunada com ideais igualitários, fraternos, menos neoliberais, mais articulados aos conhecimentos científicos ou com ideais hierárquicos (no sentido do poder), menos igualitários, mais neoliberais e menos valorizador de conhecimentos científicos menos igualitários.

## **Os evangélicos: diversos em nível micro, padrão conservador em nível macro**

A sindemia de COVID-19, caiu como uma bomba no mundo evangélico. Em geral, vindo de maciço apoio ao governo Bolsonaro desde as eleições de 2018, em especial dos líderes e igrejas mais influentes, pentecostais, neopentecostais e históricas, a reação foi majoritariamente perfilar-se caninamente ao lado das ideias bolsoviróticas.

Foi evidente o desprezo pela gravidade da doença e pelos principais meios biopolíticos para sua contenção e superação: *lockdown*, máscaras, testagem e vacina em massa, conjugada com política social e econômica. Uma pequena parte desse imenso universo apostou nos cultos *online*, aceitou as orientações sanitárias e perfilou-se criticamente contra os pro-

blemas bolsoviróticos (fome, miséria, perda de direitos trabalhistas e sociais). Se recuarmos no tempo, nos primeiros dias dos *lockdowns*, final de fevereiro, começo de março, parecia haver mais consenso que dissenso em torno das medidas sanitárias. Igrejas protestantes tradicionais, no começo da sindemia, suspenderam suas atividades, como a Igreja Batista Água Branca, Zona Oeste de São Paulo, liderada pelo pastor René Kivitz (MACHADO, 2020), mas foram exceções num oceano de grandes e pequenos templos, em lugares mais ricos ou mais pobres.

Os impactos das imagens terríveis da sindemia de COVID-19 na Itália e outras regiões, calava fundo inclusive entre as mais diversas religiões. Todavia, Bolsonaro inaugurou o dissenso e seguiu ampliando-o. Em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e tevê, desprezou a doença, atacou as medidas sanitárias e sociais que vinham sendo recomendadas pela OMS – *lockdown*, isolamento, testagem em massa, apoio social – e iniciou o calvário brasileiro. Ainda em fins março de 2020, mediante atuação de grupos evangélicos e católicos reacionários, o presidente da República, por meio do decreto do Poder Executivo, nº 10.292/25/03/2020 (BRASIL, 2020), alterou a definição de serviços e atividades essenciais e classificou os cultos religiosos como “serviços essenciais”, ou seja, aqueles que não podem parar ainda que exista emergência sanitária grave.

Seguiram-se críticas reações jurídico-políticas. O STF – Supremo Tribunal Federal – foi acionado para definir as competências dos entes federados, a União, os Estados e os Municípios. A suprema corte judicial definiu que os entes federados podiam estabelecer regras e adotar medidas de forma autônoma e caberia ao Poder Federal coordenar nacionalmente as estratégias. Assessorado, porém, pelo gabinete paralelo de saúde, o governo bolsovirótico investiu em remédios ineficazes, forçar a abertura do comércio e a exposição voluntária da população ao vírus para a obtenção de imunidade natural falsa. Sabe-se que cerca de 80% da população atingida pelo novo coronavírus não desenvolve sintomas ou os têm muito leves, 20% desenvolvem sintomas moderados e graves e, destes, 5% precisam de suporte respiratório e internação e, dentro desse grupo, entre 1 e 2% morrem. O problema é que isso ocorre simultaneamente e em massa, sobrecarregando as estruturas de saúde públicas e a sociedade, como um todo.

Na maioria das cidades e estados, as atividades religiosas foram liberadas com restrições mais ou menos severas de acordo com o impacto sobre o sistema hospitalar privado e público: redução da capacidade de pessoas nos cultos, exigência de máscaras, distância entre os fiéis. Na realidade, em alguns cultos, essas medidas não eram respeitadas. No mês seguinte, abril de 2020, na ocasião da Páscoa, Bolsonaro e líderes evangélicos convocaram um Jejum Nacional contra o novo coronavírus. Havia expressiva presença do mundo evangélico, em peso. Um vídeo divulgado e muito compartilhado, demonstrou a profundidade do envolvimento evangélico com o governo bolsovirótico. Em 2021, também na Páscoa, outra vez reuniram-se os evangélicos, mas havia um menor número de lideranças. O tom geral das reuniões é ufanista-patriótico. No primeiro vídeo, houve profecias de pastores e bispos

de que o novo coronavírus iria passar logo, “nenhum mal haverá de chegar à tenda dos brasileiros”, que haveria paz e prosperidade para todo povo. O que, obviamente não só não se verificou, como o contrário ocorreu. Temos mais de 620 mil mortes na altura que este texto está sendo publicado, final de maio de 2022, excetuando-se as subnotificações. Como consequência da busca da imunidade natural temos os sequelados permanentemente, os arrimos de família que morreram, os órfãos, os negros e indígenas mortos aos borbotões.

Na Igreja Universal do Reino de Deus, o líder máximo, bispo Edir Macedo, argumentou, no começo da sindemia: era preciso ter o antídoto, o “coronafé” para combater a praga da “coronadúvida”, um evidente acinte e deboche de algo sério e grave (MACHADO, 2020). Pouco depois, o líder da Igreja Mundial do Poder de Deus lançava os feijões mágicos, a preços altos, para curar a grave doença do novo coronavírus. Essas e outras atitudes se espalharam. Porém, a implementação da imunidade de rebanho fez os casos de infecção e morte entre evangélicos explodir, mas não somente, aumentou a pobreza, o caos socioeconômico. Após esse quadro de profunda deterioração social, progressivamente, nota-se uma perda de apoio dos evangélicos ao governo Bolsonaro.

O levantamento mostra que, na primeira rodada da eleição, 35% dos evangélicos escolheriam colocar o petista de volta no Palácio no Planalto, e 34%, deixar Bolsonaro continuar lá por mais quatro anos. Num eventual segundo turno entre os dois, segundo a pesquisa, cada um recebe 45% das intenções de voto. Os números sugerem que a religião não empurra tantos eleitores para o corner de Bolsonaro para derrotar Lula num embate direto — mesmo que o presidente abuse de um discurso conservador caro a esse eleitorado para se contrapor ao petismo (BALLOUSSIER; BOGHOSSIAN, 2021).

Os desdobramentos ainda ocorrem e podem apontar para um descolamento, mas, a pauta moralista e de anarcocapitalista ainda é apoiada pelos grupos evangélicos. Há uma incipiente, mas forte, minoria evangélica logada à defesa dos direitos humanos, direitos sociais e antibolsonarista com presença nas redes sociais e participante de atos contra o governo bolsoviroótico.

## Os católicos: entre o retrocesso e a vocação de defesa dos direitos

Marcados pelo papado mais social-ambiental de Francisco e por uma CBNN mais sensível às questões históricas de justiça social, direitos sociais e dos povos indígenas, os católicos reagiram na direção contrária à biopolítica da devastação bolsoviroótica. A crítica do Papa Francisco aos modelos econômicos neoliberais, às desigualdades sociais e à miséria absoluta, à degradação ambiental (*Laudato Sí, Fratelli Tutti*) e ao freio imposto às guerras culturais contra o aborto e direitos LBGTQIA+s dos dois papados anteriores (João Paulo II e Bento XI), deram a orientação geral do catolicismo no enfrentamento da sindemia de

COVID-19. A saber, apoio ao conhecimento científico, às vacinas, ao *lockdown*, às políticas sociais de igualdade social em favor dos mais pobres e das minorias como os povos indígenas (DA SILVEIRA, 2020).

No entanto, uma franja católica reacionária-conservadora marcha a favor das ideias bolsoviróticas: imunidade coletiva, teorias da conspiração sobre a COVID-19, ataques constantes a quaisquer adversários do presidente, à CNBB e à CPI que investiga a sindemia do novo coronavírus. Essa franja é composta por antigos e novos grupamentos institucionais católicos, como a TFP, o Instituto Plínio Salgado de Oliveira, os Arautos do Evangelho e a Renovação Carismática Católica – Canção Nova, e influencers-católicos, como Bernardo Küster, processado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do “Inquérito das *Fake News*” (Inquérito 4.781), e Padre Paulo Ricardo, estes dois mais atuantes nas redes sociais com canais no *YouTube* e perfis no *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*.

A franja digital reacionária é uma das mais agressivas e consegue aglomerar nos canais centenas de milhares de seguidores e pauta falas de sacerdotes e leigos que criticam as medidas socio sanitárias mais recomendadas, como isolamento e distanciamento social, escorando-se na exageração das ideias de liberdade individual e em teorias conspiratórias – como o suposto “globalismo” que é financiado pela ONU e empresas internacionais para impor a “ideologia de gênero” e o “comunismo”, duas ideias inexistentes, mas rótulos consistentes nos quais os reacionários católicos agrupam um amplo espectro de movimentos e indivíduos que lutam contra a destruição do meio-ambiente, a favor dos direitos humanos, dos grupamentos LGBTQIA+s, quilombolas, indígenas e da justiça social (distribuição de riqueza, reforma agrária, etc.).

Não obstante, essa forte militância reacionária em favor das ideias viróticas, ampla abertura e circulação de gente e de movimentos como “devolva-nos a missa”, os grandes templos e santuários católicos, dirigidos por seus respectivos hierarcas, como o de Aparecida, em São Paulo, ficaram fechados num primeiro momento (MACHADO, 2020). Posteriormente, à medida em que estados e municípios tentavam administrar os fechamentos, que vem e vão, de acordo com a piora ou a despiora de indicadores como ocupação de enfermarias e UTIs por pacientes com a COVID-19, impunham restrições físicas, uso de máscaras, dentre outros procedimentos sanitários. Mais de um ano após o começo da tragédia sindêmica intencionalmente provocada pelo governo federal, alguns grupos e igrejas evangélicas permanecem com cultos *online* e não abriram as portas físicas dos templos, por exemplo, as cariocas Igreja Batista do Méier e Igreja Batista Itacuruçá-Tijuca (BALLOUSSIER, 2021).

## Espíritas, afro-brasileiros, minorias religiosas: o vaivém de fechar e abrir

A COVID-19 causou reações nas demais religiões. Em relação ao espiritismo kardecista, grande parte tornou-se reacionário, alinhada as pautas moralistas, e sociais econômicas de Bolsonaro. Uma pequena parte, às vezes autovinculada espíritas progressistas ou espíritas de esquerda, opõem as essas pautas e defendem maior justiça e igualdade social, desarmamento dos cidadãos, abertura para as novas configurações familiares (LGBTQIA+s). Em geral, todos esses grupos seguem as recomendações médico-sanitárias, como uso de máscaras, álcool gel, isolamento e afastamento social. No começo da síndrome, os centros foram fechados, mas, muitos voltaram a abrir a partir do que os governos estaduais e municipais fixaram como possível, dentro de regras que variam de lugar para lugar. Durante os *lockdowns*, muitos centros investiram em cultos e transmissões *online*. O espiritismo de esquerda tem sido muito atuante nas redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, é antibolsonarista e compareceu aos protestos de 29 de maio e 19 de junho de 2021.

Segundo Calvo (2021), os membros das religiões afro-brasileiras, considerando sua diversidade – batuque, candomblés, umbandas, tambor de mina –, reagiram de forma quase unânime à difusão da COVID-19 no Brasil, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde. Alguns poucos terreiros e lideranças, entretanto, não aderiram às — medidas mais comuns de combate ao novo coronavírus. Porém, a maioria adotou estratégias para enfrentar as diferentes necessidades de seus membros e da população que se apresentaram durante a crise (sanitária e socioeconômica). As comunicações por meio das redes sociais e da Internet ampliaram ações sociais nas áreas em que são inseridos os terreiros e comunidades, realizaram rituais e rezas para pedir proteção, cura e a expulsão da COVID-19 da Terra (CALVO, 2021). Aceitação e valorização da ciência inserem-se numa racionalidade médica não exclusiva e convivem com rituais e orações para curar e afastar a nova enfermidade sintomática. Calvo (2021) cita dados interessantes: no dia 13 de março, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RE-NAFRO Saúde) divulgou notícias sobre o novo coronavírus e as recomendações do Ministério da Saúde de adiar eventos com aglomerações de pessoas.

No dia 17 de março essa mesma associação comunicou a suspensão de atividades e solicitou prevenção, autocuidado, responsabilidade e solidariedade para as famílias e a comunidade. Ainda segundo Calvo (2021), no dia 16 de março de 2020, a Federação das Religiões Afro-Brasileiras (AFROBRAS) solicitou aos responsáveis por templos religiosos para suspender atividades religiosas – festas para os orixás e as sessões de umbanda. Desde então, vários pais e mães de santo e adeptos das religiões afro-brasileiras começaram divulgar, mediante as redes sociais, suas decisões de cancelar as atividades do calendário litúrgico, informar e orientar a população sobre as medidas para evitar o contágio (CALVO, 2021).

Muçulmanos e israelitas, dentre as minorias religiosas, apoiaram em grande parte as medidas de isolamento, afastamento e uso de máscaras e demais procedimentos sanitários (MACHADO, 2020). Boa parte adotou cultos e rituais efetuados de forma *online*, e festas e

celebrações fundamentais do calendário religioso foram canceladas em seu formato presencial.

Por outro lado, o efeito sanfona, de abrir e fechar, por força do cabo de guerra com o governo federal – que segue a direção biopolítica eugenista e anarcocapitalista, acabou abrindo espaços para que as religiões abrissem seus templos e locais, algumas seguindo as regras especificadas por comitês que assessoram prefeitos e governadores na gestão da sindemia.

Em janeiro de 2021, por exemplo, uma pesquisa feita por meios não-presenciais, do grupo de comunicação “Poder360”, indicava que o número dos que praticavam alguma religião no Brasil, 74%, o percentual de religiosos que saíam de casa para praticá-la passou de 14 para 32% (PLIGHER, 2021). Os que assistiam celebrações e cultos pela TV e Internet eram 40%, cinco pontos a menos que em outubro de 2020. E os que praticam a religião em casa, 19%, ante 30%, em relação à pesquisa de outubro de 2020. A segmentação dos dados revela um perfil interessante: por exemplo, os que mais saem para ir à igreja ou a templos são os que moram na região Norte (39%) e os que recebem mais de 10 salários-mínimos (35%). Por outro lado, os que mais assistem a cultos virtuais são os jovens religiosos ou com alguma fé (53%) e os moradores da região Sul (51%). No quesito religião e política, os que assistem cultos pela TV e Internet tendem a avaliar o governo como ruim ou péssimo (42%), ao contrário dos que estão indo a templos e igrejas (11%).

Na pesquisa mais recente, de abril de 2021, os números seguiram as tendências anteriores, como a daqueles que assistem cultos pela TV ou Internet (35%), mas aponta aumento dos que praticam a religião em casa (39%) e diminuição dos que estão indo a templos ou igrejas (15%) (OLIVA, 2021). O perfil traçado pela pesquisa é muito interessante, pois demonstra que quem vai mais às igrejas ou templos são homens (20%), pessoas de 45 a 59 anos (18%), moradores da região Centro-Oeste (18%), quem tem só o ensino fundamental (20%) e quem ganha até 2 salários-mínimos (18%) (OLIVA, 2021). Quem mais pratica a religião em casa são mulheres (43%), pessoas de 45 a 59 anos (45%), moradores da região Centro-Oeste (53%), os que cursaram até o ensino médio (41%) e quem ganha mais de 10 salários-mínimos (53%) (OLIVA, 2021). Em termos políticos, em relação à pesquisa de janeiro de 2021, os que consideram o governo ruim ou péssimo aumentou entre os que praticam a religião apenas dentro de casa (40%), mas diminuiu entre os que assistem cultos pela TV e Internet (34%). Por fim, não podemos deixar de falar dos setores religiosos populares.

## Os setores religiosos populares na sindemia

As diferentes camadas sociais recebem de formas distintas o impacto da sindemia da COVID-19. Para este livro, selecionamos alguns trabalhos de campo (PEREIRA, 2020), dos quais extrairemos relatos de pessoas religiosas. O estudo foi devidamente autorizado pelo

Comitê de Ética e os nomes dos entrevistados e entrevistadas foram resguardados e substituídos por fictícios. Trazer ao texto as vozes populares é essencial para diversificar a visão sobre o impacto da sindemia, indo além do estritamente institucional. O quadro do texto torna-se, então, mais amplo e generoso.

Começamos com o relato da Maria, de 41 anos, de pertença pentecostal e moradora de uma favela de Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro. Maria frequenta uma igreja pentecostal de birosca na favela do Tira Gosto nos arredores da Universidade Estadual do Norte Fluminense, lugar em que a favelização tomou conta de uma comunidade tradicional de pescadores. Nos relatos indica que está vivenciando a quarentena entendendo-a por meio de “a crença da origem divina do coronavírus e a preocupação pela preservação da saúde” (PEREIRA, 2020). Segundo Reia Silvia Pereira (2020), dona Maria vem exercendo novas possibilidades de exercício da crença longe dos templos e, ao mesmo tempo, se faz atenta às disputas políticas travadas no período, em que “contesta a postura do presidente Jair Bolsonaro na condução da crise sanitária” (PEREIRA, 2020). Assim, Maria

teve a rotina alterada com a propagação da doença. Devido à suspensão dos eventos religiosos, Maria adaptou suas práticas devocionais. Antes, acostumada a frequentar os cultos cerca de quatro vezes por semana, Maria tem um cargo destacado na hierarquia da igreja (PEREIRA, 2020).

Antes da sindemia, ela circulava entre os becos da favela, era procurada pelos vizinhos para que fizesse orações de cura contra supostas feitiçarias e invejas. Com a decretação do isolamento social e a partir do conselho de uma assistente social, Maria, que é diabética, pouco sai. Atualmente, lê a bíblia com os seis filhos na casa de quatro cômodos. Eventualmente, “recebe a visita de algum vizinho para receber suas orações” (PEREIRA, 2020). Sobre essa situação, dona Maria diz que a “doença seja uma forma de correção divina para que o povo volte à santidade” (PEREIRA, 2020).

Além disso, a mulher pentecostal dizia:

Eu vejo o presidente com pouco caso em relação ao povo. Ele vai nas entrevistas e fala que o povo está muito apavorado. Como se essa doença fosse uma coisa não muito grave. E a gente sabe que é grave. Eu vejo que ele não está agindo como deve agir. Acho que é pela própria índole dele (PEREIRA, 2020).

A percepção é clara e cristalina. Sobre a demissão do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, Maria enxerga uma postura autoritária do presidente: “Isso de ele ter despedido o outro ministro foi porque ele não estava aceitando sair do isolamento (...). Eu vejo que ele não está pensando na saúde do povo” (PEREIRA, 2020).

Por outro lado, na área rural de Campos dos Goytacazes, no Assentamento Zumbi dos Palmares, dona Penha, mulher preta pentecostal, de 62 anos, moradora do núcleo IV, membra da Igreja Assembleia de Deus (Ministério Copacabana), afirmou que a “pandemia inicialmente trouxe uma certa prosperidade, pois nunca havíamos recebido 600 reais” (PENHA, 2021). A irmã Penha segue conformando: ocorreu “uma prosperidade, todo mundo se casando, todo mundo fazendo as casas com os auxílios do governo. Ocorre que minguiu. Diminuiu, e depois parou o dinheiro. Secou. Não tem como programar assim” (PENHA, 2021).

A irmã Penha, indignada com a falta de financiamento com a sindemia, decreta: “não tem como confiar nesse homem. Uns pastores falam que ele é de Deus, é um messias. Mas, ele não tem cara disso. É falso, no início falava as coisas para agradar, e agora nem esforço faz. Quer matar nós todos” (PENHA, 2021). É importante o destaque de que a irmã Penha é quem lidera o grupo de oração da Assembleia de Deus do Assentamento, e indica que as “mulheres que oram semanalmente com ela não entendem a dificuldade de se manter o auxílio” (PENHA, 2021). Nesse caso, a irmã Penha, mulher pentecostal do Assentamento, indica a importância inicial do auxílio emergencial com as centenas de reais e, depois, o não entendimento da perda dele. Com isso, sinaliza que o presidente do Brasil, não é o messias, “ele vem apenas para confundir o povo de Deus” (PENHA, 2021).

Traremos a voz de minorias religiosas. No budismo no Brasil, o líder Lama Padma Samten, no Rio Grande do Sul, denuncia o impacto da sindemia da COVID-19 em celebrações virtuais, como na Cerimônia Ecumênica Virtual, em homenagem às vítimas da doença. O Lama, da tradição Nyingma do budismo tibetano, presidente do Centro de Estudos Budista Bodisava, no texto para o jornal Gazeta Zero Hora (de Porto Alegre), intitulado: “coronavírus: reflexões à beira do caos” (SAMTEN, 2020), trata de uma narrativa pró-ciência e pelo isolamento social total, se possível, claro. O Lama Padma escreve: “Fique em casa. Diante da pandemia do novo coronavírus é importante reforçar a necessidade de isolamento social nesse momento, como forma de quebrar a cadeia de transmissão da doença. Além do olhar puramente médico, há ainda aspectos espirituais que precisam ser compreendidos nessa tarefa individual e coletiva” (SAMTEN, 2020).

Nesse sentido, indica “que diante do cataclisma vivido, só compatível com uma grande guerra mundial, se achar formas de integrar individualmente e comunitariamente (no formato eletrônico) pode ajudar a população a superar as dores e os traumas vividos nesse ano pandêmico”. O Lama defende a ampla ação contra a devassidão espiritual e de vidas por conta a intensa trama dos descasos das governanças diante do aprofundamento da peste e do caos social mediante o surto sindêmico que o país vive. Em pleno acordo com as sinalizações da OMS, logo, em outro sentido do que a gestão Bolsonaro se preocupou em sinalizar sobre o comportamento da população brasileira.

## Desdobramentos e considerações

A esta altura da sindemia, os documentos se avolumam e mostram como o bolsovírus expôs e segue expondo os brasileiros e brasileiras à morte precoce de forma calculada e intencional. Não há incompetência e fracasso por parte do governo nas medidas sanitárias e não-sanitárias e nas vacinas porque, em verdade, o bolsovírus, como entidade composta pela extrema-direita populista, por religiosos reacionários e pelo anarcocapitalismo nunca as desejou. A biopolítica justa e socialmente igualitária nunca foi a ideia do governo bolsovirótico. O que move o presidente Bolsonaro e seu governo está claro: a promoção da imunidade de rebanho e do neoliberalismo em sua versão mais radical. Acopla-se a esse projeto, o mais selvagem extrativismo (destruição de florestas, matas, cerrado, caatinga pela mineração e extração de madeiras) e a mais caótica ideia de liberdade individual (liberdade do médico de receitar, liberdade de ir e vir a despeito da sindemia etc.). A política bolsonarista visa enfraquecer os pilares da República e suas instituições por meio da nomeação de testas-de-ferro em cargos-chave, como a Procuradoria Geral da República (Augusto Aras) e o Supremo Tribunal Federal (Nunes Marques), destruição progressiva dos controles republicanos, personalismo acentuado.

Evidencia-se a fusão da política e da religião com o vírus, por meio da qual a COVID-19 realiza o ‘desejo’ de todo ser virótico: infectar, contaminar, matar e viver em mutação constante e/ou acelerada. Essa doença realiza as ideias de extrema-direita bolsonarista, “purificando” a nação, deixando apenas os “fortes” e “livres”, e eliminando pretos, pobres, desempregados, indígenas, ribeirinhos – os “fracos”. A política federal virótica provocou tantas mortes e desordens que a pressão sobre o Parlamento aumentou. Abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado em 27 de abril de 2021, apesar da forte pressão contrária do governo federal. Daí a ideia de liberdade individual acima de tudo e todos (hipertrofia do direito de ir e vir, de liberdade de crença e expressão etc.) e perseguição, institucional ou velada, aos grupos e pessoas críticos e opositores. Para o intento de colocar uma cunha entre a democracia representativo-liberal (dominada pelo poder econômico e grupamentos de pressão como igrejas e grupos de extermínio, as milícias) e os poderes republicanos (representados pelo arcabouço institucional e programático da Constituição de 1988, arruinado dia a dia), usam-se os próprios poderes republicanos e seu arcabouço, e grupos obscuros, como o gabinete do ódio. O modelo de sociedade e projeto político bolsonarista para o Brasil está claro: anarcocapitalismo, neoliberalismo, religião reacionária-mágica (em especial cristã), a democracia esgarçada, fraca, pouco controle republicano e personalismo do líder. O bairro de Rio das Pedras, Rio de Janeiro, zona de domínio dos grupos criminosos de extermínio e extorsão, as milícias, é o emblema desse projeto. O complexo de Israel, que associa traficantes evangélicos e igrejas às milícias é a expressão mais terrível desse projeto em andamento (SOARES, 2021). O “Complexo de Israel”, nome dado por criminosos evangélicos e grupos de extermínio, as milícias, na Zona Norte do Rio, passou a englobar uma comunidade dominada onde a prática de religiões afro-brasileiras foi proibida.

Abriu-se mais um capítulo doloroso da agonia brasileira, que pode ser longa: a batalha movida pelo governo federal contra a CPI, ao lançar mão de artimanhas jurídicas com juízes ligados a família Bolsonaro, e o grupo chefiado pelos filhos do presidente e assessores. Manipulam-se hackers, robôs e contas falsas nas redes sociais para atacar a reputação de adversários políticos. Assistimos ao prolongamento da crise social, política e econômica, mas o presidente vem perdendo apoio e confiança dos mais importantes pilares: cúpula militar (demissão do ministro da defesa e dos três chefes), mercado financeiro e grandes empresários (manifesto público em jornais da grande imprensa), políticos internacionais, população em geral a ponto de as pesquisas presenciais, mais precisas que as por meio telemático e telefônico, apontarem que 49% dos brasileiros aceitam o impeachment, 58% julgam o governo completamente incapaz, 24% o conceituam como bom ou ótimo, o menor índice desde Fernando Collor em meados de seu mandato. Se a sindemia está associada ao governo com o qual se fundiu, a resposta é lógica: somente o fim do governo negacionista e da biopolítica da devastação do bolsovírus trará algum alívio e esperança de conseguir resolver. As oposições partidárias, em geral, excetuando uma ou outra figura individual, seguram o impeachment.

Os maiores líderes oposicionistas e partidos de oposição, em especial o ex-presidente Lula da Silva e o PT (Partido dos Trabalhadores), detentor da segunda maior bancada federal, evitam a queda legal. Apesar de subscreverem pedidos de impeachment, parecem preferir ver o bolsovírus perder força e vencê-lo nas eleições presidenciais em 2022. Um erro que custará milhares de mortes a mais. Um novo governo eleito cuidará efetivamente da sindemia apenas a partir de 2023, com a possibilidade real de uma transição muito difícil e um tortuoso caminho de controle e recuperação. Um longo tempo para que novas cepas e variantes surjam, enfraqueçam as vacinas e matem os brasileiros precocemente.

A estratégia eleitoral joga com a lógica da democracia representativa-liberal e se divorcia da democracia participativa, prolongando um sério problema desde a redemocratização pós-1985: a fratura entre a sociedade civil, seus movimentos e organizações e a tendência ao autofechamento do sistema político representativo. Os representantes de oposição institucional, eleitos pelo povo brasileiro, jogam a maioria das forças na democracia representativa liberal e deixam ao segundo plano os movimentos sociais, amplos e diversificados, desesperados, e não conseguem fazer-se ouvir por deputados e senadores do Congresso Nacional, intitulado “a casa do povo”.

Por outro lado, os movimentos sociais, a duras penas, tentam se organizar e combater o vírus político e, devido à imensa dor e luto, às pressões negativas insustentáveis, em dois sábados, 29 de maio e 19 de junho de 2021, milhares de pessoas foram às ruas protestar, pedir impeachment, vacina, auxílio emergencial, e fizeram muitas outras reivindicações sociais e plurais. Os grupos eram muito diversificados. Alguns foram, apesar das direções partidárias que ou não deram aval ou deram aval, mas não se mobilizaram: anarquistas, feministas, indígenas, movimento dos sem-terra e dos sem-teto, sindicalistas das centrais sindicais e das estatais (Correios e outras), psolistas, petistas, pededistas, comunistas de várias mati-

zes, PSTU, PCO, núcleos de luta popular, socialistas, gente comum, LGBTQIA+, geração de 1968, movimentos negros, gente comum, juventude socialista de vários tipos, grupos e núcleos feministas ligados aos partidos de esquerda, evangélicos e espíritas de esquerda, pastorais católicas, estudantes, professores, profissionais de saúde, aposentados, torcidas organizadas de futebol, esquerda reflexiva, ambientalistas, enfim, uma diversidade extremamente rica de esquerdas e centro-esquerda.

Diferentes das manifestações de apoio ao presidente, com forte aglomeração sem máscaras e em clima de exaltação e culto à personalidade do presidente Bolsonaro, os protestos pelo impeachment tinham uso extensivo de máscaras, álcool gel e, na medida do possível, distanciamento social. Um frescor de 2013 tomou conta do ar, quando multidões pediram ampliação da democracia, de serviços públicos de qualidade, protestaram contra a destruição do meio-ambiente, e muitas outras pautas, numa organização mais horizontal, sem vanguarda e liderança nítidas, o que tomou de espanto as tradicionais organizações de esquerda. Grandes líderes de partidos de oposição se ausentaram, em geral. Mas os protestos colocaram novos ingredientes: a democracia participativa, a necessidade de os cidadãos comuns manifestarem-se e serem ouvidos. Porém, estamos em meio a uma grave crise da democracia parlamentar e representativa do nosso sistema político e social após a redemocratização (1985): mais de 500 mil mortos, uma Comissão Parlamentar de Inquérito trazendo cada vez mais evidências de crimes cometidos pelo presidente e seus grupos de apoio e, no entanto, mais de 100 pedidos de impeachment dormem nas gavetas da presidência da câmara (duas gestões). Não obstante à grave crise, partidos de esquerda e seus líderes apostam nas eleições futuras, as de 2022. Estamos no meio de uma enorme transição social, no olho de uma guerra sem desfecho visível, mas sabemos que a permanência do bolsonarismo no poder, sem uma reação legal imediata – como o processo de impeachment, significa o prolongamento da pandemia, a continuidade da destruição de direitos sociais, da Constituição de 1988 no que ela tem de social-democracia e, por fim, a possibilidade de reeleição do projeto de poder biopolítico anarcocapitalista cristão reacionário.

## Referências

BALLOUSSIER, Anna V.; BOGHOSIAN, Bruno. Empate de Bolsonaro e Lula no voto evangélico é recado para quem vê rebanho em vez de gente. **Folha de S. Paulo**, Caderno Poder, São Paulo, 13.mai. 2021 às 14h24. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/empate-de-bolsonaro-e-lula-no-voto-evangelico-e-recado-para-quem-ve-rebanho-em-vez-de-gente.shtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BALLOUSSIER, Anna V. Conheça as igrejas que ainda não voltaram com cultos presenciais na pandemia. ‘Novo Testamento ensina que o templo do Espírito Santo somos nós’, diz pastor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20.jun.2021 às 16h00. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/conheca-as-igrejas-que-ainda-nao-voltaram-com-cultos-presenciais-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. Publicado em: 26/03/2020 | Edição: 59 | Seção: 1, Página: 1. Disponível em: Decreto <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.292-de-25-de-marco-de-2020-249807965>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CATANHÊDE, Eliane. Pesquisa entre cidades bolsonaristas e não bolsonaristas confirma: negacionismo mata. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 de maio de 2021. Disponível em: [https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-entre-cidades-bolsonaristas-e-nao-bolsonaristas-confirma-negacionismo-mata,70003702987?utm\\_source=popularmais.com.br&utm\\_medium=referral&utm\\_content=portal\\_primenews&utm\\_campaign=hotfixpress](https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-entre-cidades-bolsonaristas-e-nao-bolsonaristas-confirma-negacionismo-mata,70003702987?utm_source=popularmais.com.br&utm_medium=referral&utm_content=portal_primenews&utm_campaign=hotfixpress). Acesso em: 03 jun. 2021.

CALVO, Daniela. **Redes de cuidado: enfrentamento da COVID-19 nas religiões afro-brasileiras**. PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol. 12, nº 1, 2021, p. 121-135.

DA SILVEIRA, Emerson S. “Catholicovid-19” or Quo Vadis Catholica Ecclesia: The Pandemic Seen in the Catholic Institutional Field. **International Journal of Latin American Religions**. Volume 4, p. 259–287, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41603-020-00114-2#citeas>. Acesso em: 03 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIRARDI, Giovana. Na ‘era das pandemias’, mais de 500 mil vírus podem ‘saltar’ para humanos, alertam cientistas. **Portal Terra**, Porto Alegre. 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/na-era-das-pandemias-mais-de-500-mil-virus-podem-saltar-para-humanos-alertam-cientistas,330dd55e1902dd7124a06a7af330ee5bb6yi7jxj.html>. Acesso em: 03 jun. 2021.

GHIRALDELLI JR., P. **A República Brasileira: de Deodoro a Bolsonaro**. São Paulo: CEFA Editorial, 2020a.

GHIRALDELLI JR., P. Pandemia e Pandemônio: o Bolsovírus. In: CABELLO, Mariangela; GHIRALDELLI Jr., Paulo. (Org.) **Pandemia e Pandemônio: Ensaios sobre biopolítica no Brasil**. São Paulo: CEFA Editorial, 2020b, p. 6-16.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, ISSN 0140-6736, volume 396, Issue 10255, p. 874, September 26, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext). Acesso em: 03 jun. 2021.

KLINTOWITZ et al. **Trabalho, território e COVID-19 no Município de São Paulo**. Instituto Pólis, São Paulo. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/trabalho-territorio-e-covid-no-msp/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

LIMA, Leila Souza. País vive sob ameaça de supercepa, alertam cientistas. **Valor Econômico**, Seção Brasil. São Paulo, 17 maio 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/17/pais-vive-sob-ameaca-de-supercepa-alertam-cientistas.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

LORENZ, Camila et al. Examining socioeconomic factors to understand the hospital case-fatality rates of COVID-19 in the city of Sao Paulo, Brazil. ArXiv. **Cornell University**, 28 fev. 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2103.00594>. Acesso em: 03 jun. 2021.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Declaração. Isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1, 2016.

MACHADO, Leandro. De cultos online a ‘não leia notícias sobre pandemia’: como as religiões estão lidando com o coronavírus no Brasil. **BBC-News**. Brasil, São Paulo, 17 de março 2020. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51920196>.

PLIGHER, Pedro. Em 3 meses, dobra o número de religiosos que saem de casa para praticar fé. 09 jan. 2021. **PODER.360**. São Paulo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/em-3-meses-dobra-o-numero-de-religiosos-que-saem-de-casa-para-praticar-fe/>. Acesso em: 03 jun 2021.

OLIVA, Gabriela. Na pandemia, só 15% dos que professam alguma fé vão a templos e igrejas. 16 abr. 2021. **PODER.360**. São Paulo. Disponível em: [https://www.poder360.com.br/poderdata/so-15-dos-que-professam-alguma-fe-estao-indo-a-templos-e-igrejas/?fbclid=IwAR-2GkSdg9Q5rO1vYZci8qmLslQFFTy6wV2s\\_skAUHbnMbJgSQOR8O8lKS7Q](https://www.poder360.com.br/poderdata/so-15-dos-que-professam-alguma-fe-estao-indo-a-templos-e-igrejas/?fbclid=IwAR-2GkSdg9Q5rO1vYZci8qmLslQFFTy6wV2s_skAUHbnMbJgSQOR8O8lKS7Q). Acesso em: 03 jun 2021.

RIBEIRO, Karina B. et al. Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. **International Journal of Epidemiology**. 28 fev. 2021. <https://academic.oup.com/ije/advance-article/doi/10.1093/ije/dyab022/6154379>. Acesso em: 03 jun 2021.

SINGER, M.; CLAIR, S. Syndemics and public health: reconceptualizing disease in bio-social context. **Medical anthropology quarterly**, v. 17, n.4, p. 423–441, 2003.

SINGER, Merrill. **Introduction to syndemics. A critical systems approach to Public and Community Health**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dwsmNrq6NVgC&oi=fnd&pg=PR13&dq=merrill+singer+syndemic&ots=aXiS3ks3Md&sig=MILOcM5yQKNG7B2lMINYyNRuadY#v=onepage&q=merrill%20singer%20syndemic&f=false>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SOARES, Rafael. Traficantes evangélicos fecham pacto com milícia para expandir ‘Complexo de Israel’ 03 jan. 2021. **Extra**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-evangelicos-fecham-pacto-com-milicia-para-expandir-complexo-de-israel-24821015.html>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PENHA, Renato. Pessoal. **WhatsApp**, dia 13 de junho de 2021.

PEREIRA, Reia Silvia. O vírus é de Deus, mas o presidente não pensa na saúde do povo: sobre sofrimento, doença e teodiceias. **Boletim das Ciências Sociais**, n. 50, Ciências Sociais e o coronavírus, 2020.

SANTEM, P. coronavírus: reflexões à beira do caos, **Gazeta Zero Hora**, Porto Alegre, 2020. Em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2020/03/coronavirus-reflexoes-a-beira-do-caos-ck8aqxilt08nr01pqfehtaprl.html>. Acesso em: 13 de jun. de 2021.



# 02 SINDEMIA DE COVID-19 BIOPODER E CAMPO CRISTÃO: CNBB, católicos e evangélicos reacionários

Emerson Sena



# CAPÍTULO 2

## COVID-19, BIOPODER E CAMPO CRISTÃO: CNBB, católicos e evangélicos reacionários

Emerson Sena

Apresento aqui uma interpretação, dentre outras que você encontra alhures, sobre a relação entre a doença política que assola o mundo, a COVID-19, e três agentes importantes do campo religioso cristão, ainda maioria no país (80% da população): CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), grupos católicos e grupos evangélicos reacionários, grupos que olham a história e a sociedade pelo retrovisor, anseiam uma ordem idealizada, hostil à modernidade social, sexual-moral e político-econômica. Qual a relação entre a COVID-19, o campo cristão e a política? É uma pergunta essencial para a qual propus como resposta o estreitamento de laços entre o reacionarismo religioso cristão e a política governamental, embora as reações críticas tenham alguma presença. Para embasar as respostas, utilizei método qualitativo-interpretativo, revisão parcial de produções bibliográficas e marcação dos principais posicionamentos religiosos em curso em fontes digitais primárias e secundárias de órgãos de imprensa, órgãos religiosos e redes sociais.

No final de 2019, foi identificado na China, na cidade de Wuhan (provavelmente no mercado), um novo vírus da família coronavírus, o SARS-CoV-2<sup>2</sup>, o agente da doença *coronavírus Disease-2019* ou COVID-19, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). O tempo de incubação dos sintomas varia entre 5 e 15 dias, mas está ficando menor. Muitos não apresentam sintomas da doença, mas estão contaminados e transmitem o vírus, o que passou a exigir testes para evitar o contágio. Essa doença não tem cura ou remédio preventivo eficazes. Apenas amenizam-se os sintomas mais graves se surgem. Quando identificado pelas autoridades sanitárias chinesas, o vírus já se espalhava. A doença por ele gerada, matava pessoas pela incapacidade dos pulmões em promover a troca gasosa – a respiração, e prejuízos aos órgãos e sistemas humanos, com graves sequelas. Subestimou-se a doença. O novo coronavírus (e vírus em geral) é constituído de um filamento de RNA (*Ribonucleic Acid*) que, ao entrar no corpo humano, se enrosca, ou acopla, ou adentra as células (BANDEIRA; CARRANZA, 2020). O organismo humano reage, produz anticorpos para se defender e atacar o invasor. Mas, muitas vezes, não o consegue porque o vírus introduz seu material genético no interior das células e as obriga a produzir cópias de si em tamanha quantidade que, com isso, infecciona os órgãos e sistemas humanos – no caso do novo coronavírus, o sistema respiratório se sobrecarrega e leva o indivíduo ao colapso, à morte.

---

2 - *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*. Um vírus é um filamento de ácido ribonucleico.

A narrativa da origem oficial tem sido questionada, sobretudo se o seu epicentro foi exatamente em Wuhan. No entanto, descarto as teorias da conspiração sem nenhuma base real, a saber, o “vírus chinês” ou “peste chinesa” como algo inventado em laboratório ou provocado de alguma forma pela China com objetivo de dominação “comunista” em aliança com o “islamismo”. São ideias sem fundamento, adotadas por grupos de extrema-direita religiosos católicos e evangélicos. A reação chinesa tardou, mas foi dura, em especial na cidade de Wuhan, que é muito populosa (em torno 11 milhões de habitantes, quase do tamanho da cidade de São Paulo): *lockdown* completo (viagens, maioria das indústrias, reuniões, serviços e comércio), abertura de hospital de campanha em tempo recorde, controle de infectados, uso obrigatório de máscaras, testagem em massa, investimentos em ciência para desenvolvimento de vacinas preventivas e tratamento dos sintomáticos. Sabe-se que a disseminação do vírus se dá pelo ar, quando se fala, canta, grita e tosse sem proteção facial, a máscara. Mas há controvérsia entre os pesquisadores e cientistas: se a dispersão se dá em forma de gotículas que caem e ficam pouco tempo no ar ou se ocorre em forma aerossol, ou seja, microgotículas que, dispersas pelo ar, ficam suspensas mais tempo, espalham-se e são aspiradas com mais facilidade.

As pesquisas científicas sobre o vírus, estrutura, dinâmica e contenção, logo começaram. Uma grande corrida das vacinas tem ocorrido. Laboratórios e indústrias farmacêuticas tentam lucrar, enquanto governos tentam quebrar as patentes para atender regiões e populações mais pobres. Há muitas vacinas desenvolvidas – Moderna, Pfizer, Oxford-AstraZeneca, Coronovac – e em aplicação no mundo. Mas, em países pobres, a lentidão e a escassez afetam duramente à população e dão tempo para que o vírus causador da doença desenvolva mutações perigosas e diminuam a eficácia das vacinas existentes. O cenário altera-se continuamente e poderá levar muito tempo para eliminar essa doença respiratória multissistêmica. Não é uma enfermidade das mais mórbidas – a gripe espanhola matou 50 milhões no mundo todo –, mas é rápida disseminação em massa e adoce muita gente ao mesmo tempo. Uma parte necessita de internamento e tratamento intensivo (oxigênio), outra parte, morre. Os sistemas de saúde e funerário são pressionados e podem colapsar e provocar uma cascata de problemas terríveis. Isso ocorreu em algumas cidades de países como o Equador, Índia, Brasil, Itália, e poderá vir a ocorrer em outras à medida que novas ondas e novas cepas surgem. No começo da sindemia, a mortalidade estava ligada à faixa etária (acima de 60 anos) e à comorbidade, ou seja, a presença de doenças debilitadoras em órgãos e sistemas. Hoje, devido ao avanço de cepas e variantes, os grupos mais amplos não estão mais tão distantes dos grupos de risco.

Todavia, o que ocorre hoje, é a ponta, apenas, de um vasto movimento socioeconômico. Vírus selvagens oriundos de espécies naturais têm se aclimatado em zonas de convivência entre animais criados e os seres humanos. A destruição de ecossistemas pelo avanço do capitalismo neoliberal, financeiro e globalizado a partir dos anos 1970 e pelo modo como ele organiza as classes sociais, as cidades e as globalizações, forçou o contato entre vírus selva-

gens (em que os portadores são morcegos, macacos e outros) e nossas cidades. O capitalismo atual, à medida que avança, destrói habitats originais: florestas, selvas, biosferas e biomas, provoca uma indevida dependência entre ambiente urbano e espécies selvagens como os morcegos – provável origem do novo coronavírus que passou para espécies animais domésticas ou hospedeiras – e daí, para o ser humano. Desde então, desencadearam-se moléstias de grande poder destrutivo: AIDS (provável), H1N1 e uma das mais terríveis no tempo presente, COVID-19<sup>3</sup>. A integração entre espécies selvagens e a pólis (mundo urbano) é estreita e provocará, segundo projeções de especialistas, novas sindemias que podem ser mais mortais que o novo coronavírus. A atual sindemia acentuou os limites do neoliberalismo como doutrina e modo de vida: recuo das políticas públicas, atomização e fragmentação social, Estado à serviço do mercado financeiro, pouco afeito ao controle público (SAAD-FILHO, 2020).

Entender essas realidades complexas exigem conceitos renovados. Coloco em foco o de sindemia, um conceito da antropologia e da sociologia da saúde e da doença médica dos anos 1990, criado para compreender como as doenças se espalham e matam e seguem perturbando sistemicamente as sociedades. Há, nas doenças que surgem entre nós, homens e mulheres do mundo moderno, uma sinergia entre biogenética, ordenamento urbano, ordem socioeconômica (capitalismo atual), classe social, gênero e raça, espaço urbano, políticas públicas ou sua ausência (SINGER, CLAIR, 2003; SINGER, 2009). Não há como separar os fios – médico, biológico, sociocultural, político-econômico – que compõem essa trama, porque todos estão interligados. O trançamento desses fios impossibilita-nos pensar e atuar sobre eles isoladamente. Obesidade mórbida, mudanças climáticas, diabetes, doenças viróticas respiratórias, tudo que é da ordem da vida interage com a sociedade e entra em sinergia e podem ter maior poder de destruição, ou não, caso a gestão (estatal, coletiva, ambiental, urbana, sociopolítica e sanitária) considere o todo da trama.

O conceito de biopoder e biopolítica se acopla ao de sindemia. Na modernidade moderna, diferente do mundo antigo e do mundo medieval, o poder se exerce, atua e atravessa os corpos dos indivíduos (anatomia política) e o corpo social (biopoder). A biopolítica é a forma como o poder, entendido como um feixe de relações sociais, flui, organiza e afeta a vida biológica (individual e grupal) dentro das instituições, grupos, em especial entremeado no Estado e na economia (FOUCAULT, 2014). A vida (*biós*) está sob a hegemonia do capital fictício-financeiro, que se exerce de forma transnacional e complexa. Nessa trama, natureza, biologia, religião e política, embora distintas, estão em sinergia e formam um entrelaçado denso. A rede do biopoder ou sindêmica, se move em duas direções. Uma é a da biopolítica da devastação e auxilia o vírus a se espalhar, contaminar e matar: contra *lockdowns* e medidas práticas e simples (máscaras, distanciamento social), a favor do uso e estímulo de remédios ineficazes ou prejudiciais, minimiza a ciência, afirma uma liberdade individual irresponsável e indutora de anomia social. A biopolítica da preservação segue direção contrária: *lockdowns* planejados com forte apoio social, valorização da ciência, programas de transferência

3 - Do niphah ao coronavírus: destruição da natureza expõe ser humano a doenças do mundo animal. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52161309>. Acesso em: 23 abr. 2021.

de renda e de riqueza, economia verdade sustentável, estímulo ao uso e obrigatório de máscaras, campanhas educativas, testes e vacinas em massa, ação coordenada pelo Estado em parceria com prefeitos e governadores, organizações e movimentos sociais.

A evidência de que os conceitos de sindemia e biopolítica nos dão boa compreensão salta aos olhos quando se observa a forma desigual como a COVID-19 foi e é tratada pelos governos mundo afora e a maneira como ela mata mais entre classes sociais mais baixas, negros e pardos, desempregados, idosos e jovens desamparados, trabalhadores precários, quilombolas e ribeirinhos, indígenas, populações desassistidas ou grupos étnicos desfavorecidos e desatendidos por políticas estatais-públicas de saúde e de justiça social. Em Israel e Nova Zelândia, dois governos, um de extrema-direita e outro de centro-esquerda – este reeleito por conta de sua atuação aprovada pelos cidadãos, fizeram a biopolítica da preservação: *lockdowns* rigorosos, testes e vacinas em massa. No último, houve forte apoio social. Por fim, basta ver como o governo estadunidense, Joe Biden, do Partido Democrata, age para desconstruir o legado populista de extrema-direita de Donald Trump e o neoliberal, de Donald Reagan (1911-2004): medidas sanitárias e valorização da ciência, proposta bilionária de apoio socioeconômico aos desempregados, endividados, jovens e idosos, estímulo à economia verde, transferência de renda e de riqueza às classes mais baixas, reforma da saúde e do sistema penal, aumento de impostos dos estratos sociais e empresas mais ricas, dentre os principais movimentos, aproveitando a maioria democrata na câmara e no senado antes das próximas eleições.

No Brasil, governadores e prefeitos, a despeito da direção contrária do governo federal, adotaram medidas de isolamento e distanciamento, uso obrigatório de máscaras, apoio social, com mais ou menos ênfases, mas isso não foi capaz de deter a marcha crescente da morte, a exposição massiva dos corpos brasileiros à contaminação proposital. A quarentena foi afetada por influências religiosas, em especial do mundo cristão reacionário, católico e evangélico, que defendeu templos abertos e lutou para ser incluído nos serviços essenciais – aqueles que não podem ser suspensos. Na maioria das vezes, os governos aceitaram a pressão das igrejas, mas tentaram impor alguma restrição (20 a 30% da capacidade) e regras de distanciamento (1 a 2 metros entre pessoas). As pressões econômicas sobre os gestores municipais e estaduais tem ocorrido fortemente pela ausência, apoio ou ineficiência de programas federais, o que coloca em risco todo o setor de serviços e comércio que lida com o público presencialmente. Mas, no histórico brasileiro de enfrentamento à sindemia, nunca houve *lockdown* no sentido estrito, à exceção de algumas iniciativas bem costuradas em cidades paulistas, dentre elas, Araraquara, governado pelo prefeito Edson Silva, do Partido dos Trabalhadores.

No resto dos estados e municípios os fechamentos foram curtos, pouco restritivos e com efeito sanfona: apertam quando a crise atinge o pico de mortes e internações em hospitais (UTIs e enfermarias, a partir de uma porcentagem, 80% a 95%) e liberam em seguida, ao menor sinal de alívio estatístico. Basta uma simples queda, sem análise profunda de dados

epidemiológicos. O efeito vaivém provoca estresse coletivo, abala a saúde mental coletiva, desorienta a população, abre espaço para recontaminação, aumento de internações e mortes, em especial durante os períodos de inverno, quando as doenças respiratórias em geral aumentam e os grupos aglomeram-se. Uma vacinação eficaz em massa pode amenizar os problemas, mas está atrasada, tateia e vacila, muito por conta da oposição ou desprezo do governo federal. Segundo alguns levantamentos, foram 11 as ofertas de vacinas<sup>4</sup>. A pressão política pode fazer o governo bolsovírotico arrefecer a marcha da imunidade de rebanho, mas não se sabe o quanto e a que custo. Em maio de 2021, são mais de 410 mil vidas perdidas, milhares de sequelados gravemente e uma corrente de problemas sociais, sanitários e econômicos acumulados e latentes, prestes a explodir.

O retorno do comércio, dos serviços e do lazer de forma precipitada e sem planejamento, aumenta a aglomeração, provoca conflitos e desgastes sociais e conjuga-se com a ausência de medidas sanitárias e socioeconômicas eficazes. A circulação de pessoas e trabalhadores ocorre em transporte público lotado, favelas e bairros pobres tem aglomerações e poucas condições de saneamento. Grupos bolsonaristas pró-vírus, muitos deles religiosos, afinados com a visão biopolítica presidencial, se aglomeram em protestos nas ruas, guerreiam prefeitos e governadores no controle da sindemia de COVID-19. A doença ocorre na sociedade e nela estão as religiões, suas expressões, grupos e movimentos. Igrejas, templos, grupos e movimentos religiosos, em geral e os católicos e evangélicos em específico, reagiram de diversas formas e em muitas escalas (local, global), mas o fizeram basicamente em duas direções: acompanhando as orientações da ciência, da OMS (Organização Mundial de Saúde) e das políticas estatais-públicas de gestão igualitária e social da vida ou, rejeitando-as.

## A COVID-19 como fusão entre a política e a religião no Brasil

A maneira como cada governo reagiu a uma doença sem tratamento e remédio, nos dá a medida do quanto as noções de sindemia e doença biopolítica são mais acertadas para entender a dinâmica biopolítica que vivemos. Em alguns países, os governos fundiram-se ao vírus: *trumpvírus* nos EUA ou *bolsovírus* no Brasil, figuras fictícias criadas por Ghiraldelli (2020 a; 2020b) para descrever a fusão metafórica entre o vírus e governos e presidentes que negam a ciência, opõem-se ou minimizam as medidas sanitárias eficazes (máscaras, testes, vacina, isolamento e distanciamento social) e promovem imunidade natural, ou de rebanho. Algumas das medidas mais simples – máscaras, isolamento – foram usadas nos piores momentos sindêmicos do passado, como o da gripe espanhola (1918-1919). Essa doença respiratória devastou o Brasil e matou um presidente brasileiro, Rodrigues Alves e forçou o governo a pensar em saúde pública, quando, em 1920, criou o Departamento Nacional de Saúde Pública<sup>5</sup>.

4 - Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 01 mai. 2021.

5 - Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-gripe-espanhola-devastou-pais-e-matou-presidente>. Acesso em: 01 mai. 2021.

A ideia da imunidade de rebanho, a mais nefasta, está em pleno uso por parte do governo federal brasileiro. Propagada pelo presidente e seus grupos de apoio, empresários e religiosos cristãos, possui duas graves falhas, uma moral-ética, outra técnico-científica. Trata-se da exposição intencional do corpo coletivo, o corpo de todos nós, ao vírus para que todos possam, caso sobrevivam, desenvolver anticorpos e ficar imunes à COVID-19. Explica-se, por isso, o governo federal guerrear contra os *lockdowns* dos prefeitos e governadores, o desprezo ou a má-gestão das vacinas (recusou ofertas, como a da Pfizer em agosto de 2020, 70 milhões de doses), o prazer em estimular grupos extremistas de direita que repercutem roboticamente ideias errôneas. É terrível um erro moral-ético, porque leva milhares à morte voluntariamente pela desproteção completa ou precária adoção de medidas corretivas e graves sequelas incapacitantes. É um erro técnico-científico crasso, porque a aposta nessa imunidade se revela errada, pois quanto mais dura uma sindemia de doença virótica, mais cepas e variantes surgem. Ondas, piques e repiques estendem a mortandade. Sabe-se que, da identificação do novo coronavírus em finais de 2019 ao atual momento, surgiram cepas e variantes. É fruto do processo biológico que, por sua vez, se entrelaça ao processo social-político: quanto mais circulação de pessoas contaminadas, maior transmissão, mais mortes ocorrem e mais mutação gênica. O que pode gerar cepas e variantes neutras, mas também perigosas. Há variantes de risco, maior poder de infecção, contágio e, possivelmente, diminuição da eficácia de algumas das atuais vacinas. Os nomes dados pela imprensa internacional, ligam-se à região de identificação<sup>6</sup> (índiana, sul-africana, a britânica e a brasileira, identificada na cidade de Manaus, na grave crise de janeiro de 2021. Na crise manauara, pacientes morreram por falta de oxigênio. Uma falha deliberada dos governos federal e estadual. À tragédia, se junta a tentativa de reformas neoliberais (administrativa, tributária, trabalhista, privatizações), embora o neoliberalismo se encontre em sua mais profunda crise no mundo (SAAD-FILHO, 2020). Por outro lado, não se sabe quando a sindemia de COVID-19 terminará porque o mundo está em uma malha, interligado. Quanto mais roda o vírus em uma parte, maior possibilidade de expansão há.

No entanto, o avanço do *bolsovírus* acentuou linhas de tensão existentes dentro do catolicismo e do mundo evangélico. Os grupos conservadores e reacionários se tornaram um desafio para a democracia e às estruturas republicanas porque insistem na guerra cultural (ROCHA, 2021). A COVID-19 é uma doença política: uma quase vida encontrou no capitão punido por ser um mau militar – segundo os padrões da Ditadura (1964-1985), a forma de realizar seu “destino”: expandir-se, parasitar e matar organismos vivos. O presidente encontrou no vírus a realização de sua biopolítica da devastação. Purificar a nação sob o lema “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, da sua campanha eleitoral, sempre retomado. Fazer emergir os “fortes”, rebeldes hormonais, os livres, liberdade reacionária que leva a anomia, desorganização das regras sociais. Deixar morrer os “fracos”, velhos, pobres, negros, índios, quilombolas, desempregados, moradores de periferias, porque é da ordem natural.

6 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/com-recorde-mundial-de-casos-de-covid-india-identifica-nova-variante-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 04 mai. 2021.

No dia 02 de junho de 2020, disse: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”, quando havia 31.317 mortes<sup>7</sup>. No dia 13 de setembro de 2020, quando havia 135 mil mortes, afirmou: “Vocês não pararam durante a pandemia. Vocês não entraram na conversinha mole de ‘fica em casa’. Isso é para os fracos”<sup>8</sup>. Por fim, a frase da assessora do ministro da economia Paulo Guedes, em maio de 2020, reforça a tese de eugenia social: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico (Solange Vieira, assessora de Paulo Guedes)”. A declaração infame foi dita no mês de maio de 2020, quando havia mais de 23 mil mortes<sup>9</sup>. Porém, tudo continuou sem interrupções e, apenas entre março e abril de 2021, 36 dias, houve 100 mil mortes registradas. São dezenas de milhares de mortes precoces, evitáveis se houvesse uma biopolítica da preservação. Estão fora das contagens os casos de morte por síndrome aguda respiratória suspeita e as que se deram por problemas associados: adiamento de cirurgias e tratamentos de enfermidades, devido à sobrecarga do sistema de saúde (médico, enfermagem, assistentes do SUS – Sistema Único de Saúde e da rede particular).

No entanto, apesar de tudo, sua base mais fiel ainda lhe dá apoio. Mais de 50%, dos grupos evangélicos em geral, pentecostais, neopentecostais e evangélicos históricos, como batistas e presbiterianos, o apoiam. São os mais fiéis soldados, compõem boa parte do núcleo duro do bolsonarismo, segundo Prandi (2019). Um universo variado e diverso, controverso, mas que deu mais de 60% de votos ao governo bolsovirótico em 2018. Reúne cerca de 42 milhões de votantes. Em 2018, 67%, ou 20 milhões, votaram em Jair Bolsonaro (então PSL); 33%, ou 10 milhões, em Fernando Haddad (PT) e 12 milhões invalidaram os votos, num resultado que deu uma ligeira maioria aos não-bolsonaristas, em termos de votos (FONSECA, 2018). Mas, nesse universo, poucos são os que se opõem ao governo federal explícita e midiaticamente e pedem o impeachment do mandatário virótico, embora haja movimentos promissores, como os Evangélicos pelo Estado de Direito, Evangélicas Pela Igualdade de Gênero, Evangélicos Progressistas e de Esquerda.

Nesse contexto terrível, o catolicismo, enquanto religião organizada internacional, global e transnacional, posicionou-se, ao menos em termos oficiais, a favor das medidas sanitário-sociais-econômicas: o papado de Francisco e a Santa Sé e, aqui no Brasil, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada em 1952). Dia 27 de março de 2020, após os graves impactos na Itália e Europa, o Papa Francisco, diante de uma praça de São Pedro vazia (isolamento e distanciamento), tarde-noite, cinza-chuvosa, celebrou uma missa especial, a *Urbi et Orbi*, com relíquias antiquíssimas, um crucifixo que saiu em procissão nas ruas de Roma durante as pestes de 1521-1522. Foi um grande e belo ritual, com impactos

7 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 04 maio 2021.

8 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 04 maio 2021.

9 - Disponível em: <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/assessora-de-guedes-acha-que-morte-de-idosos-por-coronavirus-e-bom-para-reforma-da-previdencia-8A19A304729E25E30172AB2D-F2726EDB-00.htm>. Acesso em: 02 jan. 2021.

mediático-globais. As cenas saíram em todas as manchetes, textos foram escritos em muitas áreas do saber, toda imprensa repercutiu, as bolhas reacionárias católicas também. Os documentos pontificais *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, tiveram recepção variada, mais ou menos absorvida. Com eles, o catolicismo romano acentuou, ao mesmo num nível, a aceitação da ciência, a crítica social e ecológica ao capitalismo neoliberal e as desigualdades sociais e moldaram as posteriores reações quando a COVID-19 explodiu. Em suma, no campo católico, a grande maioria do episcopado mundial, inclusive o brasileiro, ecoou as palavras de Francisco que concordavam com a medicina e a ciência e medidas de apoio social aos mais afetados socioeconomicamente.

Mas correntes e movimentos católicos reacionários lançaram dúvidas e se colocaram contra, mais ou menos explicitamente, às medidas sanitário-sociais, mais algumas do que outras. De igual maneira reagiram, mas mais estridentes, muitos líderes religiosos evangélicos brasileiros, pentecostais e neopentecostais em sua maioria. Bispos, padres e pastores foram às redes manifestar, divergir, questionar e se pôr contra as medidas restritivas, ou seja: a proibição de circulação e aglomeração de pessoas (praias, praças, templos), uso obrigatório de máscaras, distanciamento social (DA SILVEIRA, 2020).

Em jogo há, também, uma ideologia anarcocapitalista que celebra religiosamente a ideia de liberdade absoluta e irresponsável, a predominância da liberdade individual de ir e vir, reunir, trabalhar, comerciar, juntar-se, rezar ou cultuar sobre todo outro princípio constitucional, desequilibrando-os – em especial, o de preservação da saúde coletiva. No entanto, a saúde pública é direito de todos e é dever constitucional do Estado promovê-la. Não há, em tese, nenhum princípio constitucional absoluto. Todos são válidos e existem em pé de igualdade. Seus limites são dados na relação mútua, concorrente, conflitiva ou complementar entre eles. Uma relação mediada pelos quadros de pesos e contrapesos entre os três poderes da República: executivo, judiciário e legislativo. Mas há uma profunda distorção entre esses poderes, provocada, fundamentalmente, pela atuação do governo bolsovirótico. É admissível, em caso de emergência sanitária, comprovadamente, a limitação temporária da liberdade individual de ir e vir em vista de preservar o corpo coletivo e em especial, os mais frágeis. Mas o *bolsovírus* insiste na abertura total da economia e em tratamentos médicos ineficazes. Não apenas por crença na imunidade de rebanho, mas por pagamento eleitoral: laboratórios e fabricantes receberam apoio do governo federal. O maior fabricante de hidroxiclороquina, Apsen, recebeu R\$ 20 milhões do BNDES em 2020<sup>10</sup>. O presidente da Apsen é antigo apoiador do ex-capitão e ganhou venda em troca da promoção governamental. O medicamento, ineficaz, pode provocar sérios problemas. Ao longo de 2 anos, a caixa de hidroxiclороquina dessa empresa farmacêutica foi exibida na posse do general Eduardo Pazuello no ministério da Saúde, em aglomerações religioso-políticas em Brasília, em um encontro *online* de líderes do G-20, para uma embaixada do Palácio do Alvorada e em uma praça perto da sede da prefeitura de São

11 - Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/03/maior-fabricante-de-hidroxiclороquina-apsen-recebeu-r-20-milhoes-do-bndes-em-2020/>. Acesso em: 04 maio 2021.

Leopoldo (RS), em 26 de março de 2021, quando um grupo de bolsonaristas bateu continência, cantou o hino nacional, orou para uma “caixa de cloroquina” e protestou contra as medidas restritivas do prefeito do PT<sup>11</sup>.

## O presidente virótico e a religião reacionária

Desde o início da grave crise sanitário-social-econômica, o presidente ameaça usar o exército contra governadores e prefeitos que tomam as corretas medidas de *lockdown*; promove remédios sem comprovação científica (cloroquina); demitiu dois ministros da saúde (Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich); empossou no Ministério da Saúde Eduardo Pazuello, um general, sem conhecimento de saúde e gestão pública; reúne-se com frequência com lideranças evangélicas e católicas reacionárias, contrárias ou duvidosas das medidas sanitárias e socioeconômicas; usa pouco ou nada a máscara; vetou, por decreto, seu uso em presídios, comércio e igrejas; participou (e participa), de aglomerações em espaços públicos com abraços e apertos de mãos ao receber seu “rebanho” às portas do Palácio do Planalto ou para onde viaja em inaugurações de obras e visitas, em busca de apoio. Seus apoiadores religiosos – em geral carismáticos-católicos, católicos-conservadores ou evangélicos pentecostais e neopentecostais – vão ao seu encontro, carregando faixas, quadros e imagens religiosas, oram e seguem as direções da biopolítica da devastação<sup>12</sup> (CARVALHO, 2020). Vê-se a importância de mudar a compreensão da doença. Vista como algo da natureza, aumenta a ideia de fatalismo – a inevitabilidade da morte e da doença –, ou de misticismo – da postura mágico-religiosa, ineficaz e danosa da cloroquina<sup>13</sup> e elixires, às rezas e orações. As frases presidenciais mostram a visão natural-fatalista da imunidade de rebanho, acolhida por parte da população brasileira:

---

11 - Disponível em: <https://www.osul.com.br/e-em-sao-leopoldo-manifestantes-fizeram-continencia-para-a-cloroquina/>. Acesso em: 10 abril 20221.

12 - O impacto da fala presidencial é tão grande que há estudos – da UFABAC – mostrando que luta contra o isolamento podem ter matado mais os eleitores bolsonaristas, segundo reportagem de Fernando Cazian. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/falas-de-bolsonaro-contrain-solamento-podem-ter-matado-mais-seus-eleitores-aponta-estudo.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2021.

13 - Que envolve até quem deveria se guiar pelos rigorosos métodos científicos: 10 mil médicos celebraram a cloroquina. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/vencendo-covid-grupo-de-10-mil-medicos-pro-cloroquina-que-se-aproximou-de-bolsonaro-com-evento-historico-1-24621400>. Acesso em: 3 jan. 2021.

## Quadro 1: Falas presidenciais, casos e mortes por COVID-19 – 2020/2021<sup>14</sup>

Fala presidencial	Data	Casos	Mortes
“O que eu ouvi até o momento, outras gripes mataram mais do que esta” <sup>15</sup>	11/03/2020	52	0
“Esse vírus trouxe uma certa histeria” <sup>16</sup>	19/03/2020	640	7
“O Brasil não pode parar” (contra as campanhas e medidas de confinamento e restrição de atividades) <sup>17</sup>	28/03/2020	3.904	114
“Todos nós vamos morrer um dia”	29/03/2020	4.256	136
“Tem que enfrentar a chuva, pô. Tem que enfrentar o vírus. Não adianta se acovardar, ficar dentro de casa” <sup>18</sup>	16/04/2020	30.425	1.924
“A pressa da vacina não se justifica” <sup>19</sup>	19/12/2020	7.212.670	186.365
“Vamos chegar logo à imunidade de rebanho. Aí volta à normalidade” <sup>20</sup>	23/04/2021	14.237.078	386.416
“Imorrível, imbroxável, incomível” (sic) <sup>21</sup>	29/05/2021	16.471.009	461.142
Silêncio	19/06/2021	17.802.176	498.621
Fonte: Pesquisa Pessoal, 2021.			

O pouco que se fez para domar a sindemia, se deve às intervenções do STF (Supremo Tribunal Federal) ao garantir a prefeitos e governadores a autonomia para impor medidas sanitário-econômico-sociais, a atuação desesperada de organizações civis e sociais junto às comunidades pobres e favelas e a atuação, ainda que tímida e a iniciativa do Congresso Nacional, ao aumentar o valor do auxílio-emergencial que o governo dispunha (de 200 para 600 reais em geral). As medidas econômicas foram descontinuadas em dezembro de 2020 e retornaram quando a sindemia voltou a matar milhares de brasileiros diariamente em 2021, mas como uma esmola (150 a 350 reais), pouco para que as

14 - Os casos foram colhidos a partir dos portais de imprensa do Consórcio formada para divulgar os números, após tentativa do governo de mudar a contagem e deixar de divulgá-la. A primeira morte reconhecida oficialmente foi dia 12 de março. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 3 jan. 2021.

15 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/outras-gripes-mataram-mais-do-que-coronavirus-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2021.

16 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/relembre-quatro-meses-de-episodios-explosivos-da-crise-politica-em-meio-ao-coronavirus.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2021.

17 - Idem, ibidem. Acesso em: 3 jan. 2021.

18 - Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/contrariando-recomendacoes-da-oms-bolsonaro-volta-defender-reabertura-de-escolas-24376739>. Acesso em: 3 jan. 2021.

19 - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/12/19/jair-bolsonaro-a-pressa-da-vacina-nao-se-justifica.htm>. Acesso em: 3 jan. 2021.

20 - Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=vAE1dVrVYC4&ab\\_channel=TVACr%C3%ADtica](https://www.youtube.com/watch?v=vAE1dVrVYC4&ab_channel=TVACr%C3%ADtica) <https://noticias.uol.com.br/colunas/olga-curado/2021/04/24/aos-risos-bolsonaro-desafia-governadores-com-exercito-e-cpi-com-cloroquina.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

21 - No dia de protesto massivos pedindo impeachment, vacina e dignidade para todos, que ocorreram em todas as capitais de Estado, Distrito Federal de cidades grandes e médias, Bolsonaro postou foto com a frase dita entre apoiadores no dia 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/05/29/em-dia-protestos-no-pais-bolsonaro-publica-foto-imorrivel-imbroxavel.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

peças fiquem em casa e se preservem da exposição ao vírus. Ressalte-se que o governo federal não foi proibido pelo STF de assumir o papel de liderar o combate à síndrome e dispor de vacinas e vacinação. Mas a governança de extrema-direita brasileira age pela ideia da imunidade de rebanho e despreza as medidas recomendadas pela OMS, e aplicadas por muitos governos mundiais (SENA DA SILVEIRA, 2022).

## A religião na diabólica biopolítica da devastação

Em meio ao cenário caótico<sup>22</sup>, algumas lideranças religiosas, católicas, evangélicas e espíritas se alinharam ao Presidente Jair Bolsonaro, sobretudo quanto à interrupção dos serviços e o fechamento dos templos como colaboração com as medidas restritivas, a exaltação da cloroquina como remédio e ao falso argumento econômico (“se fechar a economia, será pior”) (BANDEIRA, CARRANZA, 2020; SILVA, SILVEIRA, 2020; SILVA, SILVEIRA, 2020 b). Em diversas ocasiões elites pastorais e elites parlamentares evangélicas e católicas têm defendido publicamente o fim ou o relaxamento de medidas restritivas, em especial as que limitavam a frequência a cultos e serviços religiosos<sup>23</sup> (SILVA; SILVEIRA, 2020). Em algumas preleções pastorais, lideranças religiosas minimizaram a pandemia e criaram um cenário de otimismo em relação ao Governo Federal, sobretudo a partir da ideia de que o Brasil estaria se tornando mais cristão e de que o presidente Jair Bolsonaro seria um escolhido de Deus para presidir a nação (BANDEIRA; CARRANZA, 2020).

Os argumentos usados para contestar medidas restritivas foram o princípio da liberdade religiosa e a liberdade de expressão, colocado como absoluto, ainda que diante de uma grave emergência de saúde pública, que exige medidas restritivas. Completa o panorama dos argumentos a divulgação de anúncios de curas ou promessas de imunização contra o vírus e a ideia de que as igrejas seriam “serviço essencial”, com uma tarefa espiritual e assistencial e a minimização dos efeitos de medidas mais rigorosas adotadas por governadores e prefeitos (BANDEIRA, CARRANZA, 2020; SILVA, SILVEIRA, 2020)<sup>24</sup>.

Os argumentos favoráveis às medidas restritivas usados por grupos religiosos, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) e Comunidades Eclesiais de Base passam pela valorização das ciências, das políticas de saúde públicas pautadas por conhecimento reflexivo-racional-político, pela busca do equilíbrio entre princípios – sem tornar absolutos os da liberdade de ir e vir e o de expressão e de crença em detrimento do de saúde e educação para todos – e o seguimento de orientações pastorais de líderes mais afinados com

22 - O Presidente Bolsonaro, em transmissão *online* pelo *Facebook*, ao lado de Mandetta, médico e então ministro da saúde, anunciou a cloroquina como panaceia curativa. Após, as redes sociais e cultos de muitos líderes evangélicos passaram a repetir as falsas informações passadas ao vivo.

23 - Ver a reportagem do *Le Monde*. Au Brésil, des évangéliques nient la dangerosité du coronavirus. Disponível em: <https://marketingeditorare.wixsite.com/ebooks>. Acesso em: 21 jun. 2020.

24 - Não vamos nos aprofundar, mas a COVID-19 provocou um forte choque entre os entes republicanos, a União e os estados. O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, definiu que ambos os entes possuem autoridade e autonomia para impor medidas restritivas, propor e implantar políticas de combate.

discussões políticas e econômicas que buscam entender e atenuar os múltiplos impactos sociais, sanitários e econômicos (pobreza e desigualdade de riqueza e raça) acentuados pelo avanço da COVID-19.

Em meio à sindemia do novo coronavírus e ao pandemônio de conflitos sociais-econômicos generalizados, os movimentos do catolicismo<sup>25</sup> reagiram de forma distinta: ou ocultam e menosprezam, ou manifestam preocupação social-religiosa (DA SILVEIRA, 2020). Os grupos reacionários entraram em conflito com o órgão oficial do catolicismo, a CNBB, e seguiram suas diatribes contra as medidas que tratam da sindemia de COVID-19 de forma adequada. O cenário de conflitos em torno do combate à pandemia acentuou as disputas por uma representação ideal do que é o “catolicismo” no espaço público, existentes entre as instâncias de agrupamento católico (DA SILVEIRA, 2020). Constatei dois tipos de ideias: os grupos mais conservadores e reacionários são indiferentes ou menosprezam o novo coronavírus, aproximando-se de governos de extrema-direita e neoliberais e, por outro lado, há os grupos mais atentos às normas mundiais de saúde, aos vastos impactos sociais-humanos da pandemia, mantendo distância, portanto, dos governos que desprezam a mortal COVID-19 (DA SILVEIRA, 2020).

A presença do catolicismo e dos evangélicos na esfera político-pública brasileira se institui desde os processos de estabelecimento da República (1889) e a Primeira Constituição Republicana (1892) e acompanham, mais ou menos, os problemas sócio-político-econômicos que emergem das mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais brasileiras e mundiais. Mas, num primeiro momento, a hegemonia maior foi do catolicismo. Discordante dessas posturas, evocando teorias da conspiração, estavam os movimentos e grupos reacionários, como os Aautos do Evangelho (DA SILVEIRA, 2020; CALDEIRA; DA SILVEIRA, 2021).

A relação entre a Igreja Católica e seus movimentos, com o Estado e suas estruturas (judiciário, legislativo e executivo), a sociedade e culturas é muito extensa, complexa e não a aprofundarei aqui. Assim como os grupos evangélicos, a princípio minoritários, que lutavam contra a hegemonia católica, por liberdade de expressão. Dos luteranos, batistas e presbiterianos vindos com as imigrações europeias e estadunidenses (meados e fins do século XIX) aos pentecostais vindos dos EUA no começo do século XX e meados (Assembleias de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular) e aos desdobramentos brasileiros da interação entre nosso ordenamento cultural e social e as correntes evangélicas, temos um quadro muito diversificado, mas com um alinhamento favorável amplamente ao governo, mesmo nos piores momentos da sindemia de COVID-19, bem claro desde 2018.

Os católicos e os evangélicos atravessaram o século XX atormentados por questões colocadas pelas modernas transformações da cultura e da sociedade: precarização dos empregos e atividades, financeirização, novos modelos familiares, padrões de moralidade e de

25 - Os que se dizem evangélicos, agrupados sob diversas denominações alcançaram 22% da população brasileira, e, dentro desses 22%, mais de 15% são pentecostais e neopentecostais. As médias de brasileiros que se declaram católicos e evangélicos estão de acordo com o último Censo Nacional, realizado em 2010. É preciso, no entanto, prestar atenção para as disparidades regionais: há regiões, estados e cidades mais católicas e menos católicas, mais ou menos evangélicas.

pensamento. As tensões entre esses grupos com outras esferas de valores e instituições republicano-estatais implodiram a fronteira entre “dentro” e “fora” e lançaram a Igreja em novos dilemas. No catolicismo, os processos de resignificação acentuaram-se com o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965): um extenso leito de controvérsias em plena ebulição por suas repercussões – internas e externas. O Estado Republicano precisou romper com a hegemonia católica, em especial no mundo ibero-latino e europeu (ZANOTTO; CALDEIRA, 2014). As organizações reacionárias católicas atuais que defendem um catolicismo e uma Igreja voltados para a ênfase em questões morais e guerras da cultura (campanha antiaborto, contra o casamento gay) podem ser vistas como herdeiras de antigas lutas contra a modernidade e as suas estruturas laicas (ZANOTTO, 2012; SALLES & MARIANO, 2019).

O catolicismo se estruturou em três frentes que apresento sucintamente: a primeira recuperava inspirações sociais de luta pela igualdade e justiça social (socialismo cristão, teologia da libertação, comunidades eclesiais de base ou CEBs); a segunda reagiu às mudanças socio-político-culturais, valorizou a centralização do poder papal, o clericalismo e organizações integristas-tradicionistas-reacionárias e lançou-se como ponta de lança no espaço público, estatal e eleitoral; a terceira frente, ligada às novas formas de experimentação carismática pessoal, forneceu modelos ligados à sociedade de consumo e espetáculo, conjugou a hiperindividualização com formação de comunidades de vida e aliança, desembocando em uma mística experimentalista e em uma atuação moralista, aliada aos grupos reacionários (SILVEIRA, 2018). As três frentes são representadas paradigmaticamente pela RCC, CEBs/TdL e TFP<sup>26</sup>, embora existam mais grupamentos ligados a esses três campos de práticas, ideias e narrativas (SILVEIRA, 2018). Equilibrando-se em cima, acima e entre essas três forças, está o organismo oficial do catolicismo brasileiro, a CNBB, que reúne os bispos, as dioceses e arquidioceses. Em seu interior, os prelados católicos refletem as tensões entre essas três frentes que nascem historicamente entre a década de 1940 e 1960, um tempo em que a eclesiologia e a estrutura administrativa católica passaram por profundas mudanças: redistribuição do poder entre a hierarquia e os leigos, modernização litúrgica com a finalidade de racionalizar rituais, devoções e comportamentos, resultando em uma nova organização interna.

Nesse interstício, os evangélicos, em sucessivas levadas e movimentos internos diversificados, ocupavam capilarmente a sociedade brasileira. Os enclaves protestantes étnicos permaneceram mais ou menos estáveis, com uma expansão moderada, mas forte atuação social, como a de alguns luteranos. Os batistas e presbiterianos também se espalharam. Os pentecostais e neopentecostais se expandiram em grupos sociais mais desfavorecidos, entre negros, periferias urbanas e periferias rurais e pouco a pouco adentraram os espaços políticos. Todavia, em todos esses grupos, as ideias foram, e são, na maioria, reacionárias e conservadoras, moralistas e promotoras da liberdade individual até certo ponto e, por outro lado, têm como prerrogativa a submissão mais fiel à autoridade do pastor e da Igreja. Muitos

---

26 - Respectivamente: Renovação Carismática Católica, Comunidades Eclesiais de Base e Tradição, Família e Propriedade.

grupos apoiaram a Ditadura Militar e seguiram atuando nos bastidores da Nova República. A emergência de uma bancada evangélica na Assembleia Constituinte de 1986, consolidada em 1988, é assinalada pela participação de cerca de 30 deputados – sendo 18 das Assembleias de Deus –, que começaram a consolidar a entrada dos evangélicos na política. Uma entrada conservadora em sua maioria e pouco afeita às questões de justiça e igualdade social. Nas últimas eleições, a bancada elegeu cerca de 100 parlamentares, deputados e senadores, e apoia em peso as medidas bolsoviróticas, em especial, a abertura de templos. A sindemia afetou muito a capacidade arrecadatória das poderosas máquinas empresariais-religiosas pilotadas por pastores. O rastro da sinergia entre a ala evangélica e o governo virótico está no artigo terceiro do Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020, no inciso XXXIX: liberação de atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde, regras que nunca foram sinergizadas com as recomendações da OMS e das melhores práticas biopolíticas dos governos que tiveram sucesso no combate a sindemia do novo coronavírus (BRASIL, 2020)<sup>27</sup>.

## CNBB, grupos católicos e evangélicos reacionários

Surgida nos anos 1950, no bojo das mudanças sociais e religiosas que culminaram com o Concílio Vaticano II (1962-1965), o grupo organizado de bispos é tomado por governos civis e pela sociedade como a voz oficial da ICAR (Igreja Católica Apostólica Romana) no Brasil e como voz do catolicismo brasileiro no seio da *Sancta Mater Ecclesia*. Terceira conferência de bispos criada no mundo<sup>28</sup>, sua composição administrativa é simples: uma presidência, duas vice-presidências, uma secretaria geral, comissões, pastorais<sup>29</sup>, comissões e regionais (18 unidades). Suas tensões internas, entre alas mais e menos conservadoras, refletem as distintas concepções de religião católica e os papéis que ela deve, idealmente, cumprir na sociedade e no espaço público (KLAIBER, 1998). Não é possível aprofundar a discussão sobre a grande importância, suas querelas públicas contra a Ditadura Militar (1964-1985), com o Estado brasileiro, suas relações com outros organismos católicos, sua famosa Campanha da Fraternidade – por ocasião da Semana Santa, na Quaresma –, suas lutas em favor dos direitos humanos, camponeses, empregadas domésticas, povos originários (BRUNEAU, 1985) e suas mais famosas comissões, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o CEFEP (Centro Nacional de Fé e Política) e a CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz).

27 - XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

28 - Para conhecer uma visão interna de sua história: <https://www.cnbb.org.br/a-estrutura-administrativa-e-pastoral-da-cnbb-tem-uma-matriz-e-18-unidades-regionais/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

29 - Algumas pastorais: Pastoral Afro-brasileira; Pastoral da AIDS; Pastoral dos Brasileiros no Exterior; Pastoral Carcerária; Pastoral da Comunicação; Pastoral da Criança; Pastoral Familiar; Pastoral do Menor; Setor de Mobilidade Humana; Pastoral da Mulher Marginalizada; Pastoral dos Nômades; Pastoral Operária; Pastoral dos Pescadores; Pastoral da Pessoa Idosa; Pastoral do Povo de Rua; Pastoral dos Refugiados; Pastoral Rodoviária; Pastoral da Saúde; Pastoral da Sobriedade; Pastoral do Surdo; Pastoral do Turismo; Pastoral Universitária; Pastoral Vocacional.

A CNBB manifesta concordância clara e enfática com as preocupações papais a respeito do meio-ambiente, da justiça social, do cuidado com os pobres e indígenas, próximas às da vertente do catolicismo da justiça e igualdade social (teologia da libertação e comunidades eclesiais de base) e recomenda a adoção das medidas dos órgãos internacionais de saúde. Desde junho de 2019, sob a presidência de Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, a organização retomou o alinhamento com o papado de Francisco, com as preocupações sociais, com os direitos humanos, com as minorias indígenas e com o meio-ambiente. Logo foi atacado pelas hostes bolsonaristas cristãs, tanto católica quanto evangélica. O blogueiro católico bolsonarista Bernardo Pires Küster, devoto de Olavo de Carvalho, semiletrado guru da extrema-direita brasileira, acusou o arcebispo de ser petista e dilmista, seguidor da teologia da libertação e dos seus supostos desdobramentos, como a ideologia de gênero, segundo uma das acusações que rondaram as redes sociais<sup>30</sup>.

No âmbito deste texto, trarei à baila algumas posições sobre a sindemia de COVID-19 que estão no portal eletrônico da CNBB<sup>31</sup>, simples, com *links* que conduzem para sua estruturação interna e atividade. Identifiquei alguns posicionamentos (notas, falas e mensagens da instituição ou do seu presidente):

## Quadro 2: Posicionamentos oficiais da CNBB e/ou do Presidente<sup>32</sup>

Data/Ordem	Mensagem, Fala e/ou Nota
15/03/2020 Primeiro	Curta mensagem pede observação irrestrita às orientações médico-sanitárias e pede solidariedade
30/04/2020 Segundo	CNBB conclama a sociedade e os responsáveis pelos poderes públicos a se unirem pela prevenção e pelo combate à COVID-19
06/09/2020 Terceiro	Dom Walmor pede que a solidariedade oriente os rumos do Brasil
05/10/2020 Quarto	Manifestação do presidente da CNBB, curta e celebrativa, sobre <i>Fratelli Tutti</i> – Encíclica lançada no dia 4 de outubro pelo Papa Francisco
28/10/2020 Quinto	Nota sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5668, que seria votada pelo STF dia 11/11/2020, e que teve a votação adiada
Fonte: Pesquisa Pessoal, 2021.	

A primeira nota, curta, aparece vinte dias depois do registro do primeiro caso de COVID-19. Àquela altura dos acontecimentos, o mundo e o Brasil assistiram com pavor, o

30 - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/08/dom-walmor-oliveira-de-azevedo-cnbb.htm>. Acesso em: 3 jan. 2021.

31 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

32 - Criei o quadro a partir das informações disponíveis nesta página eletrônica: <https://www.cnbb.org.br/category/palavra-oficial/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

avanço da pandemia na Europa, especialmente na Itália e na Espanha. As plataformas digitais e as grandes empresas de comunicação davam destaque às medidas restritivas adotadas por governos europeus. As primeiras orientações eram tomadas no Brasil e desatou-se o conflito entre a orientação do presidente e seu governo e os entes federados e seu ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM – Democratas –, partido de apoio ao governo). Um dos trechos da nota: “Recomendamos atenção e consideração irrestrita às orientações dos especialistas de saúde e autoridades competentes. As indicações sobre o modo como celebrar a fé cabem aos bispos em cada diocese”<sup>33</sup>. Noutra ponta, a CNBB afirma: “Aproveitemos para pensar nos inúmeros outros modos em que a vida de pessoas, povos e do planeta vem sendo agredida”<sup>34</sup>.

O segundo posicionamento fala dos atos de apoiadores do governo que, aglomerados, muitos sem máscaras, diante do Palácio Presidencial, pediam o fechamento do Congresso Nacional e o STF (Supremo Tribunal Federal): “É com perplexidade e indignação que assistimos manifestações violentas contra as medidas de prevenção ao coronavírus”. Continua: “(...) que ouvimos declarações (...) de desprezo pela vida, por parte de agentes públicos sobre a morte de milhares de brasileiros e brasileiras contaminados pela COVID-19” e afirma, “que vimos acontecer eventos atentatórios à ordem constitucional, com a participação de autoridades públicas, onde se defendeu o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, a volta do AI-5 [...]”<sup>35</sup>. A nota é contrária à atuação e às falas presidenciais que defendem a abertura geral do comércio, o relaxamento das medidas restritivas, contra a economia como vida da nação e em detrimento dos mais pobres, dos desassistidos de políticas públicas (biopolítica neoliberal do *bolsovírus*):

Na perspectiva da Doutrina Social da Igreja, a economia está a serviço da vida: ‘o princípio da destinação universal dos bens convida a cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam nunca perder de vista nem a origem, nem a finalidade de tais bens, de modo a realizar um mundo equitativo e solidário, em que a formação da riqueza possa assumir uma função positiva’ (CDSI, 174)<sup>36</sup>.

A este segue-se um terceiro posicionamento, uma fala de Dom Walmor no Dia da Independência. Reconhece-se a dor e o luto causado pela COVID-19 e conclama: “Peço a você ‘Amazoniza-te’. É dever de cada brasileiro proteger a Amazônia e lutar pelos direitos dos povos tradicionais do território amazônico”<sup>37</sup>. Defende o SUS e a promoção da igualdade

33 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-emite-mensagem-na-qual-pede-observacao-irrestrita-as-orientacoes-medico-sanitarias/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

34 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-emite-mensagem-na-qual-pede-observacao-irrestrita-as-orientacoes-medico-sanitarias/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

35 - Referência ao ato mais autoritário, duro e ditatorial tomado pelo regime militar brasileiro em 1968. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-conclama-a-sociedade-e-os-responsaveis-pelos-poderes-publicos-a-se-unirem-a-prevencao-e-o-combate-a-covid-19/>. Acesso em: 04 maio 2021.

36 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-conclama-a-sociedade-e-os-responsaveis-pelos-poderes-publicos-a-se-unirem-a-prevencao-e-o-combate-a-covid-19/>. Acesso: 4 jul. 2020.

37 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/em-mensagem-para-o-dia-da-patria-dom-walmor-pede-que-a-solidariedade-oriente-os-rumos-do-brasil/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

de social: “É preciso exigir dos governantes e dos servidores do povo envolver a sociedade nas instâncias do poder [...] com projetos capazes de gerar emprego e renda, priorizando audaciosas políticas públicas para superar a desigualdade”<sup>38</sup>. Exaltam-se os pobres e o grito dos excluídos, referência a uma antiga mobilização das pastorais sociais, comunidades eclesiais de base e teologia da Libertação que ocorria após os desfiles militares de Sete de Setembro.

O quarto posicionamento é uma mensagem que pede caridade na Igreja e no Brasil no contexto da COVID-19<sup>39</sup>. Defende-se uma nova economia, justa e solidária, ecoa, mais uma vez, a encíclica *Fratelli Tutti* e diz: “Queremos assegurar a vida desde a concepção até a morte natural, preservar o meio ambiente e trabalhar em defesa das populações vulneráveis, particularmente indígenas e quilombolas. Preocupa-nos o crescimento das várias formas de violência, entre elas, o feminicídio”<sup>40</sup>.

O quinto posicionamento crítica a ADIN nº 5668. Impetrada pelo PSOL, a ação pedia que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja reinterpretado para coibir discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual e respeito às identidades das crianças e adolescentes LGBTQIA+ nas escolas<sup>41</sup>. A nota é ambígua, repudia todo tipo de discriminação, mas é contra a ADIN.

No exame mais geral das notas, há um quadro ambivalente por conta do conflito ou interrelação, entre duas tradições sociorreligiosas, a de luta por justiça social e direitos humanos e a da moral-reacionária antimodernista. Em meio à sindemia de COVID-19, essa segunda tradição faz a CNBB aproximar-se dos movimentos católicos antiaborto e contra as temáticas LGBTQIA+ mais reacionárias. Mas, nos demais posicionamentos, o porta-voz oficial do catolicismo retoma as tradições de luta em favor de pobres, operários, trabalhadores, indígenas e dos direitos humanos que estiveram na sua origem e seguiram em sua história.

Os reacionários católicos pensam e agem de forma bem distinta da CNBB durante a sindemia de COVID-19. Eles se distribuem em muitos grupos, mais antigos ou mais novos, como a TFP – Tradição, Família e Propriedade – ou os Arautos do Evangelho, associações solidamente instaladas no Brasil e em outros países, marcadas por ideias de combate moralista, ressurgimentos do fantasma do “comunismo” e a “ideologia de gênero”, dois rótulos usados para classificar falas, ideias e coisas tão díspares entre si. A princípio mais voltada para experiências místicas e vivência marcada por carismas, a RCC – Renovação Carismática Católica –, ao menos em sua cúpula, juntou-se ao time do reacionarismo católico em apoio à candidatura de Jair Bolsonaro e seguiu dando apoio, mais ou menos explícito, e um pouco mais velado quando a sindemia começou a descontrolar-se e as crises socioeconômicas acentuaram-se.

38 - Idem, ibidem. Acesso em: 03 jan. 2020.

39 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/em-mensagem-ao-povo-de-deus-cnbb-reforca-a-esperanca-a-caridade-e-missao-da-igreja-no-brasil-no-contexto-da-pandemia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

40 - Idem, ibidem. Acesso em: 03 jan. 2020.

41 - Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/eleicoes-2020-cnbb-mensagem/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

A presença do reacionarismo católico nas redes sociais tem se destacado ao longo do tempo e sofreu um vertiginoso crescimento nos últimos anos devido ao apoio do governo federal – com verbas publicitárias ou do cartão corporativo da presidência, cujos gastos nunca foram claros, nem agora, nem nos governos passados. Nesse meio, ganham voz e volume (milhares de seguidores e inscritos em suas redes sociais), leigos e padres, que se tornam *influencers digitais*, blogueiros ou vlogueiros. Entre os mais prestigiados e famosos estão o Padre Paulo Ricardo e Bernardo Küster – investigado pelo STF no processo que perquire os atos antidemocráticos de maio de 2020. O conjunto de ideias é similar: rejeição visceral do mundo moderno em suas faces múltiplas: democracia liberal representativa, diversidade sexual (LGBTQIA+) e globalização. Brotam, nesse meio, paranoias persecutórias (plano de destruição da família tradicional), lutas antiglobalização e anticomunismo (ainda que não existente), que abrigam ressentimento, raiva e ódio contra minorias sexuais, étnicas, conquististas trabalhistas, direitos femininos (aborto legal e a discussão da descriminalização, direitos reprodutivos), corporeidade e sexualidade (a favor de uma moral estreita e tradicional e da família heterossexual, vistas como únicas verdadeiras).

### Quadro 3 – Falas dos Católicos Reacionários

Data aproximada	Personagem	Mensagem, Fala e/ou Nota	Mortos/ CO-VID-19
19-03-2020	Bernardo Küster	“A culpa é da China - Ponto final” (vídeo) <sup>42</sup> , ridiculariza a China e a imprensa	07
24-03-2021	Bernardo Küster	“LOUCURA – Bispo da CNBB declara guerra a Bolsonaro” <sup>43</sup> vídeo acusando D. Joaquim Mol de ser bispo comunista e guerrear contra o governo Bolsonaro e da campanha da fraternidade	59
31-03-2021	Frederico Viotti, porta-voz do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (líder da TFP)	“Esse canal hoje vai mostrar (...) uma verdadeira manobra de engenharia social, de guerra psicológica, revolucionária” <sup>44</sup>	202
01-05-2020	Padre Paulo Ricardo	“Esta crise mata muito mais do que o coronavírus! [...]. Mas e na saúde da alma? Ninguém aguenta mais ouvir falar de coronavírus na TV, nos jornais e nos meios de comunicação em geral... E esse vírus só pode matar o corpo” <sup>45</sup>	6.434
01-01-2021	Padre Elenildo Pereira, Canção Nova, Cachoeira Paulista	“Eu não estou dizendo que sou contra a vacina, não sou. Desde que passe por todos os testes possíveis e imagináveis, em todas as fases, com comprovação científica. Aí sim, eu tomarei. Mas enquanto não houver comprovação científica, padre Elenildo não tomará” <sup>46</sup>	195.441
24-01-2021	Padre Claudemir Serafim, paróquia de Pedras Grandes, Santa Catarina	“Mais uma vez é importante nós recordarmos que o vírus não é católico. [...]. E a salvação para a nossa vida, a nossa alma, não está na vacina [...]. Há vários problemas morais em relação à própria vacina que está comprovado que é feita com fetos abortados” <sup>47</sup>	217.081

Fonte: Pesquisa Pessoal, 2021.

No âmbito evangélico, fragmentando por definição e dinâmica, não temos um organismo com o impacto e a centralidade da CNBB e do Papado. A estrutura de práticas e de pensamentos no mundo evangélico não tem centros de sinergia e identidade que produzem consensos, adições e absorções verticalizadas: o papado, os sacramentos, a teologia vertebradora e o magistério de interpretação mais unificado.

42 - [https://www.youtube.com/watch?v=eBv65uawaiL8&t=2s&ab\\_channel=BernardoPK%C3%BCster](https://www.youtube.com/watch?v=eBv65uawaiL8&t=2s&ab_channel=BernardoPK%C3%BCster), vídeo com 75 mil “gostei” e 445 mil visualizações. no momento da pesquisa, em 03 mai. 2021.

43 - [https://www.youtube.com/watch?v=A2tHcDgyuts&t=23s&ab\\_channel=BernardoPK%C3%BCster](https://www.youtube.com/watch?v=A2tHcDgyuts&t=23s&ab_channel=BernardoPK%C3%BCster) vídeo com 139 mil visualizações e 35 mil gostei no momento da pesquisa, em 03 mai. 2021.

44 - Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/religiosos-formam-rede-de-desinformacao-sobre-covid/>. Acesso em 03 mai. 2021.

45 - Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/blog/esta-crise-mata-muito-mais-do-que-o-coronavirus>. Acesso em 03 mai. 2021.

46 - Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/11/padre-pede-que-fieis-nao-tomem-vacina-contracovid-19-e-cnbb-responde-desservico>. Acesso em 03 mai. 2021.

47 - Padre terá que se retratar por dizer que vacina tem fetos abortados. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/coronavirus/160365-padre-tera-que-se-retratar-por-dizer-que-vacina-tem-fetos-abortados>. Acesso em 03 mai. 2021.

Há no universo evangélico grande diversidade de modos de organização, teologias, lideranças, tamanho (dos pequenos templos em garagens às megaigrejas midiáticas), estilos, formas de crença e atuação. Mas as grandes associações religiosas e para-religiosas (uma das mais importantes, a ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos) e políticas (bancada evangélica no Congresso Nacional), líderes e cantores prestigiados ou com muita influência, acabam dando o tom e uma direção geral. Há uma ponte no STF com esse mundo, o ministro Nunes Marques, indicado pelo presidente Bolsonaro votou favorável num julgamento, 08/04/2021, que julgava se missas e cultos presenciais podem ser realizados diante da atual situação da pandemia de COVID-19. Foi o único favorável. O restante dos dez ministros votou contra.

A maior igreja evangélica brasileira, é a pentecostal Assembleias de Deus, com milhões de membros e vocalizada com grandes associações, uma rede que une pequenas igrejas em ministérios. A CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), é uma das maiores organizações de igrejas evangélicas. Conta com 100 mil pastores associados e cerca de 15 milhões de fiéis. Ao grupo mais proeminente de evangélicos, se soma uma das mais poderosas em termos político-econômicas e midiáticos, a IURD – Igreja Universal do Reino de Deus, com uns quase dois milhões de fiéis, mais uma bancada política eficiente, com uma inserção poderosa – cortejado pelo PT, por Lula e por Dilma, de quem recebeu muitas benesses, mas apoiador convicto do governo Bolsonaro – em especial em partidos políticos desde os anos 2000, com o PL e, agora, com o Republicanos, um dos partidos que mais cresceram nas eleições de 2020 para prefeitos e vereadores. A coroa de apoios entusiásticos ao governo Bolsonaro se estende para uma série de igrejas e grupos menores, mas não menos importantes no mundo evangélico: presbiterianos (o ministro da Educação Milton Ribeiro) e igrejas pentecostais (Igreja do Evangelho Quadrangular, da qual a ministra Damares Alves, é oriunda). Não ficam para trás, os assembleanos Marco Feliciano, pastor-deputado federal e Silas Malafaia, midiático e pitiático pastor.

Não obstante esse mundo diversificado, é nele que se encontra o apoio mais compacto e resiliente ao presidente Bolsonaro e à sua biopolítica da devastação. Apesar da saraivada de problemas pelo avanço da sindemia bolsonarista – fome, miséria, desemprego, destruição de direitos sociais e do meio-ambiente, dos indígenas, reformas neoliberais transformadoras do Estado em serviço do mercado financeiro –, os evangélicos são o grupo que dá sólida aprovação pessoal ao presidente e ao seu governo virótico.

## Quadro 4 – Posições evangélicas sobre a COVID-19

Data	Personagem	Mensagem, Fala e/ou Nota	Mortos/ COVID-19
16-03-2020	Bispo Macedo	Coronafé e coronadúvida os fiéis não deveriam ler notícias sobre a pandemia <sup>48</sup>	0
17-03-2020	Pastor César Augusto, cantor gospel	“O que eu vejo é que daqui para frente pessoas que estavam sendo analisadas como suspeitas (de ter COVID-19) vão começar a dar negativo”, disse aos seus seguidores “[...] O diabo pode colocar a viola no saco” <sup>49</sup>	01
19-03-2020	Pastor Silas Malafaia	Tuíte duvidando da gravidade do COVID-19 “O tempo vai dizer” <sup>50</sup>	07
04-04-2020	Bispo Samuel Ferreira	“Mal algum chegará a tua casa” <sup>51</sup>	445
04-05-2020	Coalizão pelo Evangelho (Augustus Nicodemus, pastor presbiteriano e mais 16 pastores e teólogos batistas, pentecostais)	“Testemunhamos a triste politização e o endeusamento da ciência. Dentro da comunidade científica, que poderia e deveria se apresentar de forma mais objetiva, há conflitos de dados e interpretações sobre como tratar a pandemia” <sup>52</sup>	7.367
28-03-2021	Pastor Silas Malafaia	Com COVID-19, cancela encontro com o presidente, mas defende ivermectina e questiona a Coronavac <sup>53</sup>	312.299
Fonte: Pesquisa Pessoal, 2021.			

Apesar de bispos, padres, pastores e cantores evangélicos mortos por COVID-19, alguns famosos e populares, algumas dezenas ou centenas e, com certeza, milhares de fiéis, esses grupos reacionários católicos e evangélicos continuam firmes na pregação de liberdade de culto em meio à emergência sanitária; dão apoio integral ao governo bolsovirótico e ignoram as medidas mais polêmicas, ao menos no nível das principais lideranças e vozes midiáticas. Percebe-se, no entanto, um movimento, ainda incipiente e lateral, de descolamento entre algumas lideranças evangélicas e o governo bolsovirótico (PY, 2020). Há espectro difuso e genérico de conservadorismo cristão, nas palavras de Camurça e Zaquieu-Higino (2020), do qual brota um apoio denso e cerrado ao presidente Bolsonaro agora e em vista das

48 - Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51920196>. Acesso em 03 mai. 2021.

49 - Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/religiosos-formam-rede-de-desinformacao-sobre-covid/>. Acesso em 03 mai. 2021.

50 - Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-03-29/ha-um-ano--silas-malafaia-questiona-gravidade-do-covid-19---o-tempo-vai-dizer-.html> Acesso em 03 mai. 2021. O link encontra-se desativado ao ser revisitado na revisão do livro em 13 maio de 2022.

51 - Vídeo de lideranças evangélicas divulgado nas redes sociais na véspera do Jejum Nacional convocado pelo Presidente da República. Bispo Samuel Terra fala aos 2 minutos e 4 segundos. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=J0pd1TR1wPE&ab\\_channel=JonasLeiteOficial](https://www.youtube.com/watch?v=J0pd1TR1wPE&ab_channel=JonasLeiteOficial). Acesso em 03 mai. 2021.

52 - Disponível em: <https://coalizaopeloevangelho.org/articulo/pela-pacificacao-da-nacao-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 03 mai. 2021.

53 - Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/com-covid-malafaia-defende-tratamento-precoce-e-ataca-a-imprensa/>. Acesso em 03 mai. 2021.

eleições de 2022, com poucas defecções e críticas.

Se a sindemia está associada ao governo com o qual se fundiu, a resposta para o alívio e a resolução é simples: o fim do governo negacionista e da biopolítica da devastação. Mas, para isso, é preciso optar por dois caminhos, o da espera de eleições presidenciais, ignorando os crimes de responsabilidade e crimes civis do presidente, investindo em conversas e alianças eleitorais, apesar da extrema gravidade da sindemia ou o seu impeachment, dispositivo acionado duas vezes em pouco tempo – 1992, de Collor de Mello, e 2015/2016, de Dilma Rousseff –, mas que carece de novos tipos de mobilização, pois não há perspectivas de mobilizações em massa nas ruas brasileiras. Aqueles que vão às ruas, são grupos negacionistas bolsonaristas que defendem remédios ineficazes, escudam-se na absolutização da liberdade de ir e vir, trabalhar e comerciar e apoiam intervenção presidencial-militar. O núcleo hiperduro de apoio ao presidente congrega a parcela mais extremista da direita, com tintas fascistas e grupos religiosos cristãos reacionários, evangélicos e católicos. O tempo dirá se esse fenômeno sindêmico e biopolítico-religioso se dispersará, se recrudescerá ou se estabilizará. Mas, provavelmente, pela resiliência com que esses grupos apoiam o governo virótico e a longa permanência de ideias reacionárias em nossa sociedade, caso o presidente Bolsonaro sofra impeachment ou perca eleição eles seguirão sua marcha social e provavelmente encontrarão outros porta-vozes políticos. O risco é que algum deles ascenda a presidência, ou o ex-capitão virótico, mais uma vez.

## Referências

BANDEIRA, O.; CARRANZA, B. M. Só o Brasil Cristão Salva da COVID-19? **Boletim Especial**, n. 33, 05 mai. 2020, ANPOCS, São Paulo, Ciências Sociais e coronavírus.

BRASIL. **DECRETO N° 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. DIÁRIO OFICIAL DA

UNIÃO, versão eletrônica. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.292-de-25-de-marco-de-2020-249807965>. Acesso em: Acesso em: 04 maio 2021.

BRUNEAU, T. Church and politics in Brazil: the genesis of change, **Journal of Latin American Studies**, 17, p. 271-293, 1985.

CAMURÇA, M. A.; ZAQUIEU-HIGINO, P. V. Entre a articulação e a desproporcionalidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020.

CALDEIRA, Rodrigo C.; DA SILVEIRA, Emerson J. S. Catholic Church and Conservative-Traditionalist Groups: the Struggle for the Monopoly of Brazilian Catholicism in Contemporary Times. **International Journal of Latin American Religions**, v. 5, p. 1-27, 2021.

DA SILVEIRA, E. S. Catholicovid-19 Or Quo Vadis Catholica Ecclesia: The Pandemic Seen in the Catholic Institutional Field. **International Journal of Latin American Religions**, v. 4, p. 1-29, 2020.

FONSECA, A. B. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? **Revista Ihu On-Line**, 07 novembro de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro>. Acesso em: 04 maio 2021.

FOUCAULT, M. Direito de poder e morte sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014, p. 145-175.

GHIRALDELLI JR., P. **A República Brasileira**: de Deodoro a Bolsonaro. São Paulo: CEFA Editorial, 2020a.

GHIRALDELLI JR, P. Pandemia e Pandemônio: o Bolsovírus. In: CABELO, Mariangela; GHIRALDELLI Jr., Paulo. (Org.) **Pandemia e Pandemônio**: Ensaio sobre biopolítica no Brasil. São Paulo: CEFA Editorial, 2020b, p. 6-16.

KLAIBER, J. The Church, Dictatorships and Democracy in Latin America. Eugene (Oregon): Wipf & Stock, 1998. LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

PRANDI, R. **Os 12% do presidente – em que lugar da sociedade habita o bolsonarista**

**convicto?** Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/os-12-do-presidente-em-que-lugar-da-sociedade-habita-o-bolsonarista-convicto/>. Acesso em: 04 maio 2021.

ROCHA, J. C. C. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROMANO, R. **Brasil**: Igreja Contra Estado (Crítica ao Populismo Católico). São Paulo: Kayrós, 1979.

SALES, L; MARIANO, R. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 39/2, p. 9-27, ago., 2019.

SAAD-FILHO, Alfredo. From COVID-19 to the End of Neoliberalism. **Critical Sociology**, 2020, vol. 46, n. 4-5, p. 477-485. Disponível em: [https://www.academia.edu/43624630/From\\_COVID\\_19\\_to\\_the\\_End\\_of\\_Neoliberalism](https://www.academia.edu/43624630/From_COVID_19_to_the_End_of_Neoliberalism). Acesso em: 04 maio 2021.

SENA DA SILVEIRA, Emerson José. Religión y sociedad moderna: la Modernidad no realizada y la inmanencia de la gnosis. *Theologica Xaveriana*, v. 68, p. 1-29, 2018.

SENA DA SILVEIRA, Emerson José. Cuestión religiosa y política en Brasil: Pluralidad, biopolítica y conservadurismo. *Revista Rupturas*, v. 12, p. 47-81, 2022.

SINGER, M.; CLAIR, S. Syndemics and public health: reconceptualizing disease in bio-social context. **Medical anthropology quarterly**, v. 17, n.4, p. 423-441, 2003.

SINGER, Merril. **Introduction to syndemics**. A critical systems approach to Public and Community Health. San Francisco: Jossey-Bass, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dwsmNrq6NVgC&oi=fnd&pg=PR13&dq=merrill+singer+syndemic&ots=aXiS3ks3Md&sig=MILOcM5yQKNG7B2lMINYyNRuadY#v=onepage&q=merrill%20singer%20syndemic&f=false>. Acesso em: 04 maio 2021

SILVA, Emanuel; SILVEIRA, Emerson J. S. . Quando a religião (des) comunica a ciência: o catolicismo brasileiro e a pandemia de Covid-19. *Dispositiva*, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação/Artes da PUC Minas, v. 9, p. 188-206, 2020 b.

SILVA, E. F.; SILVEIRA, Emerson S. A pandemia de Covid-19 sob a benção de Bolsonaro e Evangélicos: mobilização política anti-ciência, saber mágico e pós-verdade. **Inter-legere (UFRN)**, Natal, v. 3, p. 1-28, 2020.

SILVEIRA, E. S. da. Glossolalias, justiça social e báculos episcopais - narrativas míticas entre carismáticos, progressistas e conservadores. In: SILVEIRA, E. S. da; SAMPAIO, D. S. (ed.). **Narrativas Míticas**: análise das histórias que as religiões contam. Petrópolis, Editora Vozes, p. 25-70, 2018.

ZANOTTO, G.; CALDEIRA, R. C. Facetas do Tradicionalismo Católico. **Revista Brasileira de História das Religiões**, São Paulo, 16, 03-26, 2014.



# 03

## PANDEMIA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:

religião como serviço essencial em disputa

Olivia Bandeira e  
Brenda Carranza



# CAPÍTULO 3

## PANDEMIA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: religião como serviço essencial em disputa

Olívia Bandeira e Brenda Carranza

Declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia em 13 de março de 2020, a COVID-19 teve o primeiro caso confirmado no Brasil dezesseis dias antes. Mais de dez meses depois, em 28 de janeiro de 2021, os dados sistematizados por um consórcio de veículos de comunicação registraram mais de 220 mil mortos e quase 9 milhões de pessoas infectadas, o que fez do país o segundo em número absoluto de casos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Além da tragédia humana, no Brasil o gerenciamento sanitário da pandemia foi marcado, desde o início, por uma crise política e de informação, na qual a religião aparece como uma das protagonistas. Igrejas, lideranças religiosas e políticas cristãs se apresentaram no espaço público para disputar os significados da pandemia, bem como as formas de combatê-la ou controlá-la. As disputas não envolveram apenas o que se refere diretamente ao interesse das igrejas – como o fechamento de templos e condições de reabertura –, mas as medidas de isolamento social, os tratamentos que seriam ou não eficazes e a vacinação, que teve início no país de forma desorganizada no dia 17 de janeiro de 2021.

O objetivo deste texto é discutir o papel de lideranças cristãs, sobretudo evangélicas, na crise política e informativa que atingiu o Brasil, comparando com o que aconteceu em outros países da América Latina. No Brasil, a crise política e de informação atinge a esfera religiosa e observamos certo protagonismo das igrejas com suas posições divergentes no que se refere às formas de gerenciamento da pandemia. Nesta reflexão nos centramos no cristianismo, sobretudo entre setores evangélicos, alguns publicamente alinhados ao governo federal, entendendo, no entanto, que o cristianismo é um *corpus* amplamente heterogêneo social, política e ideologicamente, bem como diverso em sua organização em grupos, igrejas, denominações, movimentos e instituições. Constatamos posições antagônicas nas igrejas e entre fiéis no que se refere à realização de cultos, abertura ou fechamento dos templos e adoção de medidas restritivas. Essa realidade se constitui num fator a mais no agravamento da crise sanitária, e, como será discutido, tal tendência torna-se um ponto fora da curva quando comparada com outros países da América Latina.

Ao mesmo tempo, a atuação evangélica na pandemia também vem revelando outras dimensões da sua participação enquanto religião pública, compreendida essa última como uma presença qualificada dos atores religiosos na esfera social, na qual são obrigados a negociar constantemente seu repertório tradicional perante outros interlocutores, religiosos ou

não, que interpelam social e teologicamente seu desempenho (BURITY, 2015; CAMURÇA, 2018; 2019; CASANOVA, 1994; MONTERO, 2018). Observarmos essa negociação quando inúmeras agências religiosas se lançaram a dar suporte espiritual a seus fiéis utilizando-se das inovações tecnológicas para oferecer serviços *online*, ampliando de forma exponencial o uso de mídias que elas já realizavam. Recriando estruturas simbólicas, pastores e pastoras ofereceram suporte para gerenciar o medo, a ansiedade e a angústia perante situações iminentes de desemprego, ameaça real de morte pela doença e vulnerabilidade perante serviços de saúde acessíveis de maneira desigual à população. Nessa crise sanitária sem precedentes, constata-se também a relevância do lugar social das igrejas evangélicas que disponibilizaram sua expertise organizativa ao distribuir ajuda humanitária sobretudo nas favelas e nas periferias dos centros urbanos.

A hipótese que orienta esta reflexão é a de que a pandemia da COVID-19 no Brasil constituiu-se para as igrejas evangélico-pentecostais numa oportunidade ímpar de atuação como religião pública ao incorporar no debate público a essencialidade do serviço religioso como dimensão fundamental para a sociedade. Serviço que, durante os primeiros meses da pandemia no Brasil, tende a mostrar três dimensões: a reinvenção das práticas religiosas, decorrente do isolamento corporal e da ampliação do uso das mídias, a sinalização para os novos sentidos das experiências e das moralidades religiosas e a instauração de uma controvérsia pública em torno do novo coronavírus<sup>54</sup>.

O recorte empírico aqui registrado é o período inicial da pandemia no Brasil, de meados de março a meados de julho de 2020, quando as medidas de isolamento social abriram a discussão sobre o que deveria ser considerado como serviço essencial, podendo funcionar mesmo diante das restrições. Para isso, utilizamos três fontes de dados: a) o levantamento e a sistematização de notícias sobre a atuação de evangélicos e católicos diante da pandemia nos veículos brasileiros e latino-americanos de maior influência no debate nacional em cada país, de acordo com os critérios do Monitoramento da Propriedade da Mídia (INTERVOZES, 2017); b) o acompanhamento da mídia religiosa no Brasil, por meio de monitoramento dos programas, sobretudo evangélicos, veiculados nas emissoras de TV de maior audiência no país, aos finais de semana; c) o monitoramento de sites e redes sociais de igrejas e lideranças religiosas, escolhidas a partir do critério de destaque no debate público sobre a pandemia em matérias da mídia secular e da religiosa. Para expor a nossa argumentação, o texto é dividido em três partes. Começamos por mostrar de que forma as igrejas evangélicas se colocaram como importantes aliadas dos governos no enfrentamento à pandemia. Depois, apresentamos algumas evidências que permitem inferir que, na América Latina, o gerenciamento da crise sanitária da COVID-19 fez do Brasil um ponto fora da curva, tornando a essencialidade do serviço religioso uma demanda de caráter público. Finalmente, problematizamos a forma como as igrejas se mantêm relevantes, ora no espaço público ora diante de seus fiéis.

---

54 - As autoras são gratas ao LAR – Laboratório de Antropologia da Religião/UNICAMP – pela organização de dois seminários nos quais tais dimensões analíticas foram discutidas. Materiais disponíveis na íntegra em <https://www.facebook.com/LARunicamp/>. Agradecemos, também, a colaboração de Mariana Pfiser na fase de coleta de dados nas mídias latino-americanas, bem como na elaboração da base de dados e tabelas dos conteúdos.

## Igrejas cristãs na América Latina: debate público e midiaticização religiosa

A pandemia da COVID-19 obrigou todos os governos latino-americanos a implementar políticas diante de seu avanço. Entre as medidas exigidas, o distanciamento e o isolamento social atingiram de forma direta um dos pilares do cristianismo: a reunião de fiéis no templo. De repente, lideranças pastorais e atores religiosos se viram obrigados a inventar novas formas de contato com os fiéis e a desenvolver estratégias de gestão e narrativas etiológicas sobre a pandemia. Sob suspeita de que o Brasil seria um ponto fora da curva na tendência de gerenciamento religioso da pandemia, realizamos uma aproximação noticiosa sobre a atuação de igrejas evangélicas em outros países da América Latina. As perguntas que orientaram esse estudo descritivo, sob amostragem digital não probabilística, foram: as igrejas evangélicas têm papel relevante no debate público quanto ao combate à COVID-19? Apoiaram iniciativas sociais em conjunto com os governos locais? Em caso de alinhamento com a OMS, que estratégias adotaram para realização de cultos e atendimento ao público?

Selecionamos, primeiramente, México, Colômbia, Peru e Argentina, países que, segundo critérios do *Pew Reserch Center* (2014), coincidem em ter uma maioria católica auto-definida, acima de 70%. Para maior compreensão de possíveis contrastes nessa composição religiosa, ampliou-se o escopo de indagação para países com proporção equivalente entre evangélicos e católicos, recaindo a escolha na Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador. Todos esses, por sua vez, sofreram uma queda de mais de 40% no número de católicos nos últimos 40 anos. Por fim, entre os países centro-americanos, incluímos a Costa Rica, caracterizada por sua elevada ascensão evangélica nos últimos anos, e o Panamá, de maioria católica e leve ascensão evangélica.

A partir desse arsenal de informações é possível traçar algumas tendências sobre o papel das igrejas evangélicas no debate público, os tipos de adesão às autoridades governamentais, as ações sociais promovidas e as estratégias para realização de cultos e atendimento ao público. Sobre o papel das igrejas no debate público nos países citados, o que chama a atenção é que, na maioria dos enunciados das notícias das mídias tradicionais a respeito das atividades religiosas, o destaque recai na Igreja Católica. Pouco se encontra sobre ações realizadas por evangélicos durante a pandemia. Quando houve algum tipo de alusão evangélica, a informação destacou o desacato às medidas sanitárias por parte de pastores e fiéis ou a permanência da cobrança de dízimos. No Peru, foi noticiado que a polícia dispersou fiéis que oravam nas ruas, convocados por pastores<sup>55</sup>. No México, que o presidente da *Confraternidad Nacional de Iglesias Cristianas Evangélicas* negou-se a suspender os cultos por não haver motivos jurídicos para não os realizar<sup>56</sup>. Um governador e um grupo de evangélicos da região da Amazônia foram acusados de fornecer medicamento não comprovado a indígenas<sup>57</sup>. Porém, esse tipo de posicionamento apareceu como isolado.

55 - Disponível em: <https://extra.com.co/noticias/internacional/sacerdote-fue-detenido-en-peru-por-oficiar-misa-para-pedir-p-601873>. Acesso: 21 abr. 2020.

56 - Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/ultimas/politica/2020/03/17/pese-a-covid-19-confraternidad-nacional-de-iglesias-cristianas-evangelicas-negou-se-a-suspender-misas-9490.html>. Acesso: 21 abr. 2020.

57 - Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2020-06-19/un-grupo-evangelico-peruano-inyecta-un-medicamento-veterinario-a-miles-de-personas.html>. Acesso: 20 jun. 2020.

A adesão às medidas governamentais de isolamento e distanciamento social foi a tônica que predominou na região, mostrando uma procura de legitimidade de mão dupla. De um lado, as igrejas apresentaram-se publicamente para colaborar com o Estado e a sociedade, o que gera ganhos de visibilidade. As lideranças pastorais tornaram-se voz extensiva das políticas de prevenção, assumindo caráter pedagógico perante seus fiéis, como declarou um pastor nicaraguense: “não somos médicos, mas orientamos nossos fiéis para que cumpram as indicações do Ministério de Saúde para proteger-se do mal”<sup>58</sup>. Em El Salvador, pastores colocaram à disposição de organismos públicos as infraestruturas de templos e escolas<sup>59</sup>. No Peru, a *Unión de Iglesias Evangélicas del Peru* disponibilizou uma equipe de voluntários que atuaram com o Ministério da Saúde no apoio a hospitais<sup>60</sup>. Na Costa Rica e em Honduras, as igrejas distribuíram insumos sanitários nos hospitais públicos<sup>61</sup>. Na Argentina, os pastores colocaram recursos alimentares a serviço do governo<sup>62</sup>, enquanto na Colômbia 30 lideranças reiteraram apoio à disseminação dos protocolos preventivos para o controle da doença<sup>63</sup>. Somam-se ações assistenciais realizadas a partir da própria infraestrutura das igrejas que, ao fornecer alimento, albergue a moradores de rua, itens de segurança preventiva (máscaras, álcool em gel), configuraram-se num muro de contenção dos efeitos da pandemia, graças às suas estruturas consolidadas.

De outro lado, para efetivar as medidas coercitivas de manter o fechamento de estabelecimentos públicos, incluídos os templos, e as medidas punitivas para coibir aglomerações, os governos solicitaram apoio às igrejas evangélicas. Na Guatemala, o presidente da República convocou as igrejas evangélicas, entre outros setores sociais, para integrar o Conselho de Estado para gerenciamento da COVID-19<sup>64</sup>. Na Argentina, o ministro de Desenvolvimento organizou um comitê de emergência do qual participou a *Alianza de las Iglesias Evangélicas de la República Argentina*<sup>65</sup>. No Panamá, as igrejas evangélicas foram consideradas uma ponte entre o Ministério da Saúde e a público evangélico para reverberar as informações e diretrizes emanadas do órgão governamental<sup>66</sup>. Outro dado que reforça essa interlocução social é sublinhado por Mariela Mosqueira que, ao pesquisar sobre a territorialização das igrejas evangélicas e a pandemia em Buenos Aires, afirma como a voz do pastor é uma referência, sobretudo nos setores de baixa renda, porque decodifica o saber científico e técnico dos organismos governamentais. O pastor se apresenta como uma liderança com grande efeito

58 - Disponível em: <https://www.el19digital.com/Coronavirus/articulo/titulo:102198-mas-de-2-mil-iglesias-evangelicas-en-oracion-permanente-para-evitar-que-el-covid-19-no-impacte-a-nicaragua>. Acesso em: 15 abr. 2020.

59 - Disponível em: <https://www1.cbn.com/mundocristiano/latinoamerica/2020/march/iglesias-en-el-salvador-to-man-medidas-pese-a-no-haber-casos-confirmados-de-covid-19-en-el-pais>. Acesso em: 18 abr. 2020.

60 - Disponível em: <https://elpopular.pe/actualidad/2020/03/28/iglesias-evangelicas-convocan-voluntarios-apoyar-linea-113-minsa-5852>. Acesso em: 15 abr. 2020.

61 - Disponível em: <https://www1.cbn.com/mundocristiano/latinoamerica>. Acesso em: 22 mai. 2020.

62 - Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/mensaje-iglesias-evangelicas-presidente-templos-recursos-voluntariado-servicio-pais-0-W-RfhvtVg.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

63 - Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/mensaje-iglesias-evangelicas-presidente-templos-recursos-voluntariado-servicio-pais-0-W-RfhvtVg.html>. Acesso em: 31 mai. 2020.

64 - Disponível em: <https://republica.gt/2020/05/22/giammattei-reune-sectores-para-consejo-de-estado/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

65 - Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/coronavirus-argentina-gobierno-crea-comite-emergencia-social-institucionaliza-participacion-organizaciones-piqueteras-gba-0-XY-1oDptT.html>. Acesso em: 31 mai. 2020.

66 - Disponível em: <https://aelatina.org/2020/05/27/alianza-evangelica-de-panama-comparte-informe-de-actividades-de-los-ultimos-3-meses/>. Acesso em: 21 mai. 2020.

moral e credibilidade perante a comunidade porque conhece os dramas cotidianos para sua sobrevivência<sup>67</sup>. Por isso, em momentos de crise, o Estado recorre aos setores religiosos por ser, quando aliado a ele, uma caixa de ressonância das disposições governamentais, por sua posição de autoridade e por sua ampla capacidade de chegar aonde ele não consegue.

Para além da presença pública dos evangélicos, o rastreamento dos sites religiosos permite capturar a experiência da midiaticização religiosa durante a pandemia. Percebe-se que nos sites e nas redes sociais religiosas circularam uma gama de informações desde orientações básicas de higiene para prevenção do contágio pelo vírus até a regulamentação da conjugalidade e o fortalecimento dos laços familiares em tempos de quarentena. Nas palavras de lideranças evangélicas centro-americanas: “sugerimos ter um tempo de clamor, intercessão e vigília, onde as famílias estejam unidas, sem sair de suas casas como pedem as autoridades, mas que possam ter as leituras da Palavra, ungir suas vivendas, seus filhos (...), se perdoarem mutuamente”<sup>68</sup>. Assim, o espaço familiar se constitui numa igreja doméstica onde se recriam os rituais do culto realizado no templo e se restabelecem as moralidades religiosas.

Na mesma direção, depreende-se uma naturalização no uso das plataformas digitais, pois no afã de dar acesso aos cultos, serviços religiosos, informações e estruturas de apoio, os fiéis são instruídos a aprenderem e intensificarem a utilização de plataformas de reuniões, de conteúdo e de troca de mensagens. Uma igreja evangélica argentina exemplifica, muito bem, esse natural deslizamento digital. No domingo, o pastor enviava pelo *WhatsApp* um som de trombetas para alertar sobre o início do culto, enquanto um canal no *YouTube* realizava atividades com marionetes para crianças. Durante a semana o canal estava aberto 12 horas diárias com reflexões, aulas de ginástica e de culinária, estudos bíblicos e mensagens transmitidas por youtubers para adolescentes. A manutenção do canal envolveu os próprios fiéis da igreja que, além de se conectar e usufruir dos serviços, se revezaram na realização das propostas<sup>69</sup>.

Registram-se também outras formas de divulgação de conteúdos religiosos por meio de chats, lives e podcasts. Algumas igrejas se aproveitam melhor das tecnologias digitais, sobretudo aquelas que já utilizavam essas estratégias antes da pandemia. Ao analisar a igreja evangélica *Más Vida*, no México, Cristina Zúñiga sugere que os novos suportes tecnológicos de interação não são complementares aos espaços físicos, mas constroem espaços de experiências ao permitir a criação de uma comunidade multissituada que interage virtualmente a partir de múltiplas plataformas. Tal interação, por sua forma multicêntrica, modifica os vínculos com a autoridade e seus acessos à tradição, guiada pela lógica do consumo de mídias e de bens culturais<sup>70</sup>.

67 - Apresentação na íntegra disponível em: <https://www.facebook.com/216623485184464/videos/594894288065926>.

68 - Disponível em: <https://www1.cbn.com/mundocristiano/latinoamerica>. Acesso em: 10 abr. 2020.

69 - Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/un-like-amen-coronavirus-ministros-religiosos-recurren-nid2348628>. Acesso em: 8 jun. 2020.

70 - Apresentação na íntegra disponível em: <https://www.facebook.com/LARunicamp/videos/767626430643963>. Acesso em: 08 jun. 2020.

Sem pretender esgotar a análise dos dados, é possível aferir, da forma como foi apresentado no espaço público, que, para grande parte das igrejas evangélicas da América Latina, cuidar da pandemia é assunto do Estado, aderir às políticas sanitárias por ele promulgadas uma obrigação cidadã de proteção da própria sociedade e reverberar sua adesão a essas medias um desdobramento da atuação religiosa no espaço público das igrejas.

Entretanto, é possível vislumbrar os ganhos políticos que esse alinhamento discursivo aos governos rende às lideranças e igrejas, ao se colocarem como importantes agentes – ou mesmo agentes essenciais – no enfrentamento à pandemia, sobretudo por chegarem, com sua estrutura capilarizada, o manejo das mídias e sua voz de autoridade, aonde o Estado não chega. O ganho político das igrejas se apresenta ora na forma de visibilidade pública, por meio da sua atuação assistencial e disponibilidade de recursos e infraestrutura, ora na consolidação de seu papel de liderança perante os setores mais vulneráveis nos quais elas têm uma ampla penetração. Do lado do Estado, ter os setores evangélicos como aliados lhe concede legitimidade às políticas adotadas, bem como multiplica seus agentes pedagógicos na ação de controle da pandemia.

Isso não retira os casos em que, por interpretações teológicas ou idiosincrasias, algumas lideranças evangélicas resistam em aderir às medidas de distanciamento social ou assumam posturas negacionistas perante o coronavírus. Porém, são casos isolados. Com base no levantamento realizado, percebemos que em grande parte dos países latino-americanos, governos e segmentos evangélicos alinharam-se aos critérios da OMS para o gerenciamento da pandemia e assumiram a gravidade da mesma. O Brasil, no entanto, caminhou em outra direção: no meio de polêmicas e controvérsias públicas, autoridades e lideranças evangélicas de grande projeção na mídia desenvolveram narrativas que visam a ampliar seu poder político a partir da construção da legitimidade do serviço religioso como essencial para a sociedade. Esse é um dos elementos que colocam o Brasil como ponto fora da curva, como se discutirá a seguir.

## Essencialidade da religião em tempos de pandemia: controvérsia pública

Em 20 de março de 2020, o governo federal brasileiro publicou o decreto n° 10.282/2020<sup>71</sup>, que determinou os serviços públicos e as atividades essenciais que poderiam funcionar, definidos como “aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. Cinco dias depois, novo decreto (n° 10.292/2020)<sup>72</sup> inseriu “atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde”, entre outras, no rol dos serviços essenciais. Manter os templos fechados ou

71 - Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm). Acesso em: 25 mar. 2020.

72 - Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10292.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10292.htm#art1) Acesso em: 25 mar. 2020.

flexibilizar sua abertura assumiu dimensões de controvérsia pública, que expôs diferenças dentro do próprio governo federal, entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, bem como entre os segmentos religiosos. Em determinados casos, a intervenção do judiciário foi necessária para regular o objeto da controvérsia<sup>73</sup>.

O reconhecimento das atividades religiosas como serviço essencial contou com a pressão de parlamentares e lideranças religiosas. No dia 18 de março, a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional (FPE), emitiu uma nota pedindo a reabertura dos templos<sup>74</sup>. A pressão foi exercida também por lideranças evangélicas que possuem grande visibilidade nas mídias. Embora algumas delas tenham tomado uma atitude inicial de negar ou minimizar o vírus, seguindo o discurso do próprio presidente Jair Bolsonaro, os argumentos utilizados focaram-se sobretudo na defesa da natureza essencial da atividade religiosa em tempos de crise social e de saúde. As lideranças religiosas que defenderam essa visão também corroboraram o argumento de que o combate ao novo coronavírus não deveria afetar a economia, pois uma crise econômica poderia ser um mal igual ou ainda maior, criando, assim, uma dicotomia entre preservar a vida e preservar a economia.

A construção da essencialidade do serviço religioso em tempos de pandemia, embora assuma caráter político, vem sendo ancorada em duas dimensões: a espiritual, expressa em eventos midiáticos que apresentam a pandemia enquanto questão religiosa e não apenas de saúde pública e legitimam as ações do governo Bolsonaro como alguém escolhido por Deus para guiar a nação; e a social, expressa na defesa do templo religioso como refúgio espiritual e apoio assistencial à população em época de crise social.

A compreensão de que a pandemia traz intrínseca uma dimensão espiritual produz a ideia de que são necessárias ações espirituais para seu combate, noção que se sustenta na ideia de batalha espiritual – visão pentecostal baseada na dualidade entre o bem e o mal e na crença na manifestação das forças espirituais no mundo material, exposto a forças espirituais malignas que precisariam ser combatidas (ALMEIDA, 2003; MARIZ, 1999). A guerra espiritual faz parte também da teologia da prosperidade – propõe a fruição dos bens terrenos para felicidade dos filhos de Deus – e da teologia do domínio – compreensão bíblica que assume a construção do poder político a partir da defesa do domínio religioso das diferentes dimensões da vida social (GUADALUPE, 2019). Ambas são muito difundidas entre evangélicos de diferentes denominações no Brasil (CARRANZA, 2020; BANDEIRA, 2017). Não estranha, portanto, que na nota da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a COVID-19 fosse definida como uma “pandemia maligna” contra a qual seriam necessárias orações. Por isso, nos meses que se seguiram, a batalha espiritual contra a pandemia foi performatizada em diversos eventos – presenciais e *online* – que reuniram lideranças religiosas cristãs e o presidente Bolsonaro.

O primeiro evento religioso de grande performatividade que observamos foi realizado

73 - Listagem das proibições dos estados que atingem reuniões religiosas disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/20/A-disputa-sobre-os-cultos-evang%C3%A9licos-na-pandemia>. Acesso em: 25 mar. 2020.

74 - Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-pede-reabertura-de-templos-para-enfrentar-pandemia-maligna,70003238598>. Acesso: 18 jun. 2020.

no início de abril. Um vídeo distribuído nas redes sociais convocou o “exército de Cristo” para um dia de jejum e oração<sup>75</sup>. Além de Bolsonaro, 36 lideranças evangélicas, a maior parte pastores de igrejas pentecostais, neopentecostais e, em menor número, históricas e históricas renovadas, enfatizaram “a proclamação santa feita pelo chefe supremo da nação” ao dia de “jejum nacional” “pelo Brasil”, “pela nação”, “pela pátria”, “pelo povo”. A pandemia – situação apresentada como mundial, mas com uma batalha espiritual localizada no Brasil – foi citada como o mal/a maldade contra o/a qual o jejum, a oração e o clamor seriam as armas em direção à “vitória”.

O segundo evento performático foi realizado na semana seguinte. A programação da TV Brasil, uma emissora de caráter público, foi interrompida por pouco mais de duas horas (16h às 18h20) para a realização da “videoconferência da Páscoa”, convocada pelo presidente e pela primeira-dama Michelle Bolsonaro. O evento contou com a participação de 21 lideranças religiosas cristãs, sendo 17 evangélicas (a maior parte pastores, mas também alguns cantores) e três católicas (um padre, um padre cantor e uma cantora), além de um rabino. Como performance político-religiosa, a videoconferência evocou, entre outros, a disputa pela construção identitária do Brasil como nação cristã – e não mais como nação católica, visão consolidada ao longo da história do país – e o fortalecimento político e religioso de determinadas lideranças conservadoras como representantes de um campo religioso que, ao contrário, é heterogêneo.

Porém, vale destacar como os elementos das performances (orações, gestos, palavras, canções) colocaram as lideranças religiosas como as representantes desses evangélicos que reconhecem na instituição e pessoa do presidente da República uma atribuição divina. A gestualidade e a imagética (mãos espalmadas em direção às câmeras de vídeo voltadas ao presidente e às autoridades brasileiras) reforçaram a ideia de uma missão profética a ser realizada pelas autoridades religiosas e políticas, bem como pelo presidente Bolsonaro, que além do mais traz no próprio nome o título de Messias.

Na fala de católicos e evangélicos identificam-se três elementos comuns: 1) a etiologia espiritual da pandemia, seja por obra do Diabo (que nas falas de evangélicos estaria reagindo ao crescimento do número de seus fiéis no Brasil), seja por fazer parte dos propósitos de Deus; 2) a importância de ações religiosas, como a oração, para enfrentar a pandemia, entre outros “inimigos” que assolam a nação; e 3) a mensagem de fé e de esperança que afirma que o Brasil será um país melhor ao final da pandemia. Durante as mais de duas horas de videoconferência, somente duas lideranças citaram o isolamento social ou outras ações do plano da saúde pública como medidas de controle da pandemia, enfatizando apenas a dimensão espiritual. As orações proferidas se dirigiram sobretudo às autoridades e à “família brasileira”, entendida como a família tradicional heteronormativa, e foram feitas poucas menções solidárias às vítimas da COVID-19 e aos agentes de saúde que estão na linha de frente do cuidado com os enfermos.

De acordo com as lideranças, a confiança depositada no governo para gerenciar a

75 - Evento na íntegra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MV7vR1ZX19Q>. Acesso em: 15 jul. 2020.

crise sanitária se ancora não em ações, mas na ideia de que o presidente teria sido escolhido ou “autorizado” por Deus para comandar o Brasil. Na narrativa taumaturga construída por alguns pastores e repetida por Bolsonaro ao final da videoconferência, o presidente teria sobrevivido à facada que recebeu durante a campanha eleitoral de 2018 e sido eleito por “milagre” de Deus. Para a cantora católica essa eleição divina se dá porque “um país que é declarado do Senhor Jesus é nascido pra vencer”, referência às declarações públicas do presidente de que o seu governo estaria amparado por Deus. Essa ideia atualiza o *slogan* da campanha eleitoral e de governo, largamente repetido pelas lideranças religiosas aliadas: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Consequentemente, “o mal está caindo por si só”.

Parece não haver dúvidas entre os participantes de que a fé garantiria que o país sairia da crise “ainda mais forte”, “mais fortalecido, solidário e fraterno”, para viver “um bom futuro”, “dias tranquilos e sossegados”, “um novo tempo”, “um tempo de prosperidade que nunca aconteceu na nossa história”. Chega-se a afirmar que “o Brasil será a maior nação do mundo, economicamente falando, nós enviaremos missionários por toda a terra para declarar que Jesus está vivo, Jesus está vivo e é o Senhor da nação [brasileira]”. Um pastor, que é também deputado federal, afirmou que os resultados das ações religiosas já eram visíveis:

Semana passada o Brasil todo parou para um tempo de jejum, de oração, e tudo isso moveu os céus do Brasil. Nesses últimos cinco dias, vemos mudanças radicais acontecerem, eu não podia deixar de falar isso aqui. De repente a extrema imprensa e outras pessoas que eram contra a medicação [hidroxicloroquina] que o presidente indicava agora se curvam e de repente a gente começa a sentir que o remédio (...) começa a fazer efeito e as pessoas serão curadas<sup>76</sup>.

Entretanto, os fatos não coincidem com as declarações da liderança pastoral e parlamentar, pois na época o número de mortos e infectados no Brasil mais do que dobrou, passando de 487 a 1.230 e de 11.281 a 22.318, respectivamente, entre o primeiro e o segundo evento citados. Além disso, as declarações reforçam a propaganda feita pelo presidente e seus aliados sobre o uso controverso da hidroxicloroquina em contraposição às recomendações da OMS, a exemplo do que fez o presidente Donald Trump nos Estados Unidos. Essas performances, portanto, também contribuem para a desordem informativa que assola o Brasil.

O poder das ações espirituais em apoio ao governo Bolsonaro seguiu sendo performizado e divulgado massivamente pelas redes sociais. No dia 5 de junho, a “Oração em favor do Brasil com a presença do presidente Bolsonaro e líderes evangélicos” reuniu 11 pastores por cerca de 30 minutos, na área externa do Palácio do Planalto, sede do governo federal, em Brasília (DF). O ato foi transmitido ao vivo nas redes sociais do presidente e do pastor que organizou o evento<sup>77</sup>. As lideranças definiram o evento como um evento religioso profético

76 - Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?v=2616329938692876&ref=watch\\_permalink](https://www.facebook.com/watch/live/?v=2616329938692876&ref=watch_permalink). Acesso em: 20 jul. 2020.

77 - Disponível em: <https://www.facebook.com/SilasMalafaia/videos/1939183372878431>. Acesso em: 15 jul. 2020.

com o objetivo de rezar pelo presidente, pelo Congresso Nacional, pelo Superior Tribunal Federal (STF), como representante do poder máximo do sistema de Justiça, pelo povo brasileiro e pelo governo brasileiro. Com mais de 35 mil mortos e mais de 600 mil contaminados na data, as lideranças evangélicas e o presidente não utilizaram máscaras de proteção contra a COVID-19 e repetiram ideias colocadas na videoconferência da Páscoa: minimização da gravidade da pandemia, a ritualização de Bolsonaro como escolhido de Deus para guiar a nação e a construção narrativa do Brasil como nação cristã que viveria o melhor momento de sua história depois da pandemia.

Portanto, os eventos convocados pelas lideranças religiosas, aliados ao ideário bolsonarista, enfatizaram o poder espiritual – materializado nelas próprias como lideranças ou “vozes proféticas” e no poder conferido ao presidente da República, como escolhido de Deus – como forma de combater a pandemia e conduzir o Brasil a um tempo de prosperidade. Decorre, então, que a performatividade político-religiosa desses eventos públicos contribuiu para a normalização da essencialidade dos serviços religiosos, ao mesmo tempo em que esvaziava as políticas sanitárias e confere apoio político ao governo em momento em que este era questionado no STF.

A segunda dimensão que contribuiu para a construção da narrativa da essencialidade dos serviços religiosos é a funcionalidade espiritual e social dos templos. Por isso, quando lideranças religiosas se recusaram a fechar os templos, iniciou-se uma polêmica entre setores religiosos e autoridades sanitárias e governos estaduais e municipais. Os primeiros argumentaram que os espaços físicos das igrejas são suporte essencial para o apoio espiritual e assistencial à população em período de crise social, econômica e de saúde pública. Os outros lançaram mão de medidas coercitivas para coibir aglomerações. A controvérsia se instalou inclusive entre os próprios fiéis, lideranças pastorais e igrejas, divididos entre a necessidade de diminuição dos riscos de contaminação e a necessidade de manutenção das atividades religiosas.

A questão foi colocada como uma controvérsia a ser regulada desde o início da pandemia, quando a Frente Parlamentar Evangélica argumentou a favor da flexibilização de abertura dos templos, sob justificativa da essencialidade da religião com base no suporte espiritual:

Sabemos que a Igreja é lugar de refúgio para muitos que se acham amedrontados e desesperados. A fé ajuda a superar angústias e é fator de equilíbrio psicoemocional. Por isso, neste momento de tanta aflição, é fundamental que os templos, guardadas as devidas medidas de prevenção, estejam de portas abertas para receber os abatidos e acolher os desesperados (...). Cremos que a fé é uma grande aliada neste grave momento da nação, por isso não podemos limitá-la<sup>78</sup>.

A justificativa foi endossada por Jair Bolsonaro em programa popular de TV aberta ao comparar a pandemia a uma “chuva passageira” e defender a abertura das igrejas porque

78 - Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-pede-reabertura-de-templos-para-enfrentar-pandemia-maligna,70003238598>. Acesso em: 15 jul. 2020.

essas seriam “o último refúgio das pessoas”<sup>79</sup>. Foi também replicada por lideranças religiosas nas redes sociais e em seus programas de rádio e de TV. Algumas definiram a igreja como “hospital espiritual e emocional”<sup>80</sup>, justificando seus argumentos como tendo base científica: o medo e o pânico enfraqueceriam a imunidade, abrindo espaço para que o vírus se instalasse no organismo e aumentasse a gravidade da doença, enquanto a fé e a esperança aumentariam a imunidade do organismo<sup>81</sup>. Além disso, a fé seria eficaz contra o “medo”, o “pânico”, a “angústia” e a “depressão” que aumentariam em momentos de crise e poderiam mesmo conduzir ao suicídio<sup>82</sup>.

Outros enunciados foram articulados, muitas vezes fora de contexto ou de forma simplificada, a partir da citação de estudos científicos, para frisar a importância dos templos como aliados da saúde pública. Também foram destacados os cuidados sanitários desenvolvidos pelas igrejas, como a manutenção de distanciamento entre as pessoas, a disponibilização de álcool em gel e a sanitização dos espaços<sup>83</sup>. Percebe-se nesses argumentos que as lideranças não negam a existência do vírus ou a eficácia da ciência no combate à pandemia, mas constroem outro tipo de negacionismo no qual certas diretrizes da OMS e orientações de universidades e institutos de pesquisa nacionais são questionadas, quando não desqualificadas.

Em paralelo, da mesma forma que em outros países da América Latina, no Brasil também as igrejas foram apresentadas como importantes instituições na realização de assistência social (distribuindo cestas básicas e oferecendo assistência a pessoas em situação de rua e carcerária), cumprindo uma função que os governos não seriam capazes de fazer. As ações sociais foram destaque nos programas de TV da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que também mostraram a parceria realizada com institutos de saúde para a disponibilização de espaço físico para o recebimento de doação de sangue e voluntários (BANDEIRA e MENDES, 2020). Ao fazê-lo, não se colocaram como aliados do Estado, mas como substitutos dele, com o argumento de que, se dependessem dos estados e municípios “os atingidos pela crise econômica provocada pela pandemia estariam ‘perdidos’, mas sobreviveriam ‘graças’ à Universal e às pessoas que estão doando pelas contas da Universal e com cestas nas igrejas”<sup>84</sup>. Ao mesmo tempo em que as lideranças parlamentares e pastorais construíram a narrativa de essencialidade dos serviços religiosos, defendendo os templos abertos e dando visibilidade a suas ações sociais, elas ressignificaram a experiência religiosa e buscaram apresentar a seus fiéis respostas religiosas a partir de múltiplas plataformas de mídia, bem como a necessidade de manter os vínculos comunitários e institucionais, como discutimos a seguir.

79 - Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-reclama-de-fechamento-de-igrejas-providencias-absurdas/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

80 - Disponível em: <https://www.advec.org/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

81 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cvvtnpAsrg>. Acesso em: 15 jul. 2020.

82 - Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=2&v=BlSwPvSgz-k&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=BlSwPvSgz-k&feature=emb_logo). Acesso em: 15 jul. 2020.

83 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J7qTHxGGWTQ>. Acesso em: 15 jul. 2020.

84 - Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/programas-religiosos-defendem-templos-abertos-e-fe-contra-coronavirus/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

## Experiências religiosas midiaticizadas: respostas à pandemia

Enquanto as lideranças religiosas pressionavam as autoridades para a manutenção dos templos abertos, com base na ideia da essencialidade da religião, simultaneamente apresentaram a seus fiéis alternativas tecnológicas para a fruição da fé, respostas religiosas para a pandemia e estímulos à manutenção de vínculos entre fiel e Igreja (enquanto religião e enquanto instituição). Assim, se a Igreja pode estar na casa de cada fiel e se a palavra pode chegar a eles por meio de múltiplos canais (sites, redes sociais, serviços de mensageria e videoconferência, programas de rádio e TV e centrais telefônicas), o fiel não pode esquecer, de um lado, de sua fé – que seria a forma de viver a pandemia afastando o medo, na espera por um tempo de prosperidade a ser vivido depois da pandemia. De outro, do seu vínculo com a instituição, que necessita de fiéis e de apoio financeiro para sua existência e consequente realização de obras espirituais e assistenciais.

Para se entender a dinâmica midiática das igrejas evangélicas brasileiras no período da pandemia, é preciso lembrar que a mídia religiosa no Brasil não é algo novo. A radiodifusão cristã (católica e evangélica) data dos anos de 1940 e nas décadas posteriores (1960-1980) o televangelismo, ao estilo norte-americano, explode no Brasil (CUNHA, 2007; CAMPOS, 1997; MONTERO & DELLA CAVA, 1991; ASSMANN, 1986). Diante desse arsenal, no contexto da Constituinte de 1988, as estratégias de comunicação das igrejas evangélicas e católica se ampliaram e passaram a envolver também a disputa política no Congresso por concessões de emissoras de TV.

No início do século XX, o cristianismo também fortaleceu sua presença nas mídias digitais, com a criação de sites e portais de Internet, a utilização das redes sociais, a criação de aplicativos para smartphones e o investimento em gravadoras e na carreira de cantores de música gospel. Como resultado, temos no Brasil um circuito de mídia religiosa consolidado. Analisado muitas vezes como estratégia de marketing ou de evangelização (BRAGA, 2004; DOLGIE, 2004; CAMPOS, 1997), o circuito midiático religioso produz também novas formas de vivência religiosa, que complementam e expandem as experiências oferecidas nas igrejas e em outros espaços físicos destinados às atividades religiosas (BANDEIRA, 2017; SBARDELLOTO, 2017; CARRANZA, 2011; CUNHA, 2007).

Quando do fechamento das igrejas e, posteriormente, a permissão de reabertura de templos com limitação de frequência, houve a intensificação de uma prática que já existia, sobretudo nas igrejas e denominações com maior número de fiéis e de recursos financeiros. Um número maior de igrejas passou a transmitir os cultos pela Internet e a realizar de forma remota diferentes atividades, como escolas bíblicas, reuniões de jovens, reuniões de mulheres, entre outras. Cresceu também o número de *lives*, realizadas por pastores e por cantores, muitas delas acompanhadas de campanhas de arrecadação de recursos para as ações de assistência social e religiosa desenvolvidas pelas próprias igrejas e ministérios ou por entida-

des parcerias, religiosas ou não<sup>85</sup>. Nas transmissões, passou a ser comum a utilização das *hashtags* #fiqueemcasa e #ore/cante/louve #comigo, mesmo por pastores que pressionaram as autoridades pela reabertura dos templos. E alguns eventos tiveram seus focos ajustados para o contexto presente, como o debate “Trabalhos missionários pós-pandemia” que aconteceu em um congresso internacional de missões<sup>86</sup>.

No entanto, a manutenção de vínculos pode apresentar uma série de desafios, a começar pela própria experiência religiosa midiaticizada, que vinha sendo construída como complementar, mas nunca substituindo a experiência presencial e seus significados performativos e de sociabilidade. Uma das formas encontradas para o estímulo à manutenção desses vínculos, para além das atividades massivas citadas, foi a disponibilização ou a ampliação de canais de atendimento remoto individualizado, como plantões telefônicos para que os fiéis pudessem se aconselhar e orar com pastores e obreiros e o atendimento por meio de chamadas de vídeo<sup>87</sup>.

A adesão ou conversão religiosa se apresentou como outro desafio, já que o momento de finalização dos cultos costumam ser aqueles em que possíveis novos membros da comunidade se dirigem ao altar para dizer que “aceitaram Jesus”. Mesmo as pessoas que se “sentem tocadas” por meio dos programas de TV, também vistos como meio de evangelização, em tempos de normalidade são incentivadas a procurar o templo da denominação mais próximo para participar do ritual da conversão. Na impossibilidade ou dificuldade da reunião presencial, no entanto, novas estratégias tiveram de ser implementadas. Uma igreja batista renovada lançou nas redes sociais a *hashtag* #EuDecidoPorJesusIBL, incentivando a audiência a postar a mensagem nas redes após os cultos “se você deseja receber Jesus em sua vida ou se reconciliar com Ele! A equipe de consolidação da nossa igreja entrará em contato pelo *direct* com você”<sup>88</sup>. Outra igreja batista renovada disponibilizou um *QR code* para que os novos membros acessassem o aplicativo da igreja para enviar a mensagem “eu quero uma nova vida com Deus”. Algumas igrejas, no entanto, têm mais facilidade do que outras para migrar suas práticas para o ambiente *online*, como Cristina Zúñiga, antes referida, também observou. Igrejas como a IURD, que possuem uma clientela com uma parcela provavelmente maior de pessoas que têm dificuldades de acesso à Internet, seguiram incentivando as pessoas a se dirigirem ao templo mais próximo depois de serem tocadas por um programa de rádio ou TV.

Vínculos também foram estimulados por meio de chamados à oração coletiva, à busca ativa por novos membros (evangelização) e à assistência social. Diversas igrejas anunciaram em suas redes sociais e nos cultos *online* campanhas de jejum e de “orações ininterruptas” a serem realizadas por um determinado período de tempo. Uma delas dire-

85 - Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/doutora-antropologia-olivia-bandeira-comenta-producao>. Acesso em: 15 jul. 2020.

86- Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_8faumpVR0/](https://www.instagram.com/p/B_8faumpVR0/). Acesso em: 15 jul. 2020.

87 - Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBo2aJDpoCw/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

88 - Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAWJdekpDDJ/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

cionou o foco das orações à “atividade profissional e preservação de empregos”, “livramento da saúde dos servos (especialmente quanto à pandemia de coronavírus – COVID-19)”, “pátria”, “Governo Federal, Estadual e Municipal” e “segurança dos lares dos servos e das igrejas”, entre outros<sup>89</sup>. Outra convocou seus fiéis a “um clamor em meio ao caos da pandemia do coronavírus para 40 DIAS DE JEJUM E ORAÇÃO na certeza de que a resposta virá dos céus”, dirigido ao “retrocesso do COVID-19; pelos enfermos e famílias das vítimas; pelos agentes de saúde; pelas autoridades; por despertamento e unidade da igreja”<sup>90</sup>. Já o chamado à evangelização por meio das mídias ressignifica a prática das religiões de conversão em que cada fiel tem o dever de conquistar novos fiéis por meio de convites e de testemunhos. Esse acompanhamento passou a se dar por meios como o *WhatsApp* e as redes sociais e algumas igrejas fizeram treinamento para essa nova “evangelização *online*”<sup>91</sup>.

Por fim, a assistência social também é geradora de vínculos, não apenas por parte daqueles que recebem a assistência, mas também dos que se engajam nas ações sociais. Por meio do *slogan* “em tempos de escassez é que precisamos ser mais generosos”, a já citada igreja batista incentivou seus fiéis a doarem para a campanha O Amor Prevalece, que já existia antes da pandemia, mas, segundo o *Facebook* da igreja, aumentou a distribuição de alimentos a famílias<sup>92</sup>. Também estimulou a adesão à “rede de ajuda mútua a empreendedores”, com o objetivo de divulgar, nos canais digitais da igreja, os produtos e serviços oferecidos pelos seus membros<sup>93</sup>. Nos programas de televisão da IURD, foram exibidos relatos não apenas das pessoas que receberam doações, mas também daquelas que as realizaram. Dessa forma, os vínculos são estimulados a partir de esforços dos fiéis, enquanto comunidade religiosa, para o desenvolvimento de ações espirituais e assistenciais como forma de enfrentamento à pandemia.

No entanto, nem toda experiência foi midiaticizada. A Santa Ceia, por exemplo, cerimônia periódica em que os membros da igreja compartilham pão e suco de uva, simbolizando o vinho, precisou de adaptações que nem sempre são aceitas por igrejas tradicionais. Em uma Santa Ceia realizada por meio do *YouTube*, o ritual foi adaptado aos tempos de pandemia: depois de apresentar o pão e o vinho (suco de uva), o pastor disse que quem não tivesse suco em casa poderia substituí-lo por água: “E se há alguém enfermo, ao tomar o cálice e comer o pão que seja curado, amém”<sup>94</sup>.

Dificuldade maior foi adaptar a cerimônia do batismo, que consolida a conversão e adesão comunitária nas igrejas evangélicas. Embora não seja prática comum, algumas igrejas adaptaram este ritual. Dessa forma, o batismo por imersão (mergulho em uma piscina

89 - Disponível em: [http://www.maranata-sp.org.br/circular-061-20-motivos-de-oracao-ininterrupta-atualizacao/?fbclid=IwAR0enMnFUPsDg\\_pi7rffn2vH4OuuOLmnBQz8xza\\_4yqfDRHC4sra16Odzm8](http://www.maranata-sp.org.br/circular-061-20-motivos-de-oracao-ininterrupta-atualizacao/?fbclid=IwAR0enMnFUPsDg_pi7rffn2vH4OuuOLmnBQz8xza_4yqfDRHC4sra16Odzm8). Acesso em: 15 jul. 2020.

90 - Disponível em: <https://www.facebook.com/Ibatitude/posts/4189098347770838>. Acesso em: 15 jul. 2020.

91 - Disponível em: <https://www.facebook.com/Ibatitude/posts/4227479253932747>. Acesso em: 15 jul. 2020.

92 - Disponível em: <https://www.facebook.com/Ibatitude/photos/a.324058054274906/4232343220113017/?type=3>. Acesso em: 15 jul. 2020.

93 - Disponível em: <https://www.facebook.com/Ibatitude/photos/a.324058054274906/4239985496015456/?type=3&theater>. Acesso em: 15 jun. 2020.

94 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4MCOo5FNt14&t=2864s>. Acesso em: 15 jun. 2020.

com água) foi substituído por batismo por meio da plataforma Zoom: de um lado da tela, o pastor joga água na direção da imagem do fiel; do outro lado, o fiel derrama um balde de água sobre a própria cabeça<sup>95</sup>. Outras mantiveram o batismo presencial, como a IURD, que, no entanto, trocou a imersão pela aspersão “para seguir as normas do Ministério da Saúde”. A frase “as portas do templo estão abertas para quem quer fazer oração porque o altar não está de quarentena” foi repetida com frequência nos programas da igreja.

As igrejas também se colocaram como fonte de informação sobre a pandemia, aproveitando-se da já citada desordem informativa. Os programas de TV, os sites e as redes sociais das igrejas divulgaram notícias com dois focos principais: medidas de prevenção ao coronavírus<sup>96</sup> e destaque para notícias positivas<sup>97</sup>, enfatizando sobretudo o número de pessoas que foram curadas e avanços na ciência em termos de diagnóstico e tratamento, ao mesmo tempo criticando a mídia tradicional, que daria ênfase ao número de pessoas contaminadas e ao número de mortos. O foco noticioso nesses dois aspectos não foi exclusivo: algumas igrejas foram acusadas de propagar desinformação sobre a COVID-19, realidade que para Martins (2020) é um agravante negacionista que engrossa as crises políticas e saídas democráticas. Em resposta, um grupo de organizações, profissionais, pesquisadores e estudantes de comunicação de origem cristã fundaram um projeto que tem o objetivo de checar a veracidade de fatos publicados diariamente em mídias religiosas e em mídias sociais brasileiras que abordem conteúdos sobre religiões e suas lideranças no Brasil e no exterior<sup>98</sup>.

A manutenção de vínculos enfrenta outros desafios além da adaptação das práticas rituais ao ambiente *online*. É preciso considerar também que a religiosidade que chega por meio dos múltiplos canais de mídia e Internet traz não apenas a mensagem de uma denominação, mas abre um leque de possibilidades de vivência religiosa, colocando igrejas e agentes religiosos distintos em um mesmo mercado de bens de salvação, reflexão que vai ao encontro do que Cristina Zúñiga observou no México. A variedade na disponibilização de experiências religiosas midiáticas e na disponibilização de bens de salvação por meio das mídias amplia a competição entre as denominações e favorece aquelas que possuem maior capacidade financeira, propriedade de veículos de mídia e domínio das ferramentas tecnológicas. Outro desafio se relaciona com as próprias práticas de consumo de mídias e as diferentes formas de acesso a elas no Brasil. A Internet banda larga, por exemplo, ainda é uma realidade para poucos no país. Segundo a TIC Domicílios 2019 (Cetic.br, 2019), 79% da população brasileira têm acesso à Internet. No entanto, o acesso é distribuído desigualmente de acordo com questões territoriais, de classe e raciais. Nas classes DE, por exemplo, 85% das pessoas têm acesso somente por meio de telefones celulares, o que é considerado uma forma de acesso limitada e precária. Esse cenário favorece as denominações que estão

95 - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/06/coronavirus-faz-igreja-que-casou-eduardo-bolsonaro-realizar-batismos-online.htm>. Acesso em: 15 jun. 2020.

96 - Disponível em: <https://www.facebook.com/IgrejaCristaMaranata/posts/1310851279124616>. Acesso em: 15 jun. 2020.

97 - Disponível em: <https://www.facebook.com/Ibatitude/photos/a.324058054274906/4232670670080272/?type=3>. Acesso em: 15 jun. 2020.

98 - Disponível em: <https://coletivobereia.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

presentes em múltiplas plataformas, como o rádio e a TV. É preciso considerar também que a dificuldade de acesso às ferramentas digitais e a falta de habilidade em seu manejo não apenas pode afastar os fiéis dos rituais, mas também dificultar o recolhimento do dízimo que sustenta as atividades das igrejas, incluindo as mídias religiosas, que possuem custos altos de manutenção.

## Considerações finais

Em tempos de incertezas, como os vivenciados na crise sanitária e social da COVID-19, as religiões tendem a dar respostas múltiplas, de acordo com a margem de manobra que possam ter na conjuntura e o lugar social no qual se localizam em cada contexto (FREESTON, 2020). Por isso, a análise sobre a defesa da essencialidade dos serviços religiosos, trazida à tona pelas igrejas evangélico-pentecostais, oferece a oportunidade de compreender o lugar que elas ocupam na atual estrutura social e sua relação com o Estado e o governo, no Brasil.

Tal essencialidade vem sendo disputada publicamente com uma narrativa de dupla funcionalidade. A necessidade de oferecer suporte espiritual, social e psicoemocional à sociedade e aos fiéis e a importância de legitimar as autoridades constituídas na nação, ou seja, o governo Bolsonaro, do qual essas igrejas evangélicas fazem parte. Mas, também, a defesa dessa essencialidade dos serviços religiosos colocou em evidência outros sentidos da experiência religiosa midiaticizada e o potencial regulador das moralidades produzidas em torno do coronavírus. Como foi mostrado na discussão do caráter performativo dos eventos públicos protagonizados pelo governo, a atuação evangélica na pandemia vem revelando outras dimensões da sua participação enquanto religião pública. Esta é compreendida como uma presença qualificada dos atores religiosos na esfera social na qual são obrigados a negociar constantemente seu repertório tradicional, perante outros interlocutores, religiosos ou não, que interpelam social e teologicamente seu desempenho (BURITY, 2015; CASANOVA, 1994; MONTEIRO, 2018). As lideranças parlamentares, pastorais e personalidades de grande projeção midiática, ao defender a abertura dos templos, mobilizaram uma série de argumentos teológicos, como a batalha espiritual. Mobilizaram também seu capital político, acumulado ao longo das últimas três décadas no país, para pressionar autoridades e acionar dispositivos judiciais. Afirmam, assim, seu protagonismo como ator político na cena brasileira, que vem se consolidando desde o processo de redemocratização do país, nos anos 1980, até as eleições e ascensão à presidência de Bolsonaro (MARIANO & GERARDI, 2019; VITAL DA CUNHA, 2018).

De acordo com Casanova (1994) e Camurça (2019), o caráter público de uma religião (religião pública) é determinado pela sua posição estrutural entre o Estado e a sociedade e se mede na forma como se insere no aparato do Estado, penetra o sistema político e se transforma em força política mobilizadora na sociedade civil. Para Burity (2020), o ativismo dos evangélicos como atores políticos, nos últimos anos, mostra a construção de um projeto de

poder político que se concretiza nas alianças estabelecidas com Bolsonaro. Na pandemia, a legitimidade que os evangélicos outorgaram ao governo Bolsonaro parece oferecer um ganho político concreto em direção à concretização desse projeto: a participação evangélica na estrutura de poder. Como indício, no período pandêmico, dois ministros evangélicos foram nomeados, de Justiça e de Educação, somando-se a outra já no cargo desde o início do governo, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Desse modo, afirmam sua visibilidade social, reivindicam um lugar na estrutura política, empoderando-se na sua identidade religiosa. Esse processo terá como mola propulsora a identidade política de minoritarização que obriga os evangélicos a sair de sua histórica marginalidade política, com o estigma social de pobreza e de grupo religiosos minoritário, para ocupar instâncias de representação na estrutura política (BURITY, 2020; 2018).

Além da construção de um projeto de poder, evangélicos alinhados ao governo Bolsonaro estão empenhados na consolidação da direita cristã brasileira. Oriunda da resposta religiosa norte-americana às mudanças culturais, trazidas pelo feminismo, o ensino sexual e o humanismo secular dos anos 1960, a direita cristã teme câmbios que dissolvam os costumes e valores sociais. Por isso, se configura como um movimento reativo a qualquer ameaça ao *establishment* (família heteronormativa, moralidade, tradição e nação). Portanto, o ativismo social e político das igrejas cristãs se condensa na resistência aos avanços democratizadores implementados pela agenda igualitária do movimento feminista, LGBTQIA+ e de minorias étnicas e raciais (DE LA TORRE, 2020), que encontraram *governamentalidade* nos governos progressistas que estiveram no poder nos últimos anos (BURITY, 2018)<sup>99</sup>.

Para Guadalupe (2020), os pressupostos teológicos dessa direita cristã encontram-se na teologia da prosperidade e do domínio. E seu afinamento com a direita cristã norte-americana faz com que a direita cristã brasileira se afirme como uma direita subalterna (BURITY, 2020). Compreende-se, portanto, a crescente dependência geopolítica brasileira, não apenas com a mimetização de Bolsonaro do comportamento do presidente Trump em relação ao gerenciamento da pandemia, mas também as finas correlações dos evangélicos com a direita estadunidense. Porém, se os posicionamentos das lideranças evangélicas podem ter ganhos políticos, também podem, dependendo dos resultados finais, em termos de custo de vida e deterioração social, vir a sofrer desprestígio perante seus fiéis ou a sociedade (FREESTON, 2020).

Um contraste se infere na percepção da pandemia nos evangélicos da região. Para evangélicos de outros países latino-americanos, a pandemia em seu início foi tratada como assunto de Estado, portanto, seu alinhamento se dá de acordo com as políticas adotadas pela

---

99 - É preciso, no entanto, fazer uma ressalva. As mesmas lideranças evangélicas que chegaram ao poder executivo com Bolsonaro fizeram alianças com os governos de Lula e de Dilma, do Partido dos Trabalhadores, nas eleições que os colocaram no poder, o que mostra o caráter pragmático que esses segmentos evangélicos adotaram antes de mergulharem no projeto de poder da direita cristã. Como discute Burity (2018), as demandas conservadoras que ressurgiram das “Jornadas de Junho de 2013”, entre outros fatores, favoreceram novas alianças que uniram evangélicos à nova onda conservadora que culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a partir de três estratégias: desmoralização das políticas econômicas anticíclicas da esquerda, pauta da anticorrupção e a reação às políticas identitárias.

OMS, colocando-se como auxiliares do Estado na implementação de suas políticas. Diferente do caso brasileiro, no qual, para os evangélicos aqui considerados, a crise sanitária é assunto de governo e seu alinhamento se dá com Bolsonaro. Em ambos os casos há alinhamento político, com seus respectivos ganhos, o que muda é apenas o lado no qual se estabelecem. Os primeiros com o Estado, os segundos com o governo. Entretanto, em ambos os casos os evangélicos ganham visibilidade social ao colocar sua estrutura organizativa a serviço das iniciativas assistenciais e sociocaritativas, junto às populações vulnerabilizadas que necessitam do apoio do Estado. Ao desempenhar esse papel colaborador com o Estado, esses grupos não buscam fortalecer as políticas públicas de saúde, mas a si mesmos como protagonistas das ações de assistência.

Se a religião pública sinaliza para o lugar que os evangélicos ocupam na estrutura de poder, também sugere considerar a negociação do repertório tradicional que eles realizam no circuito midiático. No período da pandemia aqui analisado, isso se explicita quando agências evangélicas se lançaram a dar suporte espiritual a seus fiéis utilizando-se das inovações tecnológicas para oferecer serviços *online*, ampliando de forma exponencial o uso de mídias que já realizavam. Recriando estruturas simbólicas, pastores e pastoras ofereceram suporte para gerenciar o medo, a ansiedade e a angústia face a situações iminentes de desemprego, ameaça de morte pela doença e vulnerabilidade perante serviços de saúde acessíveis de maneira desigual à população.

As respostas religiosas oferecidas aos fiéis pelas igrejas e lideranças foram construídas a partir da chave da batalha espiritual e da teologia da prosperidade, da mesma forma como a defesa da essencialidade religiosa foi construída. Apesar de estarem “enclausuradas em casa”, vivendo um “momento difícil”, as pessoas não deveriam se sentir como “escravas do medo”, mas ser “livres para ter alegria e esperança”, uma vez que “depois do vírus haverá a melhor estação da sua vida”, como disse um pastor em seu programa semanal na TV. Pastores consolaram os fiéis com o fato de que “todos estamos no mesmo barco e todos seremos atingidos pela pandemia”, e que a fé em Deus seria a “única possibilidade de calma, descanso e confiança”. Exibiram-se diversos programas sobre combate à depressão e ao medo em período de pandemia, colocando as igrejas à disposição por múltiplos canais para consolar os fiéis “se você está sozinho, doente ou recluso”.

No Brasil, como nos outros países latino-americanos, as igrejas cristãs recorreram às mídias e às tecnologias digitais para continuar exercendo suas atividades durante a pandemia. No entanto, o país possui um cenário diferenciado, com a existência do circuito de mídia religioso consolidado há algum tempo (CARRANZA, 2011; BANDEIRA, 2017). Como foi demonstrado, à diferença dos outros países cuja participação midiática não é tão consolidada, as lideranças alinhadas ao bolsonarismo contribuíram para a crise política e informativa que vem caracterizando o gerenciamento da pandemia por parte do governo. Além disso, defenderam a importância das igrejas por seus serviços tidos como essenciais e combateram a pandemia a partir de ações espirituais, mais do que com apoio às ações de gerenciamento da pandemia.

Apesar das diferenças, as igrejas do Brasil e dos outros países latino-americanos tendem a concordar com o fato de que, ao naturalizar o uso de plataformas digitais nas atividades religiosas, ressignificaram-se os vínculos entre os fiéis e a instituição e entre si, a partir das experiências de conversão, proselitismo e acompanhamento remoto a pessoas vulneráveis emocionalmente. Adaptaram-se os rituais de passagem (como batismo e conversão) assim como foram negociadas as exigências da *doxa* perante as restrições do distanciamento social. De tal forma que o confinamento social compulsório possibilitou a mediatização religiosa como um espaço de interação e adaptação dos suportes das práticas de fé tradicional, mais do que uma substituição dos espaços físicos e encontros corporais.

Para Sbardelotto (2012), as referências geográficas, vínculos sociais e características dos laços comunitários construídos a partir da espacialidade não servem como parâmetros para compreender o que acontece no ambiente virtual. A religiosidade mediatiza é, segundo o autor, uma outra interação social e religiosa diferente da presencial. Como sugerido por Cristina Zúñiga, páginas atrás, essa interação comunitária é uma nova comunidade religiosa multissituada de forma multicêntrica que modifica os vínculos com a autoridade, tradição e comunidade. Certamente, continuam sendo procuradas as formas de agregação, vínculos, trabalho nas igrejas e participação nos cultos coletivos, o que muda é o suporte tecnológico que dá sentido às experiências religiosas, que já possuíam inúmeras formas de mediação. Evidentemente, que esse acesso virtual é desigual entre fiéis e igrejas, o que faz com que algumas, aquelas que Campbell (2012) chama de religiões *online*, tenham mais facilidade para abrir mão das experiências presenciais.

Numa outra direção, tanto no Brasil quanto nos países latino-americanos aqui apresentados, a pandemia foi vista pelas igrejas evangélicas como oportunidade para fortalecimento e manutenção dos laços familiares que poderiam ser deteriorados por causa do confinamento, do desemprego e da crise financeira. Nesse sentido, a pandemia foi interpretada como profecia e providência de Deus com o objetivo de forçar as pessoas a permanecerem em casa e a prestarem atenção à palavra de Deus. Em um culto televisionado, um pastor afirmou que “as famílias têm que ficar juntas querendo ou não, se gostem ou não. O marido não pode ir pro bar, a esposa pro shopping, o filho pra festa. Isso é uma coisa que Deus está nos forçando, a cuidar da nossa família, a olhar pra nossa casa, dos velhinhos que são mais propensos a pegar o vírus e morrer”.

De fato, em tempos de pandemia, as igrejas evangélicas exercem o papel de estruturador de novas moralidades religiosas e sociais. Elas desenvolvem estruturas de apoio emocional, recursos normativos de gerenciamento dos conflitos interpessoais e conjugais, pela proximidade do confinamento. Também é certo que reforçam uma mentalidade conservadora focada no cuidado do indivíduo e na redução dos problemas coletivos ao âmbito da esfera doméstica. Ou seja, ao definir comportamentos públicos que não envolvem participação na reivindicação de políticas públicas de saúde, essas moralidades religiosas contribuem com o esvaziamento da cobrança ao Estado de sua função pública de garantir direitos de acesso à proteção em momentos de risco social.

No entanto, se esse é um dos retratos de um fragmento político e teológico do heterogêneo campo evangélico, também é certo que existem vozes dissidentes. Vozes que não se reduzem a uma oposição ideológica entre direita e esquerda ou resistem a serem enquadradas na oposição conservadores ou progressistas. Assim, a crise sanitária da COVID-19 vem movimentando setores evangélicos a se revelarem contra a tendência hegemônica das lideranças parlamentares, pastorais e midiáticas a implementar um projeto de poder político e religioso.

Há uma base religiosa nas igrejas que vem se expondo publicamente para manifestar indignação perante o apoio de seus líderes ao governo Bolsonaro e a legitimação da política negacionista. São grupos religiosos que expõem, cada vez mais, sobretudo nas redes sociais, já que encontram pouco espaço na mídia tradicional, o desacordo com as aspirações de seus irmãos na fé de construir uma nação cristã, em detrimento do direito ao pluralismo moral e religioso e ao direito de não ter religião. São vozes que, unidas a outras vozes sociais, pronunciam sua inconformidade perante os rumos dramáticos que a pandemia trilhou. Forças que, até há pouco tempo, não se mobilizavam discursivamente contra o *establishment* da direita cristã emergente.

## Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. Guerra de possessões. In: Oro A, Corten A, Dozon J (org.). **Igreja Universal do Reino de Deus: Os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003, pp 321–342.
- ASSMAN, Hugo. **A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele. Programas religiosos defendem templos abertos e fé contra coronavírus. **Carta Capital**, São Paulo, SP, 9 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/programas-religiosos-defendem-templos-abertos-e-fe-contra-coronavirus/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BANDEIRA, Olívia. **O mundo da música gospel entre o sagrado e o secular: disputas e negociações em torno da identidade evangélica**. Tese de Doutorado (Antropologia Cultural), UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- BRAGA, Antônio. TV Católica Cancano Nova: Providencia e Compromisso x Mercado e Consumo. **Religião e Sociedade**, ISER n 24, 2004, p. 113–123.
- BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: Contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos estudos CEBRAP**, n.102, 2015, p. 89–105.
- \_\_\_\_\_. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociologia e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol.2. n. 25, 2019, p. 125–159.
- \_\_\_\_\_. Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La conyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, 2020.
- CAMPBELL, Heidi A. Understanding the relationship between religion online and offline in a networked society. **J. Am. Acad. Relig.** 80(1), 2012, p. 64–93.
- CAMPOS, Leonildo S. **Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAMURÇA, Marcelo. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol.2. n. 25, 2019, p. 125–159.
- \_\_\_\_\_. O debate conceitual sobre religiões “cívica”, “civil” e “pública” proposto por Paula Montero e uma remissão para o caso do Brasil a partir de reflexões anteriores da autora. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 33, 2018, p. 42–57.

CARRANZA, Brenda Apresentação: Erosão das democracias Latino-americanas: a ascensão política dos cristãos. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, e020013, 2020, p. 1-17.

\_\_\_\_\_. **Catolicismo midiático**. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2011.

CARRANZA, Brenda, VITAL DA CUNHA, Christina. Conservative religious activism in the Brazilian Congress: sexual agendas in focus. **Social Compass** 3, 2018.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

Cetic.br. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CUNHA, Magali. **A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X / Instituto Mysterium, 2007.

DE LA TORRE, Renée. Genealogía de los movimientos religiosos conservadores y la política en México. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, 2020.

DELLA CAVA, Ralph, MONTERO, Paula. **E o Verbo se Faz Imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil, 1962-1989**. Petrópolis: Vozes, 1991.

DOLGHIE, Jaqueline. A Igreja Renascer em Cristo e a consolidação do mercado de música gospel no Brasil: uma análise das estratégias de marketing. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v 6, 2004, p. 201-220.

FRESTON, Paul. The pandemic and the global future of religion. **Religion & Diplomacy**. 2020. Disponível em: <https://religionanddiplomacy.org.uk/2020/05/16/the-pandemic-and-the-global-future-of-religion/>. Acesso em: 18 mai. 2020

GUADALUPE, JOSÉ LUIS PÉREZ. El Hermano no vota en el hermano: la inexistencia del voto confesional y la subrepresentación política de los evangélicos en América Latina. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, 2020.

\_\_\_\_\_. **Evangélicos y poder en América Latina (2a ed)**. Lima: Konrad Adenauer Stiftung (KAS); Instituto de Estudios Social Cristianos (IESC), 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13755/9031>. Acesso em: 10 jul. 2020

INTERVOZES. **Media Ownership Monitor**. 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org.br/midia/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, DA. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, 120, 2019, p. 61-76.

MARIZ, Cecília. A Teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da bibliografia. **Boletim Informação Bibliográfica**, Rio de Janeiro, 1º sem, nº 47, 1999, p. 33-48.

MARTINS, Helena. **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news**. São Paulo: Veneta, 2020.

MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 33, 2018, p. 15–39.

PEW RESEARCH CENTER. Religion in Latin America: widespread change in a historically Catholic Region 2014. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2014/11/13/religion-in-latin-america/> Acesso em: 15 jan. 2021.

SBARDELOTTO, Moisés. **E o verbo se fez rede: religiosidades em reconstrução no ambiente digital**. São Paulo: Paulinas, 2017.

\_\_\_\_\_. **E o verbo se fez bit: a comunicação e a experiência religiosa na Internet**. Santuário, Aparecida, 2012.

VITAL DA CUNHA, Christina. Apoio evangélico é marcado por grande volatilidade. Entrevista. Fachin, 2018, p. 27. **Instituto Humanitas**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592934-apoio-evangelico-a-bolsonaro-e-marcado-por-uma-grande-volatilidade-entrevista-especial-com-christina-vital-da-cunha>. Acesso em: 30 jan. 2021.

# 04 PANDEMIA E O GENOCÍDIO DE POVOS NEGROS E INDÍGENAS NO BRASIL

Raimundo C. Barreto Jr.



# NEGROS E INDÍGENAS NO BRASIL

Raimundo C. Barreto Jr.

## Introdução

O cardeal Czerny comparou a COVID-19 a uma lupa e um raio-X. Este capítulo reflete a tragédia da experiência brasileira com a pandemia da COVID-19 e as feridas mais profundas que ela revela e amplia. Com base em relatos jornalísticos, narrativas em primeira mão, estatísticas e literatura acadêmica existentes sobre raça e racismo no Brasil, este ensaio interroga a sociedade racializada brasileira e como a divisão racial e as disparidades econômicas vêm sendo exacerbadas pelo impacto devastador da crise sanitária sobre uma grande parcela do povo brasileiro, focando particularmente em como a COVID-19 amplia e intensifica o genocídio de negros e indígenas brasileiros. O ensaio também destaca como a política do homem forte de Bolsonaro agrava a situação e examina o papel ambíguo da religião na construção e exacerbção do racismo estrutural, bem como na oferta de respostas criativas à situação atual.

O cardeal Michael Czerny, superintendente do Departamento de Migrantes e Refugiados do Dicastério do Serviço de Desenvolvimento Humano Integral do Vaticano, recentemente se referiu ao novo coronavírus como “uma lupa que revela as estruturas sociais imorais presentes no mundo”. Segundo ele:

A COVID-19 não apenas intensifica as violações de direitos humanos que já estão acontecendo, mas também atua como um amplificador, uma lupa ou um raio-x que revela as estruturas sociais imorais presentes no mundo. Não é uma surpresa para quem as sofre, mas pode e deve abrir os olhos dos seus responsáveis (RELIGION DIGITAL, 2020).

Inspirado por esta citação, o presente texto reflete a tragédia da resposta brasileira à pandemia da COVID-19. Com mais de 400 mil mortes, o Brasil se encontra atrás apenas dos EUA e da Índia na lista dos países mais atingidos pelo novo coronavírus.

O trágico sofrimento de tantos brasileiros e brasileiras durante a pandemia não deve ser compreendido como algo inevitável. Usando o manual adotado por Donald J. Trump nos EUA, Jair Bolsonaro – um fã declarado de Trump – obstruiu iniciativas preventivas e de controle da disseminação do vírus e desviou repetidamente a atenção dos fracassos de sua administração no lidar com a pandemia, atacando a China, governadores estaduais e seus oponentes políticos. Bolsonaro retardou a compra de vacinas, e repetidas vezes desestimulou seus seguidores a se vacinarem. Considerando-se a enorme desigualdade social em uma

sociedade onde os seis indivíduos mais ricos possuem a mesma riqueza que os 50% mais pobres de uma população de mais de 200 milhões de habitantes, o fracasso e incompetência do governo Bolsonaro em combater a pandemia tem tido um impacto profundamente desproporcional sobre a parcela mais pobre do povo brasileiro. Apesar do caráter universal da disseminação do novo coronavírus, que ameaça vidas em todo o planeta, o mesmo atinge de forma desigual os grupos sociais mais vulneráveis. No caso do Brasil, a exemplo do que foi documentado nos Estados Unidos, a pandemia foi particularmente reveladora de uma profunda injustiça racial.

No dia 25 de maio de 2020, a imagem chocante de um policial de Minneapolis pressionando seu joelho contra o pescoço de George Floyd por mais de 9 minutos, e matando-o diante das câmeras, causou indignação e revolta nos EUA e ao redor do mundo. Quase que imediatamente, e por várias semanas consecutivas, milhares de pessoas tomaram as ruas das principais cidades dos EUA para protestar contra o racismo e a violência policial. Protestos semelhantes aconteceram também em Londres e em São Paulo, entre outros em diferentes partes do mundo. Antes desse trágico acontecimento, já havia vários relatos nos EUA chamando a atenção para a maneira desproporcional como afro-americanos e hispânicos morriam devido à pandemia. Contudo, a morte de George Floyd tornou-se o evento catalisador que conectou as últimas palavras de Floyd – “Eu não consigo respirar” – com a morte desproporcional de americanos negros e latinos em virtude de uma doença respiratória. Em outras palavras, para além da luta contra uma pandemia de escala global, em si, negros, hispânicos e outras minorias raciais nos EUA tiveram que lidar com a natureza endêmica do racismo estrutural manifesto na trágica morte de George Floyd, e também em vários outros casos como os de Breonna Taylor, Ahmaud Arbery, Tony McDade, Dion Johnson, Rayshard Brooks e Daniel Prude, apenas para citar alguns.

Os protestos nos EUA ressoaram em outros países, onde multidões também marcharam para protestar contra a violência policial e estruturas racistas remanescentes que continuam pressionando seus joelhos contra o pescoço de negros e negras, além de outros grupos igualmente racializados. O Brasil, em particular, foi um dos lugares onde o movimento *Black Lives Matter* e seu grito “não consigo respirar” encontraram grande ressonância. Assim como os EUA, o Brasil tem uma longa história de racismo. Negros e negras brasileiros estão agudamente cientes da violência das forças policiais do Brasil, notórias pelo uso banalizado de força letal contra a população negra. Jair Bolsonaro, um ex-capitão do exército, simpaticamente do uso da tortura por militares brasileiros, foi eleito presidente em 2018 após fazer campanha como o candidato da lei e da ordem. Desde sua posse em janeiro de 2019, os assassinatos cometidos por policiais nas periferias urbanas dispararam para números recorde. Essa situação piorou durante a pandemia da COVID-19.

Tanto a pandemia da COVID-19 quanto a disseminação internacional dos protestos antirracistas contribuíram para um aumento da consciência sobre a interconexão das lutas pela justiça em todo o mundo. Embora o foco principal deste ensaio esteja nas respostas

religiosas à pandemia no Brasil, essa situação não pode ser devidamente compreendida de forma isolada. A história de países latino-americanos como o Brasil se confunde com a sombra militar e econômica dos EUA desde meados do século XIX, cujo auge foi alcançado na segunda metade do século XX. Nesse período, a política externa dos Estados Unidos para com seus vizinhos do sul, pautada pelo privilégio dos interesses econômicos, políticos e militares americanos, resultou repetidamente em interferências diretas e indiretas na governança nacional da maioria dos países latino-americanos, contribuindo, por sua vez, com novas ondas de migração em massa para os EUA.

Tendo em conta essas conexões geopolíticas, este texto questiona a forma devastadora como a pandemia afetou o povo brasileiro, com atenção particular sobre como seu impacto amplia e intensifica o contínuo genocídio de negros e indígenas. Usando reportagens jornalísticas, recursos educacionais, documentos produzidos por instituições religiosas e literatura existente sobre essas questões, juntamente com informações derivadas de interações virtuais entre o autor e uma série de líderes religiosos brasileiros desde março de 2020, este texto examina a participação religiosa na construção da injustiça estrutural racializada, bem como respostas religiosas relevantes para a situação atual.

## **Genocídio contínuo de negros e indígenas no Brasil**

O argumento central deste ensaio é que, como nos lembra o cardeal Czerny, o sofrimento e as ansiedades vividos em relação à pandemia potencializam e ampliam as formas de injustiça sistemicamente presentes na sociedade brasileira. Essas disparidades sistêmicas ou estruturais, incluindo a acumulação injusta de riqueza, são sintomaticamente racializadas. Para compreendermos o impacto assimétrico da pandemia sobre a população brasileira, é importante esclarecer a natureza de tais assimetrias.

A divisão racial no Brasil em muito reflete a ordem mundial moderna-colonial que emergiu do violento encontro entre colonizadores europeus, os povos indígenas de Abya Yala e africanos escravizados e transportados contra a sua vontade para as Américas. O novo sistema mundial que surgiu no século XVI em conexão com esse encontro colonial criou uma nova hierarquia global, com os elementos europeus, recriados racialmente como brancos, sendo postos no topo de uma pirâmide social, em relação à qual todas as outras pessoas e culturas – também racializadas como negras, pardas ou amarelas – eram consideradas, em comparação, como inferiores, menos humanas ou deficientes. A hierarquização dessa nova ordem mundial está na raiz do racismo moderno. Considerando tal lógica, Ramon Grosfoguel (2016) define racismo como “uma hierarquia global de superioridade e inferioridade ao longo da linha do humano que foi política, cultural e economicamente produzida e reproduzida por séculos pelas instituições do ‘sistema mundial capitalista e patriarcal centrado no oeste cristão moderno-colonial’”. Essa ordem racializada não desapareceu após a era colonial. Ao contrário, ela se reinventou de novas maneiras e continua predando principalmente

os povos indígenas e afrodescendentes em toda a América Latina e, mais especificamente, no Brasil.

Por décadas, povos indígenas e afro-brasileiros têm usado a palavra genocídio para descrever atos sistêmicos de racismo contra eles. Da mesma forma, o proeminente intelectual do movimento negro brasileiro, Abdias do Nascimento, falou do racismo vivido pelos negros no Brasil como sendo um genocídio (NASCIMENTO, 1978). No prefácio do livro “*O Genocídio do Negro Brasileiro*” (1978), Florestan Fernandes endossou o uso desta palavra, ressaltando suas manifestações históricas. Referindo-se aos três séculos de escravidão no Brasil, Fernandes afirma que ali há um caso muito bem documentado de genocídio. Para ele, porém, uma das contribuições mais importantes de Abdias do Nascimento é sua insistência em mostrar como o genocídio se intensificou após a abolição da escravidão, ameaçando, em particular, a sobrevivência econômica do povo negro, anteriormente escravizado. Assim, os negros brasileiros foram empurrados para as periferias de uma sociedade de classe, sendo também excluídos do ordenamento jurídico. Seguiu-se o extermínio moral e cultural, com implicações econômicas e demográficas significativas. Para Fernandes, portanto, o genocídio não é apenas uma referência ao que aconteceu no passado, mas também ao que continua a ocorrer nos dias de hoje, sob a indiferença de forças políticas que, de outra forma, se mobilizaram para combater outras formas de genocídio.

Referências a termos equivalentes são encontradas também em relação aos povos indígenas em toda a América Latina. Enrique Dussel, por exemplo, afirma que a exploração dos povos indígenas por portugueses e espanhóis impactou “os fundamentos básicos da cosmologia indígena” (DUSSEL, 1981), o que se equipara ao que chamamos de genocídio cultural. Lembrando que a conquista e a colonização foram eventos cristãos, Guillermo Cook (1997) foi mais direto ao situar a primeira evangelização em conexão com o genocídio cultural. Em outras palavras, tanto a violência das armas quanto a violência simbólica da aniquilação da cultura e da religião indígenas foram simplesmente duas faces complementares da violência genocida, que objetivavam “erradicar todos os vestígios da cultura e religião indígenas” (COOK, 1997).

O racismo, no contexto brasileiro, sempre assumiu múltiplas formas, por vezes, inclusive, se escondendo por trás de projetos de integração que, no fundo, pretendiam apagar diferenças étnicas e culturais. Essa foi, por exemplo, a política predominante em relação aos povos indígenas no Brasil durante a ditadura civil-militar de 1964-1985. O esforço do regime para integrar as comunidades indígenas à sociedade brasileira mais ampla favoreciam interesses econômicos de corporações e latifúndios, almejando o controle de terras indígenas. Mesmo com o fim da ditadura em 1985, o ataque sistêmico aos direitos, terras e culturas indígenas continuou crescendo.

No que concerne à realidade afro-brasileira, Abdias do Nascimento expôs a natureza genocida do racismo estrutural no Brasil ao examinar índices de mortalidade, acesso à edu-

cação e moradia, e condições de trabalho que demonstram o impacto do racismo sistêmico na demografia da população brasileira (RAMOS, 2019). Seu trabalho identificou um “esforço discursivo (...) para o apagamento do elemento negro da população brasileira para branquear o país”, a saber, a classificação dos “filhos de uniões inter-raciais” como brancos (ibid.). Segundo ele, temendo que a associação de mestiços com negros tornasse o contingente branco uma minoria, as autoridades brasileiras, no início do século XX, optaram por associá-los à branquitude, ocultando sempre que possível o significado da presença e influência africana no país (RAMOS, 2019).

Após o fim da escravidão, em 1888, muitos negros e negras brasileiros, despojados e abandonados ao próprio destino, passaram a ser vistos pelas elites do país como um problema a ser enfrentado, ou, como diz Nascimento, uma “mancha negra” (NASCIMENTO, 1978). O ‘branqueamento’ foi a solução que eles encontraram para o dito problema. Essa estratégia atingiu todos os aspectos da sociedade e da cultura brasileira – incluindo a migração, a educação, a religião e os censos demográficos. Seu objetivo final era limitar o florescimento dos negros brasileiros e, se possível, apagar sua presença por completo no decorrer de algumas gerações.

Abdias do Nascimento desmascarou o mito da democracia racial que, em contraste com a realidade do branqueamento, retratava a sociedade brasileira como acolhedora e afirmadora da diferença racial. Tal mito foi construído com a ajuda de intelectuais como o sociólogo Gilberto Freyre, que desenvolveu uma teoria da miscigenação que idealizava o encontro entre povos europeus, africanos e indígenas e a miscigenação das três raças no contexto brasileiro, negligenciando o impacto da violência inerente à colonização. A teoria de Freyre não tomou o genocídio indígena ou a escravidão africana em consideração, nem explorou suas consequências. O mito da democracia racial acabou por criar uma aura de harmonia racial que, por contraste, mascarou a realidade sistêmica da supremacia branca e seu impacto mortal e duradouro.

## A contribuição da religião para o genocídio cultural

Atualmente, tanto profissionais de saúde quanto movimentos sociais têm usado o termo genocídio em referência à resposta do governo Bolsonaro à pandemia da COVID-19 (PY, 2020). Por causa de seu autoritarismo, sua indiferença ao sofrimento dos mais vulneráveis, seu estilo desrespeito e debochado para com as minorias, além de sua declarada defesa da tortura e *lobby* da indústria de armas e da violência, Bolsonaro tem sido visto dentro e fora do Brasil como uma ameaça ao bem-estar de importantes setores da população brasileira. No que se segue, procuramos demonstrar que, para além de palavras, as ações e políticas do governo Bolsonaro reforçam o racismo estrutural que é a base do genocídio brasileiro.

Como já demonstramos anteriormente, as políticas do governo Bolsonaro e sua ati-

tude de descaso para com a pandemia têm contribuído para a multiplicação das mortes, muitas evitáveis, relacionadas à COVID-19, as quais afetam desproporcionalmente negros e indígenas brasileiros. Além de serem os que mais morrem, os negros e negras brasileiras também são a maioria daqueles que perderam o emprego e tem enfrentado a fome durante a pandemia.

Negras e negros brasileiros sempre sofreram discriminação e violência em diversos níveis, começando com a situação de expropriação econômica e outras cicatrizes sociais remanescentes da longa sombra da escravidão. Contrastando tal experiência com a doutrina racial norte-americana, Graziella Silva e Marcelo Paixão afirmam que a doutrina racial brasileira deve ser descrita como mista e desigual (SILVA & PAIXÃO, 2014). Essa desigualdade é especialmente perceptível nas drásticas disparidades socioeconômicas entre as populações negra e branca no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019). A linha de pobreza no Brasil é em grande parte uma linha racial. Os brasileiros negros e pardos constituem a maior parte dos pobres, aqueles que mais sofrem as consequências da violência estrutural.

De acordo com o IBGE, por exemplo, os brasileiros negros e pardos constituem a maioria da classe trabalhadora do país. Em 2018, esse contingente correspondia a 57,7 milhões de pessoas, 25,2% a mais que o número de brasileiros brancos na força de trabalho. Paralelamente, brasileiros negros e pardos estão substancialmente mais representados entre os desempregados e no “setor informal”, ou seja, entre aqueles em condições precárias de trabalho. Além do mais, eles constituem dois terços de todos os desempregados. Confirmando a centralidade do critério racial na disparidade socioeconômica, o relatório mostra que “a desvantagem relativa desse grupo populacional permanece mesmo quando se considera o corte por nível de escolaridade” (IBGE, 2019).

Sendo a maior vítima de mortalidade infantil e alvo mais comum da brutalidade policial e judicial, com níveis que atingem 62% de toda a população encarcerada em todo o país, o impacto do racismo estrutural na vida de negros e negras brasileiras é devastador. Por isso, Abdias do Nascimento buscou reverter as regras de categorização racial, impostas pela ideologia do branqueamento. Ele não estava interessado em proteger nenhuma trincheira em particular. Seu objetivo principal era dismantelar a ordem racializada e repensar a sociedade brasileira a partir de uma outra lógica. Daí a importância de reivindicar todos os não-brancos, inclusive mestiços e indígenas como constituintes de uma maioria negra que forma a sociedade brasileira de fato. Conforme visto anteriormente, até então, a demografia racial era usada para obscurecer a negritude e perpetrar o genocídio dos negros brasileiros, tornando-os uma minoria racial. Nascimento inverteu a situação, reivindicando a negritude dos que estavam sendo embranquecidos.

Indo ainda mais adiante nessa análise, ele abordou outra face do racismo estrutural: a assimilação cultural, consciente de que o processo de branqueamento não ocorre apenas

por meio da miscigenação racial ou da manipulação da ciência e da demografia. O genocídio sistêmico das populações negra e indígena no Brasil tem sido efetuado também por meio de mecanismos de branqueamento cultural que reforçam a noção assimilacionista de superioridade branca. Parte desse processo ocorre por meio da educação. Por isso Nascimento criticava a exclusão dos negros brasileiros do que ele chamou de “universalidade da universidade”.

Um terceiro nível em que os mecanismos de assimilação cultural e racial operam é o campo religioso. A preservação da espiritualidade africana, portanto, é um elemento crucial para a resiliência e resistência de povos africanos e afrodescendentes nas Américas, considerando que a violência perpetrada contra eles começou com o ato batismo cristão ocorrido tanto nos portos da África quanto nas colônias, quanto após a chegada destes ao continente americano. O cristianismo, desde então, passou a desempenhar um papel crucial nos esforços para suprimir as religiões de matriz africana. A evangelização de africanos e africanas escravizados, seja por coerção ou por meios de persuasão, foi, em si, um ato violento. Mesmo a ideia de um catolicismo mais plástico, que teria facilitado o processo de sincretismo, é resistida por Nascimento, já que a evangelização católica visou igualmente suprimir a herança espiritual africana, que persistiu apenas devido à resiliência dos oprimidos, não dos opressores. As práticas religiosas afro-brasileiras foram frequentemente suprimidas pela Igreja, tendo sido, inclusive, investigadas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

O que incomodava Nascimento não era o sincretismo em si, mas a falsa noção de um sincretismo promovido pela Igreja. Para ele, o verdadeiro sincretismo só pode acontecer quando há pleno reconhecimento e respeito das religiões envolvidas. Foi o que aconteceu, por exemplo, entre as diversas tradições de matriz africana e entre essas e tradições espirituais indígenas. Em ambos os casos, os elementos de ambas as tradições foram reconhecidos e preservados. E se há casos importantes nos quais religiões de origem africana sincronizaram-se com elementos europeus, estes se deram por meio de iniciativas populares, com a preservação tanto dos elementos europeus como os distintamente africanos e indígenas. A mera incorporação de elementos africanos pelo catolicismo brasileiro, porém, não merece, segundo Nascimento, ser chamada de sincretismo. Ela seria nada mais que a apropriação indébita da cultura africana.

Nascimento não menciona o cristianismo protestante em seu livro. Mas a atitude deste em relação às práticas religiosas afro-brasileiras não é menos problemática do que a da Igreja Católica. A maioria das igrejas protestantes fundadas no Brasil a partir do século XIX se originou da imigração europeia e de esforços missionários norte-americanos. Em grande parte, os missionários que fundaram essas igrejas de missão vieram de estados do sul dos Estados Unidos que lutaram para manter a escravidão e que desenvolveram posteriormente um dos mais cruéis sistemas de segregação racial do mundo. As instituições eclesiásticas que estas missões fundaram no Brasil reproduziram a noção distorcida e racializada de que as religiões afro-brasileiras representavam superstições de uma cultura considerada inferior.

Muitos dos imigrantes norte-americanos que vieram para o Brasil depois da Guerra Civil, cujas colônias se tornaram o alicerce de subsequentes missões protestantes norte-americanas, eram confederados. Nos Estados Unidos, eles não apenas pegaram em armas para defenderem seu ideal de uma sociedade supremacista branca, mas forneceram também a base teológico-doutrinária para justificar a escravidão, incluindo uma leitura peculiar da chamada maldição de Ham no livro de Gênesis, de onde a ideia perversa de que a negritude era o resultado de uma maldição se derivou. Milhares destes viram no Brasil “a terra prometida onde os confederados derrotados na Guerra Civil poderiam reconstruir suas vidas, suas casas e suas propriedades incluindo trabalho escravo” (SILVA, 2011).

A discriminação cristã contra as práticas e tradições religiosas afro-brasileiras foi aparelhada no Estado. Embora a república brasileira formada em 1889 afirmasse a separação entre Igreja e Estado, o primeiro Código Penal da República, aprovado um ano depois, criminalizou práticas associadas às religiões afro-brasileiras. O direito afro-brasileiro a liberdade de culto só obteve proteção constitucional em 1988.

Tal proteção, entretanto, não tem impedido a manifestação recorrente da intolerância e do preconceito contra as religiões afro-brasileiras, nem tampouco a vandalização de seus monumentos e locais de culto. Em 15 de julho de 2020, por exemplo, o busto de Mãe Gilda de Ogum, uma respeitada Ialorixá na Bahia, foi vandalizado, na cidade de Salvador. O homem que atacou o monumento disse que Deus lhe ordenou que o fizesse. Este não foi o primeiro ato de vandalismo contra aquele monumento, erguido, entre outras coisas, como um memorial pela liberdade religiosa.

Mãe Gilda tornou-se um símbolo da luta contra a intolerância religiosa no Brasil após ser vítima de atos de intolerância religiosa perpetrados por cristãos pentecostais. Em 2007, o presidente Lula sancionou 21 de janeiro, dia de sua morte, como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Seu caso é representativo de milhares de outras histórias de intolerância religiosa que praticantes de religiões de matriz africana continuam sofrendo nas mãos de cristãos – muitos dos quais evangélicos. Um relatório elaborado por várias organizações na cidade do Rio de Janeiro descreve 697 casos de violação de direitos religiosos, a maioria dos quais contra membros de religiões afro-brasileiras, registrados pela polícia entre 2011 e 2015 (DOS SANTOS et al., 2017).

## **Bolsonaro, COVID-19 e a Intensificação do Sofrimento Negro e Indígena**

Embora o genocídio de negros e indígenas brasileiros não seja algo novo, as atuais condições econômicas, políticas e sanitárias do Brasil têm intensificado seu sofrimento, juntamente com outras comunidades oprimidas – particularmente mulheres de cor e pessoas

LGBTQIA+. Embora Bolsonaro não tenha dado origem ao estado racializado da sociedade brasileira, ele é, sem dúvida, uma de suas encarnações mais claras no Brasil contemporâneo. Além de sua retórica inflamatória, ele legitima a supremacia branca e a discriminação racial por meio das políticas de seu governo. Após ter sido forçado a se aposentar do exército em 1986, Bolsonaro atuou na Câmara dos Deputados entre 1991 e 2018, trocando de partido várias vezes nesse período. Sua longa permanência no Congresso brasileiro não é lembrada por nenhuma contribuição específica que ele tenha promovido. Ele é conhecido basicamente por uma retórica repleta de ataques racistas, LGBTQIA+-fóbicos e misóginos contra seus oponentes, junto com sua ultrajante defesa da tortura e dos torturadores.

Com sua ascensão à presidência, as palavras de Bolsonaro, porém, têm sido acompanhadas por atos e políticas que são igualmente ou mais perigosas. Esse é o caso, por exemplo, de sua decisão de expandir a “excludente de ilicitude, um artigo da lei brasileira que permite a impunidade para alguns atos geralmente considerados ilegais” (JENNER, 2020). Ao ampliar o alcance deste texto, Bolsonaro aumentou a impunidade de uma força policial já bastante violenta. Não é de se surpreender, portanto, que os assassinatos cometidos, principalmente de jovens negros, pela polícia tenham aumentado significativamente desde que ele assumiu o poder.

Da mesma forma, durante sua campanha eleitoral, Bolsonaro prometeu armar a população brasileira. Desde que se tornou presidente, por meio do uso de ordens executivas, ele relaxou as leis que restringiam a posse de armas, tornando mais difícil rastreá-las e suas munições. Esse aumento significativo na venda de armas continua ocorrendo durante a crise de saúde pública sem precedentes causada pela pandemia de COVID-19. Ataques armados contra terras indígenas na floresta amazônica e nos pântanos do centro-oeste igualmente aumentaram desde que Bolsonaro assumiu o cargo e continuam ocorrendo durante a pandemia. Como afirma a ativista indígena brasileira Sonia B. Guajajara:

A pandemia se soma a outros problemas históricos, que já enfrentamos, como desmatamento, incêndios, violência, conflitos internos e a própria situação política brasileira que, no momento, não contribui para a proteção de direitos. Ao contrário, estamos em um momento de um governo muito tirano, que retira direitos, incita a violência, alimenta uma campanha de ódio, e tudo isso já estava muito latente. A pandemia se soma a tudo isso. E não podemos ter tempo ou direito de lutar e controlar o coronavírus, porque também nos dedicamos a todas essas outras situações (GUAJAJARA, 2020).

O ano de 2020 viu mais incêndios florestais em áreas de reserva do que anos anteriores. Segundo dados do Greenpeace, em julho de 2020, “os alertas de ‘hot spot’ nessas áreas aumentaram 76,72% em relação ao mesmo mês de 2019”. Além disso, “na região que concentra mais de 98% das Terras Indígenas do país, o número desses episódios passou de 305

para 539” (ROCHA, 2020). Como observou Dom Roque Pasloschi, arcebispo de Porto Velho, a quarentena não tem o mesmo impacto sobre quem pratica ações ilegais na Amazônia: “Ao contrário, eles aproveitam a falta de fiscalização e de gestão político-administrativa no país para continuar com as ações ilícitas em terras indígenas” (SANTOS, 2020). O fato de povos indígenas e afro-brasileiros serem obrigados a lidar diariamente com problemas como a violência sistêmica e de ter havido uma intensificação desses problemas durante a pandemia, necessariamente coloca esses setores da população brasileira em grande desvantagem para lidar com o impacto direto do próprio vírus. Portanto, o impacto do vírus sobre essas comunidades se torna ainda mais devastador.

À medida que os dados sobre o número de infecções, hospitalizações e mortes começaram a ficar disponíveis nos primeiros meses da pandemia, se tornou cada vez mais claro que o vírus estava afetando brasileiros negros e pardos de maneiras particularmente prejudiciais. Em São Paulo, a maior cidade do Brasil, os bairros com maiores proporções de pessoas identificadas como pretas e pardas acumulam o maior número de óbitos pela COVID-19. Em correlação semelhante, bairros com mais favelas tendem a ter mais casos e mortes (TAJRA, 2020).

Este relatório combina as informações dos dados recentes da COVID-19 fornecidos pela prefeitura de São Paulo com o “Mapa da Desigualdade” produzido pela Rede Nossa São Paulo em 2019. O Mapa da Desigualdade faz uma correlação clara entre raça e baixa renda. Portanto, a correlação entre a “preferência” da COVID-19 por vidas negras e pardas reforça o impacto da desigualdade social e econômica na saúde pública. Essa é uma das instâncias em que o vírus revela e intensifica as estruturas racializadas de injustiça já existentes. Populações cujos “pescoços” já estavam sob o domínio institucional do racismo e do empobrecimento forçado correm um risco muito maior de morrer durante a pandemia, tendo ainda menos recursos para lidar com ela. Um estudo recente do IBGE mostrou que as mulheres negras são o grupo mais vulnerável à pandemia. Mulheres e a população negra são os mais afetados e o maior número de vítimas fatais da COVID-19 (SOARES, 2020).

De acordo com o sociólogo português Boaventura Sousa Santos, esses grupos incluem mulheres que também têm tido que lidar com o aumento da violência doméstica durante a pandemia; trabalhadores informais, que mesmo antes da pandemia trabalhavam em condições muito precárias e que viram novos ataques aos seus direitos durante a pandemia; trabalhadores de rua, também do setor informal; moradores de rua; as pessoas que vivem em favelas, muitas das quais já vivenciando uma quarentena permanente do seu direito à cidade, sendo frequentemente contidas pela força da polícia; refugiados e deslocados internos (particularmente aqueles que vivem em campos de refugiados); pessoas com deficiência; e os idosos. Ele deixa, entretanto, de nomear a vulnerabilidade particular dos povos indígenas e de sublinhar que muitas das pessoas que vivem no que Franz Fanon (1967) chama de “a linha do humano” são pessoas de cor (SOUSA SANTOS, 2020).

## Respostas Religiosas à Crise

A religião tem sido um componente central nas crises econômica e de saúde que o Brasil vem enfrentando, e nas diversas respostas oferecidas à pandemia. Como expliquei na seção anterior, uma das múltiplas faces do racismo estrutural é a sua face religiosa. A rejeição das religiões afro-brasileiras e indígenas como “supersticiosas” ou como causa do atraso econômico, bem como a sua demonização, são expressões de racismo religioso. A esfera religiosa do racismo muitas vezes se manifesta na forma de intolerância, violações de direitos e até mesmo violência física. Atos de intolerância religiosa continuam ocorrendo no Brasil durante a pandemia. Em alguns casos, certos cristãos têm usado a pandemia até mesmo para disseminar o que acreditam ser uma guerra espiritual.

No início da pandemia, por exemplo, Edir Macedo, líder maior da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), inicialmente negou a veracidade da mesma, atribuindo-a a Satanás e recusando-se a suspender os cultos. Naquela época, ele chamou a ameaça do coronavírus de “fé corona”. Em suas palavras, “quem tem fé em Deus está protegido” (MACIEL et al. 2020). Em junho de 2020, porém, ele contraiu COVID-19 e foi hospitalizado. Doente, ele tentou esconder a informação sobre sua hospitalização, usando um nome diferente no hospital, mas a mídia descobriu. Ao sair do hospital, disse que usou hidroxicloroquina no tratamento e que o remédio o curara. Da mesma forma, Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e conselheiro religioso de Bolsonaro, também minimizou a gravidade da pandemia e fez *lobby* para manter sua igreja aberta durante a mesma (RUBIN & NDYAIE, 2020; PY, 2020). Junto com outros líderes evangélicos, Malafaia coadunou com o apelo de Bolsonaro para um dia nacional de jejum em 5 de abril do ano passado, um desprezível espetáculo público que incluiu dezenas de milhares de crentes ajoelhados nas ruas para lutar contra “a praga”. A convocação nacional foi dirigida ao “exército de Deus”, como um chamado para a batalha. A instância de negação subjacente a esta campanha de jejum caiu como uma luva nas mãos de Bolsonaro, um político populista que tem agido consistentemente – com a ajuda de seu governo e apoiadores – para espalhar informações enganosas e perigosas sobre a COVID-19.

Alguns desses líderes religiosos operam redes de desinformação utilizando redes sociais. Entre outras coisas, eles elevaram Bolsonaro a uma estatura messiânica, descrevendo-o como escolhido por Deus para liderar o Brasil e proteger a fé cristã. Para muitos membros de suas igrejas, qualquer informação da grande mídia, ou mesmo aquelas compartilhadas por governadores estaduais e prefeitos, que contradigam o presidente são percebidas como um ataque pessoal contra ele e rapidamente descartadas (MARTON, 2020). Esse tipo de apoio, quase que incondicional a Bolsonaro, é encontrado não apenas entre pentecostais, mas também entre outros evangélicos, incluindo batistas e presbiterianos. Como nos lembra Fabio Py (2020), Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, é pastora da Igreja Batista da Lagoinha. Benedito Guimarães Aguiar Neto,

nomeado Presidente da Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), é um pastor presbiteriano. Da mesma forma, o até pouco tempo ministro da Justiça, André Luís Mendonça, e o ministro da Educação, Milton Ribeiro, são pastores ligados à corrente calvinista mais conservadora do presbiterianismo brasileiro. Valsenir Braga, pastor batista, foi nomeado por Bolsonaro para o Conselho Nacional de Educação (CNE). Estes são apenas alguns dos muitos evangélicos envolvidos no que Py chama de “gerenciamento da morte” (PY, 2020). Tal apoio não é uma coincidência. Como Magali Cunha ressalta, Bolsonaro habilmente promove uma agenda que apela fortemente ao “imaginário evangélico conservador, que prioriza a proteção da família tradicional, a heteronormatividade e o controle do corpo das mulheres” (FACHIN, 2019). Segundo ela, Bolsonaro realiza os sonhos de muitos evangélicos que há anos aspiram ter alguém no cargo mais alto do país para defender sua agenda moral. Porém, tal agenda não é apenas evangélica ou pentecostal. Setores conservadores da Igreja Católica – Opus Dei e Arautos do Evangelho, em particular – também têm apoiado o presidente por razões semelhantes.

Essa relação entre Bolsonaro e sua base conservadora cristã não é unilateral e não pode ser reduzida à manipulação política por sua parte. Os apoiadores religiosos de Bolsonaro fazem escolhas com base em valores com os quais se identificam. Como Felipe dos Anjos e João Luiz Moura corretamente ressaltam, embora os atores religiosos possam ter mudado, a estrutura cristã que sustenta as visões morais do Estado brasileiro permaneceu quase intacta.

A base evangélica de apoio ao bolsonarismo e os investimentos de Bolsonaro nesta base não podem ser explicados simplesmente pela [ideia de] capitalização eleitoral ou pelo argumento ideológico de um populismo de baixo clero. Ao contrário, entre eles há um projeto teológico-político comum ou recíproco, que compartilha as mesmas visões catastróficas de mundo e a mesma lógica paranoica e repressiva de vida, corporeidades, desejos, expressões políticas e diversidade cultural da população brasileira. O estado brasileiro sempre foi cristão. Não se tornou evangélico e bolsonarista por coincidência ou acidente (DOS ANJOS & MOURA, 2020).

Embora Bolsonaro desfrute de amplo apoio entre sua base cristã conservadora, vale ressaltar que nem todos os cristãos apoiam suas políticas. O Conselho Nacional de Igrejas (CONIC), composto pela Aliança dos Batistas do Brasil, Igreja Católica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Presbiteriana Unida, por exemplo, tem sido uma voz profética consistente resistindo e denunciando a política de morte desenvolvida durante a pandemia. Em 8 de agosto de 2020, quando o Brasil atingiu os inacreditáveis 100.000 mortes causadas pela pandemia, o CONIC, juntamente com vários outros organismos ecumênicos como Religiões pela Paz, Paz e Esperança Brasil e o Instituto de Estudos da Religião (ISER), publicou uma carta aberta e realizou um ato público pelo *Facebook* para lamentar as vítimas da COVID-19 e oferecer orações, conforto e esperança às milhares de famílias que perderam entes queridos e que estão

enfrentando o resultado econômico da crise de saúde. Várias organizações ecumênicas têm trabalhado incessantemente para educar a população, denunciar desinformações e notícias falsas e protestar contra os abusos de poder e as violações dos direitos humanos contra os mais vulneráveis. Entre outras coisas, elas frequentemente denunciam a demonização das religiões afro-brasileiras, incluindo invasões e depredação de símbolos ritualísticos e lugares de culto e celebrações das religiões de matriz afro-brasileiras, assim como “A retórica que fomenta o preconceito e a discriminação” (SANTOS, 2020).

Da mesma forma, em 30 de julho, 152 bispos católicos publicaram uma crítica contundente à letargia do governo diante da grave crise que o país enfrenta, por meio da “Carta ao Povo de Deus”, que, “em defesa dos pequeninos, da justiça e da paz” avançou “propostas e pactos objetivos com vista a superar os grandes desafios, em favor da vida, especialmente dos segmentos mais vulneráveis e excluídos, desta sociedade estruturalmente desigual, injusta e violenta”.

O Brasil tem uma história significativa de décadas de ação ecumênica em solidariedade com os mais oprimidos. Tal história continua se aprofundando durante a pandemia. Trezentos e oitenta destes líderes protocolaram um pedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro por violação da Constituição, descrevendo o desprezo do atual governo pela proteção da saúde da população como uma conduta criminoso. Da mesma forma, um grupo significativo de lideranças organizou um seminário internacional sobre a “tragédia brasileira” no início de maio de 2021, com o fim de chamar a atenção do mundo para os perigos desta crise, que ultrapassam as fronteiras do Brasil.

Organizações como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), vinculado à CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), que há décadas se solidariza com os povos indígenas, vem se juntando a organizações indígenas para educar suas comunidades sobre a pandemia da COVID-19, alertando vizinhos não indígenas sobre comportamentos que podem contribuir para trazer a doença para as terras indígenas e denunciando invasões e incêndios ocorridos na floresta amazônica durante a pandemia. Entre outras coisas, eles têm ressaltado que “vírus e doenças desse tipo causaram o genocídio de povos inteiros e contribuíram, como parte de uma história de contatos forçados, guerras e extermínios, para reduzir a população indígena no Brasil ao longo dos séculos” (CIMI, 2020). Vários outros organismos ecumênicos e denominacionais têm também desempenhado papéis importantes, assumindo iniciativas de advocacia, bem como iniciativas educacionais e financeiras em apoio a comunidades vulneráveis em todo o Brasil.

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tem se empenhado em ajudar as vítimas do colapso dos sistemas de saúde em vários países latino-americanos durante a pandemia (LIMA, 2020). Apesar de seu declínio numérico nas últimas três décadas, as CEBs mantêm uma rede bem estruturada que tem se mostrado importante durante a pandemia. Como afirma o teólogo Leonardo Boff, em seus esforços para combater o novo coronavírus e proteger os

pobres, as CEBs são “muito bem-organizadas e podem fazer contatos, fornecer informações e alertar a população sobre medidas cautelares”. Em países como o México, “a rede de CEBs tem funcionado como um sistema confiável de ajuda mútua, organizando a distribuição de alimentos e facilitando o acesso à assistência vinda do Estado” (ibid.).

Da mesma forma, igrejas de diferentes denominações mudaram seus cultos para plataformas *online* e, no processo, encontraram novas maneiras de oferecer apoio pastoral às suas comunidades. Algumas delas se juntaram a fóruns locais inter-religiosos para responder às necessidades mais críticas da comunidade. A colaboração inter-religiosa também funciona como uma contrapartida aos repetidos ataques contra as religiões afro-brasileiras, que mencionei anteriormente.

Além de formar redes de colaboração com outras igrejas, comunidades religiosas e organizações da sociedade civil, algumas congregações estão fornecendo respostas locais à calamidade que suas comunidades enfrentam durante a pandemia. Entre outras coisas, elas tem prestado assistência básica a membros da igreja que estão desempregados ou foram economicamente afetados pela pandemia, tem oferecido orientações para que as pessoas necessitadas se candidatassem à ajuda pública, têm lutado pelo auxílio básico que foi reduzido pelo governo, tem desenvolvido projetos sociais que promovem acesso a saneamento adequado e comida, e têm compartilhado informações confiáveis, enquanto buscam dissipar a desinformação, oferecendo ainda apoio pastoral virtual para jovens, mulheres e membros idosos, e fornecendo cuidados de saúde mental e física em parceria com outros profissionais.

O mesmo tipo de solidariedade de apoio está acontecendo na região amazônica entre os povos indígenas (SANTOS, 2020). A situação de vulnerabilidade alimentar e de saúde, agravada pela pandemia, tem sido um problema crônico para os povos indígenas da Amazônia, exigindo uma mudança radical de mentalidade, tanto por parte do Estado como da igreja. Bispos e padres católicos da Amazônia brasileira, assistidos por religiosos de diferentes ordens e assessores leigos, alarmados com a alta vulnerabilidade das comunidades indígenas e afro-brasileiras na região, têm exigido que as medidas necessárias sejam tomadas para proteger essas comunidades, incluindo o isolamento adequado das mesmas e o fortalecimento de medidas de fiscalização “contra o desmatamento e a mineração”.

Estes bispos amazônicos entendem que tal clamor para “acabar com as atividades predatórias e, ao mesmo tempo, investir esforços em alternativas à fracassada proposta de progresso e desenvolvimento que destroem a Amazônia e ameaçam a vida de seus povos” só pode acontecer por meio de um cuidadoso processo de escuta dos povos amazônicos, em particular, e de maneira mais geral, “do grito dos pobres e da Terra” (Comissão Episcopal para a Amazônia, 2020).

Em outubro de 2019, a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica se reuniu para avaliar a relação entre a Igreja e os povos amazônicos e apelar para um novo caminho de evangelização na região, um caminho que seja marcado por

uma “conversão integral” que faz da escuta do grito dos pobres e do grito da terra o ponto de partida de um novo caminho pastoral (SÍNODO AMAZÔNICO, 2020). Descrevendo tal conversão pastoral como Samaritana, os bispos afirmaram a necessidade de priorizar o encontro, especialmente, com “os povos indígenas, os pobres, os excluídos da sociedade e os diferentes”.

O Papa Francisco respondeu ao sínodo por meio da Exortação Apostólica *Querida Amazônia* (2020). Tanto o sínodo quanto a resposta do Papa Francisco reconhecem as raízes coloniais da devastação do sistema ambiental amazônico e de seus povos, clamando por uma mudança radical de atitude e por uma verdadeira abertura ao diálogo inter-religioso e intercultural, que reconheça plenamente todos os sujeitos, especialmente os povos indígenas, os ribeirinhos, os camponeses e os negros. O Papa Francisco também nos lembra que a colonização não acabou. Apesar de estar disfarçada e escondida em muitos lugares, seu desprezo pela vida dos pobres e pela fragilidade do meio ambiente persiste (FRANCIS, 2020).

Em resposta à persistência do pecado estrutural da colonialidade, o sínodo clama por uma conversão cultural que também tenha dimensões sociais e ecológicas. O aspecto social dessa conversão implica que se deva dar prioridade aos direitos dos povos indígenas e de outros povos da Amazônia, inclusive os migrantes e deslocados. A Igreja é chamada a ser “uma aliada dos povos amazônicos na denúncia de ataques à vida das comunidades indígenas” (SÍNODO AMAZÔNICO, 2020). O Papa Francisco usa a expressão “diálogo social” para se referir a um tipo de relação que não só favorece “a opção preferencial pelos pobres, marginalizados e excluídos”, como afirma Puebla (1979), “mas também os respeita como tendo um papel de liderança a ser desempenhada” (FRANCIS, 2020).

A referida conversão cultural exige também o pleno reconhecimento da biodiversidade amazônica. Tal reconhecimento admite que o sistema amazônico e seus povos possuem uma forma de pensar e de sentir que inclui uma “visão da realidade” integrada e interconectada. Esta cultura é parte de uma simbiose que constitui o ambiente mais amplo e por isso faz-se necessária também uma conversão ecológica. Em um amplo apelo à conversão radical, tanto o sínodo quanto o Papa Francisco propõem uma nova relação com os povos amazônicos, que restaura a importância da sabedoria ancestral. Estes documentos e as iniciativas que os geraram apontam para possíveis roteiros para uma relação renovada entre o cristianismo e os povos e culturas da Amazônia, que contrasta com o genocídio cultural para o qual o cristianismo tem contribuído, reconhecendo os saberes ancestrais indígenas como cruciais para a aspiração de um futuro comum.

A pandemia tem exposto a gravidade da crise ambiental em que nos encontramos, e os limites não só do capitalismo como modelo social (SOUSA SANTOS, 2020), mas também da estrutura moderna-colonial que Anibal Quijano (2007) chamou de matriz colonial de poder. O cristianismo tem sido historicamente um componente chave dessa matriz. Ao expor as injustiças sistêmicas em curso, a situação de pandemia desafia os limites do atual modelo civilizacional global e nos obriga a buscar caminhos alternativos.

O Sínodo da Amazônia afirmou a visão de uma Igreja disposta a ouvir indígenas e negros brasileiros. No entanto, assim como Abdias do Nascimento creditou aos negros e indígenas brasileiros, e não à Igreja, a preservação da cultura e religião de matriz africana através da religião popular, pode-se dizer também que o Sínodo da Amazônia resultou do clamor dos povos amazônicos. As palavras constituintes desses documentos são reveladoras de um caminho possível. O Sínodo teve a participação de não católicos, incluindo observadores pentecostais. O fato de ser este o sínodo católico com maior participação popular na história da Igreja (cerca de 80 mil pessoas participaram de diversas assembleias, fóruns e encontros que elaboraram o pré- documento sinodal com a ajuda de ONGs, líderes de outras religiões e cientistas) aponta para uma possível parceria e colaboração genuína na construção de novos futuros (RAMALHO, 2019). Cerca de 179 dos 390 povos da Pan-Amazônia participaram de tais encontros.

Embora a pandemia tenha exposto e ampliado as injustiças estruturais, incluindo o impacto do racismo e do genocídio contínuo dos povos indígenas e afrodescendentes, algumas iniciativas entre comunidades de fé, como as listadas acima, apontam para os papéis contrastantes que a religião, em geral, e o cristianismo, em particular, podem ter na região. Tais sinais de esperança são reforçados pela abordagem intercultural tanto do Sínodo da Amazônia quanto da exortação *Querida Amazônia* do Papa Francisco. Resultantes de um processo participativo, do qual vozes indígenas e de outros povos da Amazônia foram constitutivas, esses documentos oferecem uma linguagem que pode se revelar um importante roteiro para uma virada epistemológica por meio da qual a sabedoria ancestral dos povos da Amazônia possa contribuir em situação de paridade com a sabedoria e ensinamentos de outras tradições religiosas e culturais, inclusive as diversas tradições cristãs.

## Referências

AEPPA - Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas. **A Política de Genocídio Contra os Índios do Brasil**, 1975. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/source%3A23/Tribunal Russell II 1974-1975 A Política de Genocidio.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/source%3A23/Tribunal%20Russell%20II%201974-1975%20A%20Politica%20de%20Genocidio.pdf). Acesso em: nov. 2020.

ALMEIDA, SL. **O Que é Racismo Estrutural**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

SÍNODO AMAZONICO. **The Amazon: New Paths for the Church and for an Integral Ecology** –final document of the Synod of the Amazon, 2020. Disponível em: <http://www.synod.va/content/sinodoamazonico/en/documents/final-document-of-the-amazon-synod.html>. Acesso em: ago. 2020.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário, **A Pandemia do Novo coronavírus e os Povos Indígenas**, 2020. <https://cimi.org.br/pandemiaeospovos/>. Acesso em: ago. 2020.

Comissão Episcopal para a Amazônia, **Nota dos Bispos da Amazônia Brasileira sobre a Situação dos Povos e da Floresta em Tempos de Pandemia da COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/05/em-nota-bispos-da-amazonia-brasileira-exigem-medidas-urgentes-dos-governos-para-combater-a-covid-19-na-regiao/>. Acesso em: ago. 2020.

COOK, G. Introduction: brief history of the Maya peoples. In: Cook G (ed) **Crosscurrents in Indigenous Spirituality: Interface of Maya, Catholic and Protestant Worldviews**. Brill, Leiden, 1997.

Documento de Puebla, **III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano**. 2020. Disponível em: [https://www.celam.org/documentos/Documento\\_Conclusivo\\_Puebla.pdf](https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Puebla.pdf). Acesso em: nov. 2020.

DOS ANJOS, F; MOURA, JL, **Contágio Infernal: o apocalipse bolsonarista-evangélico**. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

DOS SANTOS, I et al, **Religious intolerance in Brazil: report and account** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Kline Editora, 2017.

DUSSEL, E. **A history of the church in Latin America: colonialism to liberation, 1492–1979**. Grand Rapids, Mich.: William B. Eerdmans, 1971.

FACHIN, P. **Bolsonaro é o presidente que adere, sobe no altar e dá vazão a pautas de evangélicos**. Entrevista especial com Magali Cunha. Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592752-bolsonaro-e-o-presidente-que-adere-sobe-no-altar-e-da-vazao-a-pautas-de-evangelicos-entrevista-especial-com-magali-cunha>. Acesso em: 2020.

FANON, F. **Black skin, white masks**. Nova York: Grove Press, 1967.

FERNANDES, F. Prefácio. In: NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Pro-**

**cesso de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FERNANDEZ-ARMESTO, F. **Our America: a Hispanic history of the United States.** Nova York: W.W. Norton & Company, 1994.

FRANCIS, Post-Synodal Apostolic Exhortation of the Holy Father Francis, **Querida Amazonia**, 2020. Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2020/02/12/200212c.html#>. Acesso em: ago. 2020.

FREYRE, G. **The masters and the slaves.** Nova York: Knopf, 1946.

GARCIA, R. Under Brazil's new Government, Islamophobia continues to rise, **Sojourners**. 2019. Disponível em: <https://sojo.net/articles/under-brazils-new-government-islamophobia-continues-rise>. Acesso em: ago. 2020.

GROSFOGUEL, R. What is racism? **J World-Syst Res**, 22 (1), 2016, p. 9–15.

GUAJAJARA, S.B. Diálogos pela Democracia - Episódio 3: Sonia Guajajara, **The US Network for Democracy in Brazil**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCdvpoBws7N8F7lIV65JC9kg>. Acesso em: ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, 2020. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: jul. 2020.

JENNER, F. Why Bolsonaro's comments matter, **Latin American Reports Available**. 2020. Disponível em: <https://latinamericareports.com/what-bolsonaro-says-matters/2906/>. Acesso em: jul. 2020.

LIMA, Eduardo C. As COVID-19 crisis grows, Latin America's basic ecclesial communities step up to help. **America: The Jesuit Review**. 2020. Disponível em: <https://www.americamagazine.org/politics-society/2020/05/04/covid-19-crisis-grows-latin-americas-basic-ecclesial-communities-step>. Acesso em: 7 nov. 2020.

MACIEL, A et al. Megaigrejas continuam abertas e dizem que fé cura coronavírus. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/megaigrejas-continuam-abertas-e-dizem-que-fe-cura-coronavirus/>. Acesso em: out. 2020.

MARTON, F. 'É a vontade de Deus': como minha família de evangélicos teme o vírus, mas apoia Bolsonaro, **The Intercept Brasil**. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/10/crente-evangelicos-pentecostais-fatalismo>. Acesso em: ago. 2020.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PY, F. **Pandemia cristofacista.** São Paulo: Recriar, 2020.

QUERIDA, Amazonia. **Post-Synodal apostolic exhortation querida amazonia of the holy father Francis to the people of God and to all persons of good will**. 2020. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/francesco/en/apost\\_exhortations/documents/papafrancesco-esortazione-ap\\_20200202\\_querida-amazonia.pdf](http://www.vatican.va/content/francesco/en/apost_exhortations/documents/papafrancesco-esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.pdf). Acesso em: nov. 2020.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cult Stud**, 21(2-30), 2007, p. 168-178.

RAMALHO, E. Povos da floresta exigem respostas concretas da Igreja Católica para a Amazônia, **RFI Brazil**. 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20191007-sinodo-da-amazonia-padres-e-comunidades-indigenas-mostram-otimismo-com-mudancas-na-i>. Acesso em: ago. 2020.

RAMOS, P. C. Nascimento, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, **Conexão Política**, 8/1 (93-95), 2019.

REDE NOSSA SÃO PAULO, **Mapa da Desigualdade**. 2019. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>. Acesso em: ago. 2020.

RELIGIÓN DIGITAL. Cardenal Czerny: ‘El coronavirus es una lupa que revela las inmorales estructuras sociales presentes en el mundo, **Interview**. 2020. Disponível em: [https://www.religiondigital.org/solidaridad/Czerny-comillas-vaticano-solidaridad-refugiados-arrupe-papa-francisco-cardenal\\_0\\_2237476239.html?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=facebook](https://www.religiondigital.org/solidaridad/Czerny-comillas-vaticano-solidaridad-refugiados-arrupe-papa-francisco-cardenal_0_2237476239.html?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook). Acesso em: jul. 2020.

ROCHA, C. O Aumento dos Incêndios em Terras Indígenas Durante a Pandemia, **Nexo Jornal**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/04/O-aumento-dos-inc%C3%AAndios-em-terras-ind%C3%ADgenas-durante-a-pandemia>. Acesso em: ago. 2020.

RUBIN, JW, NDYAIE, V. The social cost of Bolsonaro’s denial, **NACLA Report**, 2020. Disponível em: <https://nacla.org/news/2020/05/22/social-cost-bolsonaro-covid>. Acesso em: ago. 2020.

SANTOS, JV. Garimpeiros, grileiros e madeireiros não fazem quarentena e avançam sobre a floresta e povos indígenas. Entrevista especial com Dom Roque Paloschi, **Instituto Humanitas Unisinos**. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/598636-garimpeiros-grileiros-e-madeireiros-nao-fazem-quarentena-e-avancam-sobre-a-floresta-e-povos-indigenas-entrevista-especial-com-dom-roque-paloschi>. Acesso em: ago. 2020.

SILVA, HF. **O Protestantismo e a Escravidão no Brasil**. São Paulo: Negritude Cristã, 2011.

SILVA, GM; PAIXÃO, M. Mixed and unequal: new perspectives on Brazilian ethnoracial relations. In: TELLES, E (ed) **Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

SOARES, J. Mulheres e negros são os mais afetados pela covid-19 no Brasil, **IBGE**. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/deutsche-welle/2020/07/24/mulhe->

[res-e-negros-sao-os-mais-afetados-pela-covid-19-no-brasil-aponta-ibge.htm?cmpid=co-piaecola](#). Acesso em: ago. 2020.

SOUSA SANTOS, B. A Cruel Pedagogia do Vírus. Ed. Almedina, Coimbra Dip A Ameaçadas de morte por quem se diz pró-vida, **Sul21**. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/09/ameacadas-de-morte-por-quem-se-diz-pro-vida/>. Acesso em: ago. 2020.

TAJRA, A. Bairros de SP com mais pretos e pardos têm mais mortes por COVID. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/24/bairros-com-mais-negros-concentram-maior-numero-de-mortes-pela-covid-19.htm>. Acesso em: jul. 2020.



# 05

## BOLSONARO E CRISTOFACISMO BRASILEIRO NA PÁSCOA DE 2020

Fábio Py



# CAPÍTULO 5

## BOLSONARO E CRISTOFACISMO BRASILEIRO NA PÁSCOA DE 2020

Fábio Py

Neste capítulo será discutido o uso arquitetado pelo presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e por seus “intelectuais” (GRAMSCI, 1982), da figura de messias com aproximações mais diretas da história narrativa de Jesus Cristo no período da Páscoa de 2020. A hipótese é que se desenvolveu essa versão “centralizadora da teologia política” (SCHIMDT, 1988) justamente no período da Páscoa de 2020, por conta de sua perda de apoio popular por sua postura de relativização da quarentena<sup>100</sup>.

Neste íterim, ocorreu a perda de satisfação de 7% em relação ao mês de maio de 2020 na avaliação do governo mediante, justamente, à forma com que ele se portava diante da pandemia do coronavírus, a COVID-19. Sua postura foi o oposto dos demais líderes nacionais (governadores e parlamentares) diante da expansão da doença, o que fica explícito no quadro da “XP Investimentos”.

Na busca de reverter a perda de popularidade, os “intelectuais” do governo produziram uma contraofensiva discursiva e imagética, colocando-o como “bom cristão”, nutrido de apelo messiânico, a fim de reajustar sua base social cristã conservadora e fundamentalista – que vinha esvaziando seu apoio político. Como resposta ao processo, Bolsonaro aumentou o tom de seu discurso cristão, pelas insatisfações que criou com suas falas de desprezo ao coronavírus, chamado até então de “gripezinha” ou de “refriadinho”<sup>101</sup>.

No contexto de privações das liberdades no Brasil causadas pela sindemia da COVID-19, desenvolveu-se no ramo político brasileiro ainda mais a associação de seu governo ao cristianismo, evocando uma espécie de “guerra dos deuses” (LOWY, 2000). Ao se munir do discurso cristão, Bolsonaro alimentou sua base social ao reforçar um ideário maniqueísta. Ele, ao promover essa “guerra dos deuses” (LOWY, 2000), assume-se presidente dos cristãos (BOLSONARO 2020a; BOLSONARO, 2020b) e opera uma simplificação dos conflitos políticos, que passaram a constituir-se em embates do “bem versus mal”. No arranjo de guerra dos deuses, o conflito ocorre entre os que representam o mal, na caricatura de “comunistas” ou “petistas”, e os “cidadãos de bem” (PY, 2020).

101 - Vide os dados sobre a perda de apoio popular de Bolsonaro nos primeiros dias da pandemia, disponíveis em:

101 - Como o próprio presidente se referiu no vídeo gravado à nação brasileira (BOLSONARO, 2020a).

Assim, no texto se destaca o mecanismo de seus intelectuais, ao apostarem na retomada de apoio popular, tal como já foram usados em julho de 2019, quando “relacionaram a imagem de Bolsonaro com a figura de Jesus Cristo, no meio de uma grave crise governamental” (PY, 2020, p. 34). Desse modo, relacionou-se a figura do messias, Jesus Cristo, com a trajetória de Bolsonaro, um método exercitado pelos grupos intelectuais do então presidente, tal como se escreveu no livro “*Pandemia cristofacista*” (PY, 2020). Contudo, na semana da Páscoa de 2020, tal recurso foi reutilizado com o pretexto da celebração religiosa da morte e ressurreição de Cristo. A alegoria da Páscoa cristã foi o pretexto da construção da *via crucis* bolsonarista, como servo sofredor que venceu a morte para a defesa da nação (BOLSONARO, 2020b).

A partir do trabalho de Carl Schmitt (1988), entende-se a força do apelo ao cristianismo como estratégia midiática na manutenção de seu governo autoritário. A operação política de utilização religiosa legitima mais ainda o autoritarismo no Brasil, chamado aqui de “cristofascismo brasileiro”. O cristofascismo brasileiro se constitui porque o bolsonarismo (ALMEIDA, 2019) fabrica um contínuo de “guerra dos deuses” como estratégia de moldar uma teologia do poder sustentada na memória do Cristo europeu colonizador.

Portanto, em plena Páscoa de 2020, no contexto da sindemia da COVID-19, o governo de Bolsonaro desenvolveu uma ofensiva redesenhando uma cristologia autoritária do poder fixada sobre a figura de mártir e do messias, comparando-o à memória de Jesus Cristo pascoal. Uma ação orquestrada já no início de abril, quando conclamou um jejum nacional para o Domingo de Ramos (dia 5 de abril de 2020), intensificou na semana de Páscoa, tendo o ápice no domingo de Páscoa (dia 12 de abril de 2020), justamente, no dia em que os cristãos celebram a ressurreição de Cristo e de sua vitória sobre a morte – que foi comparada pelo presidente à facada que sofreu no processo eleitoral de 2018 (BOLSONARO, 2020e).

Assim, separamos sete “atos orquestrados” (RANCIÈRE, 2012) por seu corpo de intelectuais a partir da rede social *Instagram* (BOLSONARO, 2020a) que culminaram na construção do mito “pascoal” bolsonarista no domingo de Páscoa. Detalha-se que o conceito de “cena” se inspira no livro de Jacques Rancière, “*La méthode de l’egalite*” (2012), quando indica ser ela “uma convergência entre teoria e prática quando se captura a aplicação da maquiagem dos elementos, da construção de figuras, mensagens, e o imagético, imprimindo um exercício, uma prática” (RANCIÈRE, 2012, p. 123). Apontados esses elementos de início, convém descrever mais detalhadamente o que define no Brasil como cristofascismo brasileiro – a partir do cristofascismo da teóloga Solle (1970). Assim, passa-se a descrever um pouco sobre o termo e seus efeitos no Brasil.

## A máscara cristofascista de Bolsonaro

Para destacar a arquitetura de messias dada pela cúpula governamental de Bolsonaro, destaco alguns elementos conceituais sobre os quais chamo de “cristofascismo brasileiro”. O cristofascismo da gestão bolsonarista promove-se no contexto de uma “teologia política autoritária” (SSCHMITT, 1988, p. 19), pautada no clima apocalíptico do novo coronavírus, baseado no “ódio à pluralidade democrática” (RANCIÈRE, 2014). Seu ódio é tonificado nas técnicas governamentais de promoção da discriminação, mas principalmente, pela postura discriminatória ante os setores “heterodoxos” (BOLSONARO, 2020a; BOLSONARO, 2020b). Isso foi visto na expansão do novo coronavírus no Brasil, que amplificou seu habitual apelo antidemocrático de fôlego economicista que justifica a “política da morte” (“necropolítica” – MBEMBE, 2014, p. 19; BUTLER, 2020) contra à população mais pobre, os mais velhos, os diabéticos e os hipertensos (BOLSONARO, 2020a; 2020b).

O termo “cristofascismo brasileiro” se baseia na reflexão da teóloga alemã Dorothee Sölle (1970), a qual criou a expressão “cristofacismo” a partir da recordação sobre o nazismo alemão, especialmente sobre Auschwitz, no seu: *“Beyond Mere Obedience: Reflections on a Christian Ethic for the Future”* (1970). O termo de Sölle se preocupa em apontar “as relações de integrantes do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP – o partido nazi) com as igrejas cristãs no desenvolvimento do estado” (SOELLE, 1970) de exceção alemão.

A teóloga recorda que o governo nazista utilizou das relações e terminologias cristãs para sua coesão social, tal como hoje apela o governo Bolsonaro<sup>102</sup>. Hitler utilizava jargões cristãos colocados milimetricamente em seus discursos como o próprio “Conheceis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8,32) e “criou Deus, o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher criou” – a fim de defender a família tradicional cristã alemã. O Führer fez cruzadas nas reuniões cristãs (luteranas, católicas e confessantes), relacionando-se com pastores e padres – entre os luteranos se destacam os pastores Walter Hoff, Rudolf Kittel, Prospt Ernst Szymanowski desenvolvedores do chamado “cristianismo positivo” (SOELLE, 1970).

No livro (1970), Sölle aponta que extremistas brancos nos EUA teriam igual “atitude de ódio, preconceito e racismo” (SOELLE, 1970, p. 203) antes visto no regime imperial nazista. Ao descrever os grupos fundamentalistas nos solos americanos, utiliza o termo “cristofacismo” (SOELLE, 1970) como a ação de grupos supremacistas brancos nos EUA, relacionando muito pouco com a formação do Estado. Ela não estava preocupada com as minúcias do termo, muito menos de destacar, com o cristofacismo, uma teologia política autoritária de figuras do Estado. Aponta o cristofacismo como uma “obediência cega”, quando “nas relações com o divino de pessoas em regimes autoritários ou em grupos fundamentalistas” (SOELLE, 1970).

102 - Quase a totalidade dos discursos de Bolsonaro evocam o cristianismo como, por exemplo, citando versículos bíblicos, ou com saudações cristãs (BOLSONARO, 2020a; BOLSONARO, 2020b).

Soelle pondera o “aprofundamento da compreensão unilateral do cristianismo (...) na Segunda Guerra Mundial e nos americanos no contexto das violências do extremismo dos fundamentalistas cristãos” (SOELLE, 1970, p. 203). Assim, para ela, o cristofascismo é uma teologia autoritária, arrogante, totalitária, imperialista, característica “da Igreja na Alemanha sob o nazismo, e ainda viva no final do século XX nos grupos extremistas brancos” (SOELLE, 1970, p. 203) dos EUA. Com a expressão, Sölle julga que ele seja um “desvio do cristianismo fundamentalista a serviço do supremacismo branco e patriarcal, que se estende através da propagação do medo, dos socos, da misoginia e o racismo estrutural” (SOELLE, 1970, p. 203).

Portanto, impactados pela força da ideia, acredita-se que no Sul se desenvolveu outra modalidade de cristofacismo: “o brasileiro” (PY, 2020). Ele é uma mescla tanto dos grupos extremistas cristãos (fundamentalistas) quanto é uma forma de governo autoritária, como o de Bolsonaro. Neste sentido, se está mais preocupado com a “arquitetura do poder governamental” (SCHMITT, 1988, p. 21) de Bolsonaro, do que com os usos dados pela teóloga alemã. Sölle não se detém na “teologia governamental” e, muito menos, na teologia opressora ligada à “colonialidade”, como Dussel (2005), nem tão pouco se inspira na noção de fascismo de Walter Benjamin (2012).

Para Benjamin (2012), a barbárie da fascinação autoritária não representa um estágio de “regressão civilizacional, mas está contida nas próprias condições de reprodução da civilização liberal-burguesa” (GABNEBIN, 2014). O autor entende o fascismo como maquinário político de constituição do “estado de exceção” (BENJAMIN, 2012), uma parte da migração das técnicas governamentais que dominaram as colônias aplicadas anos após na Europa (BENJAMIN, 2012).

O fascismo seria também a “liberação das forças destrutivas produzidas por uma civilização burguesa em crise de forma a manter o processo de acumulação em funcionamento” (BENJAMIN, 2012, p. 254). O filósofo libertário entende que a fascinação imposta pelo governo autoritário se encaixa junto a concepções conservadoras da moral, da família e do progresso para operar a transformação de todo nacional em um “estado de exceção efetivo” (GABNEBIN, 2014). A gestão fascista envolve um

disciplinamento das massas proletarizadas, evitando com isso que haja qualquer perturbação ao regime de propriedade posto. Trata-se de permitir que tais massas se expressem enquanto massas, desde que a ordem posta não seja posta em xeque e que quaisquer reivindicações que toquem na estrutura social sejam contidas (BENJAMIN, 2012, p. 255).

Outra face do fascismo já sinalizada é a herança da colonialidade, quando o fascismo ampliou a dimensão bélica do capitalismo ou, ao menos, amplificou a política de guerra dos estados aos heterodoxos, aos pobres (GABNEBIN, 2014). Afirma-se que a forma autoritária

do bolsonarismo se projeta a partir do fundamentalismo cristão, pelo qual simplifica a noção de família a fim de promover a eliminação de seus adversários ou dos indesejáveis, neste caso, no contexto da COVID-19, os que não se adéquam à faixa dos saudáveis<sup>103</sup>.

O último detalhe remonta à noção de fascismo assumida no material em que se baseia o cristofacismo brasileiro. O cristofascismo do Brasil opera uma “Guerra dos Deuses”, termo de Michael Lowy (2000) ressignificado do livro “*A ciência como vocação*”, (1919) de Max Weber. Por ele, Lowy (2000) aponta que os conflitos sobre “o politeísmo de valores e o conflito insolúvel das crenças básicas ‘deuses’ na sociedade moderna” (WEBER, 1998).

Assim, sinaliza que o termo:

primeiro (...) se aplica ao conflito no campo religioso entre concepções de Deus radicalmente opostas: a dos cristãos progressistas e a dos cristãos conservadores (tanto católicos como protestantes) – uma ‘coalisão de valores’ (*Werkollission* – outro termo weberiano) que, em situações extremas tais como a da América Latina na década de 80, pode até ser transfigurar em uma guerra civil (LOWY, 2000).

Lowy entende que nas sociedades latino-americanas ocorre “uma verdadeira guerra de deuses”, isto é, entre “várias concepções de deuses como sintoma das lutas sociais tidas entre as sociedades civis e os estados” (LOWY, 2000, p. 15). Defendemos que o bolsonarismo opera uma “guerra dos deuses”, ora simplificando ora projetando uma fascinação da figura presidencial com o messianismo do cristianismo. Essa operação é muito bem construída pelo “corpo de intelectuais” (GRAMSCI, 1982) que desenha a figura presidencial como um messias político. Seja apontando como servo sofredor, seja como ungido, seja como eleito da nação no contexto da COVID-19 no Brasil.

Um último detalhe não pode ser esquecido. O cristofacismo brasileiro vem influenciando os territórios do Sul como, por exemplo, mais recentemente vem sendo construído novas modulações autoritárias na Bolívia. Cito a coalização cristã conservadora que tem a figura de Jeanine Añez, atual presidente interina, na qual, diante de um golpe de estado, sinalizou que “a Bíblia voltou ao palácio” boliviano. Não vamos nos deter aqui nesse fenômeno, contudo gostaria de destacar que existe o brotamento de outros governos autoritários no Sul, evocadores de discursos cristãos, para implementação de agendas ultraliberais, o que seria um circuito de “cristofascismos do Sul”. Agora, após as sinalizações mais teóricas, passa-se à descrição da peça (RANCIÈRE, 2012) construída na Páscoa da COVID-19, com a figura de Bolsonaro.

---

103 - Vem ocorrendo no Brasil um aprofundamento da necropolítica de Mbembe (2014), nesse caso, diante os ‘pouco saudáveis’.

## Os sete atos cristofascistas de Bolsonaro

Para destacar a construção do mito pascal de Bolsonaro, passa-se à análise de algumas cenas “arquitetadas e encenadas” (RANCIÈRE, 2012) midiaticamente por seus intelectuais e pelo próprio presidente para ligá-lo à figura de messias, salvador. Defende-se que essa prática foi feita se pensando num transcurso imagético no qual pode ser visto nas redes sociais, no *Instagram* do presidente (BOLSONARO, 2020a). Neste espaço, orquestra vídeos, fotos e montagens que alimentam diariamente com foco da base social midiática. Neste caso, o foco de análise ocorreu entre a véspera do Domingo de Ramos, dia 5 de abril, até o domingo de Páscoa, dia 12 de abril de 2020. Para tanto, acredita-se que cada “ato encenado” que será destacada “contém uma série de intencionalidades maquiadas que visam captar uma época em prol de uma prática social” (RANCIÈRE, 2012) que incidem tanto individualmente, quanto em conjunto construir conteúdos teológicos sobre a figura do presidente. Com essa operação midiática na rede social busca-se estilizar a imagem de Bolsonaro como messias da nação brasileira – um salvador também no contexto da sindemia da COVID-19.

### O primeiro ato

O primeiro ato foi tecido (RANCIÈRE, 2012) em um vídeo, com um pouco mais de quatro minutos no *YouTube* da Igreja Batista Getsemani (2020), com o título “Clamor e jejum pelo Brasil – 05 de abril – convocação do presidente Jair Messias Bolsonaro” para convocar a população ao #JejumpeloBrasil, marcado para 05 de abril de 2020, e postado no *Instagram* presidencial (BOLSONARO, 2020a). O vídeo de convocatória se inicia com o versículo de 2 Crônicas 20,3: “Jeosafá decidiu consultar o Senhor e proclamou um jejum em todo Reino de Judá” (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020).

Depois do fragmento, Bolsonaro diz “muito obrigado a todos vocês, e àqueles que tem fé e acreditam, domingo é o dia de jejum”. Com a frase, Bolsonaro não demora 10 segundos, e o resto do vídeo é arranjado com os textos bíblicos de 2 Crônicas, e os apelos das lideranças evangélicas e católicas listadas aqui: R. R Soares, André Valadão, Rene Toledo, Silas Câmara, Abner Ferreira, Juanribe Palharine, Abe Huber, Mario de Oliveira, Jorge Linhares, Jose Wellington Junior, Marcos Feliciano, Rene Terra Nova, Edir Macedo, Roberto Lucena, Samuel Ferreira, Robson Rodovalho, Valdomiro Santiago, Hernandes Dias Lopes, Luiz Herminio, Santanna, Roberto Brasileiro, Elezete Rodrigues, Marcio Valadão, Guilherme Batista, Valdomiro Ferreira, Humberto Vieira, André Fernandes, Estevão Hernandes, Silas Malafaia e Samuel Câmara (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020).

Após as palavras dos líderes religiosos, perto do fim do vídeo, cita o texto de 2 Crônicas 7,14: “E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra” (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020). Na produção, buscou-se sinalizar aos cristãos que o Domingo de Ramos deveriam fazer o Dia do Jejum “para

que Deus livrasse o Brasil da praga da COVID-19” (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020).

Ora, o Domingo de Ramos é uma tradição ligada (mais fortemente) ao catolicismo, de guardar o domingo antes da Páscoa, lembrando no rito a entrada de Jesus em Jerusalém, no jumentinho. No vídeo, Bolsonaro com poucas palavras convoca a população cristã para o jejum e, depois, aparece outro texto bíblico como resposta dizendo: “Não temas, nem vos assusteis por causa desta grande multidão; pois a peleja não é vossa, mas de Deus” (v.15 – IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020).

Na sequência de imagens, com a música e mensagens, indica-se que é o rei (o governante) que tem que se colocar junto a Deus, tal como Jeosafá. Porque a peleja não seria dos homens e mulheres, mas do divino. No vídeo algumas lideranças chegam a afirmar que o presidente “teria sido ungido para assumir a nação” (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020).

Nessa primeira cena, o apóstolo Valdomiro Santiago sintetiza a data da seguinte forma: “orando pela nação, orando pelo povo, orando pelo senhor presidente, para que Deus lhe sustente” (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020). Outra liderança, Silas Malafaia, afirma que “depois que passar isso aí, vai chegar um tempo de prosperidade para o Brasil que nunca houve, e que todas as previsões catastróficas estão aniquiladas no nome de Jesus” (IGREJA BATISTA GETSEMANI, 2020).

O vídeo tem o ímpeto de destacar uma devoção, de mobilizar os setores cristãos para juntos lutar contra o coronavírus, “orar e jejuar para que se sobreviva a praga que assola a terra”, ao lado do presidente Bolsonaro que é o líder, rei ungido para governar a nação.

## O segundo ato

O segundo ato ocorreu na quarta-feira, dia 08 de abril, na saída do Palácio da Alvorada (BSOLSONARO, 2020a). O presidente recebeu uma expedição de católicos com a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Os romeiros disseram: “Trouxemos a imagem de Nossa Senhora de Fátima, porque ela vai livrar o Brasil do comunismo. Porque todos esses erros são coordenados por nos católicos apostólicos romanos” (BSOLSONARO, 2020a). Neste caso, os apoiadores de Bolsonaro constroem a narrativa, ligando Nossa Senhora de Fátima à luta contra o comunismo, induzindo que está ocorrendo uma “guerra cultural” (LOWY, 2000) no Brasil, que coloca o catolicismo *versus* o comunismo.

De frente a Bolsonaro, o líder da caravana diz “que o comunismo é um erro e coloca o catolicismo em outra direção” (BOLSONARO, 2020a). Assim, o líder marca sua posição de desprezo pelas tendências sociais do catolicismo, como a teologia da libertação (LOWY, 2000). Na sequência do diálogo, Bolsonaro segue conversando com outro membro da caravana:

Presidente, pedimos também que Nossa Senhora derrame suas bênçãos sobre o senhor. Tem muita carga sobre você nesse momento. O senhor representa essa luta, é a luta contra o comunismo no nosso país, por isso nos oramos pelo senhor e queremos rezar uma Ave-Maria pedindo as bênçãos dela, que dê força para o senhor. Que de energia para carregar o Brasil nos ombros do senhor, conte conosco com nossas orações, a vitória é nossa! (BSOLSONARO, 2020a)

Na afirmação, o fiel segue a linha de “guerra cultural, que resvala nos deuses” (LOWY, 2000), dizendo que a batalha espiritual que passa o Brasil, pelo contexto de COVID-19, reverbera para lutas que se enfrentam junto aos inimigos da nação, isto é, “os comunistas” (BOLSONARO, 2020a). E, na última frase do diálogo, os católicos na carreata indicam o presidente como pessoa separada pelo divino: “O Senhor foi levantado por Deus, foi ungido por Deus, para estar nesse momento levando nosso país” (BOLSONARO, 2020a).

Para os católicos, Bolsonaro é considerado “ungido” e, também, simboliza a luta contra o comunismo no Brasil (PY, 2020). Assim, o grupo da carreata sugere que Bolsonaro tem tanto uma posição política na qual ocupa no momento, como também, religiosa, sendo alguém separado pelo divino (BOLSONARO, 2020a). Na leitura dos religiosos, Bolsonaro é uma mistura de “alguém separado por Deus” (BOLSONARO, 2020a) e o símbolo de luta contra o comunismo, tal como “significa a figura de Nossa Senhora de Fátima”.

## O terceiro ato

Na mesma quarta-feira, dia 08 de abril de 2020, outro ato foi construído pelos intelectuais do bolsonarismo (ALMEIDA, 2019). Por volta das 20h30, o presidente fez um pronunciamento à nação sobre as atitudes que está tomando diante da pandemia (BOLSONARO, 2020b). Na cena do discurso, afirma que o país vive um momento “ímpar na história, e ser presidente é olhar o todo e não apenas as partes” (BOLSONARO, 2020b). Assim, destaca sua preocupação com a questão do desemprego e do isolamento por conta da COVID-19.

Antes, porém, de aprofundar seu discurso, indica “solidariedade com as famílias diante dessa guerra que estamos enfrentando” (BOLSONARO, 2020b). Mesmo numa frase de solidariedade, evoca a ideia de guerra tão importante para sua gestão, que se alimenta dos conflitos e intrigas armadas (PY, 2020). Assim afirmou sua responsabilidade de decidir o “destino da nação de forma ampla, usando a equipe de ministros” (BOLSONARO, 2020b) que ele escolheu. Contudo, é comovido pelo arrobo autoritário ao dizer: “todos (ministros) devem estar sintonizados comigo” (BOLSONARO, 2020b). Bolsonaro demonstra sua tendência centralizadora de gestão, deixando claro os problemas de condução de políticas que vinha desenvolvendo com seu ex-ministro da Saúde do Brasil, Luiz Henrique Mandetta.

O ex-ministro vinha polemizando, insistindo no isolamento horizontal enquanto o presidente afirmava a preferência pelo isolamento vertical, ou seja, somente para os mais

idosos (BOLSONARO, 2020b). Sem citar nomes no discurso, destaca que o ministro deveria estar na mesma sintonia dele, quer dizer, assumindo o isolamento apenas para a faixa etária mais idosa da população (BOLSONARO, 2020b).

Desde o início, da pandemia do coronavírus no Brasil, Bolsonaro contraria as sinalizações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no que se refere à opção pelo isolamento (PY, 2020). O presidente fundamenta seu raciocínio construindo uma perigosa dicotomia eugênica (BUTLER, 2020), assim: “dois problemas a resolver: o vírus e o desemprego”. Para ele, essas duas questões deveriam era tratadas simultaneamente (BOLSONARO, 2020b), ou seja, o trabalhador mesmo no contexto da pandemia deveria sair de casa e se expor à contaminação, podendo aumentar os óbitos entre ele e a família (BOLSONARO, 2020b).

Na falsa dicotomia “o vírus e o desemprego” (BOLSONARO, 2020b), expõe sua postura necropolítica de “entregar partes da população à morte” (MBEMBE, 2014). No fim do discurso, como governador cristofacista, volta ao tom cristão: “Quero entregar um país muito melhor que recebeu do sucessor. Sigamos João 8,32: E conheceres a verdade, e a verdade vos libertará”. Ora, depois de construir seu discurso baseado na eugênica dicotomia do “o vírus ou desemprego”, Bolsonaro (2020b) se apegua ao discurso de capa cristã para sensibilizar sua base social católica e evangélica.

Recita seu jargão desde as eleições de 2018 (PY, 2020), buscando encher de cores bíblicas o processo político, além de insistir em construir um governo cristão contrário às demais religiões que compõe o território. Nas últimas palavras do vídeo, afirma “Desejo a todos uma Sexta-feira Santa de reflexão e um feliz Domingo de Páscoa! Deus abençoe o nosso Brasil!”. Assim, no fim da cena, indica conhecer a temporalidade religiosa da semana de Páscoa, logo, com isso, visa explicitar ser um “bom cristão” (PY, 2020).

## Quarto ato

Depois das “cenas maquiadas” (RANCIÈRE, 2012) na quarta-feira (BOLSONARO, 2020b), dia 08 de abril de 2020, o presidente ficou em silêncio nas redes sociais praticamente toda quinta-feira, sem se pronunciar. Manteve-se em silêncio justamente na Sexta-feira da Paixão, reafirmando que é conhecedor do calendário cristão, quando é um dia “de silêncio relacionado, sobretudo à contrição” (BOFF, 1972, p. 15). A Sexta-feira da Paixão é um tempo específico no cristianismo que “simboliza o dia da morte de Cristo, logo é um dia de reflexão, de avaliação de cada religioso” (BOFF, 1972). Mesmo assim, é comum que cada religioso, no fim do dia, pronuncie-se em “tom de avaliação em relação a divindade, tal como uma declaração pública de fé diante do símbolo do dia da morte” (BOFF, 1972) de sua divindade.

Sexta-Feira Santa é um marco temporal do cristianismo mundial, simboliza o dia da morte do messias salvador Jesus Cristo. Nesse contexto, o presidente postou, em seu perfil nas redes sociais, outra cena: um texto bíblico e a imagem de Jesus crucificado (BOLSONA-

RO, 2020a). Após o dia de silêncio, assumindo sobre si o processo de reflexão e de avaliação indicado na tradição cristã, Bolsonaro posta a quarta “cena cênica” midiática na semana de Páscoa, no início da noite. Postou uma imagem forte para o cristianismo, com Jesus Cristo crucificado na cruz (BOLSONARO, 2020a).

E, junto a imagem pesada, arquiteta anexo o fragmento de 1 Pedro 2,24: “Ele mesmo levou em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro, a fim de que morremos para os pecados e vivêssemos para a justiça, por suas feridas vocês foram curados” (BOLSONARO, 2020a). Ora, com isso, Bolsonaro e seu corpo de intelectuais mostram que conhecem outros versículos bíblicos, não só o tão evocado João 8,32.

O versículo de 1 Pedro 2,24 trata da questão do mistério da ressurreição. Um versículo importante no qual destaca a ideia da “salvação” a partir de Cristo (BOFF, 1972). Os intelectuais do bolsonarismo (GRAMSCI, 1982; ALMEIDA, 2019) maquiagem com o versículo de Paulo, apóstolo central do cristianismo. Esse versículo se encontra escrito nas paredes de várias igrejas no Brasil (MENDONÇA, 2008), ressaltando a importância “da vinda de Cristo na terra” (BOFF, 1972). Com a orquestração presidencial, aponta que conhece o significado da atitude de Jesus na morte de cruz. Neste sentido, Bolsonaro demonstra que, como “bom cristão” (PY, 2020), conhece detalhes sobre a “história da salvação cristã” (BOFF, 1972), conectando diretamente com “seu público descrito católico e evangélico conversador” (ALMEIDA, 2019).

## Quinto ato

Depois da cena reflexiva, da Sexta-Feira da Paixão, no sábado, dia 11, à noite, postou um vídeo dramatizado (RANCIÈRE, 2012; BOLSONARO, 2020a), contando a história desde que tomou a facada no processo eleitoral. Nele, constrói sua história de vida a partir do momento da facada, na sua fala no culto de Ação de Graças promovido pela Frente Parlamentar Evangélica, no dia 17 de dezembro de 2019, no Palácio do Planalto (BOLSONARO, 2020a). Em tom emocionado, fala do drama da facada que sofreu assim “no momento mais difícil de minha vida, eu só pedia que Deus não deixasse órfã, a minha filha de sete anos. O resto com amigos, com brasileiros de verdade, e com Deus no coração, nos superaremos os obstáculos” (BOLSONARO, 2020a).

Inicia o vídeo assumindo a condição de servo sofredor, aquele que luta para viver e para defender a nação brasileira. A tradição de servo sofredor tem amplas bases no messianismo das tradições bíblicas da Bíblia hebraica, que tratam do “servo sofredor” (no livro do profeta Isaías). Elas que falam do “servo sofredor, um messias que no meio de sua missão será cuspidor, cortado, machucado, que toma as dores do povo. O messias passa pelo mundo para sofrer, para assim resgatar o povo, salvá-los dos caminhos ruins” (SCHWANTES, 2008).

Desse contexto judaico, organiza-se a mentalidade do cristianismo que internaliza a ideia de messias sofredor, lutador, que sofre para “vencer o mundo, e salvar a humanidade” (SCHWANTES, 2008). Para Milton Schwantes, a salvação messiânica cristã “passa obrigatoriamente pelo processo de pelejas, lutas, do sofrimento” (2008). Então, os intelectuais teológicos de Bolsonaro, ligados ao fundamentalismo cristão, a peleja de Bolsonaro foi vencida pela luta, para não “deixar a filha” (BOLSONARO, 2020) mais nova. Com isso, Bolsonaro, reforça o valor de ser pai, logo, primar pela família, como valor universal para os movimentos conservadores evangélicos (ALMEIDA, 2019).

Bolsonaro assume que a força para superar o atentado que sofreu seria a partir da família, ou melhor, da sua idealização da família cristã. Depois de evocar a família, diz que “com amigos”, e “com brasileiros de verdade, com Deus no coração” (Bolsonaro, 2020a), que tinha certeza de que ia superar tudo. Assim, esse messias político reedita o patriotismo da Ditadura Militar, cercando-se de pessoas que têm Deus – logo, quem não está nesse programa está fora de sua ideia de nação. Nessa ordem, diretamente, cita as ideias atualizadas para sua governança de “família, pátria e Deus”, que dão força e confiança para “reviver” (BOLSONARO, 2020c). Na parte, volta-se ao tom religioso, relacionado com o apelo familiar, o apelo patriótico e o apelo de “bom cristão” diante do martírio que passou durante as eleições (PY, 2019).

Seguindo no “ato composto” (RANCIÈRE, 2012, p. 56), em forma de vídeo, discursa com os versos da música evangélica de pano de fundo. A letra da música diz apelativamente:

história da minha vida, eu lutei, eu sofri, teve vezes que acertei, outras erre, a vida é uma jornada de amor e sofrimento, e o Senhor me acompanhou a todo tempo. Ele estava lá quando o mundo desabou em mim. Muitos diziam que era o fim, eu lutei com minha fé. Pelo vale da sombra da morte, o Senhor me fez mais forte e essa é a história de vida. Eu lutei, eu sofri (BOLSONARO, 2020b).

A canção entra na sequência do que Bolsonaro afirma do seu “reviver, de ter saído da morte” (BOLSONARO, 2020b), embalando a trajetória de Bolsonaro, que é disparado no vídeo no momento da facada, perpassando sua recuperação no hospital, as orações e eleição (BOLSONARO, 2020b). Chegando ao fim, mostra-o como figura exemplar de cristão na igreja, orando e ajoelhado.

Assim, sua trajetória começa a ser desenhada, não apenas como “bom cristão”, mas como servo sofredor, messias político, sua vitória se expressa “pelo milagre da faixa presidencial” (BOLSONARO, 2020b; PY, 2020). No vídeo, afirma que só foi possível porque “Deus preservou a vida dele” (BOLSONARO, 2020b). Logo, por essa provação, seria o enviado de Deus para o Brasil, firmado sobre o texto: “Eu me deitei e dormi. Acordei porque o Senhor me sustentou” (Salmo 3,5). Portanto, com essa quinta cena, em pleno Sábado de Aleluia, Bolsonaro e seus intelectuais o apresentam tanto como “bom cristão” (que vai à igreja, defende

a família cristã e a pátria), que começa a se desenhar como liderança que passou por isso para ser enviada, ungida por Deus para salvar a nação no contexto da COVID-19 (PY, 2020).

Em pleno Sábado de Aleluia, ou Sábado Santo, como temporalidade de “um tempo se celebra a esperança da ressurreição de Jesus, quando após a crucificação, os discípulos projetam a possibilidade de ressurreição, do reviver” (BOFF, 1972, p. 60), começa a ser apontado como messias político-religioso da nação. Portanto, nesse forçado exercício da inteligência bolsonarista (GRAMSCI, 1982), emergido da tradição cristã, mostra Bolsonaro como alguém que Jesus está ao lado, cuidando e fazendo milagres e maravilhas, como o dele sendo operado com Jesus ao seu lado. E, por isso, faz-se um messias político para cuidar da nação nesses dias complexos como de pandemia.

## Sexto ato

Agora, o sexto ato foi maquiado na postagem de Bolsonaro na rede social durante o domingo de Páscoa de manhã, dia 04 de abril de 2020 (BOLSONARO, 2020a). Pela manhã do Domingo de Páscoa, quando se abre a celebração cristã que marca a “ressurreição de Jesus Cristo, messias salvador, sua vitória sobre o império de morte romano” (BOFF, 1972, p. 61), Bolsonaro maquia um texto que trata da “natureza de Cristo”, isto é, dentro da tradição cristã que marca o debate de “Jesus, se era homem ou Deus, ou ambos” (BOFF, 1972, p. 63).

Faz uso do fragmento bíblico a fim de demonstrar publicamente a fé (MENDONÇA, 2008), a partir do texto clássico do Evangelho de João: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu filho unigênito, para que todo que aquele que nele crê não perece, mas tenha vida eterna” (João 3,16). Novamente, evoca um Evangelho de João, o livro da Bíblia mais importante para o processo de expansão do cristianismo.

Ele é o Evangelho mais famoso entre os cristãos brasileiros e tem suas palavras e fragmentos “muito utilizado pelos missionários e pastores fundamentalistas na sua prática pastoral na história do Brasil” (MENDONÇA, 2008, p. 84). Portanto, o Evangelho de João é palco de uma variação de “raciocínios teológicos de propagação da fé evangélica a partir de sua mensagem mais ligada ao império grego, logo ao helenismo” (MENDONÇA, 2008, p. 84). Com a “composição da cena” (RANCIÈRE, 2012, p. 57) na postagem de Páscoa (BOLSONARO, 2020a), afirma o tema chave do dia: “Ele ressuscitou”. Novamente, demonstra com isso que tem intimidade com as Escrituras Sagradas e com isso mostra-se afinado com a tendência majoritária do cristianismo brasileiro. Isso é importante de ser descrito: com o conjunto das postagens, desenha-se Bolsonaro como autêntico cristão das grandes corporações evangélicas e seus intelectuais (GRAMSCI, 1982) operam essa maquiagem de forma muito bem tratada (PY, 2020).

Com esse conjunto de cenas sequenciais, visa demonstrar que o presidente conhece um leque de textos bíblicos e de temas cristãos, não só o tão batido “conheceis a verdade e a

verdade vos libertará”. Ao mesmo tempo, indica que tem conhecimento da “teologia da salvação cristã expressa no livro de João” e da discussão teológica sobre a “natureza de cristo” baseada nesse Evangelho (MENDONÇA, 2008). Por essa cena, ressalta seu conhecimento de mais elementos do cristianismo para aqueles que duvidam de sua adesão à religião.

## Sétimo ato

O segundo ato, construído no domingo de Páscoa, ocorreu de tarde, no encontro promovido na Internet (TVBRASILGOV, 2020) com as lideranças das grandes estruturas cristãs como: R. R Soares, André Valadão, Eshylla Santos, Padre Reginaldo Manzonti, Marco Feliciano, Luiz Hermínio, Bispo Eduardo Bravo, Josué Valandro Junior, Dom Fernando Figueiredo, Rabino Leib Rojtenberg, Apostolo Estevan Hernandes, Bispa Sonia Hernandes, Bispo Rodovalho, Rene Terra Nova, Adriana Arydes, Silas Malafaia, Bispo Abner Ferreira, Pr. Teófilo Hayashi, Samuel Câmara, Missionário RR. Soares, JB Carvalho (TVBRASILGOV, 2020). No início do último ato da semana de Páscoa, Bolsonaro abre o vídeo dizendo das “quarenta lideranças que irão transmitir uma palavra de fé e de esperança, e de o significado da Páscoa” (TVBRASILGOV, 2020).

Reforça com o número e importância das lideranças no meio religioso, e também, relata que um pastor mandou um vídeo para ele e esse vídeo era o “vídeo mais importante que estava enviando” (TVBRASILGOV, 2020). Diz que o pastor gravou de Israel, indicando que “o túmulo de Jesus estava vazio, dizendo que ressuscitou e que foi aos céus” (TVBRASILGOV, 2020). Agora, com suas habituais dificuldades de articulação, que sinaliza que conhece um pouco mais a história de Jesus dos Evangelhos, que foi procurado no túmulo e não foi encontrado (BOFF, 1972).

O presidente aproveita para dizer que o evento

vai confortar a todos aqueles que estão ligados a nossas mídias sociais para ouvir palavras, que realmente, cada vez mais nos mostrem quem nós somos, cada um de nós, e nós sabemos que todos somos iguais, sem exceção. E, que devemos praticar o bem, para que possamos sonhar com aquilo que todos nós queremos: a paz (TVBRASILGOV, 2020).

Nessa parte, Bolsonaro apela para que todos “somos iguais: sem exceção”, retomando a ideia de que perante Deus todos seriam iguais e que todos deveriam “praticar o bem” (TVBRASILGOV, 2020).

Relaciona assim dois elementos importantes na coesão social cristã no Brasil: “a prática do bem e a luta pela ‘paz’” (TVBRASILGOV, 2020). Após essa fala inicial, cede a palavra para os religiosos e, no fim do vídeo, retoma a palavra (TVBRASILGOV, 2020). Com ela, diz

que já tinha tocado na cena do vídeo do sábado à noite: sobre a facada que sofreu no fim de 2018. Compara o atentado à trajetória final de Jesus Cristo: “confesso que hoje para mim foi um dia especial, já que hoje se fala de ressurreição. Eu não morri, mas estive ali no limite da morte” (TVBRASILGOV, 2020). Nesse vídeo, de forma mais incisiva, aponta as relações de sua trajetória com a figura de Jesus Cristo, afirmando que foi um milagre ter sobrevivido e ressurgido para ganhar as eleições (TVBRASILGOV, 2020). Por isso, coloca-se no lugar de “salvador” do país. Justifica isso, ao afirmar que “não tinha um perfil de chegada à presidência”. Bolsonaro deixa a entender que isso foi parte do milagre operado pelo divino em sua vida. Como diz: saiu da “(quase) morte” (TVBRASILGOV, 2020) para à missão da presidência da república.

Com esse exercício, afirma-se “escolhido de Deus” (TVBRASILGOV, 2020). Por isso, tem a missão de cuidar do país contra o caos que estão tentando construir na conta do coronavírus. Assim, se enaltece que “a responsabilidade é muito grande, a cruz é muito pesada, com milhões de pessoas do meu lado, que tem um coração verde e amarelo, que creem em Deus, acredito que podemos vencer os obstáculos” (TVBRASILGOV, 2020). Exalta o patriotismo ligando-o à metáfora da crucificação de Jesus, com a expressão “cruz é muito pesada”. Novamente, defende sua tese de identificação com Cristo para ser reconhecido como messias da nação.

No fim do vídeo, volta a dizer sobre a questão da quarentena:

Desde o começo, há quarenta dias temos dois problemas gravíssimos, o vírus e o desemprego. Quarenta dias começando a ir embora o vírus, mas está batendo forte a questão do desemprego, mas devemos bater forte nessas duas coisas. Obviamente lutamos sempre, acreditamos em Deus acima de tudo, vamos vencer os obstáculos (BOLSONARO, 2020h).

E, novamente no raciocínio do “vírus ou desemprego”, segue aquilo que Butler (2020) enfatiza como “uma lógica eugênica”, justificada pela ênfase economista ultraliberal do governo.

Com ela, esse “messias” político admite a “morte dos pobres, dos mais fracos” (BUTLER, 2020), colocando sua medida inevitável diante do desastre da pandemia do coronavírus no Brasil (TVBRASILGOV, 2020). O que indica é algo sério, quando em meio ao evento com lideranças cristãs, reveste-se em tom de apelo cristão, para poder mobilizar mais ainda sua mensagem como um cristo político da nação para o setor religioso.

## Conclusão

Como se indicou no período da sindemia de COVID-19, o bolsonarismo (ALMEIDA, 2019) verniza seu discurso com tons messiânicos de salvação política do país. Promove tal operação “construindo atos, cenas e hermenêuticas” (RANCIÈRE, 2012, p. 56-58) que explicitam uma teologia política autoritária (SCHMITT, 1988), reverberando o desprezo à parcela da população mais velha, com problemas de saúde crônica diante da possibilidade da morte. Faz isso, a fim de recuperar sua base social, construindo uma falsa dicotomia entre o caos social da quarentena e o desemprego que pode assolar o país.

Tal como se destacou no texto, durante a temporalidade da Páscoa de 2020, teceu uma estratégia de investir pesado no apelo cristão e de messias, dando mostras variadas e “públicas de ser um bom cristão” (PY, 2019): mostrou ter conhecimento da história do cristianismo, da Bíblia e principalmente de fragmentos bíblicos-chaves. E, com isso, pintou-se como messias cristão para mobilizar sua base conservadora religiosa.

Portanto, o bolsonarismo sublinha uma “guerra bíblica” (PY, 2020), lutada no interior do Estado brasileiro, espalhando versículos bíblicos por ser uma maneira fácil e “santa” de se comunicar com o fundamentalismo cristão. Essa “guerra bíblica” impulsionada por Bolsonaro é ponte de diálogo direto com o fundamentalismo, ao mesmo tempo em que o cerca com uma teologia política despótica, levada por um messianismo autoritário, que sacrifica as camadas populares. O intuito político de Bolsonaro é promover, com a vestimenta bíblica, uma tentativa de relativizar a quarentena, colocando em risco partes da população “que podem ser descartadas, mortas” (MBEMBE, 2014, p. 14). Quando desenha sua autoridade messiânica relativizando a quarentena (ou dizendo que o vírus já passou), aproxima-se das ideias da típica eugenia social tão operada no passado pelos governos fascistas. Por isso, o bolsonarismo deve responder já pelas milhares de mortes contabilizadas no território brasileiro vítimas da COVID-19.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelicalismo e a crise brasileira, **Novos estudos Cebrap**, v.38, n.1, 2019, p. 185-222.
- BENJAMIN, Walter. **Benjamin e a obra de arte**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BOLSONARO, Jair Messias. **Instagram**, Disponível em: <https://instagram.com/jairmessias-bolsonaro>, 2020a.
- BOLSONARO, Jair Messias. **Pronunciamento do presidente da República**, Jair Bolsonaro (08/04/2020). YouTube, 8 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x04OKkxT2Tc>., 2020b.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, Aura e Rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- IGREJA BATISTA GETSÊMANI. Clamor e jejum pelo Brasil - 05 ABRIL - Convocação do presidente Jair Messias Bolsonaro. **YouTube**, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MV7vR1ZX19Q>, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- LOWY, Michael. **A guerra dos deuses**, Petrópolis: Vozes, 2000.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Antígona, 2014.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.
- RANCIERÉ, Jacques. **Ódio a democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **La méthode de l'égalité**. Montrouge: Bayard, 2012.
- SCHMITT, Carl. **Théologie politique**. Paris: Gallimard, 1988.
- SCHWANTES, Milton. **Sufrimento e esperança no exílio**. São Leopoldo: Oiokos, 2008.
- SOLLE, Dorothee. **Beyond Mere Obedience: Reflections on a Christian Ethic for the Future**, Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1970.

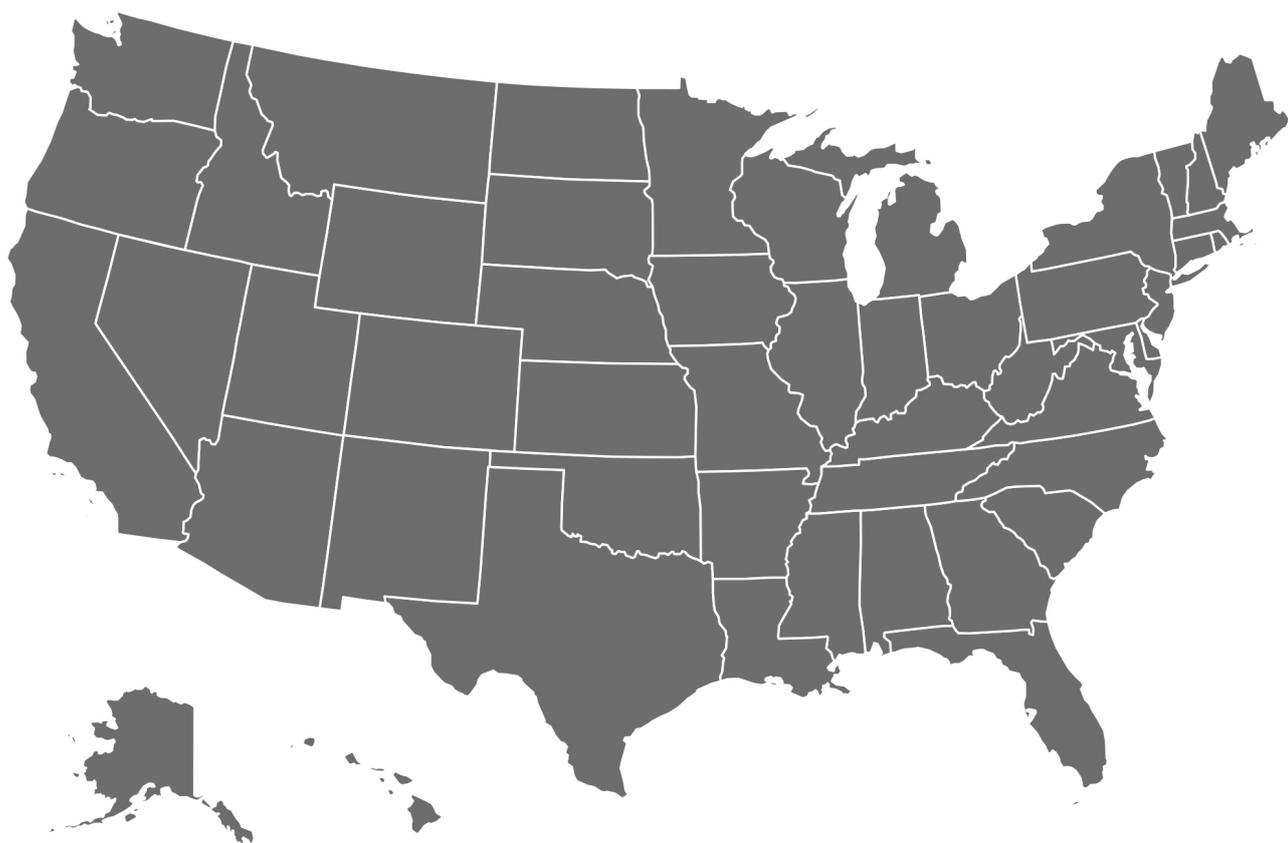
SOLLE, Dorothee. **Against the Wind: Memoir of a Radical Christian**. *Minnesota: Fortress Press, 1999.*

TVBRASILGOV. Celebração de Pascoa no Palácio da Alvorada. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yoULwu1diHw>. Acesso em: 02 de jun. 2020.

WEBER, Max. **A ciência como vocação**, São Paulo: Cultrix, 1998.

# 06 **EVANGELICISMO IMIGRANTE NA PANDEMIA:** posições de Igrejas Evangélicas nos Estados Unidos

Rodrigo Serrão e  
João Chaves



# CAPÍTULO 6

## EVANGELICALISMO IMIGRANTE NA PANDEMIA: Posições de Igrejas Evangélicas nos Estados Unidos

Rodrigo Serrão e João Chaves

Os Estados Unidos e o Brasil se assemelham na forma como seus líderes e a população reagiram à pandemia do COVID-19. Tanto o presidente americano Donald Trump quanto o brasileiro, Jair Bolsonaro, têm sofrido fortes críticas de importantes setores da comunidade científica, da mídia, da academia e da população em geral por suas respostas à crise global criada pela COVID-19. Além disso, ambos os presidentes receberam forte apoio de líderes evangélicos proeminentes e setores significativos da comunidade evangélica. Nos Estados Unidos e no Brasil, muitas igrejas evangélicas se uniram em seu apoio a Trump e Bolsonaro. Elas apoiaram sua mensagem de menosprezar o perigo do vírus e enfatizar a necessidade de abrir a economia o mais rápido possível.

Na intersecção da vida religiosa americana e brasileira, no entanto, encontra-se um grupo de comunidades muitas vezes esquecidas nos estudos das religiões latino-americanas, a saber, as igrejas de imigrantes latino-americanos que vivem nos Estados Unidos. Este capítulo foca em três igrejas brasileiras em solo estadunidense para avaliar como elas responderam à contínua crise da COVID-19. Mais especificamente, estamos interessados na postura tomada por pastores em relação às posições oficiais do governo, o significado teológico que eles atribuíram à pandemia e às tensões econômicas trazidas pela crise da COVID-19. Como tal, nosso objetivo é aumentar nossa compreensão do evangelicalismo latino-americano em relação aos seus compromissos políticos e teológicos, principalmente praticados em um contexto de diáspora. Com base em uma análise de conteúdo de sermões postados nas redes sociais em março, abril e maio de 2020, este texto busca responder a seguinte pergunta: como igrejas de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos reagiram às políticas e à retórica de Trump e Bolsonaro, bem como de funcionários de governos estaduais e locais nos Estados Unidos? Além disso, como os pastores responderam à crise econômica e ao aumento do desemprego causado pela pandemia?

Este texto começa fornecendo uma introdução geral ao evangelicalismo nos Estados Unidos e sua influência na vida evangélica brasileira para dar uma fundação histórica ao estudo. Nesta primeira seção, também nos concentraremos na pouco conhecida história da migração brasileira para os Estados Unidos. Vamos analisar o conteúdo postado em redes sociais de pastores de igrejas da diáspora brasileira nos Estados Unidos, para verificar suas

respostas à crise da COVID-19. Finalmente, concluiremos conectando alguns tropos teológicos gerais, especificamente o apocalipticismo, às respostas das igrejas imigrantes apresentadas no estudo.

## Evangelicalismo do Imigrante Brasileiro: um Esboço Histórico Transnacional

Os termos “evangélico” e “evangelicalismo” são multifacetados, e seus usos variam tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos (CHAVES, 2013). Para os propósitos deste texto, o termo “evangelicalismo” irá descrever a forma pietista-reavivalista do Cristianismo americano que começou a se delinear em meados do século XVIII, durante o período conhecido como o Primeiro Grande Avivamento. Essa disposição religiosa também foi caracterizada por reações contra as supostas ameaças do Iluminismo do século XIX. Além disso, tal disposição manifestou-se tanto nos fundamentalismos do Norte como do Sul dos Estados Unidos, e no conservadorismo cristão predominantemente branco organizado nas décadas de 1930 e 1940 que continua a influenciar a religião e a política global hoje. Como tal, este texto tem uma visão de longo prazo do evangelicalismo e inclui em seu uso do termo “evangélico” todo e qualquer grupo cristão conservador que expressa as características descritas por David Bebbington (1989) em seu estudo clássico do movimento, ou seja, biblicismo, crucicentrismo, conversionismo e ativismo. Evangélico, a partir desta perspectiva, é “um termo guarda-chuva para os cristãos conservadores na cultura americana” (WELLMAN, 2008), como também para adeptos do movimento evangélico que se autointitulam como tal (STANLEY, 2013).

No Brasil, o termo “evangélico” é frequentemente usado como sinônimo de “protestante”, o que complica ainda mais a precisão do termo (RABUSKE et al., 2012). As conexões teológicas e políticas entre evangélicos brancos americanos e protestantes brasileiros em geral, no entanto, são fortes o suficiente para garantir um uso qualificado do termo “evangélico” como um descritor apropriado tanto dos cristãos conservadores nos Estados Unidos quanto do Protestantismo popular brasileiro. Por exemplo, para Freston, o Brasil é o único país latino-americano onde o chamado “Protestantismo Histórico” alcançou uma medida de sucesso, mesmo à luz do crescimento explosivo do pentecostalismo (FRESTON, 2008a). No entanto, essa influência evangélica dos EUA transcende as linhas denominacionais bem como linhas tradicionais, pentecostais e carismáticas. A sobreposição ideológica entre os EUA e os evangélicos brasileiros não é fruto de uma coincidência. Ao longo da história do movimento evangélico, o evangelicalismo brasileiro não começou apenas como resultado dos esforços missionários de evangélicos americanos. O influxo da influência evangélica dos EUA no Brasil tem sido sustentado pelo envolvimento missionário direto, controle dos Estados Unidos sobre instituições de produção cultural brasileiras (seminários, periódicos religiosos, editoras, etc.), parcerias desiguais entre as igrejas evangélicas dos EUA e do Brasil, e o fluxo de informações por meio de tecnologias modernas e contemporâneas (CHAVES, 2020).

Em termos de histórias do protestantismo brasileiro, é de especial atenção que as igrejas que serão tratadas aqui são batistas e pentecostais, e foi precisamente na história das missões batistas do sul estadunidense que a gênese tanto dos batistas quanto dos pentecostais convergiram no Brasil (ALENCAR, 2013). A história multifacetada e polimorfa do evangelicalismo americano e brasileiro é, sem dúvida, repleta de várias exceções dignas de nota aos compromissos conservadores de origem estadunidense. No entanto, os respectivos conservadorismos teopolíticos dos EUA e Brasil foram resultado da disseminação transnacional de ideias e projetos que muitas vezes carregavam as formulações, teologias, imaginações sociais, e disposições políticas do estabelecimento religioso evangélico dos EUA (ALENCAR, 2007). Hoje, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil vivem as manifestações de um evangelicalismo forjado como um movimento teologicamente conservador, liderado principalmente por brancos, cuja identidade contemporânea nos Estados Unidos foi parcialmente formada como uma reação às mudanças trazidas pelos Movimento de Direitos Civis, bem como por movimentos pelos direitos reprodutivos e de igualdade de gênero (TISBY, 2019). O vasto apoio que os evangélicos dão a Donald Trump, nos Estados Unidos, e a Jair Bolsonaro, no Brasil, é parcialmente resultado de um processo contínuo de globalização do evangelicalismo estadunidense.

Para este estudo, é essencial observar a influência transnacional do evangelicalismo dos Estados Unidos no Brasil. É para as igrejas evangélicas da diáspora brasileira que este capítulo volta seu olhar. Embora muitos estudos tratem da história do evangelicalismo nos Estados Unidos e do evangelicalismo brasileiro no Brasil, a história das igrejas da diáspora brasileira nos Estados Unidos ainda é pouco estudada. A história das igrejas da diáspora brasileira começa com a história da imigração brasileira nos Estados Unidos, que influenciou a criação de várias igrejas de imigrantes brasileiros no país (CHAVES, 2017; RODRIGUES, 2016; SERRÃO & CAVENDISH, 2018).

Os Estados Unidos são o destino preferido para os imigrantes da América Latina em geral e para os brasileiros, em particular. Há mais brasileiros nos Estados Unidos do que em todos os outros destinos para imigrantes brasileiros juntos (MARGOLIS, 2013). Brasileiros migram para os Estados Unidos há mais de um século, porém, as ondas mais recentes da migração brasileira começaram na década de 1980 (CEBULKO, 2013). As primeiras comunidades brasileiras nos Estados Unidos podem ser traçadas na década de 1960, quando já existiam grupos brasileiros em Nova York, New Jersey, Boston e Califórnia. Foi na década de 1980, entretanto, que pessoas da cidade de Governador Valadares começaram a migrar, usando as avenidas abertas pelos engenheiros de Boston que viveram na cidade durante a Segunda Guerra Mundial, quando foram ao Brasil construir ferrovias e trabalhar na mineração (MARGOLIS, 2009). Na década de 1980, o Brasil passava por uma grave crise econômica, e a inflação foi uma desvantagem significativa para as famílias de classe média. Durante este período, brasileiros que migraram para os Estados Unidos tiveram acesso às informações e aos meios financeiros necessários para a viagem.

Os brasileiros que acabaram indo para Nova York, por exemplo, eram de classe média, com educação formal considerável e de pele clara, dando mais evidências para o argumento que migrações de grupos específicos geralmente começam com classes média e alta que abrem o caminho e estabelecem redes internacionais que mais tarde facilitam o movimento das classes populares (MARGOLIS, 2013). Segundo Ana Cristina Braga Martes, se fosse preciso traçar um perfil do típico brasileiro nos Estados Unidos, dir-se-ia que teria uns 35 anos, casado, morando com o cônjuge e filhos, seria de Minas Gerais, e veio para os Estados Unidos em busca de melhores oportunidades de emprego (MARTES, 2011).

Nova Inglaterra e Nova York eram destinos ideais para os brasileiros na década de 1980, não só por causa do *boom* econômico nessas regiões ou das redes Brasil-EUA que facilitavam a migração, mas também por causa das populações de língua portuguesa da área, que vieram principalmente de Portugal, Açores e Cabo Verde (DEBIAGGI, 2001). Nesta região, a grande maioria dos brasileiros se instalou inicialmente, embora hoje existam enclaves brasileiros em muitas das principais cidades dos Estados Unidos. Depois da onda inicial da migração brasileira na década de 1980, houve uma segunda onda no final da década de 1990. Desde então, a maioria dos trabalhos sociológicos indicam que os novos imigrantes brasileiros representam melhor a diversidade da população brasileira do que aqueles que vieram na primeira onda. Entre 2002 e 2012, devido ao crescimento econômico ocorrido durante o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil, a migração brasileira para os Estados Unidos diminuiu consideravelmente. Desde 2012, no entanto, o crescimento econômico do país estagnou, e novas ondas de imigrantes brasileiros começaram a migrar novamente para os Estados Unidos.

É a partir desse contexto mais amplo, fluido e complexo de migração que as igrejas da diáspora brasileira se formam nos Estados Unidos. As formas institucionais das igrejas da diáspora brasileira são diversas, e muitas igrejas se adaptam a mudanças demográficas. A pesquisa histórico-social realizada por Chaves (2017) com igrejas Batistas Brasileiras nos Estados Unidos, por exemplo, sugere que muitas igrejas de imigrantes brasileiros também atendem a pessoas de várias origens latino-americanas, como também a americanos brancos (CHAVES, 2017, ver também SERRÃO, 2020, 2022). Portanto, um estudo de igrejas evangélicas de imigrantes brasileiros oferece uma necessária análise crítica da vida religiosa deste grupo étnico-racial e fornece uma visão mais geral sobre a vida religiosa dos imigrantes nos EUA. Nesse sentido mais amplo, a pandemia da COVID-19, considerando o forte apoio dado a Trump por evangélicos brancos e o apoio evangélico ao Bolsonaro no Brasil (PY, 2020), postula uma oportunidade única de olhar para o comportamento das igrejas de imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos em relação ao seu compromisso histórico com o conservadorismo de direita. Porém, no caso do apoio evangélico a Bolsonaro, é importante mencionar que as questões relacionadas à percepção de corrupção da administração anterior e iniciativas de inclusão de gênero foram centrais para a afiliação política evangélica e seus padrões de votação.

## Igrejas Imigrantes e COVID-19

“Durante a pandemia da COVID-19, as igrejas têm sido locais importantes de resposta a diretrizes e regulamentações governamentais” (PY, 2021). Já em março de 2020, devido às instruções nacionais, estaduais e locais para reduzir grandes aglomerações por meio da implementação de diretrizes de distanciamento social (físico), muitas comunidades de fé decidiram ter seus cultos ao vivo transmitidos *online*. Congregações de imigrantes evangélicos brasileiros tiveram que se adaptar a esta nova realidade como um esforço coletivo para “nivelar a curva” da pandemia. Aqui, analisamos a reação e adaptação de três congregações de imigrantes brasileiros à pandemia da COVID-19.

Escolhemos as congregações através de uma abordagem de amostragem proposital. Por ser uma técnica de amostragem não probabilística, selecionamos as congregações que melhor se adaptam ao propósito de nossa investigação. Nosso objetivo foi buscar congregações de diferentes denominações que atendiam ao público brasileiro, usavam várias ferramentas *online* para chegar a seus membros e estavam localizadas em diferentes áreas urbanas dentro do estado da Flórida. Como tal, este texto centra suas análises em três congregações distribuídas igualmente nas regiões do Norte, Centro e Sul da Flórida, o estado com o maior número de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos (BLIZZARD & BATALOVA, 2019).

No total, este capítulo analisa 57 reuniões religiosas transmitidas *online* e postadas pelas congregações durante os meses de março, abril e maio em duas plataformas de mídia social: *Facebook* e *YouTube*. Essas congregações mantiveram seus cultos de quartas-feiras e domingos (com a participação de várias outras pessoas, como a equipe de música). Além disso, os pastores adicionaram encontros de *lives* semanais e, no caso da congregação da Flórida Central, *lives* diárias. Esses eventos, chamados apenas de *lives*, não existiam antes da pandemia e foram possivelmente criados para, entre outras coisas, manter os congregantes engajados com suas respectivas igrejas.

As reações à pandemia variaram entre as congregações. Devido ao interesse no bem-estar dos membros por parte dessas congregações e por causa das posturas estritas do governo Trump em relação à migração, prevemos que as congregações seguiriam as diretrizes do governo com o mínimo de críticas. No entanto, tal conformidade não impediu as igrejas de criticarem de forma criativa algumas decisões tomadas por oficiais do governo para conter a propagação do vírus. Na próxima seção, nos voltaremos a uma análise das reações das congregações e suas respostas à pandemia da COVID-19, dentro de uma realidade onde a tecnologia se tornou o meio primário pelo qual o cuidado pastoral e as reuniões comunitárias foram operacionalizadas. Com o passar do tempo, tais serviços religiosos *online* tornaram-se o “novo normal” na adaptação da vida congregacional, na medida em que as igrejas já pensam como a pandemia afetará permanentemente seu *modus operandi*. Ainda que estes cultos tenham sido gravados, postados nas redes sociais e disponíveis para acesso de qualquer pessoa, nós usamos pseudônimos para proteger as congregações e as identidades de seus membros.

## Envolvendo os membros por meio de cultos *online*

As três igrejas investigadas neste estudo envolveram seus membros e realizaram cultos *online* de forma diferente. As igrejas da Flórida Central e do Sul da Flórida continuaram a realizar seus cultos no edifício da igreja com um número reduzido de pessoas. Eles realizaram cultos ao vivo via *YouTube* (Sul da Flórida) e *Facebook* (Flórida Central e Sul da Flórida) com os membros da equipe de música tocando e cantando sem máscaras. Na verdade, no dia 19 de abril, a congregação do Sul da Flórida tinha 15 pessoas no palco, entre cantores e músicos, e nenhum deles usava máscara. As congregações do Sul da Flórida e da Flórida Central também promoveram cultos do tipo *drive-in*. Esses cultos permitem que membros assistam ao sermão de dentro de seus carros que ficam parados no estacionamento das igrejas.

Diferentemente, a congregação do Norte da Flórida decidiu usar o aplicativo do *Facebook* chamado *Messenger Rooms*, onde cada membro da igreja era convidado a participar do culto pelo pastor que, por sua vez, dirigia o culto de sua mesa de jantar. Este modelo variou significativamente das outras duas igrejas. Até mesmo os cantores participaram do culto de suas casas. Além disso, o formato casual da igreja do Norte da Flórida permitiu que eles fossem muito mais interativos com seu público do que as congregações da Flórida Central e do Sul da Flórida. Todas as três igrejas, no entanto, aproveitaram o formato *online* para abordar pessoas no Brasil. Em termos de “visualizações,” todas as três igrejas tiveram alguns de seus cultos assistidos por milhares de pessoas e compartilhados centenas de vezes. Um único vídeo da congregação do Norte da Flórida teve mais de 3700 visualizações até a escrita deste capítulo. A seguir, analisamos três respostas imediatas à pandemia de COVID-19 tomadas pelas congregações.

## Abordando sua obediência às autoridades

Um ponto crucial que os líderes queriam transmitir aos membros era que eles estavam seguindo as autoridades. Ainda que muitos estados dos Estados Unidos, incluindo a Flórida, haviam colocado os cultos religiosos na lista de serviços essenciais (VILLA, 2020), isentando-os das normas de distanciamento social, as três congregações brasileiras decidiram suspender todos os cultos presenciais. Essa decisão estava de acordo com as recomendações do Centro de Controle e Prevenção de Doenças<sup>104</sup> (CDC em inglês) de “considerar o cancelamento de encontros de mais de 10 pessoas” (CDC 2020). Na verdade, exceto a congregação da Flórida Central, que mencionou explicitamente a liberação de cultos presenciais pelas autoridades estaduais, as outras duas congregações apenas referiram a sua obediência às autoridades como o motivo da mudança dos cultos para o formato *online*. O pastor da congregação da Flórida Central até disse durante um sermão, em 18 de março, que se membros aparecessem na frente do prédio da igreja, ele os deixaria entrar “até que tenhamos o número máximo que o governo sugeriu”. Este número, de acordo com o pastor, era de 50 pessoas.

104 - Órgão que regula e supervisiona diversos setores da saúde pública nos Estados Unidos.

Mesmo assim, ele estava ciente de como a situação era fluida na época. Ele continuou, “Tudo pode mudar amanhã. É possível que amanhã eles [governo] venham e digam, ‘não sugerimos mais do que dez, ou mesmo cinco, como Trump sugeriu há alguns dias’”. Algumas das orientações usadas pelo pastor da Flórida Central para informar sua congregação veio por meio de suas reuniões através de um canal telefônico aberto exclusivo para líderes religiosos. De acordo com o pastor, tais encontros incluíram “o governador e senador da Flórida, bem como o presidente e vice-presidente”.

Os líderes das congregações do Norte e do Sul da Flórida enfatizaram a decisão do governo de restringir grandes reuniões e sua obediência às autoridades. O pastor do Norte da Flórida, no entanto, reconheceu em um sermão transmitido em 29 de março que: “se as autoridades [...] não proibissem os cultos, a igreja estaria cheia de pessoas adorando ...”. O pastor do Sul da Flórida também mencionou que o “governo ou qualquer outra agência que esteja à frente das questões de saúde nos EUA” seria essencial para determinar quando eles retomariam seus cultos presenciais. Tais reações das três congregações de imigrantes evangélicos brasileiros, embora alinhado com a maioria das igrejas nos Estados Unidos, contrastou drasticamente com algumas congregações que desafiaram as ordens de ficar em casa (LUSCOMBE, 2020) e continuaram a ter cultos presenciais, independentemente da possibilidade de contaminação generalizada (SHIN, BERLOWITZ & KIM, 2020).

## Criticando as Autoridades

No entanto, a obediência às autoridades não significou uma completa falta de crítica ao governo. Diferente de um pastor estadunidense de uma grande congregação na Flórida, que chamou as autoridades locais de “governo tirânico” (DEESE, 2020), pastores brasileiros criticaram o governo de maneira diferenciada. Por exemplo, em 29 de março, durante uma conversa entre o pastor principal e seu co-pastor postada no *Facebook*, o co-pastor da congregação do Norte da Flórida culpou a pandemia à “mão de Deus” por causa das “mudanças nas leis de casamento” realizadas pelo governo, para novas leis que eram contra “princípios bíblicos”. O pastor dirigiu seu comentário à deliberação da Suprema Corte dos Estados Unidos no caso *Obergefell v. Hodges*, que decidiu que o casamento entre pessoas do mesmo sexo era legítimo e constitucional. Para este pastor, Deus usou a pandemia para punir todas as nações devido à uma decisão judicial de um único país. Essa estreita forma de ver o mundo apareceu de maneiras diferentes em todas as três congregações que acreditavam que a pandemia era uma forma de Deus punir uma igreja impenitente.

Em 11 de abril, o pastor do Sul da Flórida criticou o governo durante uma *live* postada no *YouTube*. Ele reclamou da decisão da polícia local de restringir suas atividades de doação de alimentos. Depois de explicar um de seus esforços bem-sucedidos de doação de alimentos, o pastor disse:

Mas, então, recebemos uma ligação do chefe da polícia local dizendo que não poderíamos fazer isso [doação] porque a gente teria que pagar o espaço que a gente usou e a polícia que veio aqui, eles [a autoridade local] queria nos impedir. Somos uma igreja fundada por imigrantes [continuou o pastor] e o que estamos fazendo? Queremos abençoar este país [...], não estamos aqui para fazer algo para nosso benefício [concluiu em tom frustrado].

Finalmente, em 15 de abril, o pastor da congregação da Flórida Central, provavelmente o mais engajado politicamente dos três, entregou um sermão inteiro sobre um potencial interferência do governo na igreja. No momento em que escrevo, este sermão foi visto mais de 800 vezes e compartilhado 14 vezes. O que é particularmente relevante sobre este sermão é que ele foi pregado na semana em que o governo local declarou toque de recolher das 21h às 5h. O pastor usou o livro de Daniel, capítulo 3, onde o rei da Babilônia, Nabucodonosor, ordenou seus servos a construir uma imagem de ouro a ser adorada pelo povo toda vez que ouvissem o som de instrumentos musicais (corneta, flauta, lira, etc.). De acordo com o texto bíblico, quem não se curvasse para adorar a imagem feita pelo rei deveria ser jogado em uma fornalha ardente. Depois de explicar a passagem, o pastor decidiu aplicar Daniel 3 à sua congregação dizendo:

Deus é o único que pode nos parar. Estamos enfrentando incertezas [...], estamos enfrentando decretos impostos por governantes que dizem que devemos ir por este ou aquele caminho. Preste atenção; essas são estratégias malignas de Satanás, que é a figura de Nabucodonosor.

Ele então continuou: “Não sabemos o que está reservado para nós no futuro. O que nos espera pela frente. Quais serão os próximos decretos. Quais serão as proibições estabelecidas pelo governo”.

Mais uma vez, diferente de alguns pastores e padres católicos dos EUA que desafiaram as ordens do estado para suspenderem os cultos (LUSCOMBE, 2020), o pastor da Flórida Central não queria ser compreendido como alguém que estava incentivando os membros a desobedecer às autoridades governamentais. Ele disse:

Pastor, você está dizendo que devemos ir contra o governo? Eu não estou dizendo isso. O que estou dizendo é que pode chegar o momento em que algumas ideologias ensinadas pelas autoridades vão confrontar a verdade da palavra de Deus, e então eu pergunto a você, o que você e eu vamos fazer?

Mesmo que o pastor não tenha mencionado o toque de recolher diretamente, ele provavelmente tinha a polarização política na qual o Brasil e os Estados Unidos estão imersos

(MARTÍ, 2019). Como tal, seu sermão espalhou desconfiança no governo, particularmente os de tendência de esquerda. Sua referência à ideologia também pode apontar para discussões no Brasil sobre “ideologia de gênero”.

Para entender essa confusão, basta dizer que as questões sobre a sexualidade humana geraram interpretações errôneas e preconceituosas no Brasil, principalmente nos círculos religiosos. Como resultado, políticos têm cooptado os setores mais conservadores da igreja evangélica e católica, aproveitando as profundas divisões político-ideológicas entre a esquerda e a direita mundial (MISKOLCI & CAMPANA, 2017). O presidente brasileiro Jair Bolsonaro foi impulsionado para os holofotes nacionais depois de seus comentários racistas, sexistas, xenófobos e homofóbicos.

No entanto, durante sua gestão como deputado, foi seu confronto com feministas e apoiadores do que ficou conhecido como “ideologia de gênero” (HENRIQUE, 2018) que lhe rendeu acesso e a simpatia de setores religiosos conservadores no Brasil. Evangélicos se tornaram uma força influente, incluindo aqueles que haviam migrado para outros países. De acordo com uma reportagem de uma agência de notícias brasileira (MORENO, 2018), na eleição presidencial de 2018, Bolsonaro venceu em todas as oito cidades dos EUA que ofereceram locais para imigrantes brasileiros votarem. Além dessa reação inicial, as congregações também tiveram algo mais em comum. Todos eles seguiram o mesmo tema teológico durante seus sermões iniciais: Deus enviou a pandemia para trazer arrependimento e o fim do mundo.

## Fornecendo uma mensagem apocalíptica

A maioria dos sermões durante o início da quarentena abordou a pandemia de uma forma ou de outra. Enquanto os membros foram incentivados por seus líderes a tirar vantagem de seu tempo em casa para se envolverem mais com suas famílias, os pastores estavam fornecendo explicações espirituais que enquadraram a pandemia de COVID-19 como o “começo do fim do mundo”. No dia 27 de março, em uma *live* realizada por pastores da congregação da Flórida Central, eles mencionaram que Deus estava descontente com o Brasil, a Europa e o Estados Unidos, em parte, porque esses lugares tiraram Deus das escolas, zombaram Jesus durante as celebrações do carnaval, e haviam se tornado ateus. Uma pastora então perguntou, “a praga veio matar ou causar uma mudança?”.

Em um vídeo transmitido ao vivo no dia 29 de março, o pastor do Norte da Flórida demonstrou sua surpresa em um sermão quando ele disse, “Eu nunca vi nada assim, todas as igrejas em todo o mundo parando seus cultos presenciais”. Ele então continuou, “A igreja tem que aceitar que é o próprio Deus, nos conduzindo para o deserto. Existe um propósito nisto [...]”.

A ideia de que Deus estava preparando a igreja para o fim dos tempos foi algo comum entre os líderes dessas congregações. No Sul da Flórida, por exemplo, o pastor cria que a corrida para uma cura deveria ser entendida como um ato profético que poderia levar ao surgimento de um líder global. Ele disse:

Há algo profético acontecendo; há algo ... irmãos não sejam iludidos; isso não é natural. O mundo inteiro está se rendendo a algo. O mundo inteiro quer que alguém traga uma solução para este problema. Eu quero te dizer, você precisa discernir o que a palavra de Deus diz. Cuidado, já existe [algo] grande [acontecendo] no mundo espiritual. Um salvador que vem para resolver o problema do mundo inteiro? Seja cuidadoso!

O pastor se referiu à ideia comum de que o anticristo será um líder mundial carismático que trará paz e estabilidade para a humanidade em tempos de crise. O pastor no Norte da Flórida também acreditava que a Bíblia havia previsto a pandemia de 2020. Ele disse, “as coisas que estão acontecendo hoje foram profetizadas por nossos pais, pelos profetas, muitos anos atrás...”. Finalmente, na Flórida Central, o pastor acreditava que mesmo que o vírus fosse “criado por homens”, Deus “permitiu” que isso acontecesse.

Essas mensagens, carregadas de conotações apocalípticas, cumprem pelo menos dois objetivos para essas congregações de imigrantes. Primeiro, eles orientam a percepção dos imigrantes para eventos mundiais contemporâneos, colocando a fé deles no centro da história. Porém, o mais importante, eles ajudam os imigrantes a lidar com o sofrimento em um contexto de incertezas políticas, sociais, econômicas e de saúde pública. No entanto, as congregações não responderam à pandemia apenas fornecendo explicações teológicas, mas também agindo de forma prática.

## Enfrentando a crise econômica

Os pastores também abordaram o aumento do desemprego e a crise econômica trazida pela pandemia. Por exemplo, em 27 de março, o pastor da Flórida Central se referiu a mais de 3 milhões de pessoas que entraram com pedido de desemprego naquela semana nos Estados Unidos, mas depois acrescentou “damos glória a Deus porque a maioria de nós aqui na igreja está empregada. Temos nossos empregos; nós temos nosso sustento, o que é realmente uma coisa muito boa”. No entanto, em 8 de abril, esse mesmo pastor pediu doações de alimentos porque “há muitas famílias necessitadas. Quase não temos um dia aqui na igreja que uma família ou duas não venha bater à nossa porta perguntando, ‘você tem comida para nos dar?’”. Como resultado do rápido aumento do desemprego e da necessidade financeira entre os membros da congregação da Flórida Central, a liderança decidiu organizar uma despensa de alimentos e doar “100 cestas de alimentos”.

O pastor do Norte da Flórida enfatizou como os membros da igreja estavam ajudando uns aos outros. “Temos conhecimento de irmãos que estão colaborando junto à comunidade. E outros estão dando comida uns aos outros. Tem uma irmã com um bebê, e um irmão que entrega comida direto na porta dela [...]; [eu soube de] um irmão que estava oferecendo trabalho para outro [membro], e juntos estamos vencendo”. No Sul da Flórida, a igreja realizou um *drive-through* onde doaram “ovos, leite, frango, peixe, frutas e vegetais” para mais de “600 famílias” às quintas e sábados.

A situação dos imigrantes indocumentados nessas igrejas era ainda mais alarmante, uma vez que não se qualificam para receber o dinheiro do governo federal através da Lei CARES, como a maioria dos cidadãos americanos receberam. Considerando que uma grande porcentagem da população imigrante brasileira não tem documentos (MARGOLIS, 2013) e que a maioria dos imigrantes brasileiros trabalham no setor de serviços, como limpeza de casas, construção, etc., ou são proprietários de pequenas empresas (MARTES & RODRIGUEZ, 2004), muitos membros podem ter tido problemas financeiros durante a pandemia.

No entanto, apesar da necessidade financeira de que alguns membros estavam passando, as igrejas continuaram a pedir doações financeiras. Por exemplo, um pastor no Sul da Flórida disse:

... talvez hoje você esteja precisando. Mas você sabe, talvez o pouco que você tem pode abençoar outro. [Você pode dizer] mas pastor, tenho recebido tão pouco. Talvez o pouco que você tem pode abençoar alguém. Deus pode multiplicar essa semente.

Da mesma forma que seus membros, as igrejas também têm enfrentado dificuldades financeiras durante esta pandemia. Os cultos *online* não são tão eficazes quanto as reuniões presenciais quando se trata de coletar dízimos e ofertas. Portanto, a pandemia de COVID-19 pressionou líderes religiosos a navegar o dilema de tentar ser pastoral e simpático às lutas financeiras de seus membros, por um lado, e facilitar a viabilidade econômica da instituição religiosa, por outro.

## Conclusão

Neste texto examinamos as respostas e reações das congregações de imigrantes brasileiros localizadas no Norte da Flórida, na Flórida Central e no Sul da Flórida à pandemia da COVID-19. A forma como as igrejas dos imigrantes brasileiros se posicionaram diante das autoridades locais indicam sua obediência às diretrizes e regulamentos oficiais. Contudo, essa obediência foi caracterizada por uma imaginação teológica apocalíptica que interpretou a pandemia e as restrições governamentais como punições por comportamentos que eram vistos como imorais e ofensivos a Deus. Além disso, as igrejas tentaram equilibrar a

empatia pelas dificuldades financeiras de seus membros com as necessidades financeiras da própria instituição. Com base nessas descobertas, fica claro que as igrejas de imigrantes brasileiros seguiram os passos teológicos de um evangelismo norte-americanizado enquanto simultaneamente deixa claro para seus membros – muitos dos quais são indocumentados – que eles não estavam incitando qualquer forma de desobediência aos regulamentos do governo. Essa obediência, no entanto, foi principalmente informada por questões de status migratório, não por disposição teológica.

O apocalipticismo tem sido um tema central e contínuo da teologia evangélica desde o início até hoje. Embora, em alguns círculos evangélicos nos Estados Unidos, a linguagem apocalíptica tenha recentemente perdido seu papel central, o evangelicalismo do hemisfério sul abraçou a linguagem apocalíptica dos evangélicos americanos. Como afirma o historiador Matthew Sutton, “embora as convicções apocalípticas dos evangélicos tenham diminuído um pouco nos Estados Unidos, a crença de que o fim está próximo está se espalhando rapidamente pelo hemisfério sul” (SUTTON, 2014).

No entanto, Sutton não prestou atenção suficiente porque evangélicos apocalípticos do hemisfério sul agora cultuam em igrejas de imigrantes em todos os Estados Unidos. A disposição apocalíptica do evangelicalismo é, como o próprio evangelicalismo, um fenômeno global. O fluxo de evangélicos do hemisfério sul para os Estados Unidos (e Europa), por sua vez, apontam para caminhos pelos quais os compromissos teológicos apocalípticos de evangélicos também são mantidos por meio da migração Sul-Norte. As mensagens das igrejas de imigrantes brasileiros durante a crise da COVID-19 apontam firmemente na direção de apocalipticismo evangélico de inspiração norte-americana.

Em termos das respostas que os evangélicos brasileiros no Brasil têm dado à pandemia da COVID-19, é fundamental ressaltar que os evangélicos brasileiros são diversos. No entanto, os evangélicos no Brasil são mais propensos a ser contra as regulamentações governamentais do que a população em geral (MORI, 2020). Apocalipticismo por parte dos evangélicos no Brasil também se destacou entre os líderes religiosos em geral e pentecostais, em particular. Edir Macedo, por exemplo, atribuiu a pandemia a Satanás (MSN, 2020). Líderes evangélicos proeminentes como Silas Malafaia, R.R. Soares, Valdomiro Santiago e Estevam Hernandes, entre outros, posicionaram-se firmemente contra as autoridades de saúde pública no Brasil (FIOROTTI, 20W20). Um significativo número de evangélicos nos Estados Unidos fizeram o mesmo, com algumas igrejas chegando a processar o governo para desafiar os fechamentos (ROWAN, 2020). Na intersecção entre o Brasil e os Estados Unidos, encontram-se as igrejas brasileiras nos Estados Unidos que responderam de forma similar aos seus colegas evangélicos dos EUA e do Brasil, enquanto certificam-se de que seus membros cumpram a lei, dada sua condição de imigrantes.

Nossa análise considerou apenas as mensagens postadas *online* durante março, abril e maio de 2020. Embora o estado da Flórida tenha afrouxado suas restrições, e o CDC forne-

cido diretrizes para as instituições religiosas retornarem seus cultos, as congregações analisadas neste capítulo continuam transmitindo alguns de seus cultos *online*. As respostas que destacamos fornecem uma janela para uma gama de outras experiências e reações que outras congregações (particularmente aquelas lideradas por imigrantes) estão tendo durante este tempo. Enquanto a pandemia continuar a afetar a sociedade de maneira profunda, incluindo a exposição ao racismo e a opressão sistêmica embutidos nas sociedades dos EUA e do Brasil, é vital investigar como as congregações apoiam seus membros mais vulneráveis ao mesmo tempo em que são coparticipantes do racismo *da cegueira de cor* (BONILA-SILVA, 2006; SERRÃO, 2020). Estudos futuros devem focar em como e em que medida as congregações de imigrantes brasileiros abordam conversas mais amplas sobre questões de raça e racismo nos Estados Unidos e no Brasil.

## Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo tupiniquim**. São Paulo: Aret Editorial, 2007.
- ALENCAR, Gedeon. **Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus, 1911–2011**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.
- BEBBINGTON, David W. **Evangelicalism in modern Britain: a history from the 1730s to the 1980s**. London: Routledge, 1989.
- BLIZZARD, Brittany; BATALOVA, Jeanne. **Brazilian Immigrants in the United States**. 2019. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/brazilian-immigrants-united-states>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States**, 2nd edn. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.
- CDC - Centers for Disease Control and Prevention **Florida community mitigation - coronavirus disease 2019 (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/casesupdates/florida.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- CEBULKO, Kara Beth. **Documented, undocumented, and something else: the incorporation of children of Brazilian immigrants**. El Paso: LFB Scholarly Pub, 2013.
- CHAVES, João. **Evangelicals and liberation revisited: an inquiry into the possibility of an evangelicalliberationist theology**. Eugene: Wipf & Stock Publishing, 2013.
- CHAVES, João. **Disrespecting borders for Jesus, power, and cash: Southern Baptist missions, the new immigration, and the churches of the Brazilian diaspora**. 2017. Tese (Doutorado), Baylor University, Waco, 2017.
- CHAVES, João. **O racismo na história batista brasileira: Uma memória inconveniente do legado missionário**. Brasília: Novos Diálogos, 2017.
- DEBIAGGI, Sylvia D. **Changing gender roles: Brazilian immigrant families in the U.S**. New York: LFB Scholarly Publishing, 2001.
- DEESE, K. **Florida megachurch pastor says he's closing church due to 'tyrannical government'**. The Hill. 2020. Disponível em: <https://thehill.com/homenews/news/490789-florida-megachurch-pastor-says-hes-closing-church-due-to-tyrannical-government>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FIOROTTI, S. **Liberdade religiosa dos evangélicos em tempos de pandemia**. 2020. A Pátria. Disponível em: <https://apatria.org/politica/liberdade-religiosa-dos-evangelicos-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

FRESTON, Paul (ed.). **Evangelical Christianity and Democracy in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2008a.

HENRIQUE, Guilherme. 'Ideologia de gênero' é o que mais mobiliza eleitor evangélico. DW. 2018. Disponível em: <https://amp.dw.com/pt-br/ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-o-que-mais-mobiliza-eleitorevang%C3%A9lico/a-45964108>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LUSCOMBE, Richard. The US churches and pastors ignoring 'stay-at-home' orders". **The Guardian**. 2020. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2020/apr/05/coronavirus-churches-florida-socialdistancing>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MARGOLIS, Maxine. **An invisible minority: Brazilians in New York City**. Gainesville: University Press of Florida, 2009.

MARGOLIS, Maxine. **Goodbye, Brazil: Émigrés from the land of soccer and samba**. Madison: University of Wisconsin Press, 2009.

MARTES, Ana Cristina Braga. **New immigrants, new land: a study of Brazilians in Massachusetts**. Gainesville: University Press of Florida, 2011.

MARTES, Ana Cristina Braga; RODRIGUEZ, Carlos. **Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: O caso dos Brasileiros nos Estados Unidos**. Rev Adm Contemp, v. 8, n.3, ano 2004, p. 117-140.

MARTÍ, Gerardo. The unexpected orthodoxy of Donald J. Trump: White evangelical support for the 45<sup>th</sup> President of the United States. **Sociology of Religion**, v. 80, n. 1, ano 2019, p. 1-8.

MISKOLCI Richard; CAMPANA, Maximiliano. (2017) 'Ideologia de gênero': notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, ano 2017, p. 725-748.

MORENO, Ana Carolina. Bolsonaro vence nos EUA, Venezuela, Israel e Irã; Ciro, em Berlim, Paris e Pequim; Haddad, na Palestina, Cuba e Nigéria. **G1**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-emnumeros/noticia/2018/10/07/bolsonaro-vence-nos-eua-venezuela-israel-e-ira-ciro-em-berlimparis-e-pequim-haddad-na-palestina-cuba-e-nigeria.ghtml>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MORI, Letícia. Crise de coronavírus expõe racha entre evangélicos no Brasil. **BBC News Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52313890>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MSN. Edir Macedo atribui pandemia a 'Satanás' e fala em 'interesses econômicos'. **MSN**, 2020. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/edir-macedo-dissemina-informa%C3%A7%C3%B5es-falsase-atribui-coronav%C3%ADrus-a%E2%80%9Csatan%C3%A1s%E2%80%9D/ar-BB11ehin>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro, *Tempo & Argumento*, 2021.

RABUSKE, Irineu; SANTOS, Paola; GONÇALVES, Hosana; TRAUB, Laura. Evangélicos Brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam? **Revista Brasileira de História das Religiões**. v. 4, n. 12, ano 2012, p. 255–267.

RODRIGUES, Donizete. **O Evangélico imigrante: O Pentecostalismo Brasileiro salvando a América**. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

ROWAN, Nicholas. Evangelicals drive religious liberty battle over pandemic shutdowns. **Washington Examiner**. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonexaminer.com/news/evangelicals-drive-religious-liberty-battleover-pandemic-shutdowns>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SERRÃO, Rodrigo. **Winning ‘Americans’ for Jesus?: second-generation, racial ideology, and the future of the Brazilian Evangelical church in the U.S.** Tese (Doutorado), the University of South Florida, Tampa, 2020.

SERRÃO, Rodrigo; Cavendish, James. The social functions and dysfunctions of Brazilian immigrant congregations in ‘Terra Incognita’. **Review of Religious Research**, v. 60, n. 3 ano, 2018, p. 367–388.

SERRÃO, Rodrigo. Negotiating Belonging: Race, Class, and Religion in the Brazilian Quest for ‘Becoming American.’ *Sociology of Religion*. 2022. Advanced Articles. <https://doi.org/10.1093/socrel/srac002>.

SHIN, Youjin, BERKOWITZ, Bonnie, KIM, Min Joo. How a South Korean church helped fuel the spread of the coronavirus. **Washington Post**. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/world/coronavirussouth-korea-church/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

STANLEY, Brian. **The global diffusion of evangelicalism: the age of Billy Graham and John Stott**. Downers Grove: IVP Academic, 2013.

SUTTON, Matthew. **American apocalypse: a history of modern evangelicalism**. Cambridge: Belknap Press, 2014.

TISBY, Jemar. **The color of compromise: the truth about the American Church’s complicity in racism**. Grand Rapids: Zondervan, 2019.

VILLA, Virginia. Most states have religious exemptions to COVID-19 social distancing rules. **Pew Research Center**. 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/04/27/most-states-have-religious-exemptions-to-covid-19-social-distancing-rules/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

WELLMAN, James. **Evangelical vs. liberal: The clash of Christian cultures in the Pacific Northwest**. New York: Oxford University Press, 2008.



07

# MORTE SANTA NOS TEMPOS DO CORONAVÍRUS:

Santa Morte, a Santa Salubre

Kate Kingsbury e  
R. Andrew Chesnut



# CAPÍTULO 7

## MORTE SANTA NOS TEMPOS DO CORONAVÍRUS:

### Santa Morte, a Santa Salubre

Kate Kingsbury e R. Andrew Chesnut

Como os cartões de oração e as velas de Santa Morte circulam no México com petições de proteção contra a COVID-19, consideramos a morte como doutora nestes tempos tumultuados, provando que a santa popular não é apenas uma narco-santa, como retrata a imprensa, mas é suplicada por milagres de cura e proteção contra o novo vírus. Nós não só revelaremos a importância da religião para lidar com as pandemias, mas também focaremos na noção da morte como curandeira e como doadora de vida. Nós descolonizaremos o conhecimento da Santa Morte e exploraremos as origens sincréticas da santa, vindo não apenas da Ceifadora europeia dos tempos de peste, mas também da epistemologia tanatológica indígena mexicana – que explica seus poderes duplos de presentear a vida e distribuir a morte.

Em todo o mundo, no início de 2020, muitos países anunciaram bloqueios de fronteiras, alguns declararam estado de emergência devido ao novo coronavírus. A COVID-19 – doença causada pelo contágio com o novo vírus – é uma, potencialmente, mortal doença respiratória, que é altamente contagiosa e matou centenas de milhares de pessoas, sem cura conhecida. Os cidadãos da maioria dos países do mundo têm sido encorajados a manter o distanciamento social, ou seja, a manter um espaço de dois metros entre si próprios e a outras pessoas, em todos os momentos. Também se deu a ordem de ficar em casa e, em alguns países, negócios diferentes daqueles considerados essenciais, como restaurantes e cabeleireiros, foram orientados a fechar suas portas. Essas e outras medidas foram tomadas por governos e cidadãos que procuram reprimir o alcance do vírus. Embora eficaz na prevenção do contágio generalizado, tais ações impactaram severamente a economia e a subsistência de muitos. A paranoia e pânico sobre a pandemia, em muitas nações, como o México, são o resultado da convergência de incompetência governamental, teorias da conspiração e o medo de doença grave e morte.

Todos os seres vivos devem morrer inevitavelmente. No entanto, através dos tempos, os seres humanos raramente aceitam sua mortalidade e a de seus entes queridos. E a religião, faz muito tempo, serve como um meio para evitar doenças, morte ou de chegar a um acordo com isso, seja no México, Brasil (CHESNUT & KINGSBURY, 2019) ou em qualquer outro lugar da América Latina. Uma das funções principais de Jesus era a de curador, e se

poderia até chamá-lo de xamã, como Craffert tem postulado, dado que seus principais papéis eram curar, mediar e profetizar (CRAFFERT, 2010).

Este texto enfatiza a importância de olhar para a religião em tempos de pandemia como um mecanismo de enfrentamento. Além disso, com foco em Santa Morte, a santa da morte nos tempos do novo coronavírus, isso demonstra que mesmo a hora derradeira, como um poder sobrenatural percebido, pode curar e prolongar a vida. Essa é uma ideia antiga, mas que recebeu pouca atenção acadêmica. O trabalho em grande escala mais recente sobre isso foi por Bloch e Parry (1982) no livro *Death and the Regeneration of Life*. Além disso, a ideia, muitas vezes, entrou em conflito com aqueles de dentro das tradições cristãs, para as quais a morte tem a ver com finalidade. No entanto, na Mesoamérica, a ideia da morte como regeneradora da vida é antiga.

No México, muitas divindades pré-hispânicas da morte – embora também simbolizem os reinos do submundo ou agindo como psicopompa – foram propiciados ou apaziguados para atrasar a morte e até a cura (*sanación*) (MILLER & TAUBE, 1997). *Ah Puch* foi uma divindade maia da morte, encontrada nos códices associados à pestilência (GUERRA, 1964). Na época pré-colombiana, se a morte visitasse uma casa maia, acreditava-se que o choro impediria *Ah Puch* de tirar outra alma. Séculos depois, a morte ainda está sendo propiciada por proteção e cura da COVID-19, dessa vez na forma da Santa Morte, uma santa popular feminina da morte. Além disso, os mexicanos que perderam seus empregos e estão enfrentando provações e tribulações também estão se voltando para esta santa para lidar com o estresse. Em um país onde o estado não domina a praga da narco-violência, muito menos na pandemia de coronavírus (BURKI, 2020), aqueles que se preocupam em cair doentes têm poucas opções a não propiciar a morte por mais vida.

Como os fornecedores de parafernália religiosa foram rápidos em responder ao robusto novo mercado de cartões de oração da Santa Morte e velas que apresentam petições de proteção contra COVID-19, consideramos a morte como doutora nestes tempos tumultuados. Começamos descrevendo os atributos de Santa Morte, após consideramos suas origens. Argumentamos que eles derivam não apenas da tanatologia pré-hispânica, mas vêm também dos dias sombrios da Peste Negra, na Europa do século XIV.

Sem tal compreensão não só de suas origens europeias, mas indígenas, a dualidade de seus poderes de vida e morte não pode ser compreendida. Em seguida, esboçamos a práxis e crença na devoção à morte. Por sua vez, a evidência etnográfica é apresentada detalhando o papel da Santa Morte na pandemia de coronavírus. Isso ressalta não apenas seu papel como santa curandeira, rebatendo as afirmações de que ela é apenas uma narco-santa, mas também atesta a plasticidade da santa na adaptação ao *l'air du temps*. Também consideramos como a veneração da Santa Morte permite que seus devotos estejam dispostos a segurar sua mão ossuda quando chegar a hora de deixarem este mundo. Como delineamos, o novo movimento religioso é baseado muito em como a fé indígena já foi ao aceitar a interdependência

da vida e da morte. Para os devotos, essa epistemologia tanatológica fornece a estrutura para o entendimento de sua realidade e a certeza da morte, a menos que os estudiosos estejam olhando para as práticas antigas através das lentes dos achados arqueológicos. Nesse sentido, nós sugerimos que não existem estudos desta ideia ainda em prática hoje.

## Nossa Metodologia

Somos uma dupla de pesquisadores. Um de nós é uma antropóloga, que tem feito trabalho de campo no sul do México, em Santa Morte, por três anos. O outro é um especialista em estudos religiosos, que escreveu o primeiro livro acadêmico em inglês sobre o que hoje é o novo movimento religioso de crescimento mais rápido nas Américas, e passou os últimos doze anos pesquisando o santo esqueleto. A antropóloga, durante o trabalho de campo, estabeleceu forte conexões locais que mantêm e, embora não possa ir a campo devido às atuais proibições de viagens devidas ao vírus, está em contato frequente com os entrevistados no México e a par do que está acontecendo no terreno. Além disso, nós dois temos realizado etnografia digital, usando observação participante para interagir com os Muertistas (devotos de Santa Morte) em sites de mídia social como o *Facebook*, que tem inúmeros grupos que consistem em 80 mil seguidores apenas em alguns deles. Sobre esses grupos, nos correspondemos publicamente e em particular com aqueles que postam orações contra a COVID-19 e aqueles que agradecem à Santa Morte pelos milagres de cura do vírus. Nós os indagamos informalmente sobre suas experiências, as práticas e crenças de forma não tendenciosa, em conversas não estruturadas.

## Santa Morte

Seja na forma de um pendente de prata, uma estátua de gesso, uma vela votiva, ou um medalhão dourado, Santa Morte quase sempre é representada como uma Ceifadora. Ela tem uma caveira em vez de um rosto carnudo, é vestida com um vestido longo e empunha uma grande foice em sua mão esquerda. O nome *Santa Muerte* revela sua identidade. *Muerte* significa “morte” em espanhol e “Santa” refere-se à sua santidade. Em seus rituais, como o Rosário de Santa Morte, os devotos costumam chamá-la de “Santíssima Morte” que, literalmente, é traduzido como “morte mais sagrada”.

Santa Morte é uma santa popular. Ao contrário dos santos católicos, que foram canonizados pela Igreja, os santos populares são espíritos dos falecidos que não obtiveram reconhecimento oficial, mas a população local acredita que possuem poderes sobrenaturais e são capazes de conceder milagres. Como Graziano (2006, p. 6) aponta, “o mundo da devoção popular aos santos [...] é um em quais seres sobrenaturais, são uma presença proeminente na vida cotidiana. Eles se misturam com os humanos e tem influência causal – mágica e milagrosa”.

Santa Morte tem sido frequentemente retratada erroneamente pela imprensa, mídia e agentes da lei dos EUA como uma narco-santa, ou seja, uma santa venerada unicamente pelos narcotraficantes (KINGSBURY & CHESNUT, 2020a; KINGSBURY, 2020). Em um texto anterior, nós demonstramos como essa é uma representação falaciosa e revelou seu papel como santa matrona da guerra às drogas sendo suplicada por ambos os lados da lei. No entanto, o papel da santa morte estende-se ao longe de distribuir justiça ou exigir vingança contra os inimigos. Faz muito tempo que a Santa Morte Tem sido procurada por seus devotos para a saúde e cura, o que lhe valeu o apelido de *la Santa Sanadora* (a Santa Curandeira) em referência ao seu papel como curandeira “sobrenatural”.

Os santos populares na América Latina têm sido frequentemente apelados por devotos para curar suas doenças. No México e na América Latina em geral, santos vernáculos como *Jesús Malverde*, *Niño Fidencio* e *Rey Pascual* são frequentemente favorecidos acima dos santos católicos em orações por bem-estar. Deus pode parecer um *deus otiosus*, uma figura que, embora poderosa, é indiferente e não envolvida, tornando-O difícil de propiciar ou entrar em um relacionamento íntimo com Ele (KINGSBURY & CHESNUT, 2020a). Os santos católicos, a grande maioria dos quais viveram séculos atrás na Europa, são distantes do latino-americano médio e são difíceis de relacionar, embora São Judas, patrono de causas perdidas, tenha se tornado extremamente popular no México. Santos populares, literalmente os “santos do povo”, são tipicamente pessoas falecidas que viveram suas vidas em solo local e que depois acredita-se que suas mortes foram dotadas de poderes sobrenaturais (GRAZIANO, 2006). Vencendo as afinidades culturais e histórias de vida familiares, eles são percebidos como sendo mais propensos a ouvir, compreender e resolver os problemas de seus seguidores (KINGSBURY & CHESNUT, 2020a; KINGSBURY, 2020).

Niño Fidencio, que viveu no estado de Nuevo León, no norte do México, nas primeiras décadas do século XX, foi um renomado curandeiro antes de morrer e tornou-se um santo propiciado pelos enfermos (AGOSTONI, 2018). Na mesma linha, Pedro Batista, no mesmo período, presidiu uma comuna católica popular no sertão do Brasil, com base na promessa de cura sobrenatural das aflições mundanas (CHESNUT, 2017; PESSAR, 2004). Portanto, não seria rebuscado argumentar que os santos mais populares na região são geralmente aqueles que têm uma reputação de ser curadores poderosos. Santa Morte também tem fortes poderes curativos e, como iremos detalhar, atualmente está sendo propiciada para curar e proteger os devotos da COVID-19. Como esse é um novo movimento religioso que surgiu nas últimas duas décadas em resposta às necessidades atuais (CHESNUT, 2017; KINGSBURY & CHESNUT, 2020a; 2020b), isto está em *perpetuum mobile* e manifestou mais uma vez sua maleabilidade ao se transformar em necessidades atuais dos mexicanos nestes tempos de coronavírus.

## O Ceifador da Peste Negra

A maioria dos estadunidenses e europeus ocidentais reconheceriam imediatamente Santa Morte como uma espécie de ceifadora feminina, com origens no catolicismo medieval. Espanhóis iriam nem mesmo ter de fazer concessões para seu gênero, dada sua própria personificação da morte, conhecida como *la Parca* (a Ceifadora), que é um esqueleto feminino. Devotos mexicanos, no entanto, são mais propensos a considerar a santa esqueleta como uma versão adaptada de uma deusa indígena da morte, seja asteca, seja maia. Por mais estranho que isso possa parecer para observadores estrangeiros, para muitos mexicanos as realidades da história indígena e os mitos do nacionalismo convergem para dar à santa popular um lugar de nascimento local na época México pré-colombiano.

Na capital mexicana, a versão mais comum da história da identidade indígena da santa destaca suas supostas origens astecas. Mais especificamente, Santa Morte é considerada como originada a partir de *Mictēcacihuatl*, a deusa asteca da morte que junto do seu marido, *Mictlantecuhтли*, governou o submundo *Mictlan*. Tal como Santa Morte, o casal mortal era normalmente representado como esqueletos ou corpos humanos com crânios no lugar das suas cabeças.

Os astecas não só acreditaram que aqueles que morreram de causas naturais acabaram em *Mictlan*, mas invocaram também os poderes sobrenaturais dos deuses para causas terrenas, como a cura. Com sua perseguição à religião indígena, a conquista espanhola levou devoção clandestina em sincretismo com o catolicismo. Assim, de acordo com esta versão, suas túnicas e vestidos de estilo espanhol e seus acessórios europeus, a foice e balança da justiça, são apenas uma fachada velando sua verdadeira identidade asteca (CHESNUT, 2017, p. 22).

Os poucos acadêmicos mexicanos que estudaram o antigo culto e o padrinho, David Romo, traçam as origens da santa popular na Europa Ocidental medieval (LOMNITZ, 2005; MALVIDO, 2005). A antropóloga mexicana Katia Perdigón Castañeda, por exemplo, escreve:

A história do presente conceito de morte e sua iconografia, refletida na contemporânea Santa Morte, está mais relacionada ao judeu-cristianismo (catolicismo, neste caso particular) do que o esquecido e desconhecido vozes dos vencidos, ou seja, dos povos pré-hispânicos” (PERDIGÓN CASTANEDA, 2008).

David Romo e outros estudiosos localizam especificamente a gênese da santa na figura do Ceifador do catolicismo europeu medieval. O Ceifador se originou durante uma pandemia não totalmente diferente desta que nós estamos agora experimentando, embora com os cuidados médicos avançados de hoje e o conhecimento de como as doenças se propagam, estamos mais bem equipados para lidar com a atual pandemia. A Morte Negra, também conhecida como peste bubônica, era uma doença mortal que atacava o sistema linfático, causando bubões – gânglios linfáticos inchados (COHN & COHN, 2003). Causado pela bac-

téria *yersinia pestis*, acabava atacando os pulmões e levando o contaminado para uma morte horrível. Ela devastou a Europa e a Ásia em meados de 1300 (HORROX, 2013).

A peste bubônica, semelhante à COVID-19, se espalhou para a Europa através de pessoas que viajavam de cidades infectadas no exterior (HORROX, 2013). Muito parecido com hoje, os navios de cruzeiro eram considerados um dos primeiros e piores locais atingidos, devido à natureza dos espaços lotados que permitiram a COVID-19 se espalhar para os passageiros que, então, infectavam outros ao voltarem para casa; no século XIV acreditava-se que os navios eram o principal vetor de infecção (SONNE, 2016).

No início da década de 1340, a doença atingiu a China, Índia, Síria, Pérsia e Egito. Em 1347, viajantes contagiosos chegaram à Europa vindos de Caffa, na Crimeia. Doze navios entraram no porto siciliano de Messina. Aqueles que esperam nas docas ficaram chocados ao descobrir que muitos a bordo dos navios estavam mortos. Outros ficaram severamente doentes e cobertos de furúnculos negros, que exalavam pus e sangue. Autoridades locais exigiam que a frota dos chamados navios da morte deixasse o porto, mas era tarde demais, pois a pestilência havia já começado a se espalhar. Da Itália, a doença se propagou gradualmente pelo resto da Europa (COHN & COHN, 2003).

Nos próximos cinco anos, a Peste Negra ceifaria mais de 20 milhões de vidas na Europa (COHN, 2008). A peste bubônica, portanto, tornou a morte dos moribundos uma familiar presença dos europeus do século XIV. Durante esse tempo, quando pelo menos um terço da população morreu de peste, a morte tornou-se onipresente na Europa, com a figura esquelética que conhecemos hoje (GUTHKE, 1999, p. 48; VAN MARLE, 1971, p. 361-363). De acordo com Bramley, “figuras terríveis” com foices foram observadas na Europa à porta das casas cujos habitantes adoeceram (BRAMLEY, 1990, p. 210). É a partir desses relatos, combinados com a imaginação de pintores e escultores, que a figura esquelética do Ceifador emergiu. Para alguns, essa figura era sinônimo do diabo.

Acredita-se que o manto representa as vestimentas que as figuras religiosas da época usaram durante a realização de ritos funerários. Já a foice é simbólica. Deriva de tradições mitológicas da Grécia Antiga em que a vida é imaginada como um fio que pode ser encurtar (DIETRICH, 1965). Os gregos imaginaram três irmãs do destino, as Moiras, que distribuíam vida e morte para cada indivíduo – Clotho (a Fiandeira), Lachesis (a Distribuidora) e Atropos (a Inflexível). Clotho segurou a rosca do fio da vida, entrelaçando trevas e fios leves. Lachesis, a segunda irmã, torceu o cordão e embaixo dele, vacilou forte e fraco com as adversidades da vida. Atropos, a mais velha, armada com uma grande tesoura, cortou o fio da vida (DIETRICH, 1965).

Os camponeses do século XIV usavam foices para abater suas colheitas e, analogamente, a morte foi imaginada como empunhando uma foice em vez de segurando uma tesoura. Assim foi dito que a morte abateu os vivos, cortando sua existência, da mesma forma que os agricultores, em seus campos, cortaram as cabeças de suas safras de trigo e cevada.

A prática começou quando se passou a decorar igrejas e cemitérios com a sinistra figura do esqueleto. Em uma das representações mais vívidas da morte, geralmente ambientada em cemitérios, os clérigos católicos tinham atores que executavam uma “dança macabra”, uma dança da morte. Um dos atores se vestia de morte e, enquanto os outros *performers* balançavam seus corpos uma última vez, o *Grim Reaper* aproximava-se deles com a foice na mão, arrebatando sua alma (KNOLL & OOSTERWIJK, 2011). O *Grim Reaper*, junto com crânios, é apresentado em uma ampla variedade de material religioso e cultural. O objetivo era garantir que a escatologia cristã fosse mais facilmente assimilada por leigos. Nos anos 1500, essa iconografia iria evoluir para *memento mori* e itens e *objetos vanitas* (SCHMIDT, 2011, p. 261).

## Morte no Novo Mundo

O clero espanhol empregou a figura feminina do *Grim Reaper* à *la Parca*, de uma forma didática, entre os povos indígenas das Américas. Quando eles chegaram ao Novo Mundo procuraram converter os habitantes locais ao cristianismo e, assim, “salvar suas almas” (MEGGED, 1996). Eles compararam figuras de Jesus, Maria e vários santos com *la Parca*, utilizando isso como uma ferramenta pedagógica. Interpretando o cristianismo por meio de sua própria cultura e baseando-se em suas próprias tradições de venerar não apenas os espíritos dos falecidos, mas, como vimos na introdução deste texto, propiciando divindades da morte para as necessidades terrenas, alguns grupos indígenas, como os maias das terras altas do estado de Chiapas e Guatemala, e os Guarani na Argentina e Paraguai, tomaram a figura esquelética da morte por uma santa e começaram a adorá-la (CHESNUT, 2017, p. 48).

Em todo o México pré-hispânico, povos indígenas, dos astecas aos zapotecas, como detalhado na introdução, praticavam a adoração aos ancestrais e veneravam divindades da morte (JANSEN & JIMÉNEZ, 2017; LIND, 2015; RIVARD, 2012). Na iconografia da pré-conquista há uma miríade de divindades esqueléticas de *Ah Puch*, o cadavérico deus da morte maia; à deusa Tarasca, do nascimento e morte, e, ainda, Cuerauaperi, que tem uma caveira como cabeça e olhos vazios como a morte (HOSIER, 1995; POLLARD, 1993).

Muitas dessas divindades da morte, de *Mictecahiuatl* para *Xonaxi Quecuya*, não apenas atuaram como psicopompas, mas também tiveram o poder de presentear e “fomentar a vida” (MCCAFFERTY & CARRASCO, 2001, p. 319). E, realmente, muitas deusas da morte foram retratadas no final da gravidez, significando a fecundidade da morte como uma “fonte de vida” (BLOCH & PARRY, 1982, p. 6-7). Morte, ao invés de soletrar finalidade, como na teologia cristã, foi ligada através das mitologias indígenas à regeneração da vida, como no jogo de bola maia, que é uma analogia na ação de “morte e renascimento” (SCHELE & FREIDEL, 1990, p. 76).

Na escatologia cristã, o entendimento da morte era diferente. Para os espanhóis e os católicos europeus, em geral, a morte equivalia à finalidade para todos, exceto para Jesus,

que triunfou sobre a morte garantindo salvificamente a possibilidade de redenção para todos os crentes (BRONDOS, 2001). No Novo Mundo, a Ceifadora foi concebida por alguns povos indígenas através das lentes de suas próprias tradições tanatológicas que, ao invés de ver Jesus como vitorioso sobre a morte, viram a morte como prepotente ou mesmo fundindo os dois, vendo ambos como personagens místicos. Desejando obter acesso ao incrível poder da morte – que, como vimos na tanatologia indígena, está ligada à vida –, alguns começaram a venerar as figuras esqueléticas trazidas pelos espanhóis. Muitas interações de adoração à morte surgiram como figuras sincréticas, amalgamando tanatologia indígena, hagiologia e iconografia.

Na Guatemala, em 1650, o santo vernáculo São Rey Pascual, um esqueleto com uma coroa no topo de seu crânio, emergiu da concrecência do santo franciscano Pascual Bailón, do século XVII espanhol, com a religião maia e uma imagem popular de morte conhecida como “Rei Morte”, que viajou da Espanha para o Novo Mundo, no qual a morte foi retratada como um monarca vestido com uma coroa. Isso é aludido em *Don Quixote*, onde em *Las Cortes de la Morte*, Rei Morte mantém a corte, sua audiência, como uma tripulação heterogênea de todas as esferas da vida (CERVANTES, 1605).

Apesar do frade espanhol nunca ter visitado os maias da Guatemala em sua vida, diz-se que ele apareceu como a morte encarnada em uma visão para um aldeão maia proeminente, na década de 1650, antes de sua canonização, no meio de uma praga virulenta, ao qual é creditado o terminar. Nesta história, vemos os vestígios da tanatologia indígena onde a morte dá a vida. Depois disso, apesar das exigências da Igreja de que os devotos os renunciassessem, eles começaram a propiciar a figura para milagres, especialmente os de cura, e assim o fazem até hoje.

Referências específicas ao culto de Santa Morte aparecem pela primeira vez no registro espanhol colonial na década de 1790, quase um século e meio depois de Rey Pascual. Um documento de 1797, intitulado *Sobre as superstições de vários índios da cidade de San Luis de la Paz*, dentro dos arquivos da Inquisição, menciona Santa Morte pela primeira vez. Com foco no povo Chichimeca do atual estado de Guanajuato, o registro da Igreja fala de trinta índios que:

À noite se reúnem em sua capela para beber peiote até perderem a cabeça; eles acendem velas de cabeça para baixo, algumas das quais são pretas; eles dançam com bonecos de papel; eles chicoteiam Cruzes Sagradas e uma figura de morte que eles chamam de Santa Morte, e eles amarram com uma corda molhada que ameaça chicotear e queime-o se não fizer um milagre. A punição do clero por tais “superstições”, foi a destruição da capela onde estava guardada a efígie da santa da morte (PERDIGÓN CASTANEDA, 2008, p. 21).

Também há registros de 1754, de curandeiros sendo punidos por heresia por pintarem imagens de morte e as usarem em rituais de cura (PERDIGÓN CASTANEDA, 2008, p. 31).

Claramente, imagens do esqueleto – apesar da insistência cristã de que isso simbolizava a morte de Cristo e seu triunfo sobre a morte – estavam sendo adoradas por indígenas. Imagens da morte estavam sendo solicitadas a intervir em causas terrenas, de acordo com ideais Pré-Conquista, pelos quais divindades da morte eram imaginadas como estando “envolvidas na rotina diária de vida, nascimento e morte” (HARRINGTON, 1988, p. 32).

Registros da Inquisição, da época e da região central da Nova Espanha (como o México foi chamado no período colonial), citam um caso muito semelhante de “idolatria indígena”. Nesse caso, porém, o santo esqueleto é uma figura masculina, que também tinha sua própria capela. Em 1793, no atual estado de Querétaro, um frade e vigário franciscano protocolou uma denúncia contra um grupo de índios que, no meio da missa, depositou no altar “um ídolo cujo nome é o Justo Juiz e é a figura de um esqueleto humano completo em pé, em cima de uma superfície vermelha, usando uma coroa e segurando um arco e flecha” (PERDIGÓN CASTANEDA, 2008, p. 33). Isso, junto com as evidências da Argentina, parece apontar para uma fusão extraordinária da figura de Cristo, o Justo Juiz, com a imagem do Rei Morte.

A veneração de tais figuras levava a severos castigos, de açoites a auto de fé (TAVÁREZ, 2011, p. 18). Em resposta à perseguição da Igreja, os devotos de Santa Morte levaram sua devoção para o subsolo. No entanto, tais práticas perduraram, mesmo tão ao norte, quanto Novo México, e sul do Colorado. Nesta região, na década de 1860, um grupo de mestiços foi descoberto, mais uma vez adorando a morte. Essa interação sincrética do culto à morte surgiu da prática do uso de carroças mortais pelos Penitentes, uma fraternidade católica que se originou na Espanha, mas que se transformou em praticante de heteropraxia na fronteira ao norte, mais longínqua do que tinha sido até recentemente o Vice-Reinado da Nova Espanha.

Os Penitentes usavam as carroças mortais como instrumento de penitência. A pequena, com rodas de engenhoca foi carregada com pedras pesadas, sobre as quais foi montada a figura alegórica da morte, disfarçada de esqueleto feminino e em seguida, foi puxada por um dos membros da fraternidade. Na Espanha, o carrinho da morte serviu como uma ferramenta na reconstituição da Paixão de Cristo. Porém, no Novo Mundo, a figura da morte fundiu-se com a de São Sebastião e à predileção indígena pela devoção à morte, para criar Dona Sebastiana, uma personificação sobrenatural da morte (CHESNUT, 2020). Essa figura era venerada e referida indistintamente como Santa Morte e Comadre (comadrinha) Sebastiana. De fato, há uma oração na qual a camarada Sebastiana é chamada de Santa Morte e revela que foi solicitada não apenas por favores legais, mas por saúde e cura também. Agora a Santa Morte vem vestida de advogada para defender as “causas do Senhor” e se tornou um sacramento:

Minha madrinha Sebastiana, crucificada, traça aquele caminho para Deus que ela percorreu de joelhos. A Santa Morte partiu, andando em sua carroça; com as ordens de Deus, ela representa as almas. Agora a Santa Morte sai para visitar um homem doente; recomendando sua alma a Deus para que ele pode ser libertado do inferno. Por 40 dias, ela ficou prostrada no Calvário acompanhando Jesus, minha madrinha Sebastiana. Agora eles rezam um rosário por sua prostrada no Calvário; minha madrinha Sebastiana dá sua bênção (STEELE, 2005, p. 298).

Os mexicanos declararam independência da Espanha, perderam uma guerra contra os EUA e lutaram na primeira grande revolução do século XX. Sem dúvida, muitas interações da morte permaneceram adoradas clandestinamente por devotos, mas nem mexicanos e nem observadores estrangeiros registraram a presença de Santa Morte novamente até a década de 1940, quando dois antropólogos estadunidenses notam a santa da morte sendo adorada por mulheres que pediam, por meio de orações, para que usasse sua foice para devolver maridos errantes para a casa (LEWIS, 1961; TOOR, 1947). No entanto, em uma das orações para a *novena* (oração de nove dias) registrada em um livrinho da época, a santa é suplicada por *sanación* (cura). A Santa Morte é chamada não apenas para livrar-se das maldições, mas também das doenças. E, claro, maldições na epistemologia folclórica mexicana são frequentemente percebidas como causadoras de doenças (ZVALETA & SALINAS JR., 2009).

## A morte se torna pública

Na década de 1990, a santa da morte havia se desenvolvido como uma milagreira multifacetada que poderia ser invocada para uma série de favores, desde sucesso financeiro a problemas de saúde (CHESNUT, 2017; KINGSBURY & CHESNUT, 2020a; KINGSBURY & CHESNUT, 2020b; PANSTERS, 2019). Nessa época, efígies da santa em pequena e grande escala começaram a ser vendidas no Mercado Sonora, o “mercado de bruxaria” localizado na capital mexicana. Uma das pessoas que comprou uma estátua era o filho de uma mulher conhecida como Enriqueta Romero, carinhosamente chamada Doña Queta (ARGYRIADIS, 2016, p. 39, 20; KRISTENSEN, 2014). Ela, agora, é uma figura lendária entre os devotos de Santa Morte, pois foi quem pegou o que antes era uma fé clandestina das sombras e trouxe à luz pública quando, em 2001, estabeleceu um altar na rua para Santa Morte em frente à sua casa, em Tepito, Cidade do México.

A efígie em tamanho real de Santa Morte que enfeitava a calçada fora de sua casa rapidamente se tornou um ícone devocional para milhares de “chilangos” (jargão para residentes da Cidade do México). A estátua havia sido dada de presente a ela por um de seus filhos, para agradecer à santa por sua rápida alforria da prisão. Ela ficava no canto de sua cozinha, onde ela vendia *quesadillas* para habitantes locais. Ao ver a estátua, muitos pediram para deixar itens devocionais, como flores e velas votivas. A fumaça da mi-

riade de chamas ardentes tornou-se tão densa e opressora que Enriqueta decidiu mudar de lugar a efígie, passando-a para a calçada de sua casa, em novembro de 2001.

Desde então, a devoção à morte se tornou pública, com os Santa Muertistas abertamente reconhecendo sua fé, e estima-se que na última década, a santa popular adquiriu cerca de 7,5 milhões de devotos apenas no México (CHESNUT, 2017). Enriqueta realiza rosários em homenagem à Santa Morte no primeiro dia do mês, os quais atraem inúmeros devotos para seu santuário (ROUSH, 2014). Desde o surto, não foram cancelados, apesar dos avisos de que grandes reuniões devem ser evitadas para prevenir a propagação da COVID-19.

Em 1º de junho, as famílias, como de costume, se reuniram *em massa* formando uma multidão densa, alguns mascarados e outros não. Esses devotos vieram para oferecer presentes, de estatuetas a licor. Muitos se aproximaram do santuário de joelhos e após sua chegada, se esticaram prostrados em oração diante de uma grande efígie de Santa Morte vestida com um luxuoso vestido de tafetá verde-azulado, com bordado em marfim. Eder, preocupado com o novo coronavírus, explicou que a Santa Morte o ajudou com “problemas de saúde de um sobrinho”, bem como com “coisas pessoais, legais”.

## Doxologia da Santa Morte

Santa Morte é informalmente estruturada como uma fé popular e não existe uma única Igreja da Santa Morte equivalente à Igreja Católica. Embora os santuários tenham sido abertos por vários religiosos independentes, como Enriqueta Romero, não há um clero oficial ou outro órgão administrativo supervisionando a fé popular. Os devotos que visitam santuários para prestar seus respeitos à santa – como ainda será descrito – praticam amplamente a fé na privacidade de suas próprias casas, nos altares que montaram. Os aspectos da fé não são regulamentados, o que implica que qualquer pessoa possa praticá-la livremente, do conforto de sua casa e sem intermediários externos, tornando-a atraente para uma equipe heterogênea, composta por pessoas de todas as esferas da vida, de garçons a policiais (CHESNUT, 2017, PANSTERS, 2019, YLLESCAS ILLESCAS, 2016, p. 68- 69). Mesmo que muitos devotos também adorem a Deus, com aqueles que falamos é a Santa Morte a personificação da morte e, em última análise, a mais onipotente. Como Vania, uma santa-muertista de Oaxaca, detalhada: “*la fuerza más poderosa es la Morte, porque lo unico seguro es la Morte*” (a força mais poderosa é a morte, porque a única certeza é a morte) (KINGSBURG, 2020).

A fé não tem uma escritura fundamental como a Bíblia, embora livros de oração e os tomos de feitiços circulem livremente. O mais famoso deles é *La Biblia de la Santa Morte* (REY, 2009). Apesar da fé ser informal e caracterizada pela heteropraxia, há certas pedras angulares ritualísticas e litúrgicas. Altares e santuários são fundamentais para a fé e a maioria dos devotos tem um altar em suas casas, que pode ser ornamentado ou consistir apenas em uma pequena estátua de Santa Morte. Outros alteres se apresentam apenas com um votivo

acompanhado por oferendas à santa popular, consistindo em todos ou alguns dos seguintes elementos: álcool (geralmente tequila), flores, alimentos – como chocolate e doces, cigarros e copos ou garrafas de água com a santa esquelética impressa, que, como sua antepassada, a Ceifadora, é dita ser perpetuamente ressecada.

Uma devota com quem falamos em linha postou orações para Santa Morte e as fotos de seu modesto altar. Era de uma família muito pobre, que vivia na capital mexicana. Nós vamos chamá-la de Marisela. Ela não tinha fundos para uma estátua. Em vez disso, Marisela colocou uma pequena imagem impressa da Santa Morte, vestida com um manto branco, em uma prateleira, junto de uma miniatura de caveira esculpida em madeira, com as oferendas de uma maçã, incenso e um cigarro. Ela orou em seu altar diariamente até o momento de sua morte e nos disse “Eu pedi a ela (Santa Morte) para levar embora coronavírus, tenho fé nela. Muitas pessoas estão morrendo e meu marido foi demitido. Temos três filhos, mas tenho fé nela porque ela sempre me escuta”.

O simbolismo da cor é fundamental para a fé popular, e estátuas e velas de Santa Morte têm usos específicos, de acordo com sua cor. Existem três cores principais associadas à Santa Morte: vermelho, branco e preto. O vermelho é utilizado para petições relacionadas ao amor, paixão e luxúria. O votivo preto é empregado para proteção, mas também é notório por suas associações com magia negra e vingança. Velas brancas são usadas para limpeza e bênção, bem como para instalar a paz e harmonia. Velas roxas são geralmente relacionadas à saúde, mas também podem ser usadas para fazer mágica.

A julgar pelo número esparso de velas votivas roxas nos altares de Santa Morte e em seus santuários, seria de supor que milagres de recuperação da saúde não figuram como um ponto central parte do culto. No entanto, as aparências enganam. Muitos devotos, buscando cura ou dando graças para o bem-estar restaurado, acendem velas brancas ou amarelas em vez das, mais novas e menos populares, roxas. As velas amarelas e âmbar têm uma associação específica com recuperação do abuso de substâncias, enquanto a branca tende a ser empregada para uma infinidade de problemas de saúde. Não apenas uma cor, mas três tons diferentes de velas são associados à busca pela saúde. Isso revela a importância primordial da Santa Morte no papel de doutora divina.

Os devotos não apenas colocaram orações à sua disposição, mas uma série de rituais também, todos com o objetivo de obrigar a Santa Morte a curar suas aflições. Por exemplo, *La Biblia de la Santa Morte* (REY, 2009) oferece cinco desses rituais de cura.

O “ritual da saúde” tipifica o gênero:

1 talo médio de arruda; 1 metro de fita roxa; 1 vela votiva para a saúde (roxa); 1 frasco de loção Santa Morte; 1 charuto; 1 folha maguey [planta nativa, um agave]; 1 caneta preta. Procedimento: Usar uma caneta preta para anotar todas as suas aflições na fita e depois pegue a fita e amarre a arruda em um feixe. Polvilhe um pouco da loção Santa Morte sobre a arruda. Acenda o charuto e exale a fumaça pela

rua. Agora use a arruda para limpar seu corpo inteiro, começando com a cabeça e descendo até os pés, garantindo a você passe a arruda várias vezes na parte mais afetada do corpo. Ao terminar, embrulhe a arruda em papel e descarte. Pegue a ponta afiada da folha maguey e inscreva seu nome completo ao longo da largura da vela. Em seguida, limpe todo o seu corpo com a cera, começando com a cabeça e terminando com os pés, novamente garantindo passe várias vezes pela parte do corpo mais enferma. Acenda sua vela e recite a oração impressa. A chama deve iluminar a frente de sua estátua da Santa Morte. Você também pode colocá-lo em seu altar, mas sempre peça a ela para garantir sua saúde.

Esse ritual seria mais familiar para muitos devotos, uma vez que, exceto para Santa Morte, tanto a loção quanto os ingredientes – e o ato ritual em si – derivam do “curandeirismo” mexicano, ou das práticas de cura popular. Baseando-se sincreticamente em indígenas, espanhóis e, em menor medida, nas práticas de cura africanas, o curandeirismo oferece aos mexicanos aflitos uma alternativa mais holística e econômica em relação aos cuidados médicos tipicamente ocidentais. Como nós vamos descrever, também é oferecido pelos diversos curandeiros que trabalham com a Santa Morte, como a *bruxa* e *curandeira* autoidentificada, Yuri Mendez, que trabalha com ervas e oração para curar devotos de doenças. Em relação à arruda, planta utilizada nos rituais, há uma curiosidade, pois foram os ibéricos que a trouxeram para as Américas, onde ainda serve ao mesmo propósito que tem na Península Ibérica e que teve mesmo na Grécia antiga.

Igual ao alho, que era empregado para afastar os vampiros, a arruda era usada na Grécia antiga, no México contemporâneo e em grande parte da América Latina, para afastar a bruxaria e o mau-olhado, que é uma crença generalizada entre as classes trabalhadoras da região. Alguns mexicanos também transformam a erva amarga em um chá medicinal, ao qual se credita a cura de uma panóplia de doenças, incluindo rigidez de nuca, tonturas, dores de cabeça e problemas de ouvido interno. Assim, no ritual de cura da Santa Morte, a arruda serve como uma esponja de limpeza que absorve a doença, uma vez que é ondulada sobre o corpo do aflito. Após a conclusão do ritual da limpeza a arruda é descartada para garantir a remoção da negatividade que se acredita ter sido absorvida.

Dois ingredientes adicionais aumentam a potência de limpeza ritual da arruda. Dado que o roxo é a cor principal de cura, a fita dessa tonalidade, que é amarrada em volta do ramo da planta, aumenta o poder de cura da erva. É o charuto, de todos os ingredientes curativos, que tem a ligação mais potente com a cura, apesar de sua atual notoriedade como cancerígeno. Nas Américas, os povos indígenas mascaram, fumaram e beberam chá de tabaco por propósitos espirituais e medicinais entrelaçados. Atualmente, charutos e cigarros são moeda comum tanto nas práticas populares de cura quanto nas religiões africanas da diáspora. Nós mesmos tivemos fumaça de tabaco soprada sobre nossos corpos por líderes de Santa Morte e xamãs, durante trabalho de campo no México. Em qualquer caso, para a maioria dos praticantes do ritual de saúde Santa Morte, o charuto serve como um poderoso agente e símbolo de cura.

Maguey é um dos elementos do ritual que também conecta os *santa-muertistas* mexicanos à sua herança pré-colombiana. A planta foi empregada pelos astecas em uma série de doenças, incluindo gota e feridas tóxicas. Além disso, os astecas e outros povos indígenas da região central do México fermentavam o suco da planta em uma bebida alcoólica chamada pulque – bebida alcoólica feita do suco fermentado do agave –, que contém uma quantidade substancial de vitamina B e até hoje é uma importante fonte de nutrição para um número significativo de camponeses no centro rural do México. Os colonos espanhóis, interessados em bebidas mais fortes do que o pulque, destilaram os sucos da planta agave azul e maguey em tequila e mezcal – outra bebida alcoólica também feita a partir da fermentação do suco do agave –, respectivamente. No entanto, no Ritual de cura Santa Morte, a folha de maguey funciona não como uma pomada medicinal, mas como um instrumento de escrita. O maguey serve como um ingrediente-chave nessa receita para curar, emprestando suas fibras salubres para fazer uma inscrição na cera votiva.

A vela votiva lilás, como a arruda, também funciona como um agente de limpeza, absorvendo a aflição ao mesmo tempo em que traça os contornos corporais do peticionador. Enquanto a vela é deixada para queimar no altar da Doutora Morte, os contágios são absorvidos na cera roxa, que os incinera ritualmente.

Não é por acaso que a falecida líder da Igreja da Morte no México, Enriqueta Vargas, da Santa Morte Internacional, começou a realizar serviços funerários em seu templo em Tultitlán, antes de sua morte. Tendo-a conhecido há vários anos, sempre me surpreendeu que ela realizasse batismos e casamentos em seu templo, mas não os últimos ritos. Quando perguntamos a ela, em novembro de 2015, porque não oferecia serviços funerários, respondeu: “As pessoas ainda não estão preparadas para isso”. A evangelista carismática de Santa Morte começou a realizar a última cerimônia em seu templo apenas alguns meses depois.

## A vela do coronavírus

Os estudiosos descrevem Santa Morte como a matrona e “santa dos desesperados” – e são, principalmente, os pobres e necessitados que apelam a ela para melhorar a precariedade de suas vidas (TORRES-RAMOS, 2015, p. 139, FRAGOSO LUGO, 2007; DE LA FUENTE, 2016, p. 169). Neste momento, são os pobres que correm maior risco de sucumbir à COVID-19, ou que estão enfrentando as ramificações de medidas severas que implicam em não poderem mais conduzir seus negócios e as suas vidas. Os pobres podem ser incapazes de se distanciar socialmente ou permanecer em casa, pois seus empregos exigem que lidem com o público e, portanto, muitos estão se voltando para a santa da morte para protegê-los nestes tempos de peste.

Alguns, que trabalham na área de saúde e estão atendendo às necessidades de pacientes com COVID-19 diariamente, presenteiam a Santa Morte com oferendas, tanto para

construir um relacionamento que mantenha a Ossuda contente, quanto para que ela não os carregue fora. É espantosa a adaptabilidade da Santa ao mercado religioso mexicano. A doutora da morte é muito visível ao navegar pela parafernália, com sua imagem. Mesmo antes da erupção da pandemia, centenas de lojas vendiam itens esotéricos em todo o país, com vendas rápidas de parafernalias ligadas à Santa Morte (CHESNUT, 2017, p. 6, 48, 66). Fabricantes e varejistas de produtos ligados à Santa têm respondido com rapidez impressionante ao novo mercado de proteção e cura contra a COVID-19. Os itens mais recentes nesse mercado são as velas contra o novo coronavírus, com a foto de Santa Morte sobre eles e o texto “*protección contra coronavirus*” (proteção contra coronavírus).

Segundo Verónica Lezama, dona de uma loja – *Productos Esotéricos San Gabriel* – que vende produtos místico-devocionais em Villahermosa, Tabasco, a vela contra o novo coronavírus, da Santa Morte, tem vendido muito bem. É vendida sozinha, mas é oferecida também como parte de um kit que inclui uma loção e um bálsamo. A vela, conforme aconselha a proprietária, deve ser inscrita com o nome da pessoa que busca proteção contra o vírus ou sofre as consequências da contaminação. O protegido, ou o contaminado, deve então tocá-la no corpo antes de acendê-la. Já o bálsamo deve ser esfregado no corpo para efeito apotropaico.

A loção, nos disseram os devotos, é usada na porta para proteger o interior da casa e seus habitantes do novo coronavírus. No sul do México, no estado de Oaxaca, a loção contra o novo vírus não está disponível, mas uma loção geral da Santa Morte, para todos os fins, está. Diz-se que tem propriedades de proteção. Margarita, 35 anos e devota de Santa Morte, é dona de uma pequena loja perto de Pochutla. Ela ouve diariamente, no rádio, locutores exaltando a prevenção contra o novo coronavírus, com um lema “*quedaté en casa*” (fique em casa), mas ela não fechou sua loja, nem ficou em casa.

A vitrine dela, onde ela vende bugigangas femininas, de pega-cabelos a brincos, é sua única renda. Com o marido desempregado por causa da COVID-19, ela é agora o único ganha-pão da família. Preocupada com o risco de uma cliente estar passando o vírus para ela, Margarita recorreu às medidas sobrenaturais de proteção. Ela contou como borrifou loção Santa Morte fora de sua loja para impedir a entrada da COVID-19. Até agora, ela afirmou, parecia ter funcionado. Ela explicou “a morte é ainda mais poderosa do que Deus em si”, e a única maneira de evitar cair em seus braços ossudos é “orar diariamente para que Santa Morte aceite suas oferendas e purifique sua casa e seus negócios”. Como Marisela, ela também tem um santuário modesto, com algumas pedras preciosas, um copo d’água, algumas flores que ela coletou da natureza e uma pequena estátua de Santa Morte, que é azul. No entanto, para ela, a cor não é importante, mas o que é vital é que ela possa falar com sua santa diariamente através da efígie. O altar também apresenta uma foto de seu marido, com problemas de saúde, e com quem ela se preocupa. Ao colocar a imagem dele em seu pequeno santuário, ela explicou “Santa Morte vai protegê-lo”.

## Santa Popular e Cura Divina

Embora a Bíblia de la Santa Morte seja amplamente usada pelos devotos, novos capítulos com novas orações estão constantemente em circulação, o que evidencia, mais uma vez, a maleabilidade do novo movimento religioso, que se apresenta em circunstâncias mutantes. Uma oração de proteção contra a COVID-19 foi enviada à antropóloga por Yuri Mendez, uma bruxa que se autoidentificou como curandeira e xamã de Santa Morte e que a havia visitado em Cancún, pouco antes da peste começar. Yuri Mendez tem orado semanalmente para Santa Morte e para ela tem feito ofertas. Ela suplicou à santa não apenas por proteção para si e sua família contra o novo coronavírus, mas também pediu a cura mundial. Ela também é preocupada com seu marido, que já trabalhou como carpinteiro. Ele, agora, perdeu seu emprego devido às medidas para prevenir a propagação da COVID-19, que levaram muitas empresas a fechar suas portas. Felizmente, Mendez oferece uma variedade de serviços xamânicos aos clientes, por isso tem sido capaz de fazer face às despesas. Yuri ainda relatou que muitas pessoas estão sofrendo em Quintana Roo com os efeitos das medidas preventivas contra o vírus.

A área é totalmente dependente do turismo, e apenas aqueles setores menores, como pesca e agricultura, não foram afetados. Devido ao novo coronavírus, hotéis e praias têm fechado e os turistas não têm mais inundado a área com seus dólares americanos. Inúmeras pessoas foram dispensadas de seus empregos e estão lutando para sustentar suas famílias. A imprensa afirmou que mais de 80 mil pessoas perderam seus empregos, e devemos observar que esses números não incluem os que trabalham na economia informal (VASQUEZ, 2020). Além disso, o novo coronavírus está alimentando o crime, pois muitos se voltaram para métodos ilegais para garantir a sua sobrevivência.

Yuri vestiu suas numerosas efígies da santa popular esquelética em túnicas e translúcidos véus de lilás e limão, além de presentear os santos com flores e vegetais de cores associadas ao saneamento, como cabaças amarelas e berinjelas. Depois de acender velas roxas, brancas e amarelas, de cura, e flutuando feixes de folhas de alecrim e sálvia em sua capela, que afirma serem purificadoras, recitou a oração que se segue, que traduzimos do espanhol. Yuri convidou muitos seguidores, também devotos da morte, para se juntarem a ela, postando fotos de seu altar, e relatou como orou enquanto visualizava a santa popular, usando sua foice, limpando a terra do novo coronavírus, em particular, nos dias em que a lua estava minguando, como 16 de março e 14 de maio.

Santa Morte, Senhora da Luz. Diante de Deus e diante de você eu me ajoelho para que você interceda por mim e pelo mundo inteiro para eliminar todo o mal, vírus ou bactérias. Limpe com seu manto purificador. Senhora, ouça meus apelos. Ajude e dê pão e abrigo a quem precisa. E busque em Você força. A Senhora do Fim dos Tempos nos proteja para que não sejamos infectados. E não infecte aqueles que amamos. Afaste a COVID-19 do nosso caminho e nos conceda abrigo, comida e sustento. Eu te peço que nunca me falhe. Amém.

Yuri detalhou que seus clientes, amigos e familiares também recorreram a ela para pedir conselhos sobre como propiciar a Santa Morte para proteção contra o novo coronavírus. Ela tem recomendado que coloquem uma berinjela no altar, devido à sua cor. Como nós temos visto, a malva também está associada aos poderes de cura de Santa Morte. Tal como os antigos gregos ofereceram alho à deusa Hekate, associada ao submundo, magia, bruxaria e necromancia, Yuri também tem presenteado sua santa e recomendado para outros devotos da morte darem à Santa Morte a lâmpada pungente, em um *quid pro quo*, com morte para a vida. Os devotos de Santa Morte não são necessariamente exclusivos da santa e invocam outras figuras, conforme necessário, em suas petições.

Yuri decidiu trazer um convidado especial para o santuário de Santa Morte, “*el Niño Doctor*” (o médico infantil), que se destaca por seus poderes de cura (SCHEPER HUGHES, 2012), e quem ela acreditava que ajudaria a Santa em sua missão. Tradicionalmente, ele está enfeitado com um velho jaleco branco de médico, mas no altar de Yuri, o Menino Doutor aparece em uma roupa moderna de médico, em tom turquesa, e com touca e máscara cirúrgica cobrindo sua boca. Ele é especialmente procurado para a cura de crianças mexicanas doentes. Em igrejas de todo o país, mas principalmente na capital mexicana, suas estátuas são frequentemente agraciadas com oferendas de brinquedos e ex-votos de milagres de restauração da saúde – que se acredita ter concedido aos fiéis. Sua nova presença no templo da Santa Morte, em Cancún, revela o medo intenso sobre a virulenta pandemia, atualmente em pico no México – que em janeiro de 2020 ocupava o quarto lugar em mortes por coronavírus, depois dos EUA, do Brasil e da Índia. Até mesmo a Santa Morte, uma das curandeiras mais poderosas da paisagem religiosa nacional, precisa de alguma assistência sobrenatural na proteção cura daqueles que sofrem com o novo coronavírus.

Pouco antes de enviarmos este texto, Yuri entrou em contato para dizer que Santa Morte havia realizado um milagre de cura da COVID-19. A consagrada foi a filha de uma família que mora perto do santuário. Camila, a mãe, enviou uma mensagem à Yuri, pedindo-lhe que orasse por sua família. Camila também pediu para que acendesse as votivas para ela e o marido, Diego, e sua filha, Ana Fernanda. Yuri foi incapaz de obter a vela Santa Morte, contra o novo coronavírus, em Cancún. No entanto, ela encontrou uma votiva contra a COVID-19, que apresentava um apelo aos arcanjos. Yuri acendeu duas velas, colocando uma para a jovem diante do Menino Doutor, com um oferecimento de biscoitos, e uma ante à Santa Morte, para Camila e Diego, com presentes de flores e pães de açúcar. Ela orou pela família do casal doente, tanto em particular como publicamente, inclusive durante o rosário mensal de 01 de junho, quando muitos congregam na sua capela. Conforme detalhado, Yuri é uma curandeira de Santa Morte e recomendou um chá de ervas para ser bebido três vezes ao dia, consistindo em orégano, limão, alho, buganvílias e cravo. Dentro de uma semana a família havia recuperado a saúde, e para agradecer à santa popular ofereceram a ela generosos buquês de flores brancas e velas brancas, e ainda pagaram por uma banda de mariachi para cantar odes à santa salubre. Yuri também agradeceu à Santa Morte com

orações e outras oferendas. Estudos sobre a devoção mariana e os santos populares latino-americanos forneceram fortes evidências de que orações, curandeirismo e rituais religiosos têm benefícios psicológicos (ORTIZ & DAVIS, 2008). É notado que tais ações aumentam a esperança, trazem paz de espírito e a força necessária para enfrentar, e até superar, as dificuldades. Devemos supor, portanto, que a religião tem um papel importante para lidar com o novo coronavírus e que o imaginado da égide sobrenatural de Santa Morte também pode ter impactos positivos na cura.

## Súplicas à Santa

Orações de cura, como as de Yuri, em cartões de oração reais ou virtuais, em imagens de orações, têm circulado no México desde que os primeiros casos atingiram o país. Por mais que Santa Morte tenha sido retratada erroneamente como uma narco-santa, apelada apenas por criminosos da droga para enfeitiçar inimigos (CHESNUT, 2017; KINGSBURY & CHESNUT, 2020a), muitas orações destinam-se ao cuidado e por entes queridos. Seus crentes apelam a ela como que a um anjo enviado por Deus para curar e ajudar, como nessa oração recomendada em um livreto vendido em todo o México, muitas vezes em conjunto com a vela contra o novo coronavírus, para familiares e amigos enfermos:

Santíssima Morte, Minha Senhora, Anjo que Deus nosso Pai criou para ajudar e servir. Hoje eu imploro e suplico, por favor, conceda-me a cura e salve a vida de (inserir nome). Que seus dias na terra sejam muitos. Que seu corpo recupere vitalidade e vigor. Você que é toda poderosa, salve-o. E garanta que eles recuperem a saúde. Eu te imploro neste dia, nesta hora. Por Jesus Cristo, nosso salvador na Cruz. Por favor, aja e devolva-o com segurança à plena saúde e bem-estar. Amém.

Além do México, em comunidades de migrantes, como Texas, devotos mexicanos têm orado à santa popular, suplicando a ela por uma cura sobrenatural global. Isso mais uma vez se opõe à retórica do narco-santa, evidenciando que os devotos se voltam à Santa Morte para propósitos alocêntricos. Em resposta à demanda do público, a Basílica Santa Morte, uma igreja dedicada à Santa Esquelética, em Los Angeles, postou em seu site e em vídeos do *YouTube*, que obtiveram mais de nove mil visualizações, apresentando orações pela cura mundial da COVID-19, tanto em espanhol quanto em inglês, como essa:

Oh, Divina Santa Morte. Você está sempre em nosso caminho, como sinal de salvação e esperança. Como um símbolo do fim da dor e do sofrimento. Hoje nos aproximamos de você com um apelo. Pedimos a você paz no mundo e cura para os enfermos. Pedimos a você, com o poder de sua foice, cortar de uma vez por todas a sombra do coronavírus. Não temos medo da morte, mas também não queremos sair neste momento. Queremos mais uma oportunidade. Para demonstrar a nós mesmos que somos capazes de seguir em frente, sem tanto ódio ou maldade em

nossos corações. Eu te imploro, eu te imploro, elimine esta maldita doença, elimine o coronavírus. Faça desaparecer da face da terra. Abra os olhos e os corações de todos os que virem esta oração. Para que eles conheçam o grande poder que você tem. Amém.

Tanto nesta invocação quanto na de Yuri Mendez devemos notar que os apetrechos de Santa Morte são essenciais para a forma como os devotos imaginam que ela os oferece égide sobrenatural. Seu manto aparece frequentemente em relatos, de que é purificador e protege os indivíduos e o mundo, em geral. Enriqueta Romero, a dona do famoso santuário Tepito, detalhado em documentário de Eva Aridjis (2012), relata como Santa Morte ofereceu seu manto para escondê-la dos criminosos. Eles queriam assaltá-la em seu caminho para casa, tarde da noite, do hospital onde seu filho estava ferido após um tiroteio. Mas no contexto da saúde e cura o manto oferece outro tipo de capa protetora, que protege devotos do vírus e purifica o espaço ao seu redor como a oração de Yuri retrata: “purifique com seu manto purificador”. Em 90% de sua iconografia, Santa Morte é retratada empunhando uma foice em sua mão direita.

No México, tanto quanto na mitologia europeia anteriormente analisada, isso representa seu papel como aquela que colhe almas, mas devotos de Santa Morte imbuem o implemento e concomitantemente a Santa, com novas habilidades. A foice é dita pelos devotos como capaz de livrar espaços e até pessoas de energia negativa.

Lina, uma devota da morte, descreveu a foice, para uma antropóloga de Oaxaca, da seguinte forma: “a foice pode cortar energia ruim, isso pode ser na forma de inimigos, más influências ou inveja”, mas, adicionalmente, como vemos na oração acima, que afirma “com o poder de sua foice, corte de uma vez por todas a sombra do Coronavírus”, a foice é considerada capaz de eliminar doenças e enfermidades que são manifestações, aos olhos de muitos devotos, da negatividade e do mal.

## O anjo da morte como defensor dos trabalhadores médicos

Vivian é uma enfermeira de Veracruz, que trabalha na linha de frente no combate à pandemia e com pacientes que sofrem com a COVID-19. Diariamente, ela veste uma corrente de prata com um pingente que representa a Santa Morte. A enfermeira acredita que isso a protege. Ela tem um altar em sua casa que consiste em três estátuas, a branca, da limpeza e harmonia, a estátua dourada de Santa Morte, das riquezas e da abundância, bem como uma negra. No centro do santuário está um incensário em que ela queima sálvia, rosas e copal, lugar em que também queima velas. Ao seu redor estão ofertas que ela renova a cada 2 semanas e a cada mês. Vivian explicou as ofertas para nós: “Ela gosta de flores frescas, especialmente flores rosas. Ela também pede tequila fresca e quer suas maçãs com canela. Eu também dou a ela colônia, Água de Florida. Ela adora Rosas”.

Água de Florida foi criada em Nova York por David Lanman e Robert Murray em 1808, em resposta à moda europeia dos anos 1700 e 1800, aos *Eau de Cologne*. É um tipo de colônia leve, que contém álcool, água e óleos essenciais de bergamota, limão, cravo, canela, flor de lavanda, rosa e laranja. Ganhou popularidade em todo o país, espalhando-se por América Latina, e até mesmo acabou em aldeias remotas, sendo usada por xamãs em cerimônias na Amazônia. É usado em rituais de limpeza e feitiços para remover energia negativa, e muitos a usam como água benta para purificação e proteção, que é como Vivian usa. Vivian relatou que apela em particular para sua estátua negra de Santa Morte.

Embora comumente associada à feitiçaria e à vingança, especialmente na mídia, que liga a vela aos narcotraficantes e suas atividades nefastas, Santa Morte negra também se estende à proteção, e a enfermeira alegou que a santa popular a abençoou. Santa Morte, como descrevemos, é uma fé *laissez-faire*, caracterizada por heteropraxia. Portanto, ao contrário de Yuri, Vivian não oferece nenhum presente especial à Santa Morte especificamente para lutar contra a COVID-19, nem lê nenhuma oração, mas simplesmente pede à santa por sua proteção, bem como recita o Pai Nosso e Ave Maria aos pés dela. No entanto, Vivian disse que está ciente do risco de pegar COVID-19, visto que o dia todo cuida de quem sofre com a enfermidade. Ela afirmou: “quando eu sinto algo estranho na minha garganta eu bebo uma dose de tequila em seu altar, com ela”. Ela acredita que isso limpa seu corpo, livrando-a do vírus.

Vivian contou que não teme a morte e teve discussões com a Santa em seu altar, dizendo a ela que se fosse sua hora poderia colher sua alma, mas que esperava que a Santa a tornasse forte para que ela pudesse viver mais um dia. Quanto aos moribundos, às vezes, na presença dela no hospital onde trabalha, afirmava serenamente: “é principalmente os idosos que estão morrendo e a meu ver, ela só está levando as pessoas porque isso é sua hora de ir”. A crença de que todos nós temos uma hora marcada para nossa morte é comum no México e capturada pelo refrão popular, “*cuando te toca, te toca*” (quando é sua hora de ir, é sua hora de ir).

## Atitudes em relação à morte em tempos de coronavírus

Muitos mexicanos devotos da morte, com quem falamos, têm uma atitude positiva e de aceitação em relação a esse momento. Em contraste, europeus e americanos, durante o século passado, consideraram a morte como inimiga, um *spoiler* do sonho americano. A morte é vista como finalidade e, para alguns, pode até ser um tema tabu. Só recentemente, com o advento de movimentos positivos da morte, como “A Ordem da Boa Morte”, alguns começaram a abordar sua mortalidade de uma forma mais afirmativa. Temas de *memento mori* são uma parte importante da iconografia cristã e estão presentes em muitas igrejas e cemitérios, sob influência europeia. Eles evocam a atitude de fé do cristão em relação à morte, apresentam caveiras, ampulhetas e outros itens que servem não apenas como um lembre-

te da brevidade de vida, mas para exaltar a necessidade de levar um estilo de vida ascético e pontuado por orações para prevenir a punição pelo fogo do inferno.

Em grande parte da Mesoamérica, o crânio não era um símbolo de impermanência, mas sim de ciclo sem fim de vida e morte, que eram considerados inextricáveis. Isso também manifestou a relação entre morte e poder (LOMNITZ, 2005, p. 166). Na cultura asteca por exemplo, acreditava-se que os mortos transferiram sua força vital para a terra após sua passagem, fertilizando-a e fortalecendo o estado e suas pessoas, garantindo, assim, a perenidade da vida. Como tal, a morte não era brusca finalidade, como é em grande parte da cultura europeia e americana, mas a continuidade, a comunidade e os ciclos do cosmos. Santa Morte, como vimos anteriormente neste texto, é uma santa sincrética que, em parte, segue de epistemologias tanatológicas pré-hispânicas e, como tal, não é apenas solicitada por devotos que buscam proteção, mas, como vimos no caso de Vivian, também fornece uma estrutura cultural de aceitação do seu abraço ossudo quando ela, inevitavelmente, aparece com sua foíce para colher sua última hora.

## Conclusão

Ao refletirmos sobre o papel de Santa Morte como protetora sobrenatural e curandeira nestes tempos de pestilência pandêmica, destacamos vários pontos importantes. Em primeiro lugar, os meios de comunicação têm, com poucas exceções, sistematicamente ignorado seu status como uma das mais importantes curandeiras da paisagem religiosa mexicana. Redes de TV e os jornais se concentram na vela negra de Santa Morte como representante do crime e da violência, vendendo o sórdido e sensacional a fim de ganhar mais espectadores e leitores (KINGSBURY & CHESNUT, 2020a). No entanto, seja em sua forma branca, amarela, roxa ou mesmo preta, como vimos no caso de Vivian, os devotos imaginam que ela os protege e os cura do novo Coronavírus, pedindo não apenas a cura para si, mas também para seus seres queridos e, até mesmo, a cura mundial.

Em segundo lugar, evidenciando a importância da religião como um mecanismo de enfrentamento em tempos de pandemia, os poderes de cura de Santa Morte encontraram uma grande e nova demanda no mercado religioso mexicano, no meio da COVID-19. Evidências de trabalhos anteriores (BEATTIE, 1964; ORIZ & DAVIS, 2008) sugere que rituais religiosos e espirituais são catárticos, contribuindo para a psicologia positiva e propomos que atualmente os ritos e orações à Santa Morte podem ajudar a lidar com problemas mentais, físicos e estresses causados pela ameaça da infecção pelo novo vírus. No entanto, como apontamos, as próprias origens da Santa Morte estão ligadas à praga não como uma curandeira sagrada, mas como um símbolo de perda e finalidade.

O papel da santa como curandeira em uma época de pandemia pode parecer, à primeira vista, paradoxal, se considerarmos apenas a herança europeia da santa ou as origens

contemporâneas, como Lomnitz (2005) ou Kristensen (2014) fizeram. É, portanto, vital, pois temos demonstrado traçando suas origens pré-hispânicas para entender a morte como uma fonte de vida.

A dualidade dos poderes da santa provém de uma ontologia indígena que pressupõe a interdependência da vida e da morte, e assume que as divindades do evento derradeiro podem intervir em causas terrenas, incluindo o prolongamento da vida. Apenas descolonizando o conhecimento das origens de Santa Morte e aceitando sua derivação pré-colombiana significativa, podemos entender o papel da santa da morte que, ao mesmo tempo cura os enfermos, mas corta também o fio de vida e arrebatada almas, enquanto fornece uma epistemologia tanatológica para compreensão da mortalidade. Santa Morte é imaginada pelos devotos não apenas como ceifeira de almas, mas simultaneamente repelindo doenças e consertando corpos quebrados, adicionando, assim, mais alguns grãos de areia à ampulheta da vida.

## Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a Yuri Mendez, Abby A., Luna O. e a vários outros devotos da Santa Morte por compartilharem suas histórias e rituais conosco. Também expressamos nossa gratidão ao *Society for the Scientific Study of Religion*, por apoiar nosso trabalho, juntamente com Jack Shand Grant. A Dra. Kate Kingsbury gostaria de estender seus mais profundos agradecimentos à Dra. Ruth Bryan por seu interesse e apoio ao trabalhar na devoção à Santa Morte, que tem sido inabalável.

## Informações de financiamento

Este estudo recebeu apoio financeiro da *Society for the Scientific Study of Religion*: Jack Shand Grant e Bryan Gruhn Fund.

## Referências:

AGOSTONI, C. Ofertas médicas, curanderos e opinión pública: el Niño Fidencio en el México posrevolucionario. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, 45, N.1, 2018, p. 215–243.

ARGYRIADIS, K. Panorámica de la devoción a la Santa Morte en México: pistas de reflexión para el estudio de una figura polifacética. In: Alberto Hernández Hernández (eds.), **La Santa Morte. Espacios, cultos y devociones**, El Colegio de la Frontera Norte-El Colegio de San Luis, México, 2016.

ARIDJIS, H. **La Santa Morte**. Mexico: Alfaguara, 2012.

BEATTIE, J. H. M. The Ghost Cult em Bunyoro. **Etnologia** 3, n.2, 1964, p. 127.

BLOCH, MAURICE e JONATHAN PARRY, (eds.), **Morte e a regeneração da vida**. Universidade de Cambridge Press, 1982.

BRAMLEY, W. **The gods of Eden**. Livros Avon, 1990.

BRONDOS, D. Por que Jesus foi crucificado? Teologia, história e história da redenção. **Scott J Theol** 54, n.4, 2001, p. 484–503

BURKI, T. COVID-19 na América Latina. **Lancet Infect Dis**, 20, N.5, 2020, p. 547-548.

CERVANTES, M. **Don Quixote**. LBA, 2018.

CHESNUT, R A, **Devotado à morte: Santa Morte, o santo esqueleto**. Oxford: Oxford Press, 2017.

CHESNUT, R A; KINGSBURY, K. **Pentecostalism in Brazil**. Oxford: Oxford Encyclopedia of Latin História Americana, 2019.

CHESNUT, RA. Orando para a morte da madrinha - nova evidência de Santa Morte venerada como 'Comadre Sebastiana' no Novo México do século 19. **The Global Catholic Review** (Patheos), 25 de julho, 2020.

COHN, SK. Epidemiologia da peste negra e sucessivas ondas de peste. **Hist Med** 52, N.27), 2018, p. 74-100.

COHN, SK; COHN, SK. **A Peste Negra transformada: doença e cultura no início da Renascença na Europa**, Nova York: Panteão, 2017.

CRAFFERT, PF. **A vida de um xamã galileu: Jesus de Nazaré em perspectiva antropológico-histórica**. ISD: LLC, 2010.

DE LA FUENTE, S. Entre niñas blancas en la colonia Ajusco, mirada etnográfica del culto a la Santa Muerte en el sur de la Ciudad de México. In: Alberto Hernández (eds.), **La Santa**

**Morte. Espacios, cultos y devociones**, El Colegio de la Frontera Norte-El Colegio de San Luis, México, 2016.

DIETRICH, B.C. Morte, destino e os deuses: o desenvolvimento de uma ideia religiosa na crença popular grega e em Homer. **Estudos clássicos da Universidade de Londres, Londres**, 1965.

HARRINGTON, P, Mãe da morte, mãe do renascimento: a virgem mexicana de Guadalupe. **J Am Acad Relig**, v.56, n.1, 1988, p. 25-50.

HORROX, R. **A peste negra**. Manchester: Manchester University Press, 2013.

HOSIER, D. Som, cor e significado na metalurgia do antigo México Ocidental. **World Archaeol**, V.27, N.1, 1995, p. 100-115.

FRAGOSO LUGO, PO. La Morte santificada: el culto a la Santa Morte en la ciudad de Mexico. **Revista de El Colegio de San Luis**, V.9, N.26-27, 2007, p. 9-38.

GRAZIANO, F. **Culturas de devoção: santos populares da América espanhola**. Oxford: Universidade Oxford Press, 2006.

GUERRA, F. Maya Medicine. **Med Hist**, v.8, n.1, 1964, p. 31-43.

GUTHKE, KS. **O gênero da morte: uma história cultural na arte e na literatura**. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.

HUGHES, J.S. The Nino Jesús doctor: novelty and innovation in Mexican religion. **Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions**, n.16, v.2, 2012, p.4-28.

KINGSBURY, K. Death is Women's work: Santa Morte, uma santa popular e suas seguidoras. 12/15/2020 Santa Morte na Época do Coronavírus: Santa Morte, a Santa Salubriosa. **Jornal Internacional de Religiões Latino-Americanas**, 2020.

KINGSBURY, K, CHESNUT, A. Não apenas um Narcosaint: Santa Morte como a matrona da guerra às drogas mexicana. **Jornal Internacional de Religiões Latino-Americanas**, N.1-23, 2020a.

KINGSBURY, K, CHESNUT, A. Santa Morte: l'Amour et la Mort. **Anthropologica** 62 (2), 2020b, p. 1-30.

KNOLL, SA e OOSTERMIJK, S (Eds.), **Metáforas mistas: a dança macabra na Idade Média e no início Europa moderna**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2011.

KRISTENSEN, RA. Como a Morte se tornou uma Santa no México? **Ethnos** 81 (3), 2011, p. 402-424.

JANSEN, M; JIMÉNEZ, GAP. **O tempo e os ancestrais: arte ritual asteca e mixteca**. México: Rodovalho, 2017.

LEWIS, O. **Os filhos de Sanchez: autobiografia de uma família mexicana**. Mexico: Vintage, 2016.

LIND, M, Antiga religião zapoteca: uma perspectiva etno-histórica e arqueológica. **Jornal Universitário do Colorado**, 2015.

LOMNITZ, C. **A morte e a ideia do México**. México: Livros de Zona, 2005.

MALVIDO, E. Crónicas de la Buena Morte a la Santa Morte de México. **Arqueología Mexicana**, v.13, n.76, 2005, p. 20-27.

MCCAFFERTY, G. G.; CARRASCO, D. **A enciclopedia de Oxford das culturas Mesoamericanas**. Oxford: Oxford Press, 2001.

MEGGED, A. **Exportando a reforma católica: religião local no México colonial** - Vol. 2. Mexico: Rodovalho, 1996.

MILLER, M.E.; TAUBE, K. **Um dicionário ilustrado dos deuses e símbolos do antigo México e os maias**, Londres: Thames e Hudson, 1997.

ORTIZ, F. A.; DAVIS, K. G. Os santos populares e devoções marianas: religiosidade popular e cura. In: McNeill, B (eds) **Práticas de cura Latina / o: Mestiço e perspectivas indígenas**, 2008, p. 29-62.

PANSTERS, W.G. (Ed.). **La Santa Morte no México: história, devoção e sociedade**. Mexico: Universidade de Nova Mexico Press, 2019.

PERDIGÓN CASTANEDA, J. K. **La Santa Morte, protectora de los hombres**. Conaculta, Mexico: Instituto Nacional de Antropologia e História, 2008.

PESSAR, P. R. **Dos fanáticos ao folk: milenarismo brasileiro e cultura popular**. Duke: Duke University Press, 2004.

POLLARD, H. P. **O legado de Tariatari: o estado pré-hispânico de Tarascan**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, Norman, 1993.

REY, V. **La Biblia de la Santa Morte**. Colombia: Editorial Calli Casa, 2009.

RIVARD, Jean-Jacques. Cascabeles y ojos del dios maya de la muerte, **Ah Puch: Estudios De Cultura Maya**, v.5, 2012, p.75-91

ROUSH, L. SANTA MORTE, PROTECTION, AND “DESAMPARO”: uma vista de uma Cidade do México altar. **Lat Am Res Rev** 49, 2014, p. 129-148.

HUGHES, J. S. O médico Nino Jesús: novidade e inovação na religião mexicana. Nova Religio: **Journal of Alternative and Emergent Religions** 16 (2), 2012, p. 4-28.

SCHELE, L.; FREIDEL, D. A. **Forest of Kings: the untold story of the Ancient Maya**. William Morrow e Companhia. Inc., Nova York, 1990.

SCHMIDT, S. K. Memento Mori: a arte mortal da interação. In: **Push Me, Pull You**, Mexico: Rodovalho, 2011.

STEELE, T. J. **The Alabados of New Mexico**. Mexico: UNM Press, 2005.

SONNE, O. Peste, ratos e navios a realização das rotas de infecção da peste. **Dan Medicinist Arbog** 2016; 44, 2016, p. 101–133.

TAVÁREZ, D. **A guerra invisível: devoções indígenas, disciplina e dissidência no México colonial**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

TOOR, F. **Um tesouro do folclore mexicano**. Nova York: Crown, 1947.

TORRES-RAMOS, G. Un culte populaire au Mexique: la Santa Morte. **Socio-anthropologie** 31, 2015, p. 139-150.

RIVARD, J. J. Cascabeles y ojos del dios maya de la Morte, Ah Puch. **Estudios de cultura maya**, 5, 2012.

VAN MARLE, R. **Iconographie de l'art profane au Moyen-Age et à la Renaissance: La vie quotidienne** (Vol. 1), 1971.

VASQUEZ, J. En Cancún, 30% de los trabajadores fue despedido. CROC, **El Economista**, 2020.

YLLESCAS ILLESCAS, J. A. La Santa Morte ¿un culto en consolidación? In: Alberto Hernández Hernández (eds.). **La Santa Morte. Espacios, cultos y devociones**, Mexico: El Colegio de la Frontera Norte-El Colegio de San Luis, 2016.

ZAVALETA, A.; SALINAS, Jr A. **Conversas curandero: El niño fidencio, xamanismo e tradições de cura das fronteiras**. México: AuthorHouse, 2009.



08

## LIDERANÇA RELIGIOSA NA POLÍTICA:

Rio de Janeiro do bispo-prefeito nos tempos da pandemia COVID-19

Joana Bahia



# CAPÍTULO 8

## \* LIDERANÇA RELIGIOSA NA POLÍTICA:

Rio de Janeiro do bispo-prefeito nos tempos da pandemia de COVID-19

Joana Bahia

### Introdução

A COVID-19 tornou-se o principal problema global de 2020. A redução de seus efeitos sobre as pessoas, as relações sociais e o setor econômico se tornaram um grande desafio para qualquer líder político, tornando muito mais visíveis os pontos fortes e fracos nos estilos de liderança e na gestão de crises. Ao mesmo tempo, a epidemia também tem sido usada para exacerbar os jogos políticos em muitos países, incluindo o Brasil, com políticos construindo novas bases eleitorais e mudando aliados. Em circunstâncias tão difíceis, a demanda por liderança dirigida simultaneamente às mentes e emoções tornou-se clara – a crença nos poderes, carisma e, às vezes, forças quase mágicas de muitos líderes é mais do que perceptível, e as emoções têm transbordado da esfera religiosa para a esfera política e vice-versa.

A religiosidade e a fé em milagres, às vezes, têm tal intensidade e força que contribuem para a interferência do sentimento religioso no julgamento e na opinião política. No Brasil, a afetividade aparece no próprio conceito de autoridade, fundada na fé na superioridade dos líderes carismáticos (tanto religiosos quanto políticos), supostamente para dar abrigo seguro em tempos de dificuldade, especialmente para os mais numerosos grupos sociais, cujo status é de excluídos e depreciados. Nesse sentido, a existência de líderes religiosos na esfera política emana de, mas também enfatiza, vários problemas, incluindo tensões sociais, políticas e econômicas, que constituem um fator importante na escolha da opção que estes líderes encarnam e no apoio às suas alianças e visões.

Existem múltiplas perspectivas a partir das quais o complexo fenômeno da “liderança” pode ser analisado, tanto no contexto político quanto no religioso (ROST, 1991; STOGDILL, 1974; BURNS, 1978; CIULLA, 2004; EDWARDS, 2000; GOLEMAN, 1998, 2000; SIUDA-AMBROZIAK, 2017). Rost (1991) analisa 221 conceitos de liderança e Stogdill (1974, p. 259) afirma que “há quase tantas definições de liderança quanto há pessoas que tentam definir o conceito”. O fato de que a liderança é frequentemente combinada ou estreitamente identificada com religião, política, poder e influência, torna ainda mais difícil a definição. “A percepção dos líderes também é sempre através do prisma dos tempos em que atuam,

\* O capítulo de livro é uma adaptação do artigo “Religious leaders in politics: Rio de Janeiro under the mayor-bishop in the times of the pandemic”, *International Journal of Latin American Religions*, ISSN: 2509-9957, 4/2020, s. 360–379(2020), Springer Nature, DOI: 10.1007/s41603-020-00123-1. O artigo foi terminado antes da derrota do bispo-prefeito nas eleições.

das qualidades que possuem e habilidades que lhes permitem ganhar apoio e consolidar seu relacionamento com os seguidores (GOLEMAN, 2000; MYERS, 2007).” (PY, 2020).

Um líder é definido por nós como uma pessoa que influencia os outros através de suas ações e decisões e possui a possibilidade institucionalizada de aplicar procedimentos, regulamentos legais, etc., devido ao desempenho de funções específicas na estrutura social e política, especialmente por meio de eleições e mandato democrático (a posição do prefeito). Reconhecemos o fato de que um líder é fortemente apoiado na campanha eleitoral por seu grupo de interesse (por exemplo, uma instituição religiosa, aqui: IURD), que mais tarde poderá controlá-lo e pressioná-lo durante seu mandato. Tais líderes são institucionalmente capacitados (por seu partido político ou sua igreja) – eles são apresentados para aproximar seu grupo da realização dos objetivos desejados (expansão e influência política). O que ajuda a tais líderes no desempenho de suas tarefas é o reconhecimento e apoio oferecido por membros mais influentes do mesmo grupo (a relação entre o bispo Macedo – o fundador da IURD e o bispo-maior Crivella, seu sobrinho).

A liderança pode aparecer em diferentes níveis da nossa vida social: no nível microestrutural, ou seja, nas relações interpessoais; no nível mesoestrutural, ou seja, principalmente em grupos sociais de médio porte; e no nível macroestrutural, enredado em um contexto mais profundo de relações socioeconômicas e políticas e no jogo de interesses de grandes grupos sociais. E esse é precisamente o nível que mais nos interessa neste trabalho, que expõe algumas das várias dimensões do poder, suas fontes, conflitos decorrentes do seu exercício e seus resultados. Esse conceito de liderança na esfera pública mais ampla (e na política acima de tudo), nos períodos turbulentos de crise (como a atual pandemia), pode exigir o uso de alguns meios extraordinários (BURNS, 1978) – os seguidores em tais circunstâncias são fracos e inseguros e querem que seu líder represente seu grupo articulando visão, dando reforço, mostrando autoconfiança, determinação e coragem em sua implementação. Uma liderança eficaz é, em tais casos, essencial, pois proporciona aos apoiadores uma sensação de segurança. Greenleaf (1977), apresentando o conceito de “liderança solidária”, argumenta que o principal dever de um líder deve ser ajudar, cuidar e atender às necessidades dos seguidores, especialmente em tempos difíceis de vários macroproblemas (aqui: pandemia, corrupção na vida política e crise econômica), que aumentam a popularidade e autoridade do líder, se combinados com sua autoconfiança na tomada e implementação das decisões esperadas pelos seguidores.

Nossa análise segue discutindo várias interseções entre religião e política em termos de liderança e políticas implementadas na cidade do Rio de Janeiro pelo bispo da IURD, Marcelo Crivella, provocadas especialmente por discontinuidades e rupturas inesperadas devido à pandemia da COVID-19, analisadas no contexto das estratégias de crescimento da igreja por meio da aliança política implementada por seu fundador e tio de Crivella, Edir Macedo. Usando como referências teóricas as ideias de Bourdieu (1982) sobre a correspondência entre opções religiosas e grupos sociais e a existência do “campo religioso”, analisa-

mos as decisões políticas de Marcelo Crivella – um importante líder religioso em cargos públicos – para ver o significado e os resultados das políticas promovidas pela prefeitura para vários grupos sociais, econômicos e políticos no contexto de sua competição ou cooperação.

Em nossa análise aplicamos também as ideias de Stark e Bainbridge (2007), que baseiam sua teoria de mercado da religião no princípio econômico de uma escolha racional do consumidor, maximizando os lucros, e minimizando as perdas em seguir um líder religioso, ou aderir a uma instituição religiosa, percebendo o comportamento humano no reino da religião em termos de intercâmbio benéfico: líderes religiosos (ou instituições) oferecendo a seus seguidores ou membros recompensas (benefícios tangíveis e práticos) e compensadores, ou seja, doutrinas religiosas que prometem alívio diante da adversidade e salvação, e seguidores – incorrendo nos custos (pagando um dízimo real) de sua participação em todo o sistema sociocultural criado desta forma, também ligado à política. Os benefícios que são dados ou esperados pelos indivíduos promovem sua conversão e, posteriormente, as decisões eleitorais nas quais o papel estratégico é desempenhado pelos líderes religiosos, que podem provar seus poderes, eficiência e capacidade de negociação, não apenas em um contexto puramente religioso.

Religião, economia e política sempre estiveram indissociavelmente interligadas. Especialmente em tempos de grave crise social, econômica e política, como a que o Brasil vem enfrentando devido à atual pandemia, um grande potencial advém justamente dos líderes (incluindo os religiosos), atuando como uma força organizadora e mobilizadora das massas. Em tempos difíceis, as pessoas muitas vezes se voltam para suas comunidades de fé, procurando ajuda, esperança, por soluções e conselhos práticos, não apenas escatológicos. De acordo com Norris e Inglehart (2006) e sua teoria compensatória da segurança existencial, a força dos líderes religiosos e suas organizações depende principalmente do nível de segurança perceptível de seus membros e do tipo dominante de cultura religiosa, incluindo a percepção social dos líderes religiosos e seus papéis. A religião é vista como um fator de mitigação psicológica do risco, assegurando às pessoas que mesmo não sendo capazes de entender ou prever o que está por vir, a força maior vigiará sobre eles, o que diminui o nível de estresse e reforça seu senso de segurança. Isto significa que uma necessidade aumentada de religião aparece sempre quando as pessoas sofrem privações graves, estresse ou uma ameaça direta à vida ou à saúde, e as soluções religiosas aparecem por causa da falta de possibilidades de eliminar sua fonte, que é exatamente o caso da pandemia COVID-19, espalhada pelo mundo e através da nação brasileira, tornando-a uma das mais visadas do mundo em números, e do Rio de Janeiro – uma das cidades mais duramente atingidas pela pandemia no Brasil. Na situação de insegurança e fortes tensões, às vezes a única opção é confiar o destino à Providência ou – seus representantes terrestres. Isso explica por que o grau de envolvimento em práticas religiosas nas sociedades pobres, desiguais, devastadas pela guerra ou vulneráveis a desastres naturais é sempre maior do que nas sociedades mais ricas, mais iguais e seguras. Isso significa que quanto maior o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de um país, e

quanto menor o índice de Gini, menor o envolvimento religioso – em cada sociedade são os grupos sociais mais fracos, sem meios para se protegerem, que se tornam mais receptivos frente às interpretações religiosas da realidade.

Nesses casos, a legitimação religiosa vem à tona, especialmente quando combinada com o impacto do proselitismo ativo, como o adotado pela IURD, com sua política pragmática de crescimento e estratégias de crescente influência no mundo secular, implementadas através do investimento na mídia e na política (MARIANO, 1999; ORO, 2006; MARIANO & OLIVEIRA, 2009; SIUDA-AMBROZIAK, 2017).

Na visão acima, focalizamos em nosso trabalho na carreira política do bispo/prefeito Crivella no contexto do envolvimento político da sua Igreja, e do seu comportamento como prefeito em resposta à crise e analisamos como ele, líder religioso e político, lida com os desafios da administração da cidade, especialmente os provocados pela atual pandemia. Em nossa análise, procuramos, antes de tudo, informações atuais, incluindo notícias *online* e sites institucionais, redes sociais, etc., e comentamos sobre a interface entre o mundo da religião e da política. Para completar o quadro, mencionamos as estratégias históricas de crescimento da IURD no campo político, analisamos circunstâncias que moldaram Marcelo Crivella, permitindo-lhe aceder ao cargo de prefeito, mostrar como ele está exercendo seu mandato como bispo/prefeito, incluindo processos, fenômenos e eventos dependentes (resultantes de suas decisões), ou independentes dele (resultantes de fatores imprevisíveis, como a pandemia). Ao apontar as decisões do bispo/prefeito nas circunstâncias pandêmicas, levamos em conta: escolhas de ação e sua implementação, apoio político e alianças, e mobilização de grupos alvo.

## A IURD na política brasileira - estratégias de crescimento

A IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), registrada em 1977, começou a ganhar visibilidade durante a difícil transição democrática após 1985, marcada pela implementação de duras reformas neoliberais. Os neopentecostais, devido às técnicas pragmáticas de gestão empresarial e ao espírito empreendedor, adaptaram-se bem às transformações econômicas e políticas, e tiraram proveito delas em benefício de sua própria expansão. Como resultado, a IURD, um inovador “empreendimento religioso”, de acordo com a teoria de Stark e Bainbridge, eclética em doutrina, culto e estrutura organizacional, começou também a aumentar sua influência política. O papel estratégico na expansão institucional tem sido desempenhado por seu líder carismático (Edir Macedo) e seus colaboradores mais próximos, incluindo o sobrinho de Macedo, Marcelo Crivella, que cedo se juntou ao seu tio nessa empreitada. Eles elaboraram estratégias publicitárias, propuseram doutrinas atraentes e flexíveis formadas por meio de sincretização experimental (MARIANO, 1999; ORO, 2006), desenvolveram técnicas de administração da Igreja e começaram a sua expansão na área entre economia, política e religião, ou, em outras palavras – dinheiro, poder e fé (SIUDA-AMBROZIAK, 2019). A

IURD, segundo a teoria de Stark e Bainbridge, vende compensadores religiosos, que são um conjunto sincrético dos ingredientes mais atraentes em um determinado mercado. Essa é a maneira mais fácil e eficaz de gerar “best-sellers religiosos”, combinando habilmente o que é eficaz no sistema em novas configurações, a fim de controlar a vida dos membros, incluindo lazer e atividades públicas. Um aspecto interessante da estratégia da IURD é também a atitude da Igreja em relação ao dinheiro – doado pelos seguidores como uma forma de cumprir a tradicional “regra da reciprocidade”, torna-se uma prova da eficácia da mesma, fornecendo combustível para sua expansão. No discurso da Igreja ninguém pode ser salvo “de graça” – a “ética da prosperidade” promove uma visão da riqueza como sinal visível da bênção de Deus (o que é mostrado no estilo de vida dos bispos em luxuosos “paraísos para milionários”)<sup>105</sup>, e incentiva seus seguidores a desenvolver o espírito empreendedor e enriquecer (SIUDA-AMBROZIAK, 2019), elevando assim seu status social e prestígio comunitário (um fenômeno conhecido como “empoderamento”).

Stark e Bainbridge (2007) observam que as inovações religiosas frequentemente alcançam uma “alta taxa de produtividade”, adaptando-se com sucesso às condições do mercado – aparecendo no momento exato. A IURD apareceu com sua proposta inovadora no momento histórico perfeito de transição e crise e as utilizou habilmente para sua vantagem. Como um bom exemplo de um “culto inovador”, a IURD foi efetivamente organizada e gerenciada, com sua atividade baseada na entrega de produtos religiosos atraentes, cobrança de pagamentos e geração de lucro, reinvestido em uma expansão organizacional adicional. A IURD, assim como outras empresas inovadoras, estabeleceu metas pragmáticas, que resultaram na construção de uma genuína holding internacional, envolvendo não apenas o campo religioso, mas também o mercado de mídia, o setor de entretenimento e o setor de serviços financeiros (SIUDA-AMBROZIAK, 2019). O “império da fé” é um negócio familiar, cogerido por esposa, duas filhas e dois genros (ambos pastores) do Macedo, dos quais um é indicado como um possível sucessor. Entretanto, a sucessão está sendo preparada também em termos de preservar e fortalecer as influências da IURD no campo nacional, político e aqui a candidatura de Marcelo Crivella parece ser forte.

O mais interessante para nós são justamente as estratégias de expansão da IURD na esfera pública por meio dos investimentos na política nacional iniciados com as eleições presidenciais ganhas em 1989 por Fernando Collor de Mello, oficialmente apoiado pelo bispo Macedo. A IURD, desde aquela época, vem trabalhando na carreira política de seus próprios líderes e seguidores, especialmente depois de adquirir uma estação de TV – a Record –, que logo se tornou o segundo maior canal de televisão do Brasil. Seu proselitismo e impacto político cresceu tanto que o bispo Macedo se permitiu criticar publicamente as decisões presidenciais e retirar seu apoio da campanha eleitoral. Logo o presidente Collor, envolvido em um caso de corrupção, foi destituído pelo primeiro procedimento de impeachment da história do Brasil.

---

105 - A IURD é uma das mais poderosas Igrejas neopentecostais brasileiras do ponto de vista financeiro. A nova Catedral da Igreja em São Paulo (O Templo de Salomão) pertence aos maiores templos do continente e a fortuna do fundador ascende a milhões de dólares (ANTUNES, 2013).

Já durante a presidência seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, o Rio de Janeiro tornou-se o mais (Neo)pentecostal dentre todas as cidades brasileiras – entre 1992 e 1994, 21% de todos os seus habitantes foram convertidos (FERNANDES, 1998). A popularidade da IURD foi crescendo sistematicamente com as reuniões religiosas realizadas em todos os principais estádios de futebol do Brasil. No final dos anos 90, o bispo Macedo iniciou a construção da monumental Catedral Del Castilho no Rio, e realizou novos investimentos no setor de mídia através da compra de emissoras de rádio, agrupando-as sob a holding religiosa “Rede Aleluia-Rede da Família” e criando sua própria editora, desenvolvida sistematicamente (SIUDA-AMBROZIAK, 2019). Nas eleições presidenciais de 2002, Macedo apoiou oficialmente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), líder do Partido dos Trabalhadores – PT, apesar de tê-lo acusado anteriormente de postular um populismo perigoso (ALVES, 1998; SANTOS, 2002). Entretanto, ele começou a introduzir uma estratégia de aumentar o número de seus representantes eclesiais em vários níveis políticos, utilizando sua mídia em prol de campanhas eleitorais – em 2002, Macedo comprou uma estação de rádio em São Paulo (99,3 FM), equipada com estúdios do mais alto padrão transmitindo via satélite. Anteriormente, ele havia nomeado um de seus bispos, Carlos Alberto Rodrigues Pinto, responsável pelas alianças políticas e que, posteriormente, apoiou com sucesso Marcelo Crivella nas eleições federais para o Senado.

Macedo apoiou Lula na conquista de seu segundo mandato e a cooperação entre os dois líderes era visível em todas as frentes: por exemplo, Macedo, sua família e colaboradores mais próximos receberam passaportes diplomáticos. Lula apoiou Macedo em sua guerra contra os concorrentes da mídia, aprendendo avidamente com ele também sobre as técnicas bem-sucedidas de angariação de fundos para o bem de seu partido político (WEIS, 2008). O bispo Macedo também ajudou na campanha presidencial de Dilma Rousseff, devido à perda do apoio da Igreja Católica causada por seus “pontos de vista aparentemente pró-aborto” (SIUDA-AMBROZIAK, 2019), e ele apareceu entre os convidados honorários na posse presidencial. Naquele momento ficou claro que seus seguidores já constituíam uma força política sólida, difícil de ignorar, usando seus votos de acordo com as indicações de seus líderes religiosos. Isso também foi visível no momento do impeachment de Dilma Rousseff, baseado nas acusações de manipulação do orçamento, no contexto de profunda recessão econômica e frustração social com os níveis de corrupção, que culminaram em protestos de rua maciços e sem precedentes – o bispo Macedo não apoiou a sua aliada. A Igreja já teve dois importantes representantes políticos antes do início do mandato de prefeito de Crivella: do ministro da pesca e da aquicultura, representado pelo próprio Marcelo Crivella no governo de Dilma Rousseff, e o da indústria, comércio exterior e serviços com outro bispo da IURD – Marcos Pereira (no governo de Michel Temer), que é possivelmente o futuro chefe do Congresso, atualmente seu 1º vice-presidente e presidente do Partido Republicano.

Em 2018, Macedo apoiou oficialmente a candidatura de Jair Bolsonaro. E continua apoiando o governo federal até agora, também por meio das decisões políticas dos representantes da IURD nos governos locais, incluindo Crivella, na prefeitura do Rio de Janeiro.

Em resumo, podemos notar que o desenvolvimento e a expansão da IURD demonstraram forte interdependência entre a situação econômica, política e social do país e a demanda por sua oferta, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. Mostramos também que as estratégias de crescimento da Igreja incluíram: preparação cuidadosa e adaptação flexível da oferta religiosa às necessidades dos seguidores; criação de uma estrutura institucional centralizada e bem administrada; promoção de uma liderança forte e carismática, juntamente com investimentos em vários setores do mercado com ênfase na mídia; entrada no mundo da política nacional em vários níveis por meio da apresentação de candidatos próprios nas eleições, fornecendo-lhes total apoio institucional e formando importantes alianças políticas em todos os níveis governamentais.

## O homem e suas circunstâncias – o passado pré-pandêmico de Marcelo Crivella

Marcelo Crivella, bispo da IURD, e sobrinho de seu fundador, foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2016, iniciando seu mandato em janeiro de 2017. Sua carreira política esteve desde o início intimamente relacionada ao conglomerado TV Record/IURD/Partido Republicano, uma estrutura político-religiosa da mídia criada pela IURD, e atualmente aliada ao governo de Jair Bolsonaro.

Em sua juventude, Crivella frequentou a Igreja Metodista, mas devido ao seu relacionamento com seu tio, Edir Macedo, ele logo começou a frequentar a IURD. Após a conversão, ele começou a trabalhar para a igreja e, tendo seu ministério aprovado, tornou-se pastor e depois foi consagrado a bispo. Ele trabalhou durante dez anos como missionário em países africanos. Sua pregação religiosa tem sido transmitida nacionalmente e ele se tornou um famoso cantor e compositor religioso, tendo 14 discos lançados na Line Records (pertencente à Record) com mais de 5 milhões de cópias vendidas<sup>106</sup>.

A entrada de Crivella na política é resultado de um movimento político religioso, às vezes chamado de “erupção pentecostal”, presente desde 1986 (FREESTON, 2006) e no Brasil notado com a participação maciça dos evangélicos na eleição de Collor em 1989 (MARIANO & PIERUCCI, 1992). Crivella foi eleito senador pela primeira vez em 2002, com cerca de 3,2 milhões de votos, tendo como seu “padrinho” político Garotinho<sup>107</sup>, que o persuadiu a atenuar seu tom religioso, o que era necessário para avançar na atividade política. Sua

106 - Disponível em: <https://www.facebook.com/linerecordsbrasil/>. Acesso em: 20 de junho de 2020. Sobre a importância da música gospel para as estratégias de crescimento da IURD, ver, por exemplo, Rosas (2013).

107 - Garotinho (prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1999-2002) convertido ao pentecostalismo em 1995, atualmente pertence à Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Em 2002, ele fez um tour evangélico pelo Brasil para construir apoio às suas próprias eleições presidenciais. Durante seu mandato como prefeito do Rio de Janeiro, ele aprovou a lei estadual nº 3.459, que determinou a implementação da educação religiosa nas escolas públicas, provocando controvérsias. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc29039815.htm>; <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0711199912.htm>; <http://www.conectabaixada.com.br/politica/2016/11/18/pastor-revela-segredos-de-garotinho/>; <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/136999/lei-3459-00>. Acesso em: 20 de junho de 2020. Atuando como conselheiro político de Crivella, Garotinho aponta para o crescente profissionalismo da IURD devido à implementação de reformas internas “eclesiásticas e teológicas”, que a tornaram muito mais sofisticada, “mais liberal e pragmática, comparável aos conservadores religiosos do Partido Republicano nos Estados Unidos, mais atraentes para a classe média, os negócios e os círculos formadores de opinião”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37829549>. Acesso em: 16 de junho 2020:

campanha foi baseada no sucesso do seu projeto de caridade na zona semiárida do estado da Bahia, onde, segundo o site oficial da IURD, ele assentou 100 famílias, irrigou a área e a sustentou com o dinheiro proveniente da venda de seus CDs<sup>108</sup>. Crivella tentou depois, com o apoio presidencial de Lula da Silva, mas em vão, tornar-se prefeito do Rio de Janeiro em 2004, governador do estado do Rio de Janeiro em 2006, de novo prefeito em 2008, e, finalmente, em 2010, tornou-se o primeiro senador reeleito no estado do Rio de Janeiro em 24 anos. Ele exerceu o cargo até ser empossado como prefeito da capital do estado do Rio de Janeiro, eleito em 2016 no segundo turno, em disputa com o esquerdista Marcelo Freixo, do partido político PSOL.

Alguns analistas atribuem sua vitória a um bom momento, no qual as forças conservadoras estavam crescendo no país, somado a um vácuo no lado esquerdo da cena política, erros de estratégia no caso de outros candidatos e também uma agenda política fraca do seu oponente no segundo turno. Além de usar o discurso secular em momentos em que era necessário ganhar outra parcela do eleitorado, Crivella, às vezes, teve de se distanciar durante sua campanha da IURD, da qual continua sendo bispo licenciado, e adotar a estratégia de “governar para todos”. Ele também limitou seus discursos sobre a questão da intolerância religiosa, afirmando em sua campanha que o fato de ser evangélico não implicava que ele perseguiria outras religiões, inclusive de origem africana. Para este fim, Crivella usou um discurso sobre a IURD como uma minoria religiosa e do Brasil como um estado laico (embora não ateu). Camurça (2020) mostra que a ideia de minoria religiosa é a chave para entender a identidade social e religiosa da IURD e sua atividade no espaço público – os usos do termo são estratégicos, às vezes demonstrando autonomia, liberalismo e modernidade da Igreja, às vezes opondo-se aos católicos como uma “maioria religiosa opressiva” no Brasil.

O mandato de Crivella é resultado de um investimento duradouro dos segmentos religiosos pentecostais e neopentecostais na política, bem como de uma crescente relação dialética entre a política e a religião no Brasil (MARIANO & OLIVEIRA, 2009). A estratégia de apoiar aliados e concorrer a posições políticas com uma agenda conservadora deu frutos na campanha de Crivella organizada com o lema “Cuidarei de você”, evocando uma ideia de um bem-estar social religioso específico, no qual a população está sob as asas protetoras do seu pastor. Tal ideia foi especialmente bem recebida nas comunidades atingidas pela pobreza e violência, onde as denominações evangélicas estão expandindo rapidamente no contexto da notória ausência do Estado. A “questão social” tem sido, de fato, a habitual agenda eleitoral de Crivella, não apenas durante a campanha para a prefeitura do Rio de Janeiro – a implementação de vários projetos de assistência social e a retórica social é uma das principais estratégias utilizadas pela IURD para ganhar apoio social, amenizar possíveis controvérsias e promover uma ideia de diálogo social no processo de conquista do espaço público, além da esfera religiosa. O lema de Crivella também foi uma forma bem-preparada de criticar, nas entrelinhas, a administração do prefeito anterior, Eduardo Paes, que priorizou as obras em

---

108 - Disponível em: <http://www.projetonovacanaa.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 20 de junho 2020.

vez das pessoas, de modo que a ideia do cuidado humano se tornou um bom *slogan* político para a campanha<sup>109</sup>. Ao mesmo tempo, ele tentou também suavizar sutilmente sua imagem como bispo da IURD para atrair os eleitores de outras Igrejas e religiões. Apesar de ter um forte apoio de todos os segmentos evangélicos, Crivella, de acordo com Machado (2006), não quis se restringir ao público evangélico, e, eventualmente, conseguiu expandir seu eleitorado para além de seus irmãos religiosos. Essa estratégia bem-sucedida e de longo prazo, já o havia feito ganhar espaço político em várias eleições antes da campanha de 2016 para prefeito do Rio de Janeiro. Se por um lado, ele sempre adotou o pragmatismo político; por outro lado – uma abordagem moderada em muitos assuntos controversos, que é uma política típica aplicada pela IURD ao promover seus candidatos políticos, projetos e investimentos (CAMURÇA, 2020; BURITY, 2018; MARIANO, 1999). Em certo momento, Crivella pediu desculpas por suas declarações homofóbicas no passado, comprometendo-se a manter o financiamento<sup>110</sup> da cidade para a Parada Gay e o Carnaval, confirmando seu profundo respeito por todos os tipos de manifestações de minorias, e prometendo terminar com qualquer preconceito contra a comunidade LGBT durante seu mandato<sup>111</sup>. Se, por um lado, ele manteve na sua campanha um tom suave sobre a cultura do Carnaval e os direitos do movimento LGBT, por outro lado, manteve claramente sua posição contra a liberalização das drogas, a legalização do aborto e a introdução da ideologia do gênero nas escolas, associando a defesa dos valores familiares a uma construção natural da cidadania.

Durante seu mandato como prefeito, Marcelo Crivella começou a misturar o religioso e o político a tal ponto, que isso o fez acumular alguns processos de improbidade devido ao uso da máquina administrativa em benefício das igrejas pentecostais e dos seus fiéis, por exemplo, tornando alguns serviços públicos mais disponíveis para eles do que para outros grupos sociais, e ajudando sua própria igreja a entrar nas escolas municipais e comunidades locais como parte dos programas de assistência social<sup>112</sup>. Seu processo de impeachment foi aberto em julho de 2018<sup>113</sup> como resultado de uma “reunião secreta” com um grupo de pastores evangélicos e pré-candidatos ao Congresso, aos quais Crivella indicou um fácil acesso a assistência médica, como cirurgias de catarata e varizes, como cortesia do seu governo para as comunidades pentecostais e possíveis eleitores. O Ministério Público também investiga o controle dos eventos culturais com o veto do gabinete do prefeito. Gomes e Leite (2019, p. 87) analisaram o decreto 43.219/2017 e o corte de 50% nos fundos públicos para o Carnaval<sup>114</sup>, assim como o aumento das exigências para as autorizações para organização

109 -Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/slogan-de-crivella-surgiu-como-contraponto-gestao-de-paes-20393473> Acesso em: 16 de jun. 2020

110 - Ver livro: “*Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*”, de autoria do Bispo Macedo, publicado em 2011, no mesmo há um projeto claro de teocracia.

111 - Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37795802>. Acesso em: 16 de junho de 2020:

112 -Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/07/12/mp-acusa-crivella-de-usar-escolas-publicas-para-eventos-da-universal.htm> Acesso em: 15 de junho de 2020.

113 - Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/2018/07/10/2272-crivella-faz-articulacoes-politicas-para-evitar-processo-de-impeachment>Acesso em: 18 de junho de 2020.

114 - Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/escolas-de-sambacontinuam-em-busca-de-solucoes-para-viabilizar-o-carnaval-de-2018.ghtml>; <https://oglobo.globo.com/rio/envolvido-em-polemicas-em-torno-da-foiacrivella-alvo-de-criticas-nos-sambas-dos-blocos-de-carnaval-22347754>

Acesso em: 24 de junho de 2020.

das rodas de samba e as atividades religiosas afro-brasileiras em locais públicos. O corte no orçamento foi justificado pelo fato de que ele seria transferido para creches municipais. Por um lado, gerou acusações de intolerância religiosa e de demonização da cultura popular, mas por outro, tal “cálculo político” gerou benefícios com repercussões eleitorais (VIDAL, 2017), conquistando a simpatia de muitas pessoas, especialmente no mercado alvo da IURD, necessitadas de tais instituições<sup>115</sup>.

Embora o prefeito tenha recebido o título de Patrimônio Mundial da UNESCO atribuído ao Cais do Valongo em novembro de 2018, ao longo do seu mandato houve vários vetos a outros projetos que valorizam lugares e ritos da memória cultural africana no Rio de Janeiro, por exemplo, à transformação do Quilombo da Pedra Salgada em patrimônio imaterial, à renovação da Feira de Iabás, aos fundos destinados ao Jongo da Serrinha e às Festas de Iemanjá, bem como à introdução de uma burocratização excessiva para organizar estes eventos no espaço público. Tais problemas geraram reações em defesa dos importantes elementos afro-brasileiros que constituem o patrimônio cultural intangível da cidade (GOMES & LEITE, 2019).

## Rio de Janeiro sob Crivella: negociação política na sombra da crise pandêmica

Os desafios enfrentados por todos os líderes políticos na época da pandemia da COVID-19 são múltiplos. Por um lado, é uma grande responsabilidade ajudar a proteger aqueles que são vulneráveis, que provavelmente sofrerão sérias implicações para a saúde devido ao impacto do vírus que foi cientificamente provado como sendo difundido na comunidade; por outro lado, o vírus não é letal para a grande parte da população e as estatísticas globais mostram que a maioria dos infectados o superam, às vezes até de uma maneira assintomática. Há também outro contexto social e econômico para a crise pandêmica: políticas de bloqueio e quarentena que promovam o distanciamento social podem, de fato, ser eficazes para diminuir a curva das infecções e, portanto, a taxa de mortalidade daqueles que sucumbem a essa doença. Mas a quarentena e a implementação da política do “fiquem em casa”, só pode realmente acontecer, quando as pessoas realmente vivem em condições que lhes permitam o distanciamento social, o que não é o caso da maioria dos habitantes do Rio de Janeiro. Além disso, concentrar todas as políticas de saúde pública no vírus aumenta os sinais de colapso em outras áreas, reduzindo capacidades para operações urgentes de salvamento de vidas e de saúde das pessoas com outros problemas graves. Por último, mas não menos importante, na situação de *lockdown* há sempre uma necessidade urgente de prover àqueles que ficaram sem emprego, sem seguro de saúde adequado, e sem meios para sobreviver, e cuja escolha é entre sofrer de vírus ou de fome. Muitos no Rio de Janeiro, que já tinham pouco, ficaram com menos ainda, ou literalmente sem nada. Portanto, assim a expansão do vírus, como a situação

115 - Christina Vital in *Heinrich Böll Stiftung*. 01/11/2017. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2017/11/01/ha-calculo-politico-nas-afirmacoes-de-crivellaafirma-christina-vital-em-entrevista> Acesso em: 24 de junho de 2020

do *lockdown* e da quarentena seguem provocando disputas públicas e muitas controvérsias, envolvendo também as decisões do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os dados do IBGE<sup>116</sup> (e a teoria compensatória da segurança existencial), o grupo-alvo da IURD consiste principalmente dos mais fracos na estrutura da população do Rio de Janeiro – quando se trata de estatísticas, as pessoas que se descrevem como pentecostais (evangélicos) têm a pele bastante “escura” (45,7%), não são bem instruídas (42,3% dos maiores de 15 anos não completaram sua educação primária e 8,6% são analfabetos), e ganham pouco dinheiro (até 63,7% ganham abaixo de um salário mínimo). A maioria delas são mulheres, diaristas, empregadas especialmente no setor de serviços domésticos. Muitas não possuem seguro saúde ou qualquer seguro social. Portanto, na situação de pandemia e *lockdown*, elas não têm meios de se protegerem e nenhuma perspectiva de se colocarem *online* com seus trabalhos manuais. Por outro lado, seus problemas significam também diminuição dos recursos da IURD (e outras igrejas do setor evangélico), pois a renda da igreja é baseada principalmente nas contribuições de seus seguidores (o dízimo obrigatório e outras doações voluntárias). A fim de proteger a estabilidade de sua instituição, seus líderes devem convencer os seguidores a serem leais e generosos, mesmo em tempos de pandemia, e por essa razão, de acordo com a teoria de mercado religioso, as recompensas que oferecem devem continuar atraentes e a igreja deve mostrar seu apoio e compreensão pela situação dos fiéis<sup>117</sup>. Isto deve levar à necessidade de ajuste não apenas dos ensinamentos, mas das políticas públicas também, para atender às necessidades e expectativas dos seguidores. É uma das razões, juntamente com alianças políticas nacionais e locais, para a cidade do Rio de Janeiro experimentar, entre março e junho de 2020, um entrelaçamento político e religioso muito complexo, com as relações dialéticas entre o governo federal (Presidente Bolsonaro), o governo estadual (Wilson Witzel) e a prefeitura do Rio de Janeiro (Marcelo Crivella) marcando o tempo diante das exigências políticas e religiosas da COVID-19.

O Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu, contra as intenções do governo federal do presidente Bolsonaro, autonomia para cada estado se organizar contra a pandemia<sup>118</sup>, a decisão, que criou situações de incontabilidade local da pandemia devido à falta de centralização das políticas de combate da COVID-19 em nível nacional. No Rio de Janeiro isso levou a pressões crescentes sobre o governo estadual e municipal exercidas por seus aliados políticos, empresas locais, milicianos e instituições religiosas, provocando discussões e controvérsias sobre a necessidade de implementar as regras de isolamento social, a necessidade de fechar o comércio e outras restrições sociais e econômicas. Se, por um lado, no primeiro

116 - Censo do IBGE 2010 Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

117 - Devido à necessidade de fechar os templos, a situação financeira de muitas igrejas evangélicas e seus pastores se deteriorou (incluindo a IURD), o que as fez pedir a intervenção do presidente Bolsonaro. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/30/bolsonaro-pressiona-receita-federal-a-perdoar-dividas-de-igreja-evangelica.htm>; <https://domtotal.com/noticia/1414543/2020/01/para-agradar-evangelicos-bolsonaro-quer-pagar-conta-de-luz-de-igrejas-com-dinheiro-publico/>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-26/igrejas-devem-mais-de-460-milhoes-de-reais-ao-governo.html>; <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/quando-lideres-religiosos-barganham-no-mercado-politico/>; <https://piaui.folha.uol.com.br/sem-feis-sem-dizimo-sem-palanque/> e <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/30/receita-aplica-pesadas-multas-a-igrejas.htm> Acesso em: 13 de junho de 2020

118 - Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobreisolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>. Acesso em: 17 de junho de 2020;

momento, o governo estadual do Rio, sob o comando de Wilson Witzel, estava inicialmente contra a preferência à economia ao invés da quarentena, por outro lado, o prefeito Crivella continuou apoiando o presidente Bolsonaro e afrouxando as regras da quarentena impostas pelo governo estadual, que instituiu oficialmente o *lockdown*. Na prática, Crivella tornou-o flexível, de acordo com a política liberal “estilo sueco”<sup>119</sup> do presidente Bolsonaro, o que resultou no controle indulgente dos locais públicos. A cidade, apesar de ter sido oficialmente colocada em quarentena e fechada de acordo com a lei estadual, começou a sofrer com a crescente curva de infecção. Em tal situação, porém, tanto o governador (acusado, entretanto, de corrupção na gestão da construção dos hospitais da COVID-19)<sup>120</sup> quanto o prefeito (apoiando o governo federal na defesa do isolamento social vertical) logo se “alinham” na política de flexibilização do fechamento oficial, para atender às necessidades econômicas diárias da maioria da população da cidade<sup>121</sup>. A fim de mostrar seu apoio a Bolsonaro, Edir Macedo e Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) inicialmente rejeitaram a suspensão dos cultos religiosos, e continuaram a organizar reuniões religiosas, encarando o vírus como uma invenção do diabo e da mídia destinada a promover o pânico social. Ao mesmo tempo, deputados evangélicos insistiram em abrir os templos, dando argumentos teológicos para a necessidade de orações em massa a fim de enfrentar a pandemia e, eventualmente, propondo formas de controlar o número de pessoas participantes dos cultos. Entretanto, logo sua atitude foi mudada ou atenuada devido às decisões de muitos outros pastores evangélicos, declarando a necessidade de manter o distanciamento social (Cristã Nova Vida, Renascer em Cristo, Batista da Lagoinha, Sara a Nossa Terra, Cristã Maranata, Evangelho Quadrangular, Assembleia de Deus Betesda), a atitude compartilhada por outros setores do mercado religioso: católicos, presbiterianos, batistas, metodistas, luteranos. Todos suspenderam suas atividades de serviço comunitário, oferecendo substitutos *online*, e persuadindo seus fiéis a seguir as regras de “ficar em casa”<sup>122</sup>. Esta situação fez com que tanto Macedo quanto Malafaia se retirassem de sua posição inicial, e oferecessem assistência social aos que necessitavam de ajuda nos tempos de pandemia.

Logo, porém, Edir Macedo foi internado no hospital Moriah com sintomas de COVID-19, onde permaneceu por quatro dias recebendo tratamento bem-sucedido com cloroquina<sup>123</sup> – medicamento controverso, fortemente sugerido pelo governo federal e muitas

119 - O governo sueco optou por não introduzir oficialmente nenhuma quarentena e restrições e, em vez disso, apostou na aquisição da “imunidade do rebanho” da população após a exposição ao vírus. A mesma política foi inicialmente implementada pelo governo britânico, que mais tarde, no entanto, recuou.

120 - Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/29/interna\\_politica,859372/investigado-por-corrupcao-na-saude-witzel-pede-ao-stj-para-depor-a-pf.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/29/interna_politica,859372/investigado-por-corrupcao-na-saude-witzel-pede-ao-stj-para-depor-a-pf.shtml). Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/29/interna\\_politica,859372/investigado-por-corrupcao-na-saude-witzel-pede-ao-stj-para-depor-a-pf.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/29/interna_politica,859372/investigado-por-corrupcao-na-saude-witzel-pede-ao-stj-para-depor-a-pf.shtml). Acesso em: 20.06. 2020.

121 - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/08/flexibilizacao-de-witzel-tem-baixa-adesao-na-regiao-metropolitana-do-rj.htm>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/08/justica-do-rio-suspende-flexibilizacao-autorizada-pela-prefeitura-e-estado.htm>; <https://oglobo.globo.com/rio/taxa-de-contagio-da-covid-19-no-rio-volta-subir-preocupa-especialistas-24495435>; <https://www.poder360.com.br/coronavirus/fernando-ferry-pede-demissao-da-secretaria-de-saude-do-rio/>. Acesso em: 24 Jun 2020.

122 - Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/diante-da-crise-do-coronavirus-o-que-as-igrejas-podem-fazer/>. Acesso em: 15 jun 2020.

123 - Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/internado-covid-19-edir-macedo-tratamento-cloroquina-recebe-alta.html> Acesso em: 15 jun. 2020

vezes mencionado em aparições públicas pelo próprio presidente Bolsonaro. Em sua recuperação, Macedo confirmou os efeitos positivos do medicamento, de acordo com a opinião de seu aliado, e reafirmou que a fé forte é essencial para combater o vírus<sup>124</sup>.

Entretanto, a necessidade de quarentena estava sendo questionada pelos tribunais locais, e havia muita controvérsia entre os representantes das autoridades científicas do estado do Rio de Janeiro. Devido à negociação política (a favor e contra as medidas de gestão da crise sugeridas pelo governo federal) e a falhas na gestão estadual, ocorreram muitas mudanças pessoais no nível estadual governado por Witzel, irregularidades na construção de hospitais de campanha, bem como o desmantelamento de uma equipe de gestão da crise com a participação de médicos e pesquisadores<sup>125</sup>.

Na situação caótica, o prefeito Crivella começou a investir na assistência social, especialmente dirigida aos habitantes mais pobres da cidade, por exemplo, fazendo doações de tomógrafos e de outros equipamentos médicos para os bairros mais carentes da região, incluindo os habitantes da maior favela, a Rocinha, e, neste caso particular, instalando-os nos interiores do templo IURD, o que provocou uma reação imediata dos opositores políticos do PSOL, exigindo explicações<sup>126</sup>. Crivella defendeu sua decisão, apresentando-a como solução temporária, que permitiu diagnóstico rápido para salvar vidas e prometeu que o equipamento acabaria no hospital local após a pandemia. Ao mesmo tempo, assim como prefeitos de outras grandes cidades, ele foi confrontado com o problema da escassez de testes para o vírus na população da cidade – a taxa de testes foi baixa, e a ausência de testes resultou por algum tempo em estatísticas que não confirmaram a gravidade da pandemia de COVID-19, já que a maioria das mortes foram registradas como “síndrome respiratória aguda” ou “gripe”. Algumas vezes as estatísticas não estavam disponíveis, ou a metodologia de contagem mudava repentinamente, ou foram substancialmente atrasadas, o que dificultou o acompanhamento dos dados e sua análise a fim de fazer uma avaliação objetiva do escopo da pandemia e da atividade da prefeitura em relação a ela<sup>127</sup>.

Um dos maiores problemas que os pesquisadores enfrentam é justamente acessar dados confiáveis e atuais, e distinguir entre várias fontes de informação disponíveis na Inter-

124 - Sócrates Oliveira de Souza, chefe da Convenção Batista Brasileira (a primeira-dama, Michelle Bolsonaro é membro da Igreja Atitude pertencente à associação), também foi curado por meio do mesmo remédio e confirmou publicamente seu impacto positivo na sua recuperação. Sobre o tratamento de Macedo, disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/universal-comemora-cura-da-covid-de-edir-macedo-por-hidroxicloroquina/> e [https://mblnews.org/nacional/bispo-edir-macedo-e-diagnosticado-com-covid-19?fbclid=IwAR0UImGtQH-qHCjtzf-TVKQqhCLYzkEJ45nk1QSR\\_BT\\_VeZeU\\_Or5wrBBbvU](https://mblnews.org/nacional/bispo-edir-macedo-e-diagnosticado-com-covid-19?fbclid=IwAR0UImGtQH-qHCjtzf-TVKQqhCLYzkEJ45nk1QSR_BT_VeZeU_Or5wrBBbvU) Acesso em: 15 jun. 2020

125 - Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/apos-criises-no-governo-do-rj-witzel-faz-mudancas-no-secretariado-30062020>. Acesso em: 30 jun. 2020

126 - Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/06/mp-analisa-decisao-de-crivella-de-instalar-tomografo-em-igreja-universal-medida-foi-criticada-por-moradores-da-rocinha.ghtml> Acesso em: 14 Jun 2020

127 - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/23/casos-suspeitos-registrados-como-gripe-em-favela-do-rio-denunciam-medicos.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-do-rio-tira-do-ar-dados-abertos-sobre-mortos-pela-covid-19-no-municipio-24434182> e <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/28/rio-1177-mortes-somem-de-estatistica-de-covid-e-especialistas-criticam.htm>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/09/rj-tem-quase-20-vezes-mais-internacoes-por-sindrome-respiratoria-aguda-do-que-em-2019-diz-estudo.ghtml>; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/27/rio-metodologia-mortes-coronavirus.htm> ou <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/05/14/covid-19-dados-registro-civil-sobre-mortes/>. Acesso em: 14 de junho de 2020

net, analisando-os objetivamente, sem prejuízo de qualquer opção política (especialmente em vista da guerra da mídia em curso), mas ao mesmo tempo com plena consideração pela importância do fator religioso que se destaca no espaço público local. A quantidade de notícias falsas, mas aparentemente “científicas” é esmagadora, e torna difícil encontrar o verdadeiro quadro dos processos e eventos pandêmicos. Meias verdades, fatos e palavras retiradas do contexto tornam difícil ver o que é uma argumentação religiosa, o que é político e o que é puramente científico.

A gestão da pandemia é uma questão controversa e politizada: a “abertura da cidade”, justificada por Crivella, é, para alguns, decisão que acarreta muito risco para a população urbana; enquanto para outros é um merecido fim da crise pandêmica, bem administrado pela prefeitura de acordo com as estratégias sugeridas a nível federal. Obviamente, essa é a única interpretação no *Facebook* de Crivella, cheio de agradecimentos de seus seguidores políticos e religiosos<sup>128</sup>. O que precisa ser enfatizado, entretanto, é que não houve consenso mesmo dentro da comunidade pentecostal sobre formas aceitáveis ou desejáveis de lidar com a crise pandêmica e as atitudes que devem ser tomadas e apoiadas<sup>129</sup>.

## Conclusões

Como temos demonstrado, há mais de 30 anos a IURD tem sido uma parte importante da esfera pública no Brasil, presente em várias eleições, aumentando suas parcerias em conformidade com as alianças construídas por Edir Macedo, o que coloca seus líderes em claro contraste com o processo luckmanniano da crescente “invisibilidade” da religião. Como mostramos, também as políticas de Crivella como prefeito do Rio de Janeiro misturam o religioso e o político para fortalecer a IURD, alinhando suas políticas com o governo federal, mesmo em alguns momentos contrárias ao governador do estado do Rio de Janeiro. Os líderes da IURD escolheram, não pela primeira vez, uma estratégia de atuação em estreita aliança com o governo federal, apoiando-o politicamente e, ao mesmo tempo, implementando suas próprias políticas de crescimento institucional, que influenciam, em grande medida, as decisões do bispo/prefeito e as táticas de gestão na cidade do Rio de Janeiro, incluindo os tempos da pandemia, que, assim como outros períodos de crises sociais, exacerbam a importância da liderança política ligada ao “campo da produção religiosa”, determinada por um conjunto de disposições, padrões de pensamento e formas de perceber o mundo característico de um determinado segmento da sociedade. Como existem muitas maneiras diferentes de abordar o conceito de “liderança” na pesquisa acadêmica, optamos por vê-la em um contexto sistêmico, concentrando-nos principalmente em seu funcionamento prático. Por isso mostramos como Marcelo Crivella foi apoiado desde o início de sua carreira política, primeiro nas eleições parlamentares, depois, nas funções ministeriais em nível de governo federal e, finalmente, em suas bem-sucedidas eleições para prefeito do Rio de Janeiro, por sua igreja.

128 - Disponível em: <https://www.facebook.com/marcelocrivella/>. Acesso em: 18 de junho de 2020

129 - Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52313890> . Acesso em : 14 de junho de 2020

Apesar da notável presença da IURD em todos os níveis de representação política no Brasil, a posição de destaque de Crivella na “Cidade Maravilhosa” tem sido, sem dúvida, uma grande vitória e excelente publicidade para sua igreja, devido à importância global do Rio. Portanto, seu desempenho tem sido acompanhado de perto, não apenas pelos líderes e filiados da igreja. Como uma das funções mais importantes de qualquer líder é a capacidade de conduzir seus apoiadores através e fora dos tempestuosos períodos de crise (pandemia) que às vezes exigem o uso de medidas de emergência (WEBER, 1946, 2002), qualquer tentativa de avaliar o desempenho de Crivella, embora difícil antes do final do mandato, parece ser não só uma tarefa interessante do ponto de vista puramente acadêmico, mas também constitui um importante fator preditivo em termos de um possível futuro envolvimento político pessoal (de Crivella) e institucional (IURD) nos níveis governamentais superiores. O bispo/prefeito Crivella e sua administração do Rio de Janeiro podem ser considerados como uma parte importante das estratégias de crescimento implementadas pelo carismático líder da IURD, Edir Macedo.

A IURD está há décadas entre as instituições religiosas que mais crescem no Brasil, promovendo sua imagem e reconhecimento através das próprias emissoras de TV, editoras e políticos - seus membros de alto nível e vários aliados políticos têm sido apoiados institucionalmente nas eleições, disseminando a percepção da IURD como uma peça importante do cenário político brasileiro. A liderança da igreja - forte, orientada para resultados, centralizada, vertical, eficiente do ponto de vista gerencial e com seguidores disciplinados - é um aliado político em alta demanda, implementando novas regras de conduta na política brasileira. Uma delas é a regra do “irmão vota por irmão”, que significa o apoio maciço aos representantes e aliados na campanha eleitoral, participando da luta política e dos conflitos que dela decorrem.

“Em todo o mundo, os líderes políticos têm sido confrontados com dilemas, desafios e perspectivas semelhantes devido à epidemia COVID-19: uma necessidade de salvar e proteger vidas; implementar a emergência do sistema de saúde; reagir à crise econômica, ao crescimento do desemprego e ao colapso de muitas famílias devido às políticas de *lockdown*, que criam desafios difíceis para o mercado de trabalho, se implementadas” (PY, 2021). A pandemia dói especialmente as sociedades desiguais como o Brasil, provando dois padrões de políticas locais de quarentena, que se tornaram controversos no Rio de Janeiro, com uma justaposição ofensiva de regulamentações de bom senso, que, por um lado, significavam restrições legais aos contatos entre as pessoas, e, por outro lado - a permanência de numerosas famílias num espaço muito limitado.

As ordens, proibições e sanções nem sempre funcionam em tal contexto. O quadro geral da situação pandêmica é influenciado por muitos fatores, incluindo o acesso da população de baixa renda ao tratamento hospitalar, diagnóstico adequado, pontualidade administrativa na publicação das taxas de mortalidade e causas de morte, o número de testes realizados e a intensidade da epidemia em favelas densamente povoadas, onde as pessoas

são particularmente vulneráveis à transmissão da doença e onde há sérias dificuldades em manter os procedimentos básicos de proteção, sem sequer mencionar o distanciamento social. Na cidade do Rio de Janeiro, existem claras dificuldades em transferir os métodos de combate a uma pandemia entre as áreas da cidade, particularmente em relação às diferentes condições sociais e econômicas da população e ao grau de sua disciplina.

Escolher entre manter as exigências de isolamento que levam à interrupção da transmissão da doença e a formação de uma atitude de resistência a ela é um desafio difícil para qualquer líder, assim como gerenciar o aumento do estresse resultante do prolongamento das tensões, incerteza, fadiga e ansiedade das massas de habitantes do Rio de Janeiro. Isto é particularmente verdadeiro para muitos que estão em risco de violência doméstica. Todos estes problemas colocaram a cidade do Rio de Janeiro em uma situação de emergência no contexto pandêmico, com religião, política e ciência disputando suas próprias verdades. As pressões de grupos sociais, religiosos e econômicos sobre o governo local mostram claramente como estes segmentos, que ora cooperam, ora competem ferozmente uns contra os outros, às vezes negando avanços científicos, transformando fatos em opiniões e vice-versa, manipulando a opinião pública através de meios de comunicação próprios. Tais fenômenos se tornaram visíveis no Rio Crivella, por exemplo, em relação às controvérsias sobre as regras de isolamento social, acesso à saúde por parte dos mais pobres ou medicamentos utilizados no tratamento COVID-19 (cloroquina), etc. A situação de pandemia, como qualquer outra crise, mostra com clareza como as soluções científicas se chocam com as religiosas e emocionais, e como as esferas política e religiosa se misturam neste contexto, até se tornarem inseparáveis.

## Referências bibliográficas:

ANTUNES, Anderson. The Richest Pastors in Brazil, **Forbes**, janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#7-cec3b065b1e>. Acesso em: 20.jun.2020.

ALVES, José Cláudio Souza, **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora APPH. 2003.

ALVES, Carlos Eduardo. Lula agora elogia Ulysses e Edir Macedo, **Folha de São Paulo**, fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01029812.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020

BOURDIEU, Pierre. Genesis and structure of the religious field. **Comparative Social Research**, 13, 1991, p. 1-44.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.) **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Editora da Unicamp, Campinas, 2018.

BURNS, James MacGregor. **Leadership**. New York, Harper&Row, 1978.

CAMURÇA, Marcelo A. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o “plano de poder” e a lógica de minoria perseguida. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 40(1), 2020, p. 43-66

CASTRO, Daniel. Genro do Edir assume Universal e manda ex-chefão da Record pregar na África. **Ntv. Notícias da TV**. Outubro de 2017. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/genro-deedir-assume-universal-e-manda-ex-chefao-da-record-pregar-na-africa--17186?cpid=txt>. Acesso em: 20 jun. 2020

CIULLA, Joanne B. (ed.). **Ethics, the Heart of Leadership**. Praeger, Westport-Connecticut-London, 2004.

EDWARDS, George C. Does the Messenger Matter? The Role of Charisma in Public Leadership. **Congress and Presidency**, vol.29, nr 1, 2000, p. 25-46

FERNANDES, Rubem César. **Romarias da Paixão**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

FERRARI, Odêmio Antônio. **Bispo S/A**. São Paulo, Editora Ave Maria, 2007.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Ultimato, Viçosa, 2006.

GOMES, EC, LEITE, MST. A religião no poder executivo: controvérsias sobre

“cultura” no mandato de Crivella no Rio de Janeiro. **Religare**, v.16, n.1, 2019, p. 85-116

GOLEMAN, Daniel. **Leadership that gets results**. Harvard Business Review, 78(2), 2000, p. 78-90

GOLEMAN, Daniel. **What Makes a Leader?** Harvard Business Review, 76(6), 1998, p. 93-102

GREENLEAF, Robert K. **Servant leadership: a Journey into the nature of legitimate power and greatness**, Paulist Press, New York, 1977.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. São Paulo, **Novos estudos Cebrap** número 34, 1992, p. 92-106.

MARIANO, Ricardo; OLIVEIRA, R.O senador e o bispo: Marcelo Crivella e seu dilema shakespeariano. **Interações: Cultura e Comunidade**. Faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, v. 4, p. 85-111, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6674>

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. Loyola, São Paulo, 1999.

MYERS, David G. **Exploring Social Psychology**, McGraw-Hill Education, Boston, 2007.

NORRIS, Pippa, INGLEHART, R. **Sacrum i profanum. Religia i polityka na świecie**. Nomos, Kraków, 2006.

NASCIMENTO, Gilberto. De sucessor oficial de Edir Macedo, ex-número 2 da Igreja Universal vira concorrente. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: [https://www.terra.com.br/noticias/brasil/de-sucessor-oficial-de-edir-macedo-ex-numero-2-da-igrejauniversalvira-competidor,01ceac0fde2b23638e9df0abcb464390z6gqdu7d.html?fbclid=IwAR0E\\_aUmelmX-Q1QRNRFD8rzU06C4-YpmS9uxr9cz29rNIR9rejnSjJQDESE](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/de-sucessor-oficial-de-edir-macedo-ex-numero-2-da-igrejauniversalvira-competidor,01ceac0fde2b23638e9df0abcb464390z6gqdu7d.html?fbclid=IwAR0E_aUmelmX-Q1QRNRFD8rzU06C4-YpmS9uxr9cz29rNIR9rejnSjJQDESE) Acesso: 20 jun. 2020

ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo macumbeiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, 2005/2006 p. 319-332, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13505/15323>

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro, *Tempo & Argumento*, 2021.

PY, Fábio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020.

ROSAS, Nina. Religião, mídia e produção fonográfica: o Diante do Trono e as disputas com a Igreja Universal. **Religião e Sociedade**, vol.33 no.1, 2013, p. 167-193

ROST, Joseph. **Leadership for the Twenty First Century**. Praeger, New York, 1991.

SANTOS, Chico, DA ESCÓSSIA, Fernanda. Bispos da Universal decidem apoiar Lula. **Folha de São Paulo**, out. 2020. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200241.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Religious and political leadership in Brazil at the turn of the 19th and 20th centuries – the case of Father Cícero. **Revista Brasileira de História das Religiões**. IX/21(9), 2017, p. 9-20.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata; STACHOWSKA, Ewa. Religious Market and Its Entrepreneurs: Comparative Perspective on Brazil and Poland, In: **Management Issues**, vol. 15, 3 (70), p. 2, 2017, p. 24 – 44.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata, STACHOWSKA, Ewa. Relacje pomiędzy religią a polityką na przykładzie „kwestii aborcyjnej” – analiza porównawcza Polska-Brazylia In: **Przegląd Religioznawczy**, nr. 2(268)/2018, p. 171-194.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Prosperity Gospel on the Rise - Development and Expansion of Neo-Pentecostal Churches in Brazil, Ramos de Andrade, S, Siuda-Ambroziak, Renata, Stachowska, Ewa (ed), **Brazil-Poland. Focus on Religion**, UEM, Maringá/UW, Varsóvia, 2019, p. 315-340.

STARK, Rodney, BAINBRIDGE, W.S. **Teoria religii**. Nomos, Kraków, 2007.

STOGDILL, Ralph M. **Handbook of Leadership: a Survey of the Literature**. Free Press, New York, 1974.

VITAL DA CUNHA, C; LOPEZ, PVL, L. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2017.

WEBER, Max. **Gospodarka i społeczeństwo. Zarys socjologii rozumiejącej**, PWN, Warszawa, 2002.

WEBER, Max. The Sociology of Charismatic Authority, I. The General Character of Charisma. In: **From Max Weber: Essays in Sociology**. Gerth H H, Wright C M (transl and ed) OUP, New York, 1946.

WEIS, L. Lula ‘deu a senha’ para o PT imitar Edir Macedo, In: *Observatório da Imprensa*. 2008. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/lula-deu-assenha-para-o-pt-imitar-edir-macedo/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

09

# CRISE PROGRAMÁTICA E MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA:

uma interpretação sociológica do bolsonarismo

Roberto Dutra e  
Nelson Lellis



# CAPÍTULO 9

## CRISE PROGRAMÁTICA E MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA:

### uma interpretação sociológica do bolsonarismo

Roberto Dutra e Nelson Lellis

#### Introdução

O bolsonarismo possui características e tendências autocráticas inegáveis. No entanto, diferentemente de outros fenômenos autoritários, não há a busca pela implantação de algum projeto de país e sociedade fundado em valores específicos. O que define o caráter autoritário do bolsonarismo não é a tentativa de impor um programa político à revelia dos procedimentos eleitorais, legislativos e constitucionais, como foi o caso da ditadura militar que ascendeu ao poder em 1964. Não há projeto de Estado nem de sociedade (WERNECK VIANNA, 2020).

Não se trata de um conservadorismo de orientação estatal, como conhecemos de nossa tradição militar-positivista (LYNCH, 2020). A característica principal do bolsonarismo, enquanto governo e enquanto partido, é a prática incessante de definir o outro, a oposição, como um mal a ser eliminado moral e/ou fisicamente. É um “governo de guerra” (NOBRE, 2020). Seu eixo principal é a própria “guerra cultural” (HUNTER, 2009): a construção incessante de inimigos, de bodes expiatórios, a serem combatidos e eliminados como método de manutenção do poder, ainda que isto impossibilite a construção de políticas públicas e do governo como um todo. A maior prova disso é a recorrente transformação de aliados em inimigos, enfileirados no paredão dos “comunistas”. O caso paradigmático é o ex-ministro Sérgio Moro. É um governo de “guerra” não só contra inimigos políticos criados e recriados pelo próprio movimento bolsonarista, mas também contra instituições e arranjos político-institucionais criados a partir da constituição de 1988, também identificados com os inimigos, como a liberdade de imprensa estabelecida, a universidade, a educação, a cultura e inclusive os outros poderes da república. A “guerra cultural” não é meio para um programa. Ela é o programa.

Não há linha de continuidade entre o bolsonarismo e outros fenômenos autoritários da história política nacional. Interpretá-lo como mais uma expressão de uma suposta singularidade brasileira é um ponto de partida equivocado (SCHWARCZ, 2020; SOUZA, 2020a). Para compreender o fenômeno é necessário se afastar de algumas análises sociológicas e históricas deterministas que ignoram a complexidade e as bifurcações da política brasileira atual e que apelam exatamente para fatores como a cultura autoritária da herança ibérica (SCHWARCZ, 2019) ou as perversões morais da herança escravocrata (SOUZA, 2020b) como explicações satisfatórias para o bolsonarismo, que assim fica reduzido a mera continuidade de nosso passado autoritário e desigual.

Nenhuma análise do presente pode ignorar o passado, mas para isso não é necessário sucumbir ao determinismo. Nosso ponto de partida é antideterminista e entende o bolsonarismo como um fenômeno definido por fatores e inovações que operam no presente. O passado não determina o fenômeno. Ele lega os constrangimentos e as oportunidades estruturais a partir das quais o fenômeno se constitui e evolui. Mesmo que a “guerra cultural” bolsonarista mobilize elementos do regime militar, ela é marcada, enquanto eixo principal do bolsonarismo, por radical descontinuidade com a história política brasileira. Neste sentido, estamos inteiramente de acordo com o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2020): a cristalização de um eleitorado de extrema-direita em torno de Bolsonaro é um fenômeno inédito não apenas na história política brasileira, mas também em toda a história constitucional da América Latina. Como explicar sociologicamente a descontinuidade e ineditismo do bolsonarismo?

Nosso argumento é que ele só pode ser explicado quando se leva em conta suas semelhanças com outros fenômenos contemporâneos de “recesso democrático” (DIAMOND, 2015). Esta explicação entende que processos de ameaça e/ou de decadência socioeconômica de classes médias e populares, induzidos pelo fechamento de oportunidades econômicas capazes de garantir uma vida digna e segura e pela ausência de respostas programáticas do sistema político para o problema, criam oportunidades de moralização da política que permitem que lutas entre o “bem” o “mal” se tornem o eixo principal da disputa político-eleitoral. Ainda que seja necessário considerar as peculiaridades de cada caso nacional, a experiência de decadência das classes médias e populares e a crise programática do sistema político, incapaz de construir alternativas de oportunidades econômicas e estruturas de prestação de serviços públicos em uma forma ampliada de solidariedade social, explicam, em grande parte, as oportunidades de poder aproveitadas pelo bolsonarismo: a frustração com as alternativas programáticas (in)existentes torna aceitável e atraente, para as majorias sociais e políticas, que os problemas sem solução sejam interpretados, no registro da moral, como resultados da atuação maligna dos “corruptos”, dos “comunistas”, dos “esquerdistas”. Bolsonaro nunca foi o candidato preferido do “baronato” econômico e financeiro. Ele se tornou esta opção pela força oriunda da mobilização de amplos setores médios e populares em torno de seu movimento político moralista. Ele não se explica pela ação das elites domi-

nantes. A ação antidemocrática destas elites é conhecida e mostrou-se muitas vezes exitosa, mas não sempre. Fenômenos autocráticos modernos não são exitosos sem apoio social amplo. A “opinião pública” também é importante para estes fenômenos.

O acirramento de embates morais dentro na arena política vem ganhando crescente espaço nas últimas eleições presidenciais (RAMOS, 2019; MACHADO, 2015). Controvérsias morais não estavam ausentes da disputa política. Entretanto, as campanhas para o cargo máximo do executivo não tornavam estas controvérsias o eixo principal da disputa. A eleição de Jair Bolsonaro demarca claramente a mudança: a controvérsia moral se tornou eixo central da disputa pelo poder nos cargos mais importantes de nosso sistema político. O que mudou? Que condições permitiram que a controvérsia moral sobre pessoas e partidos se tornasse o eixo principal da disputa política nacional? Como a moralização radical saiu das periferias e foi para o centro da disputa política?

Este capítulo analisa o bolsonarismo com base nas condições sociais e políticas que permitiram que a moralização da política se tornasse eixo central da disputa pelo poder. As condições sociais e políticas do bolsonarismo guardam semelhanças evidentes com àquelas que alimentam o chamado “recesso da democracia” e a nova “onda autocrática” em vários países. O argumento é que o bolsonarismo deve ser entendido como um fenômeno de moralização da política que se alimenta das oportunidades de poder criadas pela crise econômica e pela crise programática do sistema político. A tese defendida é que a moralização da política resulta de problemas do sistema político em sua relação com outras esferas da sociedade, particularmente com a economia, cuja não solução torna o eixo da moralização uma oportunidade de poder na mobilização política e eleitoral. A produção de alternativas programáticas pode sofrer bloqueios estruturais ameaçadores ao futuro da democracia, que resultam das relações entre política e outras esferas sociais, especialmente as mais decisivas em trajetórias de inclusão e exclusão de indivíduos e coletividades como a economia. O bolsonarismo moraliza o problema do bloqueio de alternativas programáticas, identificando no que define como o “mal” (a corrupção, a cultura esquerdista) as razões para as frustrações da população com o sistema político. Trata-se de um governo que aposta na manutenção do confronto discursivo e moral permanente (“guerra cultural”) como tática principal de manutenção do poder. Funcionou nas eleições de 2018 e funcionava de certo modo até a eclosão da pandemia causada pela Covid-19. A tática depende de que a “guerra cultural” seja o eixo principal da disputa política, em um nível elevado de moralização da disputa pelo poder, com a luta entre o “bem” o “mal” codificando a diferença entre “nós” e “eles” e deslocando o confronto entre programas políticos focados em problemas econômicos e sociais para um plano secundário.

## 1. A relação entre democracia e autocracia

Para entender o contexto social e político mais amplo que permitiu que as “guerras culturais” moralistas, que dominaram o debate político estadunidense no final da década de 80 (HUNTER, 2009), se tornassem o eixo principal das eleições de 2018 e do próprio governo Bolsonaro é preciso analisar as relações dialéticas entre política democrática e política autoritária na sociedade contemporânea. Como vimos, é necessário nos afastar do vício determinista que pretende explicar estes fenômenos a partir de um “pecado autoritário de origem” definidor de nossa trajetória política nacional. Este vício determinista nos induz a reproduzir uma visão etapista que reduz e idealiza a relação entre democracia e autoritarismo: fenômenos autoritários são vistos como “sobrevivência do passado no presente” e a política moderna é idealizada como se fosse exclusivamente democrática. O que é bom é atribuído ao presente moderno e o que é ruim é exteriorizado no tempo, para o passado que insiste em sobreviver. Neste quadro de raciocínio, Bolsonaro e o bolsonarismo seriam resultado de um passado autoritário que ainda sobrevive.

O vício determinista e a visão etapista, apesar de serem cientificamente equivocados, possuem muita força explicativa em razão de sua conexão com premissas do senso comum, especialmente com a visão depreciativa sobre a sociedade e a política no Brasil que insiste em tratar problemas gerais da democracia moderna como se fossem singulares do Brasil. Propomos uma “sociologia política” que tenta romper com esta visão que vê o caráter autocrático do bolsonarismo como resultado da singularidade de nossa formação e trajetória nacional, e não como produto das contradições sociais e políticas da própria democracia moderna presentes no Brasil.

Destas contradições, a primeira a ser considerada é a própria coexistência entre democracia e autocracia enquanto soluções políticas distintas, mas equivalentes, para os problemas modernos. Nosso ponto de partida considera a política moderna como um sistema social global, dividido internamente não só em Estados nacionais mas também em outras variadas arenas e atores, e que oscila de modo bipolar entre alternativas democráticas e autocráticas de organização e exercício do poder (AHLERS & STICHWEH, 2019). A trajetória da política nacional é importante, mas sua importância não se explica por si mesma. Precisa ser considerada em um contexto mais amplo e diferenciado: o sistema político global. Não se trata de adotar uma causalidade global para explicar o nacional, mas sim de considerar o entrelaçamento e a coevolução de trajetórias nacionais em um contexto mundial marcado pela circulação, imitação, adaptação e transformação de modelos institucionais e culturais se de praticar a política em seus diversos níveis.

Ao lado da coexistência entre democracia e autocracia há a coexistência entre formas constitucionais e não constitucionais, legais e ilegais, de acesso e exercício do poder como características do sistema político moderno. Assim como não é comandada plenamente pelas instituições formais de representação democrática, a política também não é

completamente regulada pela constituição e pelo direito, como muitos idealistas imaginam que aconteça nos E.U.A. e na Europa. Na verdade, podem existir diferenças de grau, mas não diferenças absolutas entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Nos dois casos, há sempre uma parte importante da atividade política que acontece fora da constituição e do direito. É a política com sua lógica própria. Essa concepção “bipolar” da política moderna nos permite um olhar mais nuançado sobre os processos de democratização ou autocratização, de constitucionalização e desconstitucionalização. Entre a possibilidade de retirar o rótulo de democrático e colocar o de autocrático há um leque de gradações e de avanços dos enclaves autocráticos e democráticos. Democracia e autocracia são dois “equivalentes funcionais” de que dispõe a modernidade política para realizar a função de construir decisões coletivamente vinculantes. Para o argumento deste artigo, a concepção de “bipolaridade” da política moderna implica que fenômenos autoritários não devem ser vistos como elementos de uma tradição autoritária do passado que sobrevive no presente.

Como a política é um sistema global, diferenciado internamente em Estados-nações e em níveis subnacionais, precisamos de uma análise multinível que seja capaz de considerar as semelhantes e diferenças na relação entre os níveis, as oscilações dentro deles entre os dois polos da bipolaridade autocracia/democracia e os enclaves institucionais inerentemente autocráticos ou democráticos no interior dos regimes classificados desta ou daquela forma. Não se trata de recusar a classificação de países como autoritários ou democráticos, mas de perceber descontinuidades entre os distintos níveis do sistema político (AHLERS & STICHWEH, 2019, p. 821-822 e 833). O objetivo é observar diferenças e semelhanças nos distintos níveis do sistema político e em relação às suas formas de inclusão e exclusão política, que podem acontecer em diferentes combinações de participação no *input* (entrada) de preferências endereçadas ao sistema político e no *output* (saída) de bens, serviços e sanções produzidos pelo poder público. A participação eleitoral (*input*) é fundamental para compreender e definir a democracia, mas o papel de outras formas de inclusão política, como o acesso aos bens e serviços públicos (*output*), é indispensável para observar a relação “bipolar” entre política autocrática e política democrática em distintos níveis. A variação no modo como estas formas de inclusão (democráticas e autocráticas, orientadas pelo *input* ou orientada pelo *output*) são combinadas permite comparar e diferenciar fenômenos políticos autoritários como o regime militar e o bolsonarismo sem a necessidade de uma explicação focada na trajetória nacional e na suposição de uma linha de continuidade entre “vícios de origem” e os problemas do presente.

No nível global não existe inclusão universal dos indivíduos pela simples razão de não há um tipo de organização política mundial equivalente ao Estado nacional. Os ideais democráticos da modernidade nunca se institucionalizaram no nível global. Seu alcance nunca extrapolou o plano semântico dos direitos humanos. A política global é pré-constitucional e baseada no poder de organizações e corporações transnacionais que desafiam a autoridade pública dos Estados nacionais. A ideia moderna de universalização da inclusão política é

institucionalizada até em níveis subnacionais (províncias e cidades) de regimes autocráticos como a China, mas não possui formas institucionais no nível global. O Estado Chinês, como é comum em outros regimes autoritários, combina diferentes formas de inclusão e exclusão com a hierarquia interna da organização estatal e dos processos de tomada de decisões coletivamente vinculantes. Assim, enquanto a condução do governo central permanece inacessível, a implementação local de políticas públicas adquire mais abertura para a variedade de interesses e demandas do ambiente, promovendo formas distintas de participação da população afetada pelos resultados (*output*) das políticas governamentais (AHLERS & STICHWEH, 2019, p. 833)<sup>130</sup>.

Nesta análise sistêmica multinível, esta combinação autocrática de exclusão da maioria da população dos papéis profissionais de condução política central com sua inclusão nos papéis de público destinatário de políticas públicas se articula com os padrões de hierarquia valorativas típicos de democracias e autocracias. Nas autocracias predomina a valorização do *output* do sistema político como caminho para a inclusão individual e coletiva. Nas democracias, em contraste, predomina o valor da inclusão pelo *input* do sistema político, ou seja, pelos próprios processos decisórios e deliberativos. Dito de outro modo: na democracia predomina o padrão de valores no qual a política é avaliada pelos valores fixados internamente pelo próprio sistema político (como as liberdades de opinar e votar) em seus procedimentos de tomada de decisão coletiva, enquanto nas autocracias o valor do processo político é subjugado a uma hierarquia de valores que a política fixa como externa ao sistema, mas que serve de fundamento para elites que controlam o acesso às posições de poder.

A fixação hierárquica de valores não precede à política, mesmo quando os valores fixados estão vinculados a outras esferas sociais. O sistema político estabelece a hierarquia, oscilando entre considerar os valores fixados como contingentes ou como necessários, como valores inseridos no processo político democrático de revisão ou como valores protegidos do jogo democrático pela ação política autocrática. Valorizar primariamente o *input* é valorizar o próprio sistema político, o jogo democrático tomado como um fim em si. Valorizar primariamente o *output* é valorizar o sistema político como meio para fins estabelecidos a partir de valores sociais externos à política, como a prosperidade, a conservação da moral, a preservação da vida dos indivíduos ou a efetividade na implementação das políticas públicas, mas que a política estabelece como necessários para estruturar a tomada de decisões (AHLERS & STICHWEH, 2019, p. 824-825).

---

130- Cui Zhiyuan (2008) sugere uma análise multinível muito semelhante ao modelo de Ahlers e Stichweh. Ele destaca a necessidade de observar deficits e realizações democráticas nos diferentes níveis de constituição do Estado chinês, e assim como Ahlers e Stichweh aponta a coexistência de autocracia no nível do poder central, controlado exclusivamente pelo partido, com métodos democráticos de seleção de lideranças nos níveis locais. Estes métodos têm a ver especialmente com a influência rotineira institucionalizada de pesquisas de opinião pública sobre a seleção de governantes e com a inclusão administrativa em experimentos e política econômica e social.

## 2. Os dois lados da relação entre sistema político e sociedade

Para entender as oscilações entre democracia e autocracia é preciso levar em conta a relação entre o sistema da política e a sociedade. As crises políticas não são resultados apenas de processos internos da política, mas do modo como estes processos conseguem ou não produzir a legitimação do sistema político na relação com a sociedade (HOLMES, 2020). A diferença entre *input* (entrada) e *output* (saída) demarca dois processos interdependentes que vinculam o sistema político à sociedade (EASTON, 1953). Crises podem surgir do lado do *input* quando, por exemplo, o público se insurge contra processos decisórios excludentes que se tornam discrepantes em relação à complexidade das demandas sociais e às condições para a obtenção da “lealdade de massas” (OFFE, 1984, p. 53.60). Ou podem surgir do lado do *output* quando, por exemplo, o público incluído nos processos eleitorais se mostra frustrado com os serviços públicos e os resultados econômicos produzidos pelos governos. No entanto, partindo do *input* ou do *output*, as crises tendem afetar os dois lados da relação entre sistema político e sociedade.

Nas últimas décadas do século XX, e especialmente nas duas primeiras do século XXI, os países ricos da Europa e da América do Norte vivenciaram crises de legitimação não apenas das instituições representativas formais, mas também da própria democracia liberal como forma de governo. O apoio à democracia apresentou um claro declínio nos países ricos e também em países de renda média como o Brasil. Nos países ricos, a crise já havia sido caracterizada (HABERMAS, 1975, pp. 92-93; OFFE, 1984, p. 61) como uma incompatibilidade crescente entre a lógica de legitimação do Estado de bem-estar social e a lógica de acumulação do sistema econômico capitalista. Diante de crescentes pressões e demandas por políticas públicas do lado do *input*, o sistema político teria aumentado as limitações para o processo de acumulação de capital e para a lucratividade das empresas. Para atender a estas pressões e demandas o sistema precisa não apenas produzir decisões coletivas sob a forma de políticas públicas, mas também contar que estas decisões produzam efeitos adequados no ambiente social, especialmente no sistema econômico. Em um primeiro momento, a crise é de *output*, localizada na incapacidade do sistema político de conduzir a sua relação com o sistema econômico (KJAER, 2016), tanto no sentido de induzir o crescimento e a difusão dos ganhos de produtividade como de financiar as políticas sociais por meio da tributação.

Esta crise de *output* se define pela interrupção da trajetória de desenvolvimento econômico com inclusão social. A política não foi capaz de induzir novos processos econômicos de ganho de produtividade sem fazer retroceder os mecanismos de proteção do trabalho, dos direitos sociais e da regulação política da economia como um todo. Os partidos de centro-direita e centro-esquerda convergiram para a tentativa de criar um “rosto humano” para o capitalismo transnacional, aceitando a agenda neoliberal como caminho sem alternativa (UNGER, 1999). Com o tempo, esta crise de *output* aumentou as frustrações sociais, especialmente dos “perdedores” e “frustrados” com as perspectivas do capitalismo transnacional e da “economia do conhecimento”, se tornando também uma crise de *input* que hoje se mostra

evidente tanto na drástica diminuição do apoio à democracia como na ascensão de movimentos, partidos e governos populistas de extrema-direita (ANDRADE, 2019).

No Brasil, marcado por profunda exclusão e desigualdade social, sempre ocorreram crises dos dois lados da relação entre o sistema político e a sociedade. Do lado do *input*, o processo de ampliação e qualificação da inclusão política, especialmente quando abarca os setores e demandas populares, foi recorrentemente interrompido por golpes de Estado e outras formas de autoritarismo. Do lado do *output*, o Estado brasileiro sofreu e sofre enormes limitações em suas capacidades de regular ou induzir dinâmicas na economia, de neutralizar o poder privado oligárquico e de implementar as políticas e os serviços públicos. É importante ressaltar que estas fontes de crise não são traços singulares do Brasil. As diferenças entre os problemas da democracia aqui e nos países ricos decorrem da intensidade na combinação destes fatores e não de sua exclusividade em um ou outro caso. A ascensão do bolsonarismo, por exemplo, é um desdobramento contingente da crise política brasileira que articula elementos presentes em muitos outros contextos contemporâneos: a crise programática do sistema político explica, em grande parte, tanto as oportunidades de poder aproveitadas pelo bolsonarismo como a crise da democracia nos E.U.A. e na Europa. Esta crise programática articula as duas dimensões da relação política/sociedade: é uma crise 1) de representação das demandas de segmentos sociais que se sentem não representados (*input*), e; 2) de oferta de alternativas de desenvolvimento econômico includente e de formas ampliadas de solidariedade social baseadas no acesso a direitos sociais. As variações nacionais ou regionais existem e são importantes, mas elas precisam ser consideradas a partir do quadro geral de uma crise dupla nas democracias liberais.

Do lado do *input*, a maioria dos setores médios e uma parte importante das classes populares urbanas vêm consolidando, na sucessão de governos eleitos democraticamente, a percepção de que seus interesses, demandas e visões de mundo não são representados pelos partidos que dominaram a política democrática brasileira a partir da constituição de 1988: PSDB, PT e MDB. A ascensão de lideranças políticas de orientação religiosa, com suas estratégias de moralização da política, foi uma forma de suprir o sentimento de exclusão destes setores médios e populares. Do lado do *output*, ficou claro, desde os protestos de junho de 2013, que o sentimento de exclusão não afetava apenas o sistema partidário e representativo existente, mas também o acesso a serviços públicos e aos direitos sociais. O mote deste sentimento é a constatação de que o sistema político é capaz de coordenar a realização de grandes eventos como Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, mas não entrega educação, saúde, transporte e segurança no “padrão Fifa”.

Para compreender o bolsonarismo, assim como outros fenômenos autoritários que surgem de oportunidades geradas pela crise da democracia em outros contextos, é preciso levar em conta que, embora a crise tenha dois lados, o lado da oferta de programas políticos e governamentais capazes de contemplar as expectativas frustradas (*output*) é o mais decisivo. Os fatores localizados no lado da demanda (*input*) por saídas populistas e autoritárias são de

inegável importância. Mas eles não determinam a emergência e a consolidação de líderes populistas de extrema-direita. A crise na relação entre sociedade e política não possui traços ou desdobramentos necessários. O lado da oferta tem autonomia e pode operar em sentidos diversos. Neste sentido, proponho definir a crise atual que alimenta o bolsonarismo como *uma crise programática que afeta tanto o lado do input – a relação entre o público com suas demandas e o sistema representativo formado pelos partidos e suas respectivas ofertas programáticas – como o lado do output – a prestação de serviços públicos na relação entre administração e público e os resultados econômicos.*

Para construir e desdobrar suas relações com a sociedade tanto na politização de demandas sociais (*input*) quanto na oferta de políticas públicas (*output*) o sistema político precisa reproduzir continuamente sua função de produzir decisões coletivamente vinculantes (LUHMANN, 2002). No entanto, para preencher esta função o sistema precisa contar com apoio social difuso, ou seja, com maiorias sociais capazes de sustentar a construção de maiorias políticas. A complexificação das relações sociais e a fragmentação das formas de identidade tornam a construção de maiorias muito mais difícil do que no passado, quando, por exemplo, o lugar no processo produtivo orientava fortemente a formação de identidades coletivas na política. A construção de qualquer coletividade politicamente relevantes é um processo de mobilização que é parte da própria função da política em prover a capacidade de tomada de decisões coletivamente vinculantes (NASSEHI, 2003). As coletividades que sustentam as decisões coletivamente vinculantes não podem ser vistas como um dado que precede à política. Pelo contrário, elas são produto do sistema político, um público que o sistema constrói para si mesmo e diante do qual a atividade política deve sempre legitimar-se (NASSEHI, 2003, p. 149). Assim, a função da política não é apenas a produção de decisões coletivamente vinculantes, mas também a produção de coletividades visíveis e imputáveis, o que torna possível a natureza vinculante das decisões políticas.

Em um quadro de crescente fragmentação social e política, os partidos não têm sido capazes de ofertar programas e narrativas que politizem e representem as demandas e interesses de diferentes segmentos sociais em torno de uma ideia mais ampla de coletividade e futuro comum. Falta a oferta programática de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2006) em torno de programas que apontem saídas para os problemas de inclusão na economia e nos serviços públicos. A produção de coletividades e decisões coletivamente vinculantes depende, portanto, da sensibilidade do sistema político para seu ambiente social, no que se destaca a responsividade da política para problemas de inclusão em outros sistemas da sociedade. O Estado de bem-estar social pode ser definido como Estado mediador de inclusão (LUHMANN, 2002), que desenvolve o compromisso crescente do sistema político em ampliar e intensificar a inclusão política (cidadania), desdobrando-a em múltiplas dimensões (civil, social, econômica etc.) que envolvem a inclusão em outros sistemas sociais como saúde, educação, economia e família. Para desempenhar esse papel, o Estado de bem-estar social recorre aos mecanismos do dinheiro e da lei, envolvendo, invariavelmente, economia

e direito no processo de ampliação da inclusão social e buscando influenciar as premissas decisórias das organizações implementadoras de políticas públicas por meio de incentivos financeiros e jurídicos.

As relações de interdependência entre política, direito e economia não se caracteriza pelo equilíbrio e harmonia. A interdependência torna-se assimétrica e tem prejudicado a política e o direito. A relação com o sistema econômico tem sido decisiva para bloquear capacidades políticas e jurídicas dos Estados de bem-estar social em mediar inclusão nos demais sistemas da sociedade. Processos de colonização da política pela economia induzem, quase sempre, também a colonização econômica do direito. A implementação dos direitos de cidadania, especialmente dos direitos sociais, depende fortemente dos instrumentos tributários e financeiros do Estado de bem-estar social. A fragilidade destes instrumentos bloqueia a capacidade estatal de garantir que as organizações formuladoras, implementadoras e avaliadoras de políticas públicas se orientem primariamente pelo direito dos cidadãos, e não pelas sanções econômicas que podem sofrer ou pelas limitações orçamentárias que inviabilizam a garantia generalizada do acesso a direitos.

A dependência monetária das organizações do sistema político-administrativo também reduz o escopo de decisões coletivamente vinculantes capazes de expandir as possibilidades de organização, desenvolvimento e inclusão de sistemas como a educação e os cuidados de saúde. Não se trata, como fica claro nas crises do lado do *output*, apenas da demanda por medidas de desmercantilização, mas também por melhoria na qualidade dos serviços públicos e da própria inclusão econômico-produtiva, o que envolve mais do que inclusão financiada pelo poder público: envolve também a reprogramação dos “serviços” produzidos pelos sistemas sociais, a transformação e melhoria na qualidade do que se produz na economia, na educação, na saúde, na segurança e no transporte e no modo como se produz. Não basta olhar apenas o lado da demanda por inclusão. A influência da expansão da lógica econômica sobre a política também afeta o lado da oferta, ou seja, a programação da administração pública em suas relações com os outros sistemas da sociedade, como a economia, a saúde e a educação, na tarefa de construir e implementar políticas públicas capazes de contemplar as demandas endereçadas ao sistema político.

A fraqueza da política e do Estado de bem-estar social reside também no fato de que a colonização econômica da política estreita o horizonte de orientações programáticas (distintos valores, preferências, premissas decisórias, prioridades) disponibilizadas tanto para a escolha do público (*input*) como para a construção de estruturas na administração pública capazes de produzir as transformações e os resultados esperados (*output*). O sistema reage a problemas de financiamento instalando uma colonização econômica dos programas políticos que acaba restringindo enormemente a possibilidade real de distinções políticas estarem baseadas em diferenças de política econômica. A produção de diferenças programáticas em relação à produção de metas e bens coletivos acaba tendo que recorrer a outras dimensões da vida social, como a moral e a religião. Busca-se compensar a despolitização da economia com o recurso a controvérsias morais.

No entanto, isto não significa que a política tenha perdido completamente sua autonomia para a lógica da economia. As práticas e estruturas econômicas ainda não são capazes de produzir decisões políticas com a mesma legitimidade da política. Trata-se antes de uma construção política da não politização de certos “imperativos econômicos”, ou seja, uma espécie de programa político “invisível” e interpartidário que antecipa a dependência econômica da política sob a forma de uma “restrição factual” sem alternativas. Este “programa invisível”, que naturaliza os arranjos organizacionais vigentes e a distribuição desigual do poder não politizado, não permite expansão da capacidade de inclusão, especialmente na própria economia e na política.<sup>131</sup> É um “programa invisível” que bloqueia a reprogramação da política e sua capacidade de incidir, ainda que com consequências imprevisíveis, a reprogramação de outras esferas da sociedade. Este bloqueio invisível da contingência das estruturas sociais vigentes e com isso da própria capacidade de reprogramação da política e de outros sistemas sociais é a característica principal do que chamamos de crise programática. Em uma sociedade dinâmica como a nossa, a reprogramação é um requisito fundamental para que a política se mantenha “adaptada” à sociedade, ou seja, capaz de processar demandas sociais sob a forma de políticas públicas. O bolsonarismo é, neste sentido, resultado de um sistema político que não tem sido capaz de se adaptar e readaptar à sociedade, e cujos centros decisórios responsáveis pela representação política democrática (os partidos, o parlamento e o executivo) são, por isso, constantemente deslegitimados, tornando-se vulneráveis a movimentos de moralização da política.

As relações assimétricas entre política e economia não podem ser entendidas como necessárias na evolução social. Mesmo que o capitalismo neoliberal represente uma tendência neste sentido, a colonização econômica de outras esferas sociais não é um fenômeno total, mas algo que depende de certas circunstâncias que a expansão da lógica econômica nunca consegue controlar plenamente. A colonização econômica da sociedade é contingente e a emergência do Estado de bem-estar social evidencia isso, já que em suas fases iniciais ele promoveu grandes transformações nas estruturas sociais como requisito para mediar e ampliar inclusão política e social.

No entanto, o Estado de bem-estar social vive há tempos uma crise programática que resulta da falta de alternativas para a condução da política econômica e das políticas de inclusão social como um todo. Os partidos deixaram de oferecer programas distintos em termos de política econômica e social, buscando em outras dimensões da vida social temas sobre os quais possam desenvolver controvérsias e linhas de ação capazes de demarcar diferenças políticas e conquistar apoio social e legitimidade. Para o sociólogo alemão Niklas Luhmann, esta crise programática é uma ameaça ao próprio futuro da democracia:

---

131 - Roberto Mangabeira Unger (1999) define esta situação como uma “ditadura de falta de alternativas”, na qual uma “economia política” específica afirma-se como necessária, como descrição sem alternativas da realidade, invisibilizando a contingência das estruturas da política e da economia.

A democracia é normalmente entendida como significando que a escolha de um determinado partido político ou coligação envolve a decisão por um programa político que difere do programa de outros partidos. Isso pressupõe uma correspondente programação partidária de oposição binária – por exemplo, conservador/progressiva ou, uma vez que isso não mais funcione, políticas restritivas/expansivas de Estado de bem-estar social ou, se a economia não permitir isso, recorre-se à dicotomia entre preferências ecológicas e econômicas. Só assim é que se pode escolher possíveis direções de rumo político. Os partidos, no entanto, parecem ter medo dos riscos envolvidos. (LUHMANN, 1990, p. 51).

O medo dos riscos envolvidos na construção programática envolve não apenas a evitação de conflitos políticos distributivos fundamentais para o enfrentamento de problemas sociais, mas também a falta de ousadia intelectual e imaginação institucional por parte dos partidos estabelecidos, incapazes de desenvolver ofertas programáticas não só para conquistar maiorias, mas também para reorientar e potencializar a ação administrativa do Estado na produção de bens e serviços públicos. Os partidos dominantes no Brasil pós 1988, no governo ou na oposição, reduziram seus programas ao testemunho de compromisso com valores associados à constituição e negligenciaram as contradições que precisam ser enfrentadas na tentativa de concretizá-los. Todos dão testemunho de compromisso com valores social-liberais ou social-democratas, sem que isso implique alguma contradição com a adesão fatalista aos imperativos econômicos vigentes. Ninguém se apresenta contra o “social”, mas ninguém define o que precisa ser transformação na realidade para que o interesse da maioria no “social” seja realmente um programa de decisões governamentais. O compromisso com valores atesta apenas que problemas da sociedade são levados em conta na comunicação da política, mas nada indica sobre as ações e estruturas político-administrativas necessárias para que eles se tornem prioridade na agenda do governo. Um programa partidário que se esgota no compromisso com valores ainda não disse nada sobre sua política (LUHMANN, 1977, p. 175). Compromisso com valores pode até ser a solução mais plausível na busca por apoio social (*input*) e eleitoral, mas a falta de orientação programática para produzir resultados (*output*) tende a cobrar seu preço mais cedo ou mais tarde, corroendo o apoio social. Na medida em que a crise programática corrói o apoio social dos principais partidos, ela se torna uma oportunidade para o crescimento de fenômenos de moralização da política.

### 3. Crise programática e moralização da política

O bolsonarismo é um fenômeno de moralização da política que emerge das oportunidades de poder criadas pela crise programática do sistema político. Nosso argumento rompe com o nacionalismo metodológico que orienta a concepção de que nossos problemas com a democracia decorrem de um autoritarismo singularmente brasileiro, reproduzido, por exemplo, no livro recente de Lilia Schwarcz (2019), e parte da premissa de que estes problemas caracterizam a política moderna em sua “bipolaridade”. Nosso ponto de partida

é que a política moderna oscila, dentro de circunstâncias sociais específicas, de modo bipolar entre alternativas democráticas e autocráticas de organização e exercício do poder. Para o argumento deste artigo, a concepção de “bipolaridade” da política moderna implica que fenômenos autoritários como as “guerras culturais”, religiosas ou não, não devem ser vistos como elementos de uma tradição autoritária do passado que sobrevive no presente.

Deste modo, podemos levar em conta as contradições dos processos de democratização ou de autocratização. Entre a possibilidade de retirar o rótulo de democrático e colocar o rótulo de autocrático há um leque de gradações e de avanços dos enclaves autocráticos ou democráticos. O próprio Estado democrático constitucional tem muitos elementos autocráticos que podem ser um fator de intimidação dos procedimentos democráticos. Processos de moralização da política como o bolsonarismo, construídos em relações com os meios de comunicação de massas que escapam amplamente dos controles jurídicos e constitucionais, são um exemplo disso.

Mas a relação com os meios de comunicação de massa não cria o conjunto das condições para a emergência do fenômeno. A moralização da política, para chegar ao centro da disputa pelo poder, precisa de oportunidades surgidas com a crise programática: a capitulação dos partidos em ofertar alternativas de política econômica e social. A crise programática nestas áreas da ação estatal torna a política órfã de eixos temáticos capazes de orientar a produção de diferenças, o que abre a chance para que julgamentos morais sobre a pessoa global dos candidatos e partidos, a concentração em torno de pautas comportamentais e identitárias de direita e de esquerda e a demonização de partidos e elites políticas em geral, entre outros exemplos de moralização da política, se tornem soluções alternativas:

A controvérsia moral é colocada no lugar da controvérsia política. Parece haver uma lei política aqui: quando o dinheiro como meio de política escasseia, a moralidade como substituto aumenta. Em geral, os políticos aceitam o jogo de que se trata de ensinar ao povo quem deve e quem não deve ser respeitado – respeito ou desrespeito como sanção moral aplicada à pessoa ou ao partido como um todo. (LUHMANN, 1990, p. 51)

Neste quadro, “guerras culturais” de orientação religiosa podem servir para a construção de coletividades e pretensões de representação política com papel proeminente em contextos de crise programática e fragmentação das maiorias sociais e políticas convencionais. Em contexto de fragmentação de maiorias políticas organizadas (partidos), fragmentação da opinião pública e crise de governabilidade, a moralização da política pode garantir a “maior das minorias” e até ser decisiva em eleições. É isto que parece caracterizar fenômenos populistas centrados na “guerra cultural”.

No entanto, a moralização, além de não conseguir compensar a falta de alternativas programáticas, também representa uma ameaça adicional à democracia: como uma de suas

condições informais, a democracia exige a renúncia em moralizar o oponente político, em não colocar em questão a legitimidade da oposição e da alternância de poder. Os processos de moralização se alimentam das oportunidades geradas pela crise programática da democracia e agravam o problema, intensificando a busca por soluções autoritárias, pois a pretensão de superioridade moral tem afinidade constitutiva com estas soluções. Neste aspecto o bolsonarismo não difere de outros fenômenos autoritários do passado e do presente.

A política brasileira foi tomada por um leque variado de fenômenos de moralização que se retroalimentam em círculo vicioso. O antipetismo é talvez o mais destacado, mas deve ser entendido no contexto de outros fenômenos similares e complementares que o alimentam, como a cruzada anticorrupção do lavajatismo e a “guerra cultural” do bolsonarismo. Em termos gerais, os fenômenos de moralização da política se caracterizam pela colonização da política pelo código moral – o binarismo bem/mal –, ou seja, pela tradução de problemas e causas coletivas em problemas e causas morais: o foco passa ser a acusação de pessoas e grupos como os responsáveis pelo mal e a busca de heróis “antissistema” capazes de promover a vitória do bem como solução única e invariável para todos os problemas (MACHADO & MISKOLCI, 2019).

Para Alberto Guerreiro Ramos (1961), a eleição de Jânio Quadros em 1960 demarcou um período de crescente crise programática e representativa dos partidos políticos da época (especialmente PTB, UDN e PSD). A incapacidade das organizações partidárias em incluir e representar os interesses e demandas dos setores médios que vivenciavam, desde a revolução de 1930, crescente inclusão no sistema político criou oportunidade e busca por líderes e heróis “antissistema” que interpretavam a crise programática da política nos termos da gramática moral e prometiam resolver problemas coletivos por meios de cruzadas contra o mal. Há uma correlação entre crise programática e moralização da política que passa pelo papel dos meios de comunicação de massa (incluindo as redes sociais) na construção de uma opinião pública orientada por “escândalos morais” (LUHMANN, 1996, p. 61).

Em nossa história política mais recente, os chamados protestos de junho de 2013 podem ter tomados como um marco semelhante àquele analisado por Guerreiro Ramos: disputas políticas passam a se orientar crescentemente por uma retórica antipartidária e moralizante, com a cruzada saneadora contra a corrupção sendo novamente ativada pelos meios de comunicação de massa para construir uma opinião pública política baseada na identificação de pessoas e grupos (partidos, especialmente o PT) definidos como corruptos. As transformações estruturais nos meios de comunicação de massa, particularmente a ascensão da “Web 2.0” que fez da internet um ambiente controlado por corporações de “redes sociais” com seus algoritmos intransparentes, potencializou e dinamizou a produção de escândalos morais sobre o comportamento global de pessoas como elemento central da disputa política (MACHADO & MISKOLCI, 2019, p. 952).

A causa do combate à corrupção, capitaneada pela operação lava-jato, ilustra bem como a moralização da política incide destrutivamente sobre a lógica sistêmica da política, especialmente com a condenação moral e jurídica da negociação entre partidos e políticos, o que dificulta a formação de maiorias governamentais e agrava os efeitos da crise programática. Para Bruno Wanderley Reis (2017), ao desestabilizar forte e ininterruptamente o sistema político, a operação lava-jato destrói as condições institucionais para um combate eficaz à corrupção, evidenciando a incapacidade do moralismo como equivalente funcional da formulação programática. A intervenção que esta operação realiza no sistema político não considera as características do sistema que favorecem as chances eleitorais daqueles políticos envolvidos em esquemas ousados de movimentação financeira intransparente. Para Reis, a lava-jato observa a corrupção apenas como um problema moral na relação entre pessoas, e não como um problema das regras de financiamento e da organização do sistema eleitoral como um todo. Com isso, destrói as estruturas formais e informais específicas da política, sem as quais o próprio sistema político não poderia se autotransformar no sentido de enfrentar com eficácia a corrupção: sem a estabilização de relações de confiança na troca de apoios e no ajuste informal de interesses, o sistema político não consegue encadear decisões coletivamente vinculantes com o alcance e a eficácia necessários para um combate institucionalizado da corrupção.

O maior problema é o uso da delação premiada como forma de intervenção crítica do direito na política que apela para uma moral externa cega ao que é propriamente a política. É uma intervenção guiada por uma crítica externa da política, pautada em uma moral que ignora a lógica da ação política. Ao se transformar em jurisprudência, esta moral ameaça o próprio cerne da prática política, à medida que a delação premiada instaura um nível elevado de desconfiança que corrói a diferenciação do poder político em relação a outros recursos como o dinheiro e a força física concentrada de modo paralelo ao estado. Ao corromper a teia de favores e compromissos entre partidos e pessoas, a lava-jato dificulta a separação entre as redes criminosas e as redes de ajuste pacífico de interesse, que é parte constitutiva da prática política. O resultado é que toda barganha, todo ajuste de interesses vai para as sombras, misturando-se ao crime. A delação premiada não pode ser aplicada ao sistema político, pois ao minar estruturas necessárias do sistema, corrompe também a própria possibilidade da construção de novas estruturas (reprogramação).

Esta moralização jurídica promovida pela operação lava-jato logo foi acompanhada e/ou sucedida pela moralização religiosa da opinião pública e da política, focadas em questões comportamentais de gênero e sexualidade (MACHADO & MISKOLCI, 2019, p. 956). A direita religiosa moralista não saiu do armário por acaso (MESSEMBERG, 2017). As oportunidades de poder criadas pela crise programática do sistema político foram amplificadas pela estrutura da internet 2.0, que favorece a constituição e fragmentação de “bolhas morais” polarizadas, deslocando a disputa em torno de diferenças sobre a política econômica e a política social:

Essa nova direita que se articula após 2013 evita discutir substancialmente temas como crescimento econômico, desemprego, meio ambiente, educação ou saúde. Em vez disso, seu foco está na disseminação do medo, recorrendo ao expediente de criação de pânicos morais – como os do fantasma da “ideologia de gênero” ou de um possível retorno do “comunismo”. (MACHADO & MISKOLCI, 2019, p. 957).

As semelhanças com a moralização não religiosa são evidentes: a política e o debate público são transformados em polarizações morais que dividem “os adversários em binários maniqueístas que facilmente passam de uma pauta macrossocial para o foco na moral ou ética de um grupo ou indivíduo” (MACHADO & MISKOLCI, 2019, p. 958). A crise programática dos centros decisórios formais do sistema político (os partidos, o legislativo e o executivo) cria oportunidades de poder para a moralização religiosa da política, especialmente com a vinculação entre religião e meios de comunicação de massa que pode funcionar como recurso para a punição moral de políticos e partidos.

#### 4. Potência e limite da guerra cultural bolsonarista

O bolsonarismo é um fenômeno complexo que precisa ser analisado a partir dos próximos ciclos eleitorais, inclusive para definir sua base social, que pode variar entre setores médios e populares. Portanto, é cedo para definir o fenômeno. No entanto, algumas das principais características do bolsonarismo já se mostram evidentes desde o processo eleitoral de 2018, quando foi vitorioso colocando a “guerra cultural” como eixo principal da disputa. Neste texto sigo a interpretação de alguns analistas que entendem a “guerra cultural” como característica definidora do que o bolsonarismo tem sido até aqui, e busco apontar 1) a força mobilizadora específica (*input* da sociedade para o sistema político) da tática de moralização da política e 2) seus limites para a condução do governo (*output* do sistema político para a sociedade).

1) Como Marcos Nobre (2018) enfatizou logo após as eleições de 2018, a inovação política de Bolsonaro tem que ser levada em conta para analisar e definir seu movimento e governo. Em lugar de uma máquina eleitoral clássica, baseada no controle de partidos e outras organizações dos centros decisórios do sistema político, Bolsonaro construiu uma rede de apoio político e eleitoral baseada na mobilização constante de diferentes segmentos em torno da luta “antissistema”, como o “baixo clero” de muitos setores da sociedade e do Estado, especialmente via grupos de WhatsApp. Esta tática não é invenção do bolsonarismo. Há um *modus operandi* comum aos movimentos e governos da nova onda de extrema-direita global, que consiste em levar e manter a “guerra cultural” contra o “sistema” para o centro da disputa política e do próprio governo. Isto não significa que as particularidades de cada país sejam irrelevantes, mas apenas que elas não são o ponto de partida. O ponto de partida é a inovação contemporânea no campo da extrema-direita, da qual o bolsonarismo também é protagonista.

A vinculação com um partido organizado nacionalmente, como é o caso do partido republicano nos E.U.A., impõe constrangimentos a este *modus operandi*, pois ninguém rompe impunemente com uma máquina eleitoral clássica já disponível. Este não é precisamente o caso de Bolsonaro: sua mobilização moralista contra “o sistema” é seu único grande recurso de poder, o que torna a “guerra cultural”, presente em outros fenômenos exitosos de extrema-direita, ainda mais atraente e indispensável. Não se trata de buscar ou manter maiorias sociais ou políticas, mas de manter constantemente mobilizada uma minoria em torno de um terço do eleitorado capaz de sustentar o governo. Na disputa eleitoral, busca-se uma ampliação desta base pela própria “guerra cultural”, produzindo inimigos odiosos o suficiente para conseguir conquistar a maioria votante. Em um contexto de crescente fragmentação social e partidária, a tática de construir e manter a “maior das minorias” é uma inovação política que faz diferença. Enquanto forma de mobilização política ampla, a “guerra cultural” bolsonarista é um fenômeno sem paralelo na história brasileira e latino-americana.

A mobilização de um terço do eleitorado não é feita pelo anúncio de que as propostas de governo estão sendo realizadas. Seu eixo é a “guerra cultural”, a retórica moralista de ódio endereçada a inimigos redefinidos constantemente pelo próprio movimento e às instituições identificadas com o “sistema”. A “guerra cultural” em particular e a moralização da política em geral podem servir de alternativa à falta de plataforma eleitoral sobre problemas centrais para a população como a estagnação econômica, a violência e a má qualidade dos serviços públicos. Em contexto de fragmentação política e rejeição aos partidos, a retórica moralista “antissistema” pode funcionar eleitoralmente e até garantir a manutenção do poder com base na mobilização constante de uma minoria relativamente estável. A vantagem relativa da “guerra cultural” é que ela ajuda a mobilizar apoio e assim a reagir à crise programática do lado do *input*.

2) Como enfatiza João César Castro Rocha (2020), a “guerra cultural” também parece ser o próprio eixo do governo Bolsonaro. A tentativa de definir o governo como composto por diferentes eixos (militares, equipe econômica, ala ideológica, lavajatismo) mostrou-se insuficiente, pois não levou em conta que Bolsonaro iria impor a “guerra cultural” como orientação principal, inclusive como tática para tirar o foco dos problemas econômicos e sociais, para negar responsabilidade política em relação a eles ou para conduzir os conflitos inerentes ao nosso presidencialismo (TEIXEIRA, 2020). Trata-se de um governo que aposta na manutenção do confronto discursivo e moral permanente como tática principal de manutenção do poder. A tática depende de que a “guerra cultural” seja o eixo principal da disputa política, em um nível elevado de moralização da disputa pelo poder, com a luta entre o “bem” o “mal” tomando o lugar de controvérsias programáticas sobre problemas sociais e econômicos.

Mas há uma contradição fundamental que envolve a “guerra cultural”: ela garante a força mobilizadora do bolsonarismo, contribuindo para resolver problemas de apoio social, mas ela também impossibilita que o governo se volte para a entrega de resultados econômicos e sociais. A contradição é que a criação constante de inimigos, característica principal

do bolsonarismo, precisou se tornar o *modus operandi* do próprio governo. Isto fica evidente na pandemia da Covid-19: o governo investe pesadamente na tática de “guerra cultural”, disseminando o negacionismo dos dados objetivos com teorias conspiratórias diversas, que vão desde a suposta “estratégia comunista chinesa” em torno das medidas de isolamento social à ideia absurda de que registros administrativos sobre contaminações, mortes e ocupação de leitos de UTI estão sendo inflados pelos “inimigos”. Mas a “guerra cultural” não é capaz de fazer com que resultados econômicos e sociais desastrosos sejam assimilados como simples “narrativas do inimigo”. Sua grande desvantagem é que ela não permite diferenciar suficientemente a lógica da mobilização política, que garante apoio social, da lógica governamental e administrativa de produzir e entregar resultados. Ela é funcional para problemas de *input*, mas é disfuncional para problemas de *output*: consegue produzir apoio social, mas não consegue estruturar decisões capazes de produzir efeitos adequados no ambiente social. A “guerra cultural”, ao radicalizar a moralização da política, se torna incapaz de diferenciar a relação da liderança política com sua base da relação entre o governo e os cidadãos. Esta é a razão pela qual os ministros mais prestigiados e importantes do governo subordinam a gestão de suas pastas à tática de mobilização constante do bolsonarismo e ao método da omissão, da não decisão como decisão (LOTTA, 2020).

A eclosão da pandemia da Covid-19 acelerou essa contradição entre mobilização constante da base (*input*) e governo (*output*). E isto acentua os limites da própria força mobilizadora da “guerra cultural”: para levar à formação de uma maioria política ela depende não só de fatores que não podem ser replicados, como a cruzada moralista anticorrupção do lavalatismo que atingiu seu auge em 2018 e que agora se encontra em declínio, mas também dos resultados do governo. A pandemia acendeu o alerta de que a vantagem no *input* (garantir a “maior das minorias”) assegurada pela “guerra cultural” pode ser rapidamente superada pela desvantagem no *output* (resultados econômicos e sociais ruins). Seus efeitos devastadores na sociedade ameaçam a centralidade da “guerra cultural” na disputa política e com isso o próprio bolsonarismo.

Como decorrência da pandemia, é provável o crescimento da legitimidade do Estado de bem-estar social e da intervenção estatal na economia, o que pode levar a um deslocamento da “guerra cultural” do centro do sistema político. Se isto ocorrer, a política econômica e a política social podem retomar o lugar da “guerra cultural” como eixo principal da disputa política e eleitoral. Bolsonaro tem tentado enquadrar a pandemia no registro da “guerra cultural”, mas parece que se torna cada dia mais difícil deslocar o eixo da economia e da política social. Se o eixo temático da disputa política se alterar nesta direção e a “guerra cultural” perder a centralidade que teve até aqui, a esquerda pode ter uma oportunidade, caso consiga enfrentar a crise programática.

Mas a evolução social e política é aberta e o futuro indeterminado. O governo de “guerra cultural” não tem condições de garantir sozinho a sobrevivência do bolsonarismo como minoria de um terço capaz de ser ampliada pelo ódio autofabricado e assim garantir

novamente o êxito eleitoral do presidente. A pandemia agravou muito rapidamente o lado do *output* na crise programática de nosso sistema político, pois a entrega de resultados econômicos e sociais se torna urgente para manter a base de apoio ao presidente. Reinventar o governo parece ser uma necessidade. Ao mesmo tempo em que não pode se desfazer da “guerra cultural” para mobilizar suas bases, o presidente percebe que precisa de um realinhamento parlamentar e social que não pode ser alcançado e mantido pela mera moralização da política, pois depende da entrega de resultados econômicos e sociais. Não se pode afirmar que o governo seja incapaz de fazer esta reinvenção. Bolsonaro já nos surpreendeu o suficiente para não descartarmos esta possibilidade. O que podemos afirmar é que a contradição entre as vantagens e as desvantagens da “guerra cultural” precisaram ser enfrentadas nesta reinvenção, pois não é possível governar com alguma racionalidade na busca de resultados sem impedir que a mobilização e o discurso moralista “antissistema” dominem o próprio governo.

Um improvável desfecho golpista para o agravamento destas contradições não parece capaz de resolver o problema. Como viemos, a construção e legitimação de regimes autoritários é muito dependente da entrega de resultados, pois está baseada na valorização do *output* do sistema político. E esta é a grande debilidade do bolsonarismo.

## Referências bibliográficas

- AHLERS, Anna L.; STICHWEH, Rudolf, “The bipolarity of democracy and authoritarianism: value patterns, inclusion roles and forms of internal differentiation of political systems”. **Sociologia e Antropologia**, vol. 9, n. 3, 2019, p. 819-846.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Londres: Verso, 2006.
- ANDRADE, Daniel Pereira. “Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforça de governabilidade. **Novos estudos CEBRAP**, vol. 38, n. 1, 2019, p. 109-135.
- DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, vol. 26, nº 1, 2015, p. 141-155.
- DUTRA, Roberto. A Universalidade da Condição Secular. **Religião & Sociedade**, vol. 36, nº1, 2016, p. 151-174.
- EASTON, David. **The political system: an inquiry into the state of political science**. Nova York, A. A. Knopf, 1953.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A crise do poder no Brasil: Problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.
- HABERMAS, Jürgen. **Legitimation crisis**. Boston: Beacon Press, 1975.
- HOLMES, Pablo. Existe uma crise da democracia? Um modelo para crises do sistema político. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, 2020.
- HUNTER, James. The Culture War and the Sacred/Secular Divide: The Problem of Pluralism and Weak Hegemony. **Social research**, Vol. 76, nº 4, 2009, p. 1307-1322.
- KJAER, Paul F. From the Crisis of Corporatism to the Crisis of Governance. In P. F. Kjaer & N. Olsen (orgs.), **Critical Theories of Crisis in Europe** (p. 125-140). Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.
- LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o de amanhã: Desafios da democracia liberal no mundo pós políticas identitárias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LUHMANN, Niklas. **Die Politik der Gesellschaft**. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2002.
- LUHMANN, Niklas. **Die Realität der Massenmedien**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- LUHMANN, Niklas. **The Future of Democracy**. Thesis Eleven, vol. 26, nº 1, 1990, p. 46-53.
- LUHMANN, Niklas. Probleme eines Parteiprogramms. In: Baier H. (orgs.) **Freiheit und Sachzwang**. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1997.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Controvérsias sobre as relações de gênero e a sexualidade no campo pentecostal brasileiro. In: **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 133-177.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia e Antropologia**, vol. 9, n° 3, 2019, p. 945-970.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, vol. 32, n°. 3, 2017, p. 621-648.

NASSEHI, Armin. Der Begriff des Politischen und die doppelte Normativität der ‘soziologischen’ Moderne, in A. Nassehi & M. Schroer (orgs.), **Der Begriff des Politischen**, Baden-Baden, Nomos, 2003, p. 133-169

OFFE, Claus. Crisis of “crisis management”: elements of a political crisis theory. In J. Keane & C. Offe (Eds.), **Contradictions of the Welfare State** (p. 34–64). London: Hutchinson, 1983.

RAMOS, Jair. A sexualidade como campo de batalha no Twitter: grupos religiosos e movimentos feministas e LGBT na luta em torno dos direitos sexuais. **Revista del Centro de Estudios en Antropología**, v.5, 2019, p. 204-266.

REIS, B. W. A Lava-Jato é o Plano Cruzado do combate à corrupção. Blog da Novos Estudos CEBRAP. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/a-lava-jato-e-o-planocruzadodocombate-a-corrupcao>. Acesso em: 20 ago. 2018, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Democracia realizada: a alternativa progressista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

## Fontes da internet

ZHIYAN, Cui, Seminário Instituições para Inovação. Reflexões sobre uma agenda de desenvolvimento para longo prazo. **Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos**. Brasília, p. 177-182. Acessado em 22 de maio de 2020, 2009. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/lula/instituicao-para-inovacoes-2009/@@download/file/Instituicao%20para%20Inovacoes%202009.pdf>

LYNCH, Christian. <https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/lynch-video-presidente-bolsonaro/>, 2020. [https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/06/05/interna\\_pensar,1153859/marcos-nobre\\_ guerra-bolsonaro-nao-coronavirus-e-pelo-poder.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/06/05/interna_pensar,1153859/marcos-nobre_ guerra-bolsonaro-nao-coronavirus-e-pelo-poder.shtml)

SCHWARCZ, L. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48424619>, 2019.

SOUZA, Jessé, <https://www.brasilefeto.com.br/2019/05/08/artigo-or-o-que-significa-bolsonaro-no-poder-por-jesse-souza>, 2020<sup>a</sup>.

SOUZA, Jessé. [https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-13/o-afeto-racista-como-virtude-no-brasil-de-bolsonaro.html?event\\_log=fa&o=cerrbr](https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-13/o-afeto-racista-como-virtude-no-brasil-de-bolsonaro.html?event_log=fa&o=cerrbr), 2020b.

DE ALENCASTRO, Luis Felipe. <https://quatrocincoem.folha.uol.com.br/br/artigos/p/o-que-fazer>, 2020.

NOBRE, Marcos. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora/>, 2018.

ROCA, João Cezar de Castro. <https://apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj/>, 2020.

TEIXEIRA, Carlos Sávio. <https://revistaforum.com.br/debates/bolsonaro-e-o-desafio-a-ciencia-politica-por-carlos-savio-teixeira/>, 2020.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/06/12/bolsonaro-incentiva-invasao-a-hospitais-para-chechar-ocupacao.htm>

WERNECK VIANNA, Luiz. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,programa-politico-nao-ha-a-luta-de-bolsonaro-e-pelo-poder-diz-luiz-werneck-vianna,70003232820>, 2020.

LOTTA, Gabriela.



# 10 AUTORAS E AUTORES



## 10. AUTORES E AUTORAS

**Brenda Carranza.** Doutorado em Ciências Sociais. Professora Visitante Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro -PPGHS/UERJ; Professora-pesquisadora colaboradora Departamento de Antropologia Social – IFCH/UNICAMP.

**Emerson Sena.** Doutor em Ciência da Religião, antropólogo. Professor. Departamento de Ciência da Religião/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

**Fábio Py.** Doutor em Teologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro). Líder do Laboratório de Estudos da Imanência e Transcendência (LEIT).

**Joana Bahia.** Doutora em Sociologia e Antropologia. Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

**João Chaves.** Doutor em Religião, Diretor Assistente de Programação do Hispanic Theological Initiative do Seminário Teológico de Princeton.

**Kate Kingsbury.** Doutora em Antropologia. Professora na University of Alberta, Canadá

**Nelson Lellis.** Nelson Lellis: Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Membro do Grupo de Pesquisa CRELIG (Dinâmicas Territoriais, Cultura e Religião).

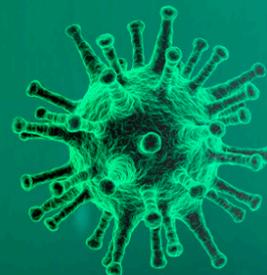
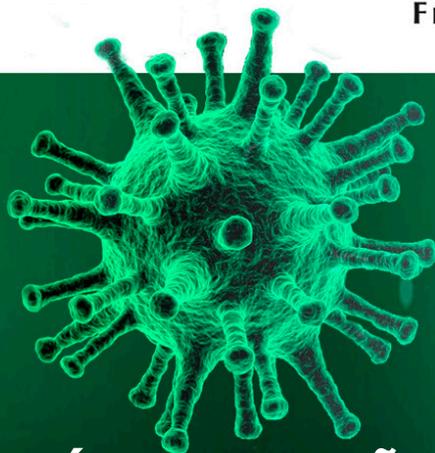
**Olívia Bandeira.** Pós-doutoranda em Ciência da Religião na PUC-SP. Doutora em Sociologia e Antropologia. Coordenadora de formação e pesquisa do Intervozes. Pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR/Unicamp) e do Grupo de Pesquisa Gênero, Religião e Política (GREPO/PUC-SP).

**Raimundo C. Barreto Jr.** Doutor em Teologia. Professor no Princeton Theological Seminary, Princeton, USA.

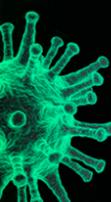
**R. Andrew Chesnut.** Doutor em Sociologia. Professor na Virginia Commonwealth University/EUA.

**Roberto Dutra.** Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro [UENF].

**Rodrigo Serrão.** Doutor em Sociologia. Professor no Hope College, Michigan, EUA.



## POLÍTICA, RELIGIÃO E COVID-19



A excelência científica tanto dos organizadores como dos colaboradores, referências no campo dos estudos da religião, sustenta e garante a qualidade e a importância da obra, no meio acadêmico, nacional e internacional. Os autores analisam, magistralmente, em diferentes contextos nacionais (EUA, América Latina e, principalmente, Brasil), significativas relações entre três dimensões sócio-antropológicas distintas, mas fortemente imbricadas - Saúde, Política e Religião: os graves problemas de saúde-doença (do foro biológico), provocados pelo Covid-19; no caso brasileiro, as desajustadas (e fatais) decisões políticas negacionistas de Bolsonaro, provocando 700 mil mortos e 30 milhões de infectados, uma verdadeira tragédia humana; e o papel da religião no enfrentamento da pandemia, ou seja, a forma como as diferentes denominações religiosas (católicas e evangélicas), a partir das suas dinâmicas de atuação na sociedade, lidaram com a grave situação pandêmica e as conseqüentes e expressivas mudanças ocorridas no comportamento religioso e nas práticas religiosas.

Donizete Rodrigues - Doutor em Antropologia - Coimbra, pesquisador Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) - Universidade Nova de Lisboa

